

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Renan Siqueira Rossini

A percepção na metapsicologia freudiana:  
uma análise dos trabalhos iniciais e da primeira topologia

São Paulo  
2020

RENAN SIQUEIRA ROSSINI

**A percepção na metapsicologia freudiana:  
uma análise dos trabalhos iniciais e da primeira topologia**

**Versão original**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciência.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Associada. Ana Maria Loffredo

São Paulo

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE  
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,  
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Siqueira Rossini, Renan

A percepção na metapsicologia freudiana: uma análise dos trabalhos iniciais e da primeira topologia / Renan Siqueira Rossini; orientadora Ana Maria Loffredo. -- São Paulo, 2020.

194 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2020.

1. percepção. 2. metapsicologia freudiana. 3. consciência. 4. psicanálise. 5. Freud, Sigmund. I. Loffredo, Ana Maria, orient. II. Título.

Nome: Rossini, Renan Siqueira

Título: A percepção na metapsicologia freudiana: uma análise dos trabalhos iniciais e da primeira topologia

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título de  
Mestre em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

*Para Nelly e Leticia*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Ana Maria Loffredo, pela zelosa orientação, pela paixão compartilhada pela metapsicologia, por sustentar minhas indecisões e pelo carinho nutrido dentro e fora do ambiente acadêmico.

Ao Prof. Dr. Érico Bruno Viana Campos, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, por ter despertado em mim o interesse pela psicanálise, acompanhado e contribuído diretamente com minha formação, por ser uma grande inspiração e um afetuoso amigo.

Ao Prof. Dr. Thamy Ayouch, que tão gentilmente me aceitou e recebeu em terras francesas, por ter aberto novos horizontes de pensamento a partir de seus apontamentos e por ter participado no desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos colegas do LAPSI, pelo caminho de construção intelectual compartilhado, especialmente ao Lucas Hangai e à Miriam Grajew, pela amizade que floriu dos nossos encontros.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por permitir que eu me dedicasse à pesquisa pela concessão de fomento.

À Patrícia Porchat, pelos apontamentos na banca de qualificação, pelo ombro amigo e pelos momentos de ótima companhia em território além-mar.

Ao meu eterno mestre, Claudio Bertolli, que sempre acreditou no meu potencial e me ensinou a graça de refletir sobre as sutilezas da vida.

Ao Edson Castro, que logo passou de professor e supervisor para companheiro de violão, que muito me ensina sobre a vida, a alegria e a amizade.

Aos meus amigos José Pedro, Gabriel, Lucas, Marcelo e Matheus, por todos os momentos de felicidade e companheirismo que passei ao lado de vocês, e especialmente ao Tomás, meu amigo-irmão sempre presente.

Ao Victor, por fazer ressoar meu espírito, pelo conforto e pela afeição que a sintonia da nossa amizade me traz.

À Ana Bárbara, pela ternura que nutre por mim, mesmo estando distante.

À Flávia, que tão bem me entende, pelos incontáveis momentos de alegria compartilhados.

A minha família, pelo vasto suporte que me deu ao longo de minha vida, em especial minha Tia Celly, que desde cedo me instigou a explorar o mundo das artes e do conhecimento.

Ao Lótus e à Jasmim, pelo acalento e o carinho que só eles sabem dar.

À Letícia, vida da minha vida, que ilumina minha jornada com seu sorriso dia e noite.

Em especial, agradeço à minha mãe, Nelly, que me ensinou o significado de amor, compaixão, persistência e força, sempre foi minha maior inspiração, nunca faltou com qualquer tipo de apoio e sem a qual essa pesquisa e outras conquistas não teriam sido possíveis.

O Mundo não se fez para pensarmos nele  
(Pensar é estar doente dos olhos)  
Mas para olharmos para ele e estarmos de acordo...  
Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...  
(Alberto Caeiro, O Guardador de Rebanhos)

## RESUMO

Rossini, R. S. (2020). *A percepção na metapsicologia freudiana: uma análise dos trabalhos iniciais e da primeira topologia*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta pesquisa tem como objetivo propor uma metapsicologia da percepção para os trabalhos iniciais e da primeira topologia da psicanálise freudiana, descrevendo-a por seus atributos dinâmicos, topológicos e econômicos. Partimos do pressuposto de que existe uma teoria original da percepção que não é explícita nos meandros da obra de Freud, provavelmente porque a percepção nunca foi elevada ao estatuto de conceito psicanalítico. Dentre as relações com outros temas que foram apresentados, o mais explorado foi a relação ambígua e problemática que ela encerra com a consciência: a dificuldade de estabelecer limites precisos entre consciência e percepção é denunciada no movimento pendular da teoria freudiana, que ora arrisca uma posicionamento inédito sobre a dinâmica e economia da percepção, e ora retorna ao porto-seguro da topologia inconclusiva. Além do mais, procuramos demonstrar que uma teoria psicanalítica da percepção traz aberturas para repensar o estatuto da realidade na obra freudiana, em que o horizonte perceptivo da realidade é co-construído e criado pela realidade material incognoscível e pelos desejos. Nesse âmbito, exploramos como essa criação envolve uma dimensão afetiva e endoperceptiva que não é destacada no corpo teórico. Por meio da leitura dos trabalhos selecionados, pudemos explorar a relação da percepção com a representação e denunciar a fragilidade do conceito de teste de realidade proposto por Freud. Além do mais, identificamos um processo realizado pelo aparelho perceptivo que, desde os ensaios iniciais, consistia em metabolizar quantidades excessivas que pudessem ser traumáticas para o aparelho psíquico; esse processo, que chamamos de "trabalho perceptivo", é recalcado na primeira topologia freudiana e retorna, sob outros parâmetros, com o advento da segunda teoria pulsional. Com essa virada teórica, abriram-se novos caminhos para indagarmos sobre as relações entre percepção e pulsão de morte, trauma e irrepresentável, sinalizando que a percepção só realiza o fenômeno perceptivo por estar invariavelmente calcada em uma negatividade originária. Por fim, caminhamos pelo âmbito da literatura para demonstrar como o fenômeno do inquietante [*Unheimlich*] pode ser despertado por meio dos cinco sentidos, explorando a dimensão mortífera que subjaz à percepção.

Palavras-chave: percepção; metapsicologia freudiana; consciência; psicanálise; realidade; Freud, Sigmund.

## ABSTRACT

Rossini, R. S. (2020). *Perception in Freudian metapsychology: an analysis of the initial works and the first topology*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This research aims to propose a metapsychology of perception, considering the initial works and the first topology of Freudian psychoanalysis, describing it by its dynamic, topological and economic attributes. We started from the hypothesis that there is an original theory of perception that is not explicit in Freud's work, probably because perception has never been described as a psychoanalytic concept. Among the connections with other subjects that were discussed, the most explored was the ambiguous and problematic association it has with consciousness: the difficulty of establishing precise limits between consciousness and perception was denounced by the pendulum movement of Freudian theory, which often risks an unprecedented position on the dynamics and economy of perception, and often returns to the inconclusive topology. Furthermore, we attempted to demonstrate that a psychoanalytical theory of perception might be useful to rethink the status of reality in the Freudian work, where the perceptual horizon of reality is co-constructed by material reality and desires. In this context, we explored how the creation of reality involves an affective and endoperceptive dimension that is not highlighted in the analysed works. By reading the previously selected works, we were able to explore the connections between perception and representation and denounce the fragility of the reality testing concept proposed by Freud. Furthermore, we identified a process performed by the perceptual apparatus which, since the initial works, consisted in metabolizing excessive amounts of energy that could be traumatic to the psychic apparatus. This, what we called "perceptual work", was repressed from the first Freudian topology and returned, under other parameters, with the advent of the second pulsional theory. This theoretical turnaround allowed us to investigate the relations between perception and death drive, trauma and irrepressible, pointing that perception only realizes the perceptual phenomenon because it is invariably based on an original negativity. Finally, we walked through the realm of literature to demonstrate how the phenomenon of the uncanny [*Unheimlich*] can be triggered through the five senses, exploring the deadly dimension that underlies perception.

Key-words: perception; Freudian metapsychology; consciousness; psychoanalysis; reality; Freud, Sigmund.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. CAPÍTULO PRIMEIRO: OS CAMINHOS FREUDIANOS SOBRE A PERCEPÇÃO ATÉ A PRIMEIRA TOPOLOGIA</b> .....	<b>16</b>
<b>1.1. Inauguração do aparelho representacional e as associações perceptivas</b> .....	<b>16</b>
1.1.1. A interlocução entre a fisiologia e a psicologia: as representações de palavra e representações de objeto .....	18
1.1.2. A influência da percepção nos distúrbios de linguagem .....	23
<b>1.2. A percepção como processo complexo e o enigma da consciência</b> .....	<b>24</b>
1.2.1. O princípio de prazer-desprazer e a alucinação como fundamento do aparelho psíquico. ....	31
1.2.2. A percepção como lastro não rastreável da representação .....	38
1.2.3. A consciência onírica, o sono e os sonhos: o germe da primeira topologia .....	41
<b>1.3. Elucubrações íntimas sobre um aparelho psíquico</b> .....	<b>44</b>
1.3.1. Fueros: quando a transcrição falha e o irrepresentável surge .....	47
<b>1.4. Consciência perceptiva, consciência onírica e inconsciente em “A Interpretação dos Sonhos”</b> .....	<b>48</b>
1.4.1. A regressão onírica e o processo de figurabilidade .....	52
1.4.2. A qualidade do sistema perceptivo e sua relação com a dinâmica de prazer-desprazer .....	58
<b>2. CAPÍTULO SEGUNDO: A PRIMEIRA TOPOLOGIA E AS DIFICULDADES DE SE CIRCUNSCREVER UM APARELHO PERCEPTIVO</b> .....	<b>68</b>
<b>2.1. Os meandros da percepção endopsíquica</b> .....	<b>68</b>
<b>2.2. Realidade(s): de onde partir?</b> .....	<b>72</b>
2.2.1. Entre realidade e fantasia: princípio de prazer, princípio de realidade. ....	74
2.2.2. Entrelinhas entre realidade material e realidade psíquica .....	84
2.2.3. Abertura para uma realidade propriamente psicanalítica .....	88
<b>2.3. Consolidação do conceito de percepções endopsíquicas nos trabalhos de 1907 a 1911</b> ....	<b>91</b>
2.3.1. Percepção, projeção e delírio .....	91
2.3.2. A invenção da(s) realidade(s) a partir das percepções inconscientes e dos afetos ambivalentes ..	95
2.3.3. A função perceptiva para além da matriz representacional .....	98
2.3.4. Breve síntese sobre as relações das percepções inconscientes e o aparelho psíquico .....	100
<b>2.4. Dilemas topológicos no período de 1915 a 1917: a percepção em pauta</b> .....	<b>103</b>
2.4.1. Percepção e consciência voltam a se (des)encontrar .....	103
2.4.2. O curto-circuito econômico: de onde partem os investimentos? .....	109
2.4.3. Alucinação negativa, regressão e teste de realidade .....	119
<b>3. CAPÍTULO TERCEIRO: A PERCEPÇÃO PARA ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER.</b> ..	<b>131</b>
<b>3.1. O segundo dualismo pulsional e a abertura para o irrepresentável</b> .....	<b>131</b>
3.1.1. A vesícula protoplasmática e a barreira contra o trauma .....	133
3.1.2. O trauma e o irrepresentável como fundamento do psiquismo .....	140
<b>3.2. O inquietante da percepção nos cinco sentidos</b> .....	<b>143</b>
3.2.1. A repetição, a morte e o olhar .....	147
3.2.2. Olhar de vida, olhar de morte .....	155

3.2.3. Um aperto sobrenatural no peito .....	163
3.2.4. O cheiro do nada .....	170
3.2.5. O gosto da barata .....	173
3.2.6. O silêncio ensurdecedor .....	176

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>181</b>
-----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>186</b>
--------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

Um traçado do percurso freudiano pelas ponderações sobre a percepção é satisfatório para evidenciar que ele não é coeso: tomando o inconsciente como objeto de estudo, a psicanálise renegou a percepção ao segundo plano de sua teoria. Isso é denunciado, por exemplo, na ausência do verbete “percepção” nos dicionários psicanalíticos; quando é mencionado, o termo não aparece isolado, mas subordinado à consciência<sup>1</sup>. Na verdade, em momento algum de sua obra, Sigmund Freud se debruçou sobre o estatuto metapsicológico da percepção e elevou-a à condição de *conceito*, assim como fez com outros processos na psicanálise. Foi necessário resgatá-la em trabalhos dispersos na obra freudiana que mencionavam *en passant* suas características, por vezes contraditórias, para identificar uma teoria original sobre a percepção que detém um estatuto próprio, ultrapassando as especificidades da consciência e descolando-se dela. Inclusive, julgamos que é indispensável abordar essa questão porque ela abre novos horizontes para pensar como o aparelho perceptivo pode estar vinculado com a cura psíquica por meio de um processo que fornece sentido e metabolização para conteúdos traumáticos.

Foi minha formação em Filosofia e minhas pesquisas anteriores sobre *angústia* na psicanálise que despertaram meu interesse para o tema da percepção. Desde a Antiguidade, a preocupação dos filósofos em refletir sobre o funcionamento dos sentidos e a apreensão da realidade esteve presente na minha formação, sendo uma temática que, invariavelmente, era discutida e analisada sob a ótica de diversos pensadores. Com minha pesquisa sobre a angústia, pude entrar em contato com algumas correntes filosóficas contemporâneas que analisavam esse afeto a partir de uma ótica existencial, calcada na negatividade e na falta condicionante do ser. Desse modo, meu interesse nesse tema de pesquisa começou com o questionamento de como a psicanálise relacionava percepção com essa dimensão negativa da experiência humana, e encontrei esse intercâmbio, principalmente, nas noções de trauma psíquico e alucinação negativa.

Embora a negatividade apareça com mais força na teoria freudiana a partir do segundo dualismo pulsional e na segunda topologia<sup>2</sup>, acreditávamos que haviam importantes contribuições sobre o tema até mesmo nas publicações anteriores a “A Interpretação dos Sonhos”, onde Freud

---

<sup>1</sup> Não há qualquer menção ao termo “percepção” no “Dicionário Comentado do Alemão de Freud”, de Hanns (1996) e no “Dicionário de Psicanálise”, de Roudinesco e Plon (1998). No “Vocabulário de Psicanálise”, de Laplanche e Pontalis (2001), a percepção aparece somente como sistema “percepção-consciência (Pc-Cs)”.

<sup>2</sup> *Topik*, no original. Segundo a nota do tradutor: “É frequente encontrarmos esse termo traduzido por ‘tópica’. Mas em português essa palavra designa a ‘ciência ou tratado dos remédios tópicos’... Freud usa *Topik* por empréstimo da anatomia, em que o termo designa o estudo da posição relativa dos órgãos” (Souza, 2010, p. 169). Por essa razão, estamos utilizando a tradução “topologia”, fornecida pelo tradutor, para o termo *Topik*.

(1900/2011) organiza um modelo propriamente psicanalítico para o aparelho psíquico. Por isso, como opção metodológica, optamos por analisar a especificidade da percepção em trabalhos freudianos publicados anteriormente ao lançamento de “O eu e o id”, no qual Freud (1923/2010) postula a segunda topologia do aparelho psíquico. Por vezes, tivemos que avançar para ensaios tardios do corpo teórico freudiano para iluminar nossa discussão, mas nos mantivemos fiéis à empreitada de analisar os trabalhos anteriores e os que compunham a primeira topologia do modelo psíquico.

Exatamente por isso, considerando a qualidade dos objetos a serem pesquisados e seu caráter teórico-conceitual, a pesquisa foi realizada por meio de um método hermenêutico de leitura (Campos & Coelho Junior, 2010), no formato de ensaio teórico. A leitura hermenêutica que esses autores propõem parte do pressuposto de uma leitura *desconstrutiva*, que se permita fazer sem que se feche em uma unidade ilusória, conclamando a subjetividade do leitor. O texto passa a comportar uma lógica não-identitária e suplementar, abdicando dos sistemas de causa e efeito e uma pretensa linearidade: quando a coerência interna do texto perde força, emergem novos significados. A leitura hermenêutica, nesse caso, não considera esses novos significados como *erros metodológicos* ou desvios, mas como partes do processo intrínseco da leitura. Ele passa de um horizonte fechado em si para a aceitação da alteridade, em que as sínteses e antíteses são seu próprio movimento constitutivo. O texto e a leitura promovem uma “atmosfera”, onde os conteúdos pairam sobre o pensamento, sendo conclamados assim que necessário. Essa lógica é afirmada pelos autores quando os conceitos psicanalíticos fazem remissão a outros, sem que o seu centro identitário possa ser isolado.

Em função desses parâmetros, é possível ler o texto psicanalítico por meio do método psicanalítico: através dos *deslocamentos* e *esquecimentos* presentes no texto, é possível desmontar a obra e lê-la sem que haja a necessidade de analisar as fantasias do autor, como outrora se fazia: “Em vez de um desenvolvimento linear, observam-se as contingências da articulação de uma problemática cuja temporalidade está próxima daquela própria da psicanálise: repetição, retorno do recalcado, ressignificação a posteriori etc” (Campos & Coelho Junior, 2010, p. 256). Com isso, permite-se que o texto produza suas problemáticas e construa um campo intermediário de exigências teóricas, aproximando a hermenêutica da análise de conceitos psicanalíticos.

Ademais, realizamos uma pesquisa *sobre* psicanálise (Mezan, 1994) que está inserida no modelo de investigação das ideias do campo, no seu contexto *histórico-conceitual* - a trama dos conceitos da teoria psicanalítica -, e no plano *epistemológico* - em que se discute a possibilidade de conhecimento produzido por meio das concepções psicanalíticas (Campos, 2009). Embora a

psicanálise obedeça aos parâmetros científicos de comunicabilidade, verificabilidade e replicação, esses fatores devem ser considerados dentro do próprio escopo psicanalítico e suas particularidades.

Mezan (2002), na linha do pensamento de Lebrun, aponta para o caráter das ciências em construírem as suas próprias racionalidades, o que redimensiona a questão epistemológica para além de uma verdade unívoca, como bem desenvolve Loffredo (2012). Nesse ínterim, não se trata de inserir o campo psicanalítico em um determinado crivo epistemológico que garanta a verdade do método e do conteúdo: a epistemologia funciona como um sistema de análise da coerência de determinadas formulações inseridas nesse campo. No âmbito da legitimidade da pesquisa científica em psicanálise, esta investigação se propõe a fazer uma *análise teórico-conceitual de cunho histórico no campo psicanalítico*. Mais precisamente, recortar como objeto de estudo os textos freudianos que tratam da temática proposta, considerando as dinâmicas das teses e antíteses presentes nessas obras, em sua interlocução com horizontes externos.

Assim sendo, optamos por fazer uma apresentação cronológica das principais obras freudianas que versavam sobre a temática da percepção e, com o auxílio de comentadores, erigimos três grupos temporais principais. O primeiro deles, de 1891 a 1900, corresponde ao primeiro capítulo, no qual analisamos: o período pré-psicanalítico (Monzani, 1989), composto por trabalhos de cunho fisiologista, escritos por um verdadeiro neurólogo, mas nos quais se pode identificar o germe de diferentes conceitos que virão a ser incorporados na teoria psicanalítica; e o trabalho “A Interpretação dos Sonhos” (Freud, 1900/2011), em que o autor apresenta seu modelo teórico do aparelho psíquico, iniciando o período da primeira topologia.

O segundo grupo temporal selecionado abarcou os trabalhos de 1900 a 1919, parte do período de consolidação da teoria psicanalítica (Monzani, 1989). Nele, discutimos os livros em que Freud faz análises literárias, clínicas e antropológicas, identificando os mecanismos perceptivos em cada um deles, assim como os conhecidos ensaios de metapsicologia dos anos 1914 a 1917, no qual exploramos as relações entre percepção, consciência, representação<sup>3</sup>, realidade e alucinação.

O último grupo temporal, que se encontra no terceiro capítulo, analisamos os textos de 1919 a 1922, a partir do postulado da segunda teoria pulsional e a abertura para a negatividade da pulsão de morte, do irrepresentável e do trauma. Ademais, sondamos como o fenômeno do inquietante [*Unheimlich*] é despertado através dos cinco sentidos, propondo novas categorias que possam auxiliar sua compreensão.

---

<sup>3</sup> Optamos por utilizar as traduções “representação”, “representação de palavra”, “representação de objeto” e “representação de coisa”, para os termos em alemão *Vorstellung*, *Wortvorstellung*, *Objektvorstellung* e *Sachvorstellung*, respectivamente, conforme propostas por Paulo César Souza. Para uma discussão sobre a questão dessas versões, para o português, recomendamos Souza, P. C. (2010). *As palavras de Freud*. São Paulo: Companhia das Letras.

Por último, tentamos propor uma metapsicologia da percepção para o período analisado, levando em consideração a posição de Freud (1915a/2010) de que “seja denominada *metapsicológica* uma exposição na qual consigamos descrever um processo psíquico em suas relações *dinâmicas, topológicas e econômicas*” (p. 121). Ou seja, pensar a percepção por meio de seus processos, suas características específicas e seus investimentos. No final do percurso, dentro do recorte temporal proposto, esperamos tornar evidente a originalidade da tese psicanalítica da percepção, assim como as especificidades de seus processos.

# 1. CAPÍTULO PRIMEIRO: OS CAMINHOS FREUDIANOS SOBRE A PERCEPÇÃO ATÉ A PRIMEIRA TOPOLOGIA

Para dar início a nossa empreitada, analisaremos alguns trabalhos e cartas anteriores ao período que convencionalmente se assume de inauguração da psicanálise (Monzani, 1989), em 1900, tendo em vista que Freud buscou, como em nenhuma outra época de escrita, explicar e conceituar a percepção e a consciência. Procuraremos demonstrar como o modelo proposto em “A Interpretação dos Sonhos” (Freud, 1900/2011) herda diferentes parâmetros desses textos e os revisita direta e indiretamente.

## 1.1. Inauguração do aparelho representacional e as associações perceptivas

O ensaio “Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico<sup>4</sup>” é o primeiro livro escrito por Freud (1891/2014) e constitui parte de sua obra neurológica, período anterior ao que se convencionou chamar de psicanalítico. Ele se interessara pelo assunto, na década de 1880, ao conhecer o trabalho de Charcot e os estudos de Bernheim, mas seu primeiro trabalho sobre o tema foi neste livro, embora alguns autores tenham acreditado que Freud escrevera um verbete no dicionário médico de Villaret (Scherrer, 2002). Foi uma obra de profunda importância no tratamento e discussão do problema da afasia<sup>5</sup>, em que Freud contesta as doutrinas localizacionista e epifenomenais de Wernicke e Lichtheim, ancoradas no substrato anatômico, até então aceitas quase universalmente. Como resultado, foi um trabalho que encontrou bastante resistência dos pesquisadores da área, incluindo o próprio Breuer, a quem o escrito foi dedicado (Longé, 2011). Quando Freud propôs pensar a afasia por meio de distúrbios de função dos processos psíquicos, ele avança na conceituação psicológica para compreender o funcionamento mental, dando esteio para suas formulações posteriores sobre o funcionamento do aparelho psíquico e, a partir dos anos 1900, das dinâmicas inconscientes.

O objetivo de estudar as afasias era solucionar essa patologia, que era frequente na época, e demonstrar como as teses respeitadas sobre o tema poderiam ser reformuladas por meio de novas assunções. Durante esse período, o criador da psicanálise já conhecia bem tanto a doutrina de

---

<sup>4</sup> A partir de então, será tratado neste trabalho como “Afásias”.

<sup>5</sup> “A afasia é, num sentido lato, um distúrbio de memória, e num sentido estrito, uma perturbação de linguagem. Distinguem-se comumente dois tipos de afasia: a afasia sensorial e a afasia motora. Na primeira, há uma perda da compressão da linguagem, embora seja mantida a capacidade da pessoa de se servir da linguagem articulada; na segunda, a pessoa perde a capacidade de pronunciar as palavras, embora mantenha a compreensão do que as pessoas dizem” (Garcia-Roza, 2014, pp. 127-8n). A definição serve para situar o leitor, de maneira geral, dentro do campo das afasias; no entanto, o texto freudiano fornece outras definições mais ricas e minuciosas.

Meynert, que vinculava as funções neuronais a áreas cerebrais delimitadas, como as pesquisas experimentais cerebrais de Munk. Por meio da noção de representação, Freud (1891/2014) instaura o embrião do que será futuramente desenvolvido nos seus trabalhos metapsicológicos: nas “Afasias”, pela primeira vez, aparece a concepção de um aparelho de linguagem. No entanto, não há nenhuma explicitação, por parte de Freud, de que ele deseja oferecer algo mais do que um aparelho de linguagem - isto é, não há intenções de propor um modelo da alma ou do psiquismo, como ele fará em textos futuros, mas podemos entendê-lo como os primórdios da formulação do aparelho psíquico posterior (Loffredo, 2017)

Segundo a teoria vigente da época, as imagens de sons da linguagem e as imagens motoras estariam armazenadas em centros distintos do cérebro, no qual o comprometimento de uma das áreas ou da condução do estímulo seria responsável por diferentes formas de distúrbios de linguagem. A inovação freudiana é demonstrar que não se tratam de falhas fisiológicas nos centros cerebral, mas falências funcionais dos feixes de condução e dos processos psíquicos: por exemplo, os sintomas de esquecimento na parafasia em doentes, proposta por Wernicke, em nada difere na “troca e mutilação de palavras que uma pessoa saudável pode cometer quando está cansada ou com a atenção dividida, sob a influência de afetos perturbadores” (Freud, 1891/2014, p. 28). Entender a parafasia como efeito de uma falência funcional significa enfatizar a relação entre o funcionamento cerebral e sua estrutura, não mais como um corte ou dano em uma área anatômica do cérebro - para o que vale a metáfora, uma falha funcional pode ser considerada como uma virada em falso nos processos cerebrais. Somente se desprendendo da noção de dano anatômico é que se pode “explicar uma forma clinicamente observada de distúrbio da linguagem, não pela interrupção localizada de uma via, mas pela suposição de uma modificação do estado funcional” (Freud, 1891/2014, p. 45).

No percurso traçado, é surpreendente a centralidade da *palavra* no tratamento psicoterápico, adentrando na dimensão psicológica dos distúrbios mentais em oposição ao discurso anátomo-fisiológico de falha de correspondência em centros cerebrais. Por meio das irregularidades linguísticas, como o lapso, sua teoria ganha consistência e semeia aquilo que será explorado, em 1901, como formações do inconsciente (sintomas, sonhos, frases de espírito e atos falhos). Foi isso que fez autores como Garcia-Roza (2014) lerem o texto freudiano sob os parâmetros de uma psicanálise do simbólico, ancorada na linguagem e nas teorias de Lacan. Apesar de fértil, reduzir as dinâmicas simbólicas à linguagem coloca de lado alguns impasses importantes para nossos propósitos.

Podemos tomar como exemplo o caso em que Freud anuncia que o distúrbio da linguagem pode ser causado por um *dano geral da percepção*, na qual ela se tornaria responsável pelo

ajuntamento das letras de uma palavra e da coesão total de um objeto (Freud, 1891/2014, p. 52). Se até então a preocupação era explicar os distúrbios de linguagem, um caso específico chama a atenção por tratar de disfunções sensoriais: um paciente, após um acidente cerebral, não era capaz de sintetizar imagens de objetos, acústicas, táteis e símbolos sucessivos, surgidos em intervalos perceptivos. A exposição de estímulos parciais de um objeto ou as letras de uma palavra não eram coadunadas sem que a percepção do objeto ou da palavra fosse total. Na busca por solucionar esse caso, foi necessário adentrar profundamente nas explicações psicológicas do funcionamento cerebral.

### **1.1.1.A interlocução entre a fisiologia e a psicologia: as representações de palavra e representações de objeto**

Para dar cabo a essa empreitada, Freud retomou a hipótese de Wernicke de que há no córtex cerebral algumas formas de representação, “restos de impressões que chegaram à via dos nervos ópticos e acústicos, ou que surgiram durante os movimentos da linguagem como sensação de inervação ou percepção do movimento realizado” (Freud, 1891/2014, p. 61). Na teoria de Meynert, o córtex cerebral é o centro da compreensão, que estaria propenso a receber todas as impressões sensoriais em decorrência de sua exterioridade e armazenar, nas células, representações. Nesse sentido, essas impressões constituiriam o que seria uma projeção corpórea no córtex, uma reprodução das sensações sentidas no corpo dentro do córtex cerebral<sup>6</sup>.

Como aponta Freud: “o processo psíquico é um processo paralelo ao fisiológico (*‘a dependent concomitant’*)” (Freud, 1891/2014, p. 72). Winograd (2004) retoma alguns textos freudianos da década de 1880 para demonstrar como a hipótese de dois processos que se passam em paralelo é resultado dos trabalhos que Freud realizara com Charcot, Meynert e Breuer, assim como é fruto dos estudos de Bernheim sobre a sugestão. Já em 1890, Freud anunciava:

É verdade que a medicina moderna tinha motivos suficientes para estudar o incontestável vínculo existente entre o físico e o anímico, mas nunca deixou de representar o anímico como determinado pelo físico e dependente deste... A relação entre o físico e o anímico... é recíproca, mas o outro lado dessa relação, o efeito do anímico no corpo, encontrou pouca aceitação aos olhos dos médicos em épocas anteriores. (Freud, [1890]1905/1996), p. 272)

---

<sup>6</sup> Embora a noção de um eu como projeção corporal aparecerá consolidado, na obra de Freud, apenas em 1923, em “O Eu e o Id” (Freud, 1923/2011), já é possível vislumbrar o germe dessa proposição nesta sua primeira publicação neurológica. Para ele, o estudo das diferentes fibras e substâncias cerebrais levam à conclusão de que “a periferia do corpo está contida nas partes superiores do cérebro, assim como no córtex cerebral, não mais de forma tópica, mas apenas *funcional*” (Freud, 1891/2014, p. 71, grifo nosso).

A relação entre esses dois processos ocorre quando há estimulação de um estado cortical que já fora expandido para outros pontos, deixando um rastro passível de lembrança: o psíquico ressurgiu ancorado no substrato fisiológico, embora como imagem mnêmica. Não se trata de uma representação como efeito mecânico, mas de um “concomitante dependente” - não há espaço para simplismos e reduções no âmbito de um epifenômeno.

Em contrapartida, se as falências funcionais acontecem nas vias de condução, não é possível tomar o centro cortical como responsável por esse dinamismo, como propunham seus predecessores; só é possível que a formação e as associações entre as representações aconteçam na própria via de condução. Para Freud, a sensação e a associação não podem acontecer em dois tempos: “não podemos ter uma sensação sem associá-la imediatamente” (Freud, 1891/2014, p. 74). Sensação e associação são dois aspectos de um mesmo processo, unitário e indivisível - indicando que a localização de uma representação (nível psicológico) não difere da localização de seu correlato fisiológico.

As consequências dessa afirmação parecem ter sido pouco exploradas, inclusive pelos comentadores. Se perceber e associar são duas faces do mesmo processo, desde o início dos trabalhos freudianos, é possível vislumbrar o efeito que a memória, enquanto um conjunto de representações, exerce sobre os conteúdos percebidos. A partir desse momento, a trama entre percepção e memória jamais se distanciará na psicanálise freudiana. Veremos ao longo desse trabalho como isso se desdobra nos escritos futuros, mas, de antemão, está fornecida a relação entre os dois termos: a memória influencia *imediatamente* a percepção. O desfecho principal para essa afirmação faz coro a nossa hipótese de que a percepção não é e não pode ser uma cópia desprezível da realidade por conta da associação imediata com a memória. Perceber significa estar dentro de um mundo possível para ser percebido e realizar de imediato relações diretas com outras representações e outros componentes da representação.

Nesse sentido, uma percepção já carrega consigo a possibilidade de se associar - e não com qualquer outra representação, mas com representações específicas. Para Freud, “essas direções associativas são aquelas que entraram em consideração no momento da aprendizagem dos desempenhos da linguagem” (1891/2014, p. 117). Ora, se as associações estão subordinadas aos processos de aprendizagem, isso significa que a própria percepção é aprendida, o que significa que todo o contexto cultural de aprendizagem baliza as percepções da realidade e determinadas percepções podem ser desconsideradas por seu valor social ou por seu valor desprazeroso.

O processo descrito de não aceitação das teses neurológicas permitiu que Freud, a partir de seus posicionamentos, vislumbrasse um aparelho de linguagem inédito para responder às lacunas advindas das hipóteses localizacionais. Realizar esse discernimento obrigou Freud a adentrar no campo da psicologia para entender que “a unidade da função de linguagem é a ‘palavra’, uma representação complexa que se mostra composta por elementos acústicos, visuais e cinestésicos” (Freud, 1891/2014, p. 90). Os componentes da representação de palavra são majoritariamente agrupados em: imagem acústica, imagem visual da letra, imagem do movimento da fala e imagem do movimento da escrita. Freud tem uma concepção bastante distinta de seus precedentes: ela deixa de ser algo que se situa na célula nervosa, não existe independente da associação e não se resume a um efeito mecânico de estimulação.

A herança freudiana na teorização sobre as representações se funda na conceituação de John Stuart Mill de representação complexa<sup>7</sup>, citada pelo próprio Freud. A noção de representação complexa, tão cara a Freud, advém da proposição do filósofo quanto às relações que os elementos acústicos, motores, cinestésicos etc. estabelecem entre si<sup>8</sup>. Loffredo (2017) aponta que o emprego de *Vorstellung* [representação] na obra freudiana segue a tradição de Kant e Mill, que a alojavam na mente, enquanto Hegel o influencia por dotá-la de aspectos sensoriais. Segundo a autora, Mill parte da existência de duas coisas em si, a mente e o mundo, e uma relação de causação se estabelece entre eles. Isso porque através das sensações, da ilusão de permanência do mundo e sua existência fora da consciência, podemos construir crenças, a partir da experiência, tanto de um como do outro. A *possibilidade* das sensações permanece como crença, mesmo no caso das sensações não terem sido experimentadas - o que torna a matéria como uma possibilidade permanente de sensação:

É fundamental enfatizar, entre elas, o alcance da tese da *crença* num mundo exterior... No âmbito dessa concepção, ao não se reportar à ideia de “existência” do objeto, fica fora de questão para Freud que se possa vinculá-lo a juízos de certeza ou de prova, com uma derivação direta na concepção que rege o *princípio de realidade*: este não se remete ao

---

<sup>7</sup> É necessário atentar que a representação ser *complexa* pode significar duas relações distintas. Em primeiro lugar, as relações entre os elementos (acústicos, visuais, cinestésicos) que formam a representação de palavra os impede de ser concebidos isoladamente, o que torna a representação de palavra complexa. Depois, as associações que a representação de palavra estabelece com outra representação de palavra forma um complexo associativo, o que também é referido por Freud como “superassociação” - aquelas associações que são secundárias em relação à linguagem primariamente associada” (Freud, 1891/2014, p. 78).

<sup>8</sup> Essa é uma leitura pessoal, apoiada no próprio Freud (1891/2014) e em comentadores (Gabbi, 2001; Loffredo, 1999, 2017). Longé (2011) indica que a herança associacionista advém dos trabalhos de Hermann Ludwig von Helmholtz. Por outro lado, Casanave (2008) tece longas considerações sobre como Freud se apóia nas formulações de Brentano e Mill para superá-las quando introduz no escopo psicanalítico a noção tanto de intencionalidade do fato psíquico, quanto de automatismo associativo.

mundo exterior enquanto tal, mas aos *signos* que o revelam, isto é, é oriundo de uma leitura da realidade. (Loffredo, 2017, p. 172, grifos da autora)

A autora fornece pistas, presentes desde os primeiros escritos freudianos, de qual será a base epistemológica para pensar o aparelho psíquico e a relação que ele mantém com a realidade: a existência verdadeira do referente é menos importante do que a crença na sua existência. Isso significa dizer que a mente humana é capaz de expectativa, já que se pode formular a concepção de sensações possíveis a partir das sensações reais. Como esses componentes estão dispostos em lugares diferentes no território da linguagem, é somente por meio da articulação entre representação e as associações estabelecidas que se pode pensar em uma unidade, e não mais como uma explicação de relação ponto a ponto entre condição psicológica e fisiológica. E como esses componentes não estão todos localizados no mesmo lugar, somente as vias de associação podem fazer com que o aparelho de linguagem funcione como um processo<sup>9</sup>.

A sequência de hipóteses freudianas herda de maneira clara esses pressupostos. Segundo Freud, para que a representação se forme enquanto tal, é necessário que a representação de palavra se ligue à representação de objeto, que é “um complexo associativo composto dos mais diversos tipos de representações visuais, acústicas, táteis, cinestésicas e outras” (Freud, 1891/2014, p. 95). As representações de palavra, no entanto, são concebidas como um complexo representativo *fechado*, enquanto as representações de objeto são um complexo representativo *aberto*. Este é tomado como tal por se apresentar ao sujeito através de sua aparência, formando acréscimos representacionais na mesma cadeia associativa de impressões sensoriais - cada nova associação sensorial acrescenta uma nova série de impressões na mesma cadeia de associações. Ao passo que a representação de palavra, por sua vez, é composta pela imagem motora, acústica, da leitura e da escrita - fechada, mesmo que passível de ampliação.

Por meio do estudo dos distúrbios de linguagem, Freud pressupôs que a representação de palavra forma um elo com a representação de objeto por meio das extremidades sensíveis, mais especificamente, pela imagem acústica. Portanto, a imagem acústica da representação de palavra é o eixo prioritário com que se estabelece a relação com os componentes da representação de objeto. No outro pólo, a representação que permite a união por parte das representações de objeto é a visual: “são as [imagens] visuais que representam o objeto de forma semelhante à forma como a imagem acústica representa a palavra” (Freud, 1891/2014, p. 95). Ademais, Freud assume que a

---

<sup>9</sup> E, para que se encontrem os elementos pertencentes às representações, deve-se seguir a lógica indutiva, utilizada tanto por Mill, em sua filosofia, quanto por Freud, na decifração dos sintomas. Dessa maneira, mais do que a noção de representação, Freud herdou um *método* de investigação do psiquismo que tem seu princípio na filosofia milleriana (Loffredo, 1998, 2017; Gabbi, 1994).

ligação que se estabelece entre a representação de palavra e a representação de objeto é propriamente *simbólica*. E acrescenta: a relação que se estabelece entre o objeto e sua representação merece menos essa conotação, contrariando toda uma esteira filosófica que entende a representação mental como aquilo que é o plano simbólico de uma realidade observada.

Garcia-Roza (2014) é bastante incisivo quando propõe que Freud tenha abandonado o conceito de impressão, assim como os empiristas ingleses a concebiam - isto é, não se trata mais de conceber a ideia como uma reprodução das impressões. Tomar a relação entre o objeto e sua representação psíquica como *menos simbólica* do que a relação entre as representações instaura um campo de simbolismo, em última instância, cujo fundamento é a linguagem. Isso não quer dizer, como propomos demonstrar, que apenas a linguagem é simbólica; em todo caso, o simbólico não é mais, prioritariamente, a relação psíquica e sua relação com os objetos, mas as relações entre representações de objeto e representações de palavra.

Se o objeto e sua relação com a representação de objeto deixam de ser a via privilegiada para pensar o campo do simbólico, Freud desqualifica a percepção de uma de suas funções fundamentais, que é a inscrição do estímulo externo em imagem mnêmica, formando associações complexas. Com isso, Freud não se preocupa em explicar de que forma as representações se associam a partir do dado bruto fornecido pela percepção: por mais que perceber seja associar imediatamente, a associação necessita de um material perceptivo para que as representações se agrupem em complexos. Não são dadas pistas sobre o trabalho da percepção nesse processo, o que é compreensível somente quando percebemos que toda a obra freudiana é ancorada, principalmente, num aparelho de memória e não em um aparelho perceptivo. O que acontece, então, entre as associações perceptivas que compõem a representação (independente se são de palavra ou objeto)? Como elas se associam para formar uma representação coesa e complexa? Esse processo é feito de maneira imediata pelo aparelho de linguagem ou ele é realizado pelo aparelho perceptivo? Freud não deu muitas pistas de como essas associações são feitas, mas podemos nos questionar se elas também não podem ser simbólicas à medida que cumprem o pressuposto por ele mesmo estabelecido: não se trata da relação entre o referente e a representação, tampouco da relação entre uma representação com outra; trata-se da associação entre as imagens sensoriais de uma representação. Ou seja, essa inversão sobre o que seria propriamente simbólico resolve alguns problemas, mas não deixa de acrescentar outros.

Essa virada, que estabelece parâmetros simbólicos no funcionamento interno da estrutura do aparelho de linguagem, parece ter pouca ênfase no texto freudiano, nesse momento, com relação ao que será em todo o percurso da psicanálise. Não obstante, o mote a ser trabalhado são os problemas

afásicos e o modelo representacional vislumbra uma saída para os imbróglis da teoria localizacional. Embora a tônica textual não recaia sobre as implicações que a inversão do modelo simbólico tem com o futuro da psicanálise, essas questões dizem respeito à problemática específica que está sendo desenvolvida neste trabalho. Para dar consistência e prosseguimento, resta apresentar dois casos que foram analisados por Freud

### **1.1.2. A influência da percepção nos distúrbios de linguagem**

O andamento do texto se dá por meio da evocação de dois casos clínicos que permitem Freud conceber as imagens visuais como os mais destacados e importantes componentes das representações de objeto, uma vez que distúrbios nos elementos ópticos exercem influência nas funções de linguagem.

O primeiro conta o caso de uma doente que padecia de cegueira por uma causa cerebral, que não reconhecia as pessoas visualmente, nem pela voz, e balbuciava algumas frases com impaciência. Entretanto, quando lhe forneciam algum estímulo tátil, de modo que ela pudesse formar uma representação tátil, ela imediatamente retomava a comunicação normal; assim que lhe era subtraído o estímulo, sua linguagem se tornava novamente incompreensível. O que existe, nesse caso, é um aparelho de linguagem intacto que funcionava somente quando era estimulado pelas associações de objetos que lhe eram fornecidas. O segundo caso trata de um paciente que não conseguia nomear objetos quando os via, mas, se o deixassem pegar o objeto com as mãos, ele encontrava o nome correto. De maneira análoga, o aparelho de linguagem não estava comprometido, mas sim a reação frente às associações ópticas de objetos.

Ora, como então dizer que a percepção não exerce função nas dinâmicas simbólicas? Ao que tudo indica, Freud está tratando esses “elementos ópticos” como componentes da representação de objeto. O que não está presente nessa linha de raciocínio é o papel da percepção na *constituição* dos “elementos ópticos” e outros elementos sensoriais: se a representação é formada por conteúdos perceptivos-sensoriais e se ela se relaciona com a linguagem por meio das associações de representação de palavra e representação de objeto, então percepção e linguagem não estão tão distantes - ou seja, a percepção se torna bastante próxima das dinâmicas simbólicas.

Aparentemente, a percepção pouco aparece na conceituação freudiana de “Afasia”, mas podemos preencher lacunas a partir da conceituação até então esboçada. Sabemos que ela é responsável pela apreensão do estímulo externo e transcrição em representação, mais especificamente, em componentes da representação de palavra e representação de objeto. Também

sabemos que os componentes que ela imprime nas representações permite uma associação imediata - basta que uma das representações sensoriais seja ativada para que se estabeleça relações dela com outras representações.

Se um distúrbio entre os componentes da representação de palavra pode causar a afasia verbal, os termos parecem se relacionar a partir de dinâmicas particulares, e não de qualquer espécie de associação. Seguimos, então, a linha de raciocínio para finalizar essa seção com um questionamento: essas associações, por sua vez, precisam funcionar devidamente para que a linguagem não esteja comprometida. A lógica é a seguinte: se a linguagem adquire significado por meio da ligação entre os dois níveis de representação, um distúrbio associativo pode causar um distúrbio de linguagem a medida que a representação de palavra é formada por imagens mnêmicas sensoriais, cujos erros associativos incidem na afasia verbal. Isso levanta algumas questões: por mais que Freud assuma que o simbólico é a relação que se estabelece entre representações, é possível assumir que a falha na associação entre elementos da própria representação sejam de ordem simbólica, à medida que promovem um distúrbio na linguagem? Por sua vez, isso significa que as dinâmicas perceptivas que constituem esses elementos da representação sejam também simbólicos, tendo em vista que a associação entre os termos não é imediata e tampouco casual?

Evidentemente, mais do que buscar incessantemente a resposta para essas perguntas nos textos freudianos, elas criam uma atmosfera sob as quais nossas questões vão se direcionando, como uma bússola para nossa leitura. O que se mantém nos anos seguintes é a perspectiva que apontamos do trabalho conjunto entre percepção e memória, mas ela se transforma em um imbróglio quando Freud passa a analisar também a consciência.

## **1.2. A percepção como processo complexo e o enigma da consciência**

O manuscrito “Projeto de uma Psicologia Científica<sup>10</sup>” (Freud, 1895/2003) foi escrito quatro anos depois de “Afasias” durante uma viagem de trem, que levava seu autor de Berlim a Viena, no outono de 1895. Diferente do seu trabalho inicial, em que Freud estava preocupado em buscar soluções para a afasia, encontramos um primeiro modelo do que seria o aparelho psíquico, sua topologia e sua economia. É sabido que o manuscrito foi descartado por Freud, mas resgatado 42 anos depois, por Maria Bonaparte, sua ex-paciente e militante das causas psicanalíticas, sendo publicado postumamente em 1950 (Bertin, 1989)

---

<sup>10</sup> A partir de agora, referido como “Projeto”.

Apesar de descartado pelo autor, houve um acentuado interesse por parte dos psicanalistas contemporâneos em estudar e comentar a teoria do aparelho psíquico freudiano nele desenvolvida. Muitos conceitos que serão nodais para a teoria psicanalítica tem seu germe nesse texto, e, para nosso interesse, é um dos poucos textos em que Freud fala extensamente sobre a percepção, ainda que sua preocupação seja com o estatuto da memória. Como já apontamos, seu interesse raramente recai sobre os processos perceptivos, mas Freud precisa conjecturar um modelo convincente de como ocorre o armazenamento e a lembrança dos estímulos, necessitando recorrer a um aparelho que tenha suas extremidades nos órgãos dos sentidos e, posteriormente, possa resgatar a memória dos estímulos provindos de dentro e de fora do corpo de forma consciente. Ademais, é a primeira vez que Freud postula a existência de processos psíquicos inconscientes, e como a consciência não é função confiável para saber como funcionam os processos neurais, “cabe considerá-los em primeiro lugar e em toda extensão como inconscientes e cabe inferi-los do mesmo modo que as outras coisas naturais” (Freud, 1895/2003, p. 187). Curiosamente, segundo Simanke e Caropreso (2005), é precisamente nesse trabalho que Freud faz sua mais longa reflexão sobre a consciência, considerando-se o conjunto de toda a sua obra...

O objetivo de Freud é claro desde o início: “expor os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas e, com isso, torná-los intuitivos e livres de contradição” (Freud, 1895/2003, p. 175). Para isso, ele pressupõe um modelo psíquico ancorado em dois postulados principais: a quantidade (Q) e os neurônios. Esses devem ser tomados como partículas materiais - isto é, obedecer aos princípios do naturalismo, que admitem que mente e mundo são formados pelas mesmas características<sup>11</sup> -, como estruturalmente idênticos, anatomicamente independentes e em contato direto por barreiras. Aquela, por sua vez, deve ser considerada submetida ao modelo da lei geral do movimento - ou seja, a quantidade é expressa como diferença entre repouso e movimento<sup>12</sup>. O que indica os estados mecânicos é a diferença entre corrente livre ou corrente investindo um neurônio, divisão que define o processo primário - quando o neurônio não está inibido - e secundário - nos neurônios inibidos. Portanto, o

---

<sup>11</sup> Gabbi Jr situa o texto freudiano no esteio da filosofia empirista, mais precisamente, nas contribuições de John Stuart Mill para uma psicologia empírica. Desse modo, deve-se manter em mente que uma psicologia nesses moldes obedece três características: 1) a física é seu modelo principal; 2) fatos físicos e psicológicos não são essencialmente diferentes; e 3) tem a gênese como explicativo para os processos, ou seja, desenvolve seus parâmetros a partir de causas naturais (Gabbi, 2003, p. 19).

<sup>12</sup> Diversos autores apontam para a dificuldade de precisar se Freud trabalha as quantidades a partir de uma perspectiva mecânica ou elétrica. Para nossa análise, considerando as "Notas" de Gabbi (2003) relativas ao esteio filosófico naturalista da obra, vamos manter a opção do autor por pensar a quantidade a partir de uma perspectiva mecânica.

modelo está assentado sob concepções energéticas, cuja intensidade estabelece diferentes registros mnêmicos.

Sua teoria é baseada em dois fundamentos: o princípio de inércia ou princípio primário, concebendo um aparelho que tende a descarregar toda a quantidade que o alcance e manter-se livre de novas inervações - que será suplantado pelo princípio de constância, assumindo que o psiquismo necessita de uma quantidade mínima de energia para funcionar, estando à cargo dos processos secundários; e do modelo arco-reflexo, em que a energia percorre um caminho de excitação até ser descarregado no polo oposto do aparelho. Esses pressupostos inserem o modelo em construção dentro daquele que foi explorado em “Afásias”, um modelo funcional, mais distante de um modelo anatómico do aparelho mental, embora visivelmente ancorado em pressupostos neurológicos.

O aparelho psíquico é composto por três classes distintas de neurônios, que estão localizados topologicamente na seguinte ordem: o sistema  $\phi$ , ou sistema perceptivo, posicionado na parte periférica do sistema, responsável por recolher as excitações externas e transportá-las, fracionadas e enfraquecidas, a determinados neurônios vizinhos  $\psi$ , assim como fornecer qualidades para a consciência; o sistema  $\psi$ , que consiste num sistema de memória, onde ocorrem os processos de associação para formar representações e que carecem de qualidades; e o sistema  $\omega$ , que consiste na base material da consciência, responsável por fornecer qualidades para o psiquismo, e que está em contato direto com os órgãos dos sentidos. Esses neurônios diferenciam-se entre si pelo modo de ação de quantidade de energia em cada um deles, e não por diferenças estruturais e topológicas.

Os processos que ocorrem em  $\phi$  e  $\psi$  são descritos por Freud de modo exclusivamente fisiológico: diferenciam-se entre si pela permeabilidade e força das barreiras de contato que permitem ou impedem a passagem da excitação, dependendo da Q. No momento, interessa-nos saber que, por estarem na extremidade externa do sistema, os neurônios  $\phi$  recebem Q's mais elevadas e suas barreiras de contato não são suficientes para reter energia, ao passo que os neurônios  $\psi$  recebem energia fracionada, cujas barreiras deixariam passar quantidades fracionadas e, nesse caminho, deixar facilitações. As experiências significativas, como as de dor (em que uma grande Q ultrapassa os crivos do sistema  $\phi$  e inunda o sistema  $\psi$ ) e satisfação (quando a energia é escoada e cessa o investimento nos neurônios), deixariam facilitações duradouras em  $\psi$  na forma de traços de memória. Posto que a Q entra em  $\psi$ , ela adquire “expressão psíquica, ou seja, dariam origem a representações” (Simanke e Caropreso, 2005, p. 89). Isso significa que os neurônios  $\psi$  se alteram após a passagem de energia por meio das facilitações, e estas se configuram como traços de memória, ao passo que os neurônios  $\phi$  não deixam rastros, o que faz com que os neurônios da percepção estejam sempre disponíveis para receber novos estímulos. Entre  $\phi$  e  $\psi$ , apenas uma

parcela da grandeza de  $Q$  é transmitida, indicando uma arquitetura singular dos neurônios cuja finalidade é diminuir essa passagem de quantidade.

Para Campos (2014), essa é a radicalidade da teoria freudiana sobre a memória: a hipótese das barreiras de contato e o trilhamento promovido pela passagem da excitação conferem associações em função do regime *econômico* dos sistemas psíquicos. Diferente do texto de 1891, a memória é resultado do caminho percorrido pela excitação e da diferença causada nas barreiras de contato entre os neurônios, o que a afasta de uma concepção empirista de memória, em que a representação seria uma impressão fidedigna das excitações trazidas pelos órgãos dos sentidos.

No que diz respeito à postulação dos neurônios  $\omega$ , foi com eles que Freud buscou sanar a problemática das qualidades sensoriais e da consciência. Esta se constitui como problema já no começo do “Projeto”, quando Freud propõe explicar os fenômenos psíquicos através de quantidades. Com a introdução da consciência, essa concepção mostra sua insuficiência à medida que os processos conscientes estão mais relacionados com qualidades do que com quantidades, fazendo da consciência um enigma desde o seu início. Quando consideramos os aspectos quantitativos, podemos supor um aumento ou diminuição da capacidade sensível; mais distante, porém, é a possibilidade de explicar os aspectos sensíveis das excitações, aqueles aspectos que dizem respeito à qualidade perceptiva, como sons, cheiros, texturas...

Para obedecerem os princípios erigidos por Freud, esses neurônios devem: ser idênticos aos neurônios  $\phi$  e  $\psi$ ; aspirar à eliminação de  $Q$ ; explicar que as qualidades são equivalentes a diferenças quantitativas; e carregar menos quantidade do que no sistema  $\psi$  por estarem mais distantes do exterior. Paradoxalmente, a consciência não pode ser explicada pela diferença de quantidades: pelo caminho temporal da estimulação, a consciência está localizada no último sistema, aquele que menos recebe excitação, o que é impossível segundo o postulado de que todo o sistema precisa de energia para funcionar; ademais, se ela recebesse estimulação suficiente para se diferenciar por barreiras de contato, ela seria marcada por traços de memória, o que não condiz com a experiência subjetiva da consciência, que está sempre aberta para recepção de estímulos. Utilizando a metáfora de Freud (1900/2001) em “A Interpretação dos Sonhos”, a lente de um esquema ótico não pode carregar impressões, pois se todos os estímulos imprimissem conteúdo na lente, esta se tornaria opaca e o sistema estaria totalmente comprometido.

Por mais que o modo de funcionamento dos neurônios  $\omega$  esteja mais próximo dos neurônios  $\phi$ , Freud não os colocou em contato direto; os neurônios  $\omega$  estão em contato somente com os órgãos dos sentidos (Freud, 1895/2003, p. 371). Com isso, vemos, pela primeira vez, a problemática que acompanhará todo o nosso percurso: explicar como a consciência é, em última instância,

consciência de qualidades perceptivas, já que consciência e percepção estão em polos opostos do aparelho. A resposta encontrada para a conexão entre esses dois sistemas não reside na transferência de quantidade de excitação entre neurônios, mas em outra característica, dessa vez da ordem da temporalidade, que acompanha o fluxo excitativo nos neurônios - o que foi chamado de *período*. Em um dos poucos trabalhos que Freud realmente se debruça e explora alternativas para esse imbróglio, ele afirma que o período seria transposto junto com a excitação, mas estaria mais próximo da ordem da qualidade, atuando somente nos neurônios  $\phi$  e  $\omega$ <sup>13</sup>. Nesse cenário, as barreiras de contato estancam Q, mas o período do movimento neuronal se propaga em todas as direções, de forma que os neurônios  $\omega$  se apropriem para compensar as poucas quantidades de Q que recebe.

De maneira contrária às excitações, os períodos ganham intensidade conforme adentram o corpo, sendo pequenas nos neurônios  $\phi$  e grandes (ou seja, com grande amplitude e diferença) nos neurônios  $\omega$ . As diferenças de período são resultado dos processos que se passam em  $\phi$ , mais precisamente nos “órgãos dos sentidos, cujas qualidades devem ser justamente representadas por diferentes períodos do movimento neurônico” (Freud, 1895/2003, p. 189). Além de agirem como proteção contra Q para os neurônios  $\phi$ , eles também são crivos que permitem passar estímulos de *certos* processos com determinado período, determinando a magnitude das excitações e períodos provindas dos objetos externos. Cabe ressaltar que dizer que os neurônios  $\phi$  são responsáveis pela apreensão dos estímulos externos e não se alteram com o fluxo excitatório de Q não quer dizer, de maneira alguma, que esse processo seja passivo: o aparelho perceptivo deve proteger os neurônios  $\psi$  do transbordamento de energia, selecionar e fracionar os estímulos externos, além de representar a diferença de magnitude emitida pelo período - fica evidente o caráter *ativo* e *processual* da apreensão perceptiva do aparelho, que lida com a realidade através de pequenos recortes da realidade. Essa tese ganha fôlego anos mais tarde, quando Freud (1920/2010), em “Além do Princípio de Prazer”, concebe um aparelho psíquico com antenas que selecionam, degustam e tateiam a realidade de forma específica.

Ainda sobre os órgãos dos sentidos, eles

provavelmente transferem a diferença para  $\phi$ , na medida em que comunicam ao movimento neurônico períodos diferentes e de nenhum modo análogos (energia específica), e estas modificações são tais que prosseguem de  $\phi$  por  $\psi$  até  $\omega$  e ali, onde estão quase livres de quantidade, produzem sensações conscientes de qualidades. (Freud, 1895/2003, p. 189)

---

<sup>13</sup> Embora todos os grupos de neurônios sejam responsáveis pela transmissão do período, os neurônios  $\psi$  não possuem qualidade, em decorrência da forma monótona em que o período vibra quando passa por eles.

A problemática da consciência está longe de ser sanada com a introdução do período e da temporalidade: no que consistiria, em última instância, o período? Ela seria da ordem da grandeza, já que aumenta na direção do interior do corpo, ou ela é da ordem da sensibilidade, uma vez que fornece qualidades à consciência? Freud não apresenta pistas sobre esse conceito tão enigmático, que parece ser tanto quantidade como qualidade. O que sabemos, no entanto, é que ele deixará de ser tematizado nas obras futuras, consequência da falta de credibilidade em explicar a consciência sob moldes quantitativos. Resta apontar que a noção de temporalidade reaparecerá como lógica de transcrição de representações no modelo da “Carta 52” (Freud, 1896a/1996), que veremos mais a diante.

Com essa explicação, Freud propôs sanar a problemática *energética* da consciência, que se excita a partir dos neurônios da percepção, embora não estejam em contato direto com eles. Outro ponto que precisa de elucidação diz respeito ao conteúdo que se torna consciente e, portanto, está mais próximo da concepção *topológica* do aparelho psíquico. Pelo ordem temporal  $\phi\psi\omega$  dos neurônios, não há escapatória, para que o aparelho seja coerente, a não ser explicar como a consciência é afetada pela passagem da excitação pelos neurônios  $\psi$ .

Levando em consideração a ordem temporal que caminha a Q, a consciência precisa ser excitada a partir da memória. Mesmo que a modalidade energética que ela utiliza seja provinda dos neurônios da percepção, a excitação Q, responsável pelos trilhamentos nos neurônios de memória, é o que permite a lembrança para a consciência. Nesse sentido, quando a excitação chega nos neurônios  $\omega$ , a consciência já é resultado de um processo mediado pelos neurônios da memória. Nesse caminho, a consciência é tomada como resultado de um processo que se iniciou desde a seleção dos estímulos pelos órgãos dos sentidos, passando pelos neurônios da percepção e da memória, para que finalmente o material adquira qualidade e se apresente de forma consciente nos neurônios  $\omega$ . Embora não esteja óbvio o caráter processual da consciência no texto freudiano, essa é a mesma posição defendida por diversos comentadores (Menéndez, 2011; Peixoto & Oliveira, 2012; Casanave, 2008). Assim, como a consciência é responsável por fornecer qualidades para o processo psíquico, torna-se mais convincente pensá-la em conexão com órgãos *de* sentido ou invés de órgãos *do* sentido - isto é, entender a qualidade fornecida por  $\omega$  como um *sentido* para as associações representacionais em  $\psi$ .

Para avançar um pouco mais na conceituação das qualidade consciente, Freud apresenta duas sensações que serviriam de modelo prototípico para explicar o funcionamento do aparelho psíquico: o par prazer-desprazer. O psiquismo teorizado até então explica que a *dor* é decorrente de uma invasão de grandes quantidades de estímulos externos nos neurônios  $\psi$ , na situação em que os

órgãos dos sentidos não conseguem refreá-las, e é sentida conscientemente como desprazer; no entanto, o par prazer-desprazer não pode ser explicado por diferença de quantidade, já que o sistema  $\omega$  não está em contato com o mundo externo e recebe pouquíssimas quantidades para o seu funcionamento. Para resolver esse impasse, Freud precisa supor que o desprazer é a qualidade que  $\omega$  fornece frente ao pequeno Q que o ocupa, para o aparelho botar em marcha o princípio de inércia e descarregar o aumento de excitação que chega em  $\psi$ . Por sua vez, as qualidades são emitidas conforme o nível de excitação nos processos psíquicos: 1) diferença quantitativa dentro dos limites fixados pela constante do princípio da constância: consciência da série qualitativa; 2) diferença quantitativa na direção do movimento: consciência da sensação de desprazer; 3) diferença quantitativa na direção do repouso: consciência da sensação de prazer; 4) ausência de diferença: não há consciência (Gabbi, 2003). Especificamente, "as sensações de prazer e desprazer – que junto com as qualidades sensoriais formariam a classe das sensações conscientes – resultariam diretamente da ocupação de  $\omega$  por quantidade" (Simanke & Caropreso, 2005, p. 95). Em todo caso, essa fórmula coloca a consciência como qualificador de processos anímicos, mas que permanece totalmente ignorante de quais seriam as causas do prazer ou desprazer.

Com essas informações, Freud tem os elementos necessários para escrever o desempenho do aparelho composto pelos três grupos de neurônios e a relação entre consciência e percepção. Em um primeiro momento, os movimentos das massas externas penetram como excitações nos órgãos sensoriais, que realizam o processo de fragmentação dos estímulos até um limiar aceito pelos neurônios  $\phi$ , sendo o primeiro crivo de seleção dos estímulos para quantidades médias aceitáveis. Assim, esses estímulos chegam aos neurônios  $\phi$  com uma quantidade e uma qualidade determinada: "o fato de o ser humano só ser capaz de detectar quantidades e períodos dentro de certos limites significa que o campo do conhecimento diretamente decorrente das impressões sensoriais está circunscrito por estes fatores" (Gabbi, 2003, p. 51). O que quer dizer que estímulos que não fornecem uma quantidade ou qualidade necessária não tem valor algum, ao mesmo tempo que aqueles estímulos que são muito carregados de quantidade podem proporcionar sensações de desprazer em  $\omega$ , e dor, após terem preenchido os neurônios  $\psi$ . Paralelamente, o período segue o fluxo  $\phi\psi\omega$ , sem deixar rastro de memória e produz, em  $\omega$ , sensações conscientes; a quantidade do estímulo  $\phi$  excita a tendência eliminatória do sistema nervoso (processo primário) e age nas extremidades motoras por liberação, ao passo que o processo de passagem de excitação que ocorre no interior dos neurônios se dá por meio de transferência. Enquanto este processo abriga as quantidades, as qualidades se expressam pela topologia, uma vez que os órgãos dos sentidos comunicam-se com *determinados* neurônios  $\psi$  através de  $\phi$ . Sobre isso, Gabbi é enfático:

Se cada um dos órgãos dos sentidos comunica-se por meio de  $\phi$  com determinados neurônios  $\psi$ , então cada um dos sentidos transmite impressões próprias de algo externo para  $\psi$  que os registra. Para poder formar a percepção de um objeto, ou seja, para poder relacionar as impressões dos sentidos, é preciso que estes registros estejam associados entre si, segundo leis de associação. Em outras palavras, a percepção, incluindo a percepção de totalidades, não é inata, mas deriva de um processo de aprendizagem. (2003, p. 51-52)

Havíamos demonstrado que a percepção consciente era resultado de um processo, mas com o comentário do autor fica claro que, não só a percepção não é imediata, como ela também é resultado de um processo de aprendizagem. O que fica latente e precisa ser explícito no esquema do aparelho psíquico é a diferenciação de dois funcionamentos da percepção: um primeiro, responsável pela modulação das excitações e qualidades do mundo exterior para dentro do aparelho, à revelia da consciência, que administra a economia do psiquismo e que se passa nos neurônios  $\phi$ ; e um segundo, responsável por fornecer consciência perceptiva das excitações no sistema  $\omega$ . O que é próprio da percepção consciente diz respeito a um *processo* complexo de articulação entre os sistemas, diferente do que seria a *inscrição* e modulação dos estímulos, que estaria voltado para os processos que ocorrem nos neurônios  $\phi$ . Se a percepção é aprendida, ela o é tanto na extremidade externa do aparelho, que seleciona os estímulos segundo seu próprio crivo, quanto na extremidade motora, que tem atrás de si o trabalho conjunto dos três grupos de neurônios. Não restam dúvidas de que, nesse modelo, a percepção é ativa e está relacionada com a memória, de modo que os processos psíquicos realizados em  $\psi$  afetam a forma como a percepção consciente se apresenta para o indivíduo.

Nesse panorama, a consciência aparece como uma tentativa freudiana de inserir seu modelo nos moldes mecanicistas, em que a consciência seria um epifenômeno dos processos materiais dos neurônios e se apresentaria para o sujeito de forma subjetiva (Menéndez, 2011; Gabbi, 2003). Contudo, a consciência não seria a apresentação subjetiva de todos os processos psíquicos, mas apenas aqueles que decorreriam em  $\omega$  - ainda que, para o estímulo aceder aos neurônios  $\omega$ , ele tenha percorrido os neurônios  $\phi$  e  $\psi$ . E se a memória afeta a consciência, é necessário distinguir o que é da ordem da lembrança hiper-investida alucinatoriamente e o que é percepção da realidade.

### **1.2.1. O princípio de prazer-desprazer e a alucinação como fundamento do aparelho psíquico.**

Dissemos que o aparelho psíquico obedece ao princípio primário de manutenção de uma quantidade pequena de excitação. Se até então as excitações foram descritas a partir do mundo externo, Freud precisou teorizar também as excitações originadas no interior do organismo, cujo protótipo para nossa análise é a *fome*. Para isso, foi necessário distinguir dois tipos de neurônios  $\psi$ : os que são ocupados diretamente por  $\phi$ , chamados de neurônios do manto; e os neurônios do núcleo, que mantêm relação direta com as conduções endógenas.

Como as quantidades endógenas são de grandezas intercelulares, os neurônios do núcleo lidam com quantidades muito menores em comparação com os neurônios do manto. Com o aumento da excitação, os neurônios  $\omega$  emitem desprazer para que o organismo realize uma ação motora e o nível de excitação volte para o mínimo possível. Seguindo o modelo do arco reflexo e tomando como exemplo o caso da fome, o organismo precisa descarregar a excitação endógena por meio de uma ação motora específica: não é suficiente que, num primeiro momento, a criança chore ou esperneie para que a fome seja sanada. É necessário que o ambiente se altere de forma que a comida venha suprir a demanda, com isso, o estímulo seja cancelado em sua fonte. Se essa ação específica foi prestativa, instaurou-se uma "vivência de satisfação": cessa-se a produção de estímulo endógeno, associa-se a percepção à imagem motora e investe-se um complexo associativo, desencadeando três processos em  $\psi$ :

1. Realizou-se uma eliminação duradoura, e, dessa forma, dá-se fim à incitação que produzira em  $\omega$  desprazer;
2. Origina-se no manto a ocupação de um neurônio (ou vários) que corresponde(m) à percepção de um objeto;
3. Chegam em outros lugares do manto as mensagens de eliminação devidas ao movimento reflexo desencadeado que se segue à ação específica. (Freud, 1895/2003, p. 196)

O complexo associativo que se forma corresponde à percepção do objeto, percepção da pessoa prestativa da ação específica e os caminhos a serem percorridos pelo trilhamento, um complexo associativo entre a demanda da ação, seu objeto e a interrupção dos estímulos. Assim, a vivência de satisfação seria um dos protótipo para as vivências afetivas primárias do ser humano, cujo precipitado é o *desejo* - o caminho de descarga. Isso porque as barreiras de facilitação e o trilhamento resultante da passagem de Q ficam armazenados em  $\psi$  e indicam um caminho que tem como resultado uma vivência de descarga, cuja sensação é de satisfação.

De forma análoga é o que se passa com a experiência de afeto, cuja experiência prototípica é a *dor*. No caso da vivência dolorosa, os neurônios  $\psi$  estão expostos de forma normal a Q por conduções do corpo e de forma anormal quando Q enormes ultrapassam os dispositivos protetores

em  $\phi$  e chegam muito fortes em  $\psi$ . A dor produz em  $\psi$ : um grande aumento de nível, qualificado como desprazer por  $\omega$ ; uma inclinação à eliminação, segundo o princípio de inércia, causando o aparecimento de caminhos de eliminação; e uma facilitação entre esta e uma imagem recordativa do objeto que excitou a dor, na tentativa de desocupar a imagem recordativa (Freud, 1895/2003, p. 197). No caso de quantidades muito grandes de Qs, nem o sistema  $\phi$  nem o  $\psi$  conseguem impedir a condução da excitação. Nesse caso, os neurônios  $\psi$  tornam-se tão permeáveis quanto os neurônios  $\phi$ , o que demonstra que a dor coloca em movimento tanto o sistema  $\phi$  como  $\psi$ , desorganizando-os. Em última instância, uma quantidade muito elevada de excitação coloca em xeque todo o aparelho de distinção entre percepção e memória! A relevância que estamos dando ao campo energético do aparelho psíquico, aqui sob o pretexto da dor, não é desprezível: nos modelos futuros, essa dimensão será paulatinamente suprimida da teoria freudiana e, com ela, a noção de que a percepção é responsável por modular essa intensidade em níveis funcionais no psiquismo. Veremos que essa supressão leva consigo também à potencialidade do sistema perceptivo em manejar conteúdos potencialmente traumáticos e ordenar as dinâmicas representacionais.

Retornando ao problema da dor, o afeto ocorre quando a trilha da descarga que foi facilitada, entre a tendência e a imagem do objeto que a provocou, é novamente investida. Mesmo que todo desprazer signifique aumento de Q, nesse caso específico, ela provém do interior, já que o objeto não está presente. No caso da dor, o aumento de excitação é provocado pelo mundo externo, enquanto que na repetição essa Q é interna.

Assim, a “vivência de satisfação” e a “vivência de dor” vão constituir dois resíduos ou precipitados: os estados de desejo e os afetos, “ambos caracterizados por um aumento de tensão no sistema de neurônios  $\psi$ , produzido, no caso do afeto, pela liberação súbita de  $Q_n^{14}$ , e, no caso do desejo, por somação<sup>15</sup>” (Garcia-Roza, 1991, p. 143). As duas vivências expressam um aumento de tensão que busca descarga e necessitam da ação específica no mundo externo para que o sistema retorne à homeostase. Tanto o desejo quanto o afeto vão, por sua vez, originar mecanismos básicos no aparelho psíquico. O mecanismo originado pelo desejo é da atração desiderativa de desejo primária, no qual há um investimento das imagens mnêmicas em  $\psi$ . Já o mecanismo resultante do afeto é o da defesa primária ou repressão, que consiste em sempre abandonar a ocupação da imagem recordativa hostil.

---

<sup>14</sup> Por vezes, é utilizado o termo  $Q_n$  para se referir às quantidades endógenas e Q para as quantidades exógenas. No entanto, essa distinção não é necessariamente seguida por Freud, que utiliza, indistintamente, Q ao longo do trabalho.

<sup>15</sup> O aumento da tensão de  $Q_n$  resulta num processo chamado de “somação”, que consiste na soma de pequenos estímulos endógenos que rompem a resistência entre o núcleo de  $\psi$  e o interior do corpo, resultando na reprodução da vivência de satisfação por meio do desejo.

No caso da vivência prazerosa, há uma tendência do aparelho psíquico a reocupar o mesmo circuito de eliminação que deu origem à sensação de prazer, o que ocasiona o reinvestimento da imagem-lembrança de forma alucinatória, já que a imagem não está presente no mundo externo, e a fuga do acúmulo de Q que incitaria o desprazer. Segundo Corrêa (1999), a alucinação primária do objeto desiderativo é um fato original, um princípio que Freud erigiu para todo o seu edifício teórico, à medida que ele postula um aparelho que tende sempre a se descarregar pela via mais curta de obtenção de prazer, mesmo que ela seja a via alucinatória. Essa tendência afeta necessariamente aquelas imagens que tiveram como seu precipitado o desejo, isto é, formaram trilhas de eliminação que levam à vivência de satisfação. Com esse processo, a tendência desiderativa resultaria no mesmo que uma percepção na ausência do objeto, ou seja, numa alucinação.

Nos moldes propostos no “Projeto”, a alucinação é o fundamento do psiquismo: o aparelho psíquico precisa se organizar para evitar que se alucine pelo desejo ou pelo afeto. Ela é a resposta imediata do psiquismo frente ao aumento de excitação, um correlato radical do princípio de inércia que precisa ser impedido para a manutenção da vida. Para o desenvolvimento da espécie e do indivíduo, não é vantajoso que o objeto seja sempre alucinado, já que isso acarretaria numa satisfação do desejo sem que a fonte da estimulação seja sanada pelas ações específicas - seria o caso em que o bebê alucina a satisfação do desejo frente a fome e não obtém o alimento necessário para se manter vivo -, tampouco que ele seja ocupado quando se trata de um objeto que acarreta uma vivência de desprazer.

Nesse sentido, deve haver uma passagem para esses processos que seriam da ordem primária de descarga, em que os neurônios descarregam a excitação pela via mais fácil, para os processos secundários, aqueles que possam armazenar a quantidade a fim de realizar, com ela, algo benéfico para a existência. Sem descartar os pressupostos evolucionistas para essa diferenciação, Freud precisa postular um sistema que ultrapasse o princípio do prazer ou de inércia, para um princípio que se adeque às demandas da realidade. Com isso, os processos primários estão relacionados com o princípio de inércia e os secundários, com o princípio de constância, o que leva Gabbi a supor que “se a primeira está ligada ao externo, ao que não é ainda vivo – um retorno ao estado inicial de inércia – na segunda, assinala-se a necessidade de se introduzir a memória como consequência dos imperativos internos, da própria vida” (Gabbi, 1987, p. 98).

Os processos de atração desiderativa e da defesa primária indicam que há em  $\psi$  uma espécie de organização, cuja existência perturba os cursos quantitativos que deram origem ao desejo e ao afeto. Essa organização dos neurônios  $\psi$  que balanceia, por meio de ocupações, as facilidades e trilhamentos é precisamente o Eu. Ele é o representante de todas as vivências do ser humano, “o

registro de todos os caminhos percorridos pela quantidade que levaram em conta as exigências do mundo” (Gabbi, 2003, p. 62). Apresentada por Freud pela consideração de que

com regularidade se repete a recepção de Qn's endógenas em determinados neurônios (do núcleo), e de que o efeito de facilitação decorrente daí resulta em um grupo neurônico, uma ocupação é constante e corresponde, por conseguinte, ao *portador de armazenamento* exigido pela função secundária. (Freud, 1895/2003, p. 200, grifos do autor)

Ele é composto pelo  $\psi$  nuclear e  $\psi$  do manto, ou seja, por uma parte permanente e uma variável e é de sua alçada realizar as facilitações entre os neurônios  $\psi$ , modulando as trilhas percorridas pela Qn. Por ser neurônios  $\psi$  constantemente investidos, o Eu não é e não pode ser confundido com a consciência nesse momento das formulações freudianas. Futuramente, o amadurecimento da teoria dará novos contornos ao Eu que fogem à pretensão desse capítulo; é suficiente que se destaque apenas que, no “Projeto”, os termos não podem ser entendidos como correlatos.

A função principal do Eu é estabelecer limites entre alucinação e realidade por meio dos processos de inibição de ocupações em  $\psi$ . Ele faz isso cedendo suas ocupações através dos caminhos de satisfação para que um outro caminho não seja trilhado<sup>16</sup>. Nesse caso, a Qn desloca-se para essa barreira de contato ao invés de dirigir-se para outra que estivesse facilitada - para simplificar, a Qn desloca-se para a barreira de contato que tem facilitação temporária por ocupação adjacente ao invés de se deslocar para uma barreira de contato que estivesse facilitada pelo afeto e desencadeasse uma vivência de desprazer. Mais especificamente, “é a inibição do eu que possibilita um critério de diferenciação entre percepção e recordação” (Freud, 1895/2003, p. 203).

Caso esses processos não fossem inibidos, eles resultariam na alucinação do objeto do desejo ou, por meio do afeto, na defesa primária. Sob esses parâmetros, é função do Eu, ao passo que inibe esse processo, diferenciar percepção de recordação, garantindo que os caminhos percorridos levem em consideração as exigências da realidade. Mas, para tanto, ele precisa de um critério, algo que pontue quando deve realizar a inibição e quando uma percepção se trata mesmo de uma percepção e não de uma ideia recordativa. Essa função é feita através de um *signo de realidade* emitido pelos neurônios  $\omega$  (Freud, 1895/2003, p. 203).

Já mencionamos que toda percepção externa traz consigo uma excitação que não é da ordem da quantidade e ganha dimensão no decorrer da trilha e chega em  $\omega$  como qualidade. Como todo

---

<sup>16</sup> Freud (1895/3002, p. 200) postula que uma Qn prossegue na direção de uma barreira de contato que esteja mais facilitada, distribuindo-se em relação inversa à resistência imposta por elas, ou na direção de uma barreira de contato que esteja com o neurônio adjacente ocupado, exercendo uma facilitação temporária.

estímulo externo, ele carrega consigo uma  $Q_n$  que também acede ao sistema  $\omega$  e, então, tende à eliminação; novamente, toda eliminação deixa em si uma marca em  $\psi$  do manto que, nesse caso, funciona como uma mensagem. Essa mensagem de eliminação desde  $\omega$  é, nesse caso, o signo de realidade para  $\psi$ . A partir desses signos, o Eu passa a ser um sistema a partir do qual será possível o pensar que distinguirá a representação-lembrança (imagem do objeto de satisfação) e a representação-percepção (presença real do objeto), através da inibição do investimento da representação-lembrança.

O que se estabelece é um teste de realidade que funciona como um freio para a alucinação; no entanto, não se trata da alucinação que acontece nos sonhos ou nos psicóticos, que veremos mais à frente, mas da alucinação do bebê em relação ao objeto de satisfação de seu desejo. Não se trata de uma alucinação que se forma pelo fato de haver uma limitação para a descarga motora e uma regressão da excitação para o sistema perceptivo<sup>17</sup>, já que o bebê pode sugar o dedo ou chorar; também não se trata de um rompimento com o vínculo da realidade, haja vista que o conceito de dentro e fora ainda não foi estabelecido nesse momento das teorizações freudianas (Porchat, 2005). Para Laplanche e Pontalis (2001), não se trata de uma “prova” sobre o que será representado ou não da realidade, mesmo porque esse teste de realidade é derivado do próprio funcionamento psíquico, que realiza essa função a partir das qualidades fornecidas pelo sistema perceptivo. É uma característica do aparelho psíquico discernir o que é uma lembrança e o que é percepção externa.

Se houver a reativação dos neurônios, aquilo que se produz é idêntico à percepção original do objeto, só que agora o objeto está ausente. Distinguir entre imagem-percepção e imagem lembrança passa a ser a função do “princípio de realidade”, ancorado nos signos de realidade emitidos por  $\omega$ . Esse princípio, no entanto, é de ordem secundária, uma vez que o princípio de prazer ou inércia não pode atender essa exigência, já que ele regula o equilíbrio interno do aparelho sem fazer uso do aparelho percepção-consciência. Quem detém esse aparelho são os neurônios  $\omega$ , que farão a correção no aparelho para que ele supra a deficiência dos processos primários. Portanto, diz-se que o princípio de realidade atua no processo secundário, regulando as necessidades da vida.

O primeiro problema para o modelo freudiano de realidade é decorrente de suas próprias elocubrações: se o objeto desiderativo for ocupado com uma quantidade muito grande a ponto de ser alucinado, o signo de realidade é emitido como se fosse uma percepção externa e corre-se o risco do Eu sucumbir frente às altas quantidades de excitações. Para que o signo de realidade seja válido, a ocupação do desejo deve ser realizada quando o Eu está ocupado, ou seja, sob inibição, de

---

<sup>17</sup> Esse será o modelo para pensar os sonhos a partir de “A Interpretação dos Sonhos” (Freud, 1900/2001).

forma que a ocupação desiderativa não seja intensa a ponto de resultar em um signo de realidade. Seguindo essa lógica, ele entra em cena a partir de todas as quantidades provindas do mundo externo, mas em  $\psi$  somente com grandes intensidades. Para que a mensagem de eliminação de  $\omega$  possa servir como signo de realidade, o Eu deve inibir o processo primário e garantir que a quantidade eliminada por  $\omega$  seja exclusivamente de ordem externa. Frente a isso, é a inibição por parte do Eu e o signo de realidade fornecido por  $\omega$  que permitem a  $\psi$  distinguir a imagem-percepção da imagem-lembrança. Garcia-Roza resume de maneira concisa esses processos:

Se o signo de realidade encontrar o eu em estado de desejo, terá lugar a descarga em direção à ação específica; se o signo de realidade coincidir com um acréscimo de desprazer, ocorrerá uma defesa através do investimento colateral; e se o signo de realidade não coincidir nem com um estado de desejo, nem com um acréscimo de desprazer, então o investimento percorrerá, sem inibição, a cadeia das *Bahnungen* [facilitações]. (1991, p. 155)

A excitação dos neurônios  $\omega$  tem uma função protetora, quando chama a atenção de  $\psi$  para o fato de uma percepção estar presente ou ausente. Segundo Gabbi (2003, p.65), os neurônios  $\phi$  e  $\omega$  tem um vínculo especial devido aos órgãos dos sentidos, de modo que as impressões obtidas não estão relacionadas entre si. Como dissemos, quem faz as associações são os neurônios  $\psi$ , que constituem, propriamente, a memória. É valioso pontuar que, se a percepção é organizada em  $\psi$ , conseqüentemente, cada percepção resulta de um ato indutivo de associar ideias entre si. Ora, o Eu está intimamente relacionado, portanto, com os processos perceptivos, ainda que esteja alocado nos neurônios  $\psi$ . Ele passa a abranger o sistema  $\psi$  do manto, regulando todo o sistema  $\psi$  e tornando possível os processos secundários. Como o percebido é sempre organizado pela memória, o fato do Eu estar situado nos neurônios  $\psi$  não o impede que realize mediações nos conteúdos percebidos.

Mais a frente, Freud aponta: “tem de se supor para este objetivo que os neurônios  $\omega$  estejam originalmente em ligação anatômica com a condução dos diversos órgãos dos sentidos, e que dirijam de novo sua eliminação para aparelhos motores pertencentes aos mesmos órgãos dos sentidos” (1895/2003, p. 203). A proposição freudiana é bastante obscura e pouco clara no que consistiriam essas conduções anatômicas e a relação entre elas e os neurônios  $\omega$ . Se os órgãos dos sentidos tem relação anatômica tanto com  $\omega$  quanto com  $\phi$ , o esquema linear que Freud supõe do curso de excitações poderia ser remodelado em um circuito circular topologicamente válido, tendo os órgãos dos sentidos entre os dois sistemas:



Quando há coincidência total, os signos de qualidade do sistema  $\omega$  permitem que  $\psi$  do manto realize a repetição sem grandes problemas<sup>18</sup>. No caso em que a coincidência é parcial, representação-percepção não é idêntica ao investimento-desejo, implicando uma situação de julgamento entre identidade e não-identidade entre os neurônios. Para que a descarga seja possível, o Eu precisa iniciar um processo de *pensar*, a fim de reconhecer o objeto que realiza a ação específica. De forma esquemática, seria a mesma coisa que dizer que uma representação-lembrança relaciona-se ao neurônio  $a + b$ , enquanto a representação-percepção relaciona-se ao neurônio  $a + c$ . Nesse caso, esse complexo perceptivo se decomporá em duas partes:  $a$ , que permanece idêntico, e  $b$ , que é variável. A parte que permanece idêntica do complexo perceptivo está alocada na parte nuclear de  $\psi$ , assim como a parte do manto de  $\psi$  está para a parte variável da percepção. Mais uma vez, temos a analogia em que o Eu, sistema formado de ideias, e a percepção são consequências de um trabalho conjunto dos três sistemas neurônicos. Seguindo os pressupostos de Mill (Loffredo, 2017; Casanave, 2008), a percepção de algo só pode ser objeto de crença, uma vez que não são entendidos como substâncias, mas como associações de complexos perceptivos. A crença, nesse caso, está ligada à noção de juízo, que envolve a separação do complexo.

Fica a cargo do juízo estabelecer a diferença e, ao mesmo tempo, a semelhança entre os conjuntos  $a+b$  e  $a+c$  a partir da semelhança de  $a$ . Esse neurônio  $a$  recebe um nome específico de “a Coisa”, elemento necessário para a articulação entre os neurônios perceptivos. Garcia-Roza (1991, p. 160) introduz a ideia de que, em outras passagens do texto, Freud se refere à Coisa como o inassimilável, não comparável, resíduo que escapa ao juízo. Sob esse contexto, não é possível que um movimento neuronal tenha  $a$  como resultado: os predicados dos complexos diz respeito à parte variável do complexo, sendo a partir deles que se pode comprar e estabelecer um ponto de intersecção ( $a$ ). Isso posto, temos como consequência que a percepção é tanto constante (composta por neurônios de  $\psi$  do núcleo) quanto variável ( $\psi$  do manto), o que será crucial para estabelecer, nos capítulos futuros, as relações entre as dinâmicas perceptivas e aquilo que é da ordem do irrepresentável. Concluimos dessa suposição que a Coisa é comum tanto aos investimentos do manto como aos do núcleo, embora não seja redutível a um ou a outro. Antes, ela se apresenta como uma estrutura constante presente na percepção, mas sem pertencer propriamente a ela<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Garcia-Roza (1991, p. 158) aponta que a identidade perfeita é um caso limite, ideal, não podendo corresponder em momento nenhum com a experiência concreta.

<sup>19</sup> Sabemos que *das Ding* foi explorada por Lacan (1961) e seus seguidores, especialmente em sua relação com o objeto  $a$ , causa do desejo. No entanto, para os nossos propósitos, permaneceremos fieis à empreitada do campo perceptivo.

A fim de ilustrar melhor esses pressupostos, Freud faz uma descrição de uma situação em que esses processos acontecem:

Por exemplo, seja a imagem recordativa desiderativa a imagem do busto materno e seu mamilo em visão frontal, e a primeira percepção uma visão lateral deste objeto sem o mamilo. Na recordação da criança, acha-se uma experiência ocorrida por acaso na amamentação, na qual um movimento determinado de cabeça transformou a imagem frontal em lateral. A imagem lateral vista conduz agora a um movimento de cabeça que - uma tentativa mostra -, tem de ser executado ao contrário, e chega-se à percepção da visão frontal. (Freud, 1895/2003, p. 205)

Foi dito na apresentação sobre “Afasias” que a representação de objeto é indefinidamente aberta, pois resulta de um processo indutivo, construído a partir de experiência. Entre a parte constante e a parte variável estabelece-se um imagem motora que indica o movimento para encontrar a percepção do objeto faltante, como, por exemplo, mover o rosto para encontrar o objeto frontalmente, ao invés de lateralmente. A meta para que  $c$  migre para  $b$  deve ser o estabelecimento de uma identidade de percepção, trilhando os caminhos do desejo fixado pela vivência de satisfação. Portanto, todo pensar visa a estabelecer esse mesmo caminho, só que em estado de inibição por parte do Eu. Essa é a hipótese que Gabbi (2003, p. 74) traz para explicar como é possível que os processos do juízo reencontrem o objeto desiderativo, no caso, o seio materno.

No entanto, Garcia-Roza (1991, p. 161) demonstra uma outra forma de estabelecer a relação entre os neurônios  $b+c$ : se a visão do mamilo corresponde ao investimento de  $b$ , enquanto que sua invisibilidade na visão lateral corresponde ao investimento de  $c$ , como é possível encontrar  $a$ ? Seguindo essa lógica,  $a$  não é a imagem do seio em visão frontal nem lateral, mas também não é o que há de comum em todos os ângulos de visão possíveis. Para afastar-se dos problemas da percepção, a proposta é que  $a$  seja o elemento comum entre o investimento-desejo (representação-lembrança) e *todas* as imagens do objeto desiderativo em que houve satisfação - o que seria, em última análise, o único critério admissível para diferenciar percepção e lembrança. Isto é, “*das Ding* [a Coisa] refere-se ao que há de comum a todas as percepções relativas à presença do Outro, não se reduzindo a um componente perceptivo banal” (Garcia-Roza, 1991, p. 161).

Seguindo esse caminho, aquilo que é qualidade do objeto e faz parte dos investimentos em  $\psi$  é relacionado a  $b$ . O  $a$  é um índice exterior irrepresentável, aquilo que permanece estranho para aquele que percebe, mas, todavia, não deixa de fazer presença embora ausente. Ele não é concebido como uma coisa, nem como a própria coisa feita de objeto, mas um vazio que, por sua negatividade, funciona como índice da coisa (Garcia-Roza, 1991). O que quer dizer que as trilhas do desejo são

também moduladas por um componente perceptivo ausente, que não se inscreve, como um furo; provavelmente, a tentativa sempre frustrada de reencontrar o objeto desiderativo tem como componente principal um fator perceptivo. Mais ainda, podemos sublinhar que toda experiência de identidade perceptiva tem como pano de fundo uma *ausência*: é preciso algo da ordem da *negatividade* para que se coloque em marcha todo o processo perceptivo e, concomitantemente, de representação. Essa tese é similar àquela defendida por Botella e Botella (2002) de que a percepção tem como fundamento uma ausência, embora partam de princípios diferentes: para esses comentadores, é o “fracasso da solução alucinatória e perda do objeto-satisfação alucinatória” (p. 172) que estaria na origem do processo perceptivo.

Dessa forma, é de suma importância distinguir em qual nível a ausência está operando como modulador do desejo: em um primeiro momento, devemos ressaltar que o desejo está relacionado ao restabelecimento da situação que instaurou a “vivência de satisfação”, seja investindo as representações de forma alucinatória ou com o reaparecimento da percepção na realidade externa, mas que sempre envolve, em um primeiro momento, a ausência do objeto que supria o desejo para colocar em marcha o processo representacional; por outro lado, o índice da Coisa refere-se à ausência organizadora da percepção enquanto constituinte do objeto desiderativo e, portanto, não podem ser confundidos.

Por último, temos o terceiro caso em que a experiência da representação-percepção e representação-lembrança é totalmente diferente. Para trilhar o caminho que faça coincidir entre as duas representações, o “juízo” precisa estabelecer rastreamentos através de semelhanças parciais, até encontrar a identidade procurada e dar cabo à descarga. Essa atividade de rastreamento de Qn faz com que haja o processo de pensamento<sup>20</sup>, ancorado na atividade judicativa.

### **1.2.3. A consciência onírica, o sono e os sonhos: o germe da primeira topologia**

Por fim, Freud encerra o capítulo I do “Projeto” com a análise do sono, dos sonhos e da consciência onírica. Dentre os processos primários, aquele que ocorre durante o sono é privilegiado por Freud para estudar o psiquismo, tendo em vista que ocorre quando há uma diminuição das necessidades impostas pela vida e dos estímulos externos, dispensando a função secundária do Eu.

---

<sup>20</sup> Os capítulos que seguem as discussões levantadas pela problemática da diferença entre percepção e lembrança adentram o campo específico do “pensar” e da “atenção”. Não é o nosso intuito discutir os meandros desse processo, apenas pontuar, como já fizemos, o papel da percepção na memorização e como disso se desdobra o juízo e crença de realidade.

O sonho, além de ser um modelo privilegiado do processo primário, é o arquétipo para a análise dos mecanismos patológicos das psiconeuroses.

A condição primeira para o sono é a redução de  $Q_n$  em  $\psi$ , a ponto de tornar desnecessária a função secundária: dorme-se quando não há estimulação externa nem interna. Durante o período do sono, o aparelho está o mais próximo possível do estado de inércia, o que significa que quase não há reserva de excitação em  $\psi$ , e, portanto, o Eu está esvaziado. “Com isto está dada, como é imediatamente claro, a *condição para processos psíquicos primários*” (Freud, 1895/2003, p. 212, grifos do autor). O Eu não se livra totalmente de seu acúmulo, mas ele se encolhe por conta do recolhimento de seus investimentos; é preciso, todavia, que haja uma pequena provisão de energia para que os sonhos se realizem.

Nas palavras de Freud, “o sono é caracterizado por *paralisia motora (da vontade)*. A vontade é a total eliminação de  $Q_n$  de  $\psi$ ” (1895/2003, p. 212). Interessa ao sono que os órgãos do sentido fiquem ocluídos, de modo que estímulo provindos de  $\phi$  não perturbem  $\psi$ . Com a supressão dos investimentos do Eu, a excitação endógena fica livre para se associar, já que o caminho da descarga motora está barrado. “Assim, se durante o estado de sono o investimento de  $\psi$  a partir de  $\phi$  é extremamente reduzido... há porém uma exuberância dos processos primários em  $\psi$ , cuja expressão é o sonho” (Garcia-Roza, 1991, p. 184).

Freud anuncia algumas características específicas do sonho. Tanto o sono como o sonho são desprovidos de descarga motora - uma consequência da especificidade de sua ocorrência. Ademais, os conteúdos oníricos aparecem de forma absurda para o sonhador por conta da compulsão associativa que reina nos processos oníricos e pela falta de investimento do Eu em  $\psi$  do manto, responsável pela inibição dos processos primários. Com isso, outra característica é o caráter alucinatório das representações oníricas, que *despertam a consciência* com a qualidade de percepção e são acompanhadas de crença.

Essa característica é especialmente importante porque indica um esboço do que futuramente será a noção de “regressão”: nos sonhos, o caráter alucinatório se dá porque a corrente de investimento é alterada. Ao invés de percorrer o caminho usual de  $\phi$  para  $\psi$ , ela vai de  $\psi$  para  $\phi$ , dando lugar à qualidade desse sistema. No início da formação do aparelho psíquico, antes que a  $\psi$  do manto fosse formada, toda recordação envolvia alucinação. Somente com sua formação e com a constituição das ocupações laterais que os processos primários foram inibidos - portanto, a quantidade gerada não era de uma magnitude alta para que pudesse retornar a  $\phi$ . Foi o Eu quem ensinou que a representação-perceptiva não deveria ser tão ocupada de modo a transferir em

retrogradação  $Q_n$  para  $\phi$ , evitando que haja uma regressão formal e tópica dos neurônios. No sonho, como não há investimentos, esse processo se torna possível.

Mais do que isso, o sonho tem a capacidade de despertar a consciência por meio da atenção. Mas que consciência é essa? Acreditamos tratar-se de uma consciência primária e imagética, diferente da consciência do pensamento e da vigília. A partir das palavras do autor, podemos supor que existiriam *dois níveis de consciência* implícitas no modelo proposto - uma presente nos sonhos, de caráter alucinatório e imagético, e outra responsável pelos juízos do pensamento, organizados em palavras: “fecham-se os olhos e alucina-se, eles se abrem e pensa-se em palavras” (1895/2003, p. 214). Essa posição é crucial no que tange à percepção e à consciência: podemos antecipar que a problemática da dupla consciência estará presente nos meandros de toda a nossa discussão.

Seguindo o mesmo caminho, Freud acrescenta que a consciência fornece qualidade para o sonho com a mesma facilidade que a fornece na vigília. A consequência dessa afirmação é supor que a consciência não está colada ao Eu, “mas pode ser agregada a todos os processos  $\psi$ ” (Freud, 1895/2003, p. 215), demonstrando que os processos primários não necessariamente são todos processos inconscientes. Mas, como eles próprios demonstram, todos buscam a satisfação de um desejo, ocorrendo a mesma coisa com os sonhos.

As questões sobre o sonho e a alucinação, no sentido de uma percepção, serão ainda discutidas muitas vezes ao longo desta pesquisa. A percepção onírica ganhará mérito para explicar em profundidade os processos perceptivos e o funcionamento do aparelho psíquico. Não obstante, as formulações no “Projeto...” são anteriores à grande publicação de inauguração da psicanálise e, por isso, não aprofundam essas questões.

Em resumo, no modelo neuronal freudiano, a memória é anterior à consciência e todos os estímulos, tanto endógenos quanto exógenos, são reorganizados pelas representações antes de se tornarem conscientes. Podemos atestar que essa maneira de compreender as relações entre percepção, memória e consciência será utilizada por Freud até o final da década de 1910, modificando-se somente quando ele identifica a consciência com a percepção, em uma nota acrescentada, em 1919, no capítulo VII de “A Interpretação dos Sonhos” (Freud, 1900/2001, p. 521n), mas que ainda assim não deixa de pontuar a participação da memória nos processos perceptivos conscientes.

Apesar disso, Freud ainda fez algumas transformações no seu esquema psíquico que não apareceram enquanto textos publicados, mas nas cartas que trocava com Fliess. As cartas 39 e 52 (Freud, 1896b/1996, 1896a/1996) são particularmente interessantes, pois explicitam a tentativa de aprofundar o modelo proposto.

### 1.3. Elucubrações íntimas sobre um aparelho psíquico

Não satisfeito com as pontas soltas do modelo anterior, Freud envia uma carta a Fliess, conhecida como “Carta 39” (1896b/1996), poucos meses depois, apresentando uma configuração diferente para o aparelho psíquico. Freud localiza os neurônios  $\omega$  entre os neurônios  $\phi$  e os neurônios  $\psi$ : as terminações nervosas conduziriam  $Q_n$  para os neurônios  $\phi$ , que, por sua vez, transmitiriam qualidades para  $\omega$ , considerados uma parte de  $\psi$  que teria quantidades menos intensas; em seguida,  $\omega$  excitaria  $\psi$ , ao invés de transferi-lo quantidade ou qualidade. A natureza dessa excitação permanece obscura, mas a nova organização indica que os processos perceptivos estão mais próximos da consciência, que somente em um segundo momento produziriam efeitos em  $\psi$ . Nas palavras de Freud (1896b/1996): “os processos perceptuais abrangeriam *eo ipso* [por sua própria natureza] a consciência e só produziriam seus efeitos psíquicos *depois* de se tornarem conscientes” (p. 446, grifos do autor). Dessa forma,  $\omega$  está mais próximo dos órgãos dos sentidos que, como apontamos, era uma problemática grave no modelo do “Projeto”, mas o modelo continua sendo pensado de forma linear e pouco avança em muitas questões.

No entanto, o fato de os neurônios da consciência estarem situados entre os neurônios de percepção e memória traz uma novidade: agora, os conteúdos perceptivos se tornariam conscientes *antes* de serem reorganizados pela memória. O que quer dizer que percepção e consciência estariam muito mais próximos, segundo esse modelo, do que no aparelho anterior. Sabemos que essa breve hipótese será rapidamente descartada por Freud nos anos seguintes e será retomada sob outras roupagens apenas nos textos metapsicológicos de 1915, principalmente em “Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos” (Freud, 1917c/2010). É do próprio movimento do pensamento de Freud ser pendular sobre as relações entre percepção, consciência e memória: em um primeiro momento, consciência e percepção estão situadas em pólos opostos, mediados pelas associações da memória; mais adiante, percepção e consciência são teorizados em paralelo e a constituição das representações se passariam em um segundo momento (Caropreso, 2006). Percepção e consciência seriam dois processos diferentes ou, em seu extremo, remeteriam ao mesmo processo? Cada vez mais, parece que a resposta para essa pergunta se mostra inviável, restando-nos reformular a própria pergunta: quantos níveis de percepção e consciência são teorizados por Freud?

As perguntas não respondidas são rapidamente renegadas ainda no mesmo ano, quando, em 6 de dezembro de 1896, Freud envia uma carta para o mesmo colega contendo uma revisão de seu aparelho psíquico, que aparece mais complexo e estratificado, presente nas edições *Standard* como

Carta 52 (Freud, 1896a/1996). Nesse modelo, que é considerado uma ponte entre o “Projeto” e o livro dos Sonhos (Laplanche, 1981), os traços mnêmicos se reordenam no aparelho psíquico, de forma que a memória esteja registrada em diversas variedades de signos. A noção de registro e signo é importante nesse modelo porque não se trata mais de uma diferença quantitativa entre as modalidades de neurônios que ordenarão seu funcionamento, mas de um modelo topográfico em que existem re-transcrições de um sistema para outro. Muito mais próximo da configuração do “Projeto” do que da “Carta 39”, o esquema, também linear, pode ser escrito dessa forma:

$W$  (percepções) -  $Wz$  (signos de percepção) -  $Ub$  (inconsciência<sup>21</sup>) -  $Vb$  (pré-consciência) -  $Bew$  (consciência).

Pela primeira vez, as percepções ganham um corpo próprio e correspondem à impressão do mundo exterior em formas de dados brutos, sem qualidade e sem traço, alocadas em um sistema exclusivo ( $W$ ), que consiste em “neurônios em que se originam as percepções, às quais a consciência se liga” (1896a/1996, p. 282). Posteriormente, elas são transpostas para três níveis de registro: os signos de percepção ( $Wz$ ), articulados segundo leis de simultaneidade e inacessíveis à consciência; a inconsciência ( $Ub$ ), onde lembranças conceituais de ordem imagética são associadas segundo nexos causais, também inacessíveis à consciência; e a pré-consciência ( $Vb$ ), onde se encontram as representações-palavra e as ligações com a linguagem (Garcia-Roza, 1991, p. 204). Por fim, somente por meio da associação com as representações-palavra que os conteúdos pré-conscientes acedem à consciência - permanecendo a dificuldade de explicar como percepção e consciência podem estar em extremos do aparelho, sendo que possuem funções tão próximas, embora Freud, no início, anuncie que  $W$  está ligado à consciência.

O que mais chama a atenção nesse modelo são os signos de percepção como primeira modalidade de inscrição que não são necessariamente o inconsciente, o qual aparece como a segunda modalidade de inscrição. O inconsciente é o lugar em que estão presentes as representações de objeto, enquanto a percepção é a dimensão fisiológica e sensorial - resta para  $Wz$  o meio-termo entre percepção e representação. Mais do que isso, é o primeiro nível de inscrição mnêmico *aquém* do registro das representações-objeto e *além* da fisiologia, o que Garcia-Roza (2002) chamou de impressão. Esta consiste na primeira demanda de elaboração mnêmica, separada do substrato fisiológico e sensorial, mas que ainda não se organiza sob as leis de associação representacional. Campos (2014) vai além e diferencia ainda dois modos de inscrição: “o perceptivo, que operaria por

---

<sup>21</sup> Apesar do estranhamento do termo “inconsciência”, decidimos manter a tradução literal do termo *Unbewusstsein* ao invés de optarmos por “inconsciente”, tendo em vista que a inconsciência aqui é pensada de forma funcional e não como será futuramente concebido em termos de um espaço psíquico topológico com leis e dinâmicas próprias. O mesmo acontece com “pré-consciência”.

simultaneidade temporal e em um *processo primário radical*, e o propriamente mnêmico, que operaria por similaridade e em *processo primário* ou *processo secundário*” (p. 38, grifos do autor). No primeiro caso, trata-se de um nível primitivo de funcionamento, diferenciando-se da sensação e do estímulo, assim como da representação.

Mais importante do que isso, eles são inscrições de *intensidades de excitação*, uma vez que não são ainda representações formadas por imagens: o estímulo que adentra no psiquismo precisa ser metabolizado para engancha no circuito de excitação<sup>22</sup>. Diferente do “Projeto”, que tinha como base um modelo econômico, o modelo da “Carta 52” é constituído por *signos*, que são inscritos e retranscritos, segundo novas lógicas conforme mudam os registros. Diferente das imagens mnêmicas, os signos não detém propriedades que os permitem se associarem e alterarem como neurônios e registros, mas são “traduzidos” de um registro ao outro - são re-escritos conforme caminha o movimento para a consciência. É preciso manter em mente que os signos de percepção são utilizados por Freud somente nesse escrito, desaparecendo das formulações metapsicológicas posteriores. Conquanto, eles serão extremamente úteis quando formos lidar com determinadas percepções que não são representadas pelo psiquismo, mas que ainda assim produzem efeitos.

No que diz respeito à consciência, como explicar o paradoxo de sua presença nos dois extremos do aparelho, que aparece ligada aos neurônios do registro perceptivo e, posteriormente, quando as representações de palavra se tornam conscientes? Um dos caminhos para solucionar esse impasse é retomar a hipótese de que existem dois níveis de consciência na obra freudiana:

uma consciência primária, imediata, virtualmente alucinatória, pura figurabilidade (*Darstellbarkeit*), que eventualmente coincidiria com a percepção como função biológica<sup>23</sup> da operação dos órgãos dos sentidos, isto é, na ‘porta de entrada’ do aparelho psíquico. Por outro lado, o tornar-se consciente da percepção constituiria uma consciência *stricto sensu* secundária, resultado de um processo de elaboração e atribuição de sentido. (Menéndez, 2011, p. 31)

De fato, Freud (1896a/1996) parece fazer essa distinção quando aponta que *Bews* é uma “consciência secundária do pensamento [que] se liga à ativação alucinatória das representações verbais [representações de palavra], de modo que os neurônios da consciência seriam também neurônios da percepção” (p. 283). A consciência que fornece significações, relacionada com as

---

<sup>22</sup> Mais à frente na obra freudiana, grandes quantidades de energia não representadas são responsáveis por traumas psíquicos. Trataremos dessa questão no último capítulo.

<sup>23</sup> Precisamos apontar que, em nossa concepção, a consciência imagética *não coincide* com a percepção biológica. Pensando no esquema proposto, acreditamos que a percepção biológica diz respeito à seleção e redução de quantidade realizada pelos órgãos dos sentidos, enquanto a consciência imagética se passaria nos neurônios *W*.

representações de palavra, a consciência da fala desperta, seria a consciência *secundária* ou consciência do pensamento; em contrapartida, a consciência *primária* se apresenta mais próxima de uma consciência formada por imagens, mais próxima da consciência onírica, e, no seu limite, pura figurabilidade. Pode-se hipotetizar que, quando Freud aponta, na Carta 39, que os processos perceptivos abrangem a consciência, provavelmente tratar-se-ia da consciência primária, imagética, e a excitação em  $\psi$  que causaria efeitos psíquicos seria a consciência secundária.

### **1.3.1. *Fueros*: quando a transcrição falha e o irrepresentável surge**

Vimos que os signos, que mantêm relação direta com as imagens mnêmicas dos modelos anteriores, não são mais investidos com propriedades que os permitem se associarem e alterarem de neurônios e registros, mas são “traduzidos” de um registro ao outro, dependendo da quantidade de excitação que dispõem - os signos são retranscritos conforme caminha o esquema para a consciência: “sustento firmemente a crença numa tendência ao ajustamento quantitativo. Cada transcrição subsequente inibe a anterior e lhe retira o processo de excitação” (Freud, 1896a/1996, p. 283. Contudo, algo específico acontece quando falham as transcrições entre os sistemas e a excitação continua obedecendo às leis que vigoraram no período anterior: surgem os *fueros*, “sobrevivências” de leis passadas em novos sistemas.

Todo o modelo proposto em 1895 está assentado no princípio do prazer, onde o aparelho responde no intuito de diminuir a excitação e diminuir o desprazer. Como vimos, a dor é uma situação paradigmática que deixa um precipitado, um trilhamento específico que pode ser inibido pelo Eu, chamado “afeto”. Segundo Antonello e Herzog (2012), os *fueros* se aproximam das situações de dor porque ambas deixam uma marca no psiquismo que não é representada e simbolizada, o que as distinguiria dos traços. Na “Carta 52”, as marcas seriam aquelas que não passam pelos processos de retranscrição, enquanto os traços são retranscritos e obedecem aos nexos associativos do novo registro. Nesse sentido, os *fueros* estão *fora da cadeia representativa* e não podem ser evocados como lembrança, somente existem enquanto fator energético, pura intensidade. Assim como na “vivência de dor”, o Eu não consegue conter a descarga promovida por eles. Portanto, como a energia não consegue se ligar às marcas, ela busca intensamente se ligar de forma repetitiva. O argumento dos autores é interessante porque demonstra, logo nos obras iniciais de Freud, como aquilo que está aquém das representações não é simplesmente negado pelo psiquismo, mas continua operando à revelia de seu funcionamento normal. Mais adiante, será um pretexto para analisarmos de que forma esses conteúdos de ordem perceptiva operam no psiquismo,

principalmente sob os parâmetros da alucinação (Freud, 1917c/2010) e da compulsão à repetição (Freud, 1920/2010): se a marca existe enquanto pura intensidade, o sistema perceptivo pode dar vazão e continuidade para que ela se descarregue? Seria possível que percepção enlaçasse essa marca sob signos perceptivos? Novamente, temos contornos do irrepresentável e do negativo esbarrando as questões perceptivas. Essas questões, assim como outras levantadas, vão direcionando o norte de nossas pesquisas: optamos por deixar claro desde o início, como opção metodológica, que as questões que emergem do texto são tão importantes quanto o texto em si. Por isso, propusemos a perspectiva de "atmosfera" para o efeito das questões sobre a pesquisa, por ser o que nos fornece material para seguirmos.

O que vale ressaltar de inovador na Carta 52 e que será útil para darmos prosseguimento ao nosso percurso é o registro de "signos de percepção", que não estão ordenados em representações, como acontece no registro da inconsciência e da pré-consciência, mas que, ainda assim, são o primeiro nível de inscrição de uma intensidade no aparelho psíquico e estão organizados sob determinadas lógicas alheias à consciência: ele é o registro *aquém* da representação. Por hora, cabe salientar que esse primeiro registro mnêmico anunciado por Freud, explicitamente, na "Carta 52", sofrerá o destino de ser incorporado na teia metapsicológica da primeira topologia, proposta em 1900, e não será mais tratado de forma independente. Como ele já havia proposto em 1895, é inevitável indicar que, nesse momento, ele retoma as teorias temporais e localizacionais do "Projeto", descartando o modelo da "Carta 39". Com isso, a consciência se mantém balizada pela memória - posição mantida também em "A Interpretação dos Sonhos" (Freud, 1900/2001).

#### **1.4. Consciência perceptiva, consciência onírica e inconsciente em "A Interpretação dos Sonhos"**

O volumoso trabalho "A Interpretação dos Sonhos", obra inaugural da psicanálise, foi lançado na virada do século XX, embora Freud já o havia concebido em 1899 e enviara, como presente de aniversário, para seu devoto leitor, Fliess (Strachey, 1996a). Vimos que ele propusera um esquema de linguagem e um esquema neural, mas, em 1900, Freud apresenta verdadeiramente um aparelho psíquico. De início, existe um intenso investimento em explicar a dinâmica dos esquecimentos do sonho, reforçado por Freud como efeito das defesas psíquicas do recalque e da resistência, e na reconstrução do pensamento latente pelo conteúdo manifesto. Por toda o período analisado, é mantida a perspectiva de que existe um determinismo inconsciente, respaldado pela natureza indelével do traço mnêmico, seja nos trabalhos anteriores que apresentamos (Freud,

1891/2014, 1900/2001), ou da forma que essa mesma concepção reaparecerá na “Conferência 18” (1917a/2014) e na “Conferência 23” (1917b/2014), indicando uma teoria calcada na permanência atemporal e infalível da memória enquanto inscrição inconsciente.

De fato, até 1897, Freud apostava na tese da sedução sexual, na qual uma cena ocorreria durante a infância e seria posteriormente esquecida em decorrência de seu potencial traumático. Por não encontrar o caminho de escoamento correto, essa cena esquecida resultaria em diferentes sintomas neuróticos - seria responsabilidade da técnica analítica reaver as lembranças passadas a fim de torná-las conscientes e reduzir o sofrimento psíquico, como foi proposto em “Estudos sobre a Histeria” (Freud, 1893-1895/2016). O tratamento consistia em devolver ao sujeito a memória que o habitava sob a forma de sintoma. No entanto, essa memória só se inscreveria enquanto *símbolo mnêmico* em um segundo momento, no qual um acontecimento presente ressignificaria a cena original, conferindo-lhe a significação propriamente traumática. O que significa dizer que, até 1897, é um segundo tempo que ressignifica a memória e lhe confere o caráter traumático, um momento *a posteriori*. A partir de então, com o abandono de sua neurótica e a abertura para o campo das fantasias, veremos como a noção de posterioridade é paulatinamente subjugada, juntamente com o polo da realidade empírica na teoria freudiana, e entra em cena o papel da fantasia e da realidade psíquica como ressignificação da impressão e constituição do psiquismo (Laplanche e Pontalis, 1988; Campos, 2014).

Esse abandono, tão caro ao início da psicanálise para que se pudessem abrir as portas ao conceito de inconsciente e de fantasia, não aconteceu de forma repentina como muitas vezes pode ser pensado - anteriormente, Freud já estava às voltas com a noção de fantasia como operador psíquico. Em 6 de abril de 1897, na “Carta 59” Freud mencionara que a solução da histeria poderia estar nas *fantasias históricas*, que “remontam a *coisas ouvidas* pelas crianças em tenra idade e compreendidas somente mais tarde” (1897a/1996, p. 293, grifos nossos). Na “Carta 61”, de 2 de maio do mesmo ano, novamente aparece o conceito de fantasia como sendo responsável pela estrutura da histeria: “as fantasias derivam de coisas que foram *ouvidas*, mas só compreendidas *posteriormente*, e todo o seu material, naturalmente, é verídico. São estruturas protetoras... embelezamentos [dos fatos]” (Freud, 1897b/1996, p. 296, grifos do autor). Mais ainda, no “Rascunho L”, as fantasias são tratadas como “fachadas psíquicas construídas com a finalidade de obstruir o caminho para essas lembranças [cenas primitivas]” (Freud, 1897c/1996, p.297) e que se apresentam como “ficções inconscientes não sujeitas à defesa” (Freud, 1897c/1996, p. 302). Assim, a fantasia era tratada como: 1) uma construção ficcional a partir de um resquício empírico auditivo; 2) uma obstrução à cura da neurose, por impedir que se chegasse às cenas traumáticas infantis; 3)

um elemento de ligação entre a realidade - por serem “verdadeiras” - e o psiquismo - tendo em vista que necessitam de uma elaboração *a posteriori* [*nachträglich*]; e, 4) um reduto psíquico apartado do alcance das defesas. No decorrer de sua obra, os dois primeiros pontos parecem se dissolver nas tramas psicológicas: Freud não volta a mencionar os resquícos auditivos como possíveis faíscas para a fantasia<sup>24</sup>, tampouco assume que elas impeçam a cura analítica. No que se refere ao terceiro e quarto ponto, apontaremos como essas questões são recorrentes e aparecem de diferentes formas ao longo da obra freudiana.

Voltando ao Livro dos Sonhos, é no capítulo VII, “A Psicologia dos Processos Oníricos”, que Freud desenvolve o modelo de aparelho psíquico que nos interessa. Não obstante, esse modelo ainda sofre esparsos efeitos por ter sido escrito por um neurólogo, preocupado em rebater as teses localizacionistas e que utiliza os neurônios para explicar o funcionamento da memória<sup>25</sup> - não à toa que, na busca por explicar o dinamismo psíquico, Freud tenha escrito no manuscrito original que não se trata de uma mobilidade estrutural, mas de *inervações*, fato que será re-elaborado e modificado com uma nota de rodapé acrescentada anos mais tarde (Freud, 1990/2001, p. 582n).

A introdução do aparelho psíquico é feita na seção que apresenta a regressão no sonho, com a anotação de que os compostos serão chamados de instâncias ou sistemas (denominados “sistemas- $\psi$ ”) que, mais do que uma ordem espacial, mantém fixa uma ordem temporal, cuja sequência é estabelecida pelo caminho da excitação. Como os modelos anteriores, ele possui uma economia que caminha em um sentido ou direção: parte de estímulos (internos ou externos) pela extremidade sensorial, e termina em inervações pela extremidade motora, onde se encontra a consciência e a instância crítica. Não diferente dos anteriores, trata-se de um modelo arco-reflexo, que continua a ser “o modelo de todas as funções psíquicas” (Freud, 1990/2001, p. 518). De maneira geral, o modelo é resumido dessa forma: em contato com o mundo exterior e o interior do corpo está a extremidade sensorial, sistema que recebe as percepções (sistema *Pcpt.*) e não retém informações; por trás dele, um sistema que registra as excitações momentâneas em traços permanentes (sistema *Mnem*); depois, o inconsciente (*Ucs*), constituído por representações de objeto, que só tem acesso à consciência pelo pré-consciente (*Pcs*), sistema das representações de palavra, o último dos sistemas situados na extremidade motora, responsável pelo funcionamento motriz e detentor de

---

<sup>24</sup> Embora essa concepção possa ser encontrada de maneira semelhante em 1899, no texto “Lembranças Encobridoras”, mesmo não se tratando da fantasia, e sim de cenas passadas que mantiveram vivos resquícos sensoriais.

<sup>25</sup> Caropreso e Simanke (2011) apontam que o modelo freudiano do livro dos sonhos é visivelmente herdeiro do modelo proposto em 1895. Os autores defendem que as fundamentações neurocientíficas da psicanálise não são anacronismos, mas herança das teses iniciais; e que os supostos rompimentos ao longo da obra são reafirmações das hipóteses neurológicas do início de seus escritos.

investimentos suficientes para desencadear o processo de atenção. A consciência, por sua vez, aparece como “órgão dos sentidos para a apreensão de qualidades psíquicas” (p. 566), com duas superfícies sensoriais: a perceptiva e a dos processos de pensamento pré-conscientes.

Assim, a parte frontal do aparelho é responsável por receber os estímulos perceptivos e não preservar nenhum traço, enquanto, por trás dele, existe um sistema que transforma as excitações do primeiro em traços permanentes. No caso do inconsciente, Freud parece manter as representações de objeto inteiramente incapazes de se tornarem conscientes a não ser que transfiram sua intensidade para uma representação pré-consciente. Por fim, é necessário que os processos excitatórios do pré-consciente atinjam um certo grau de intensidade e que seja dirigida a atenção de determinada maneira para que se tornem conscientes.

Com a complexificação do modelo arco-reflexo e a necessidade de diferenciação entre percepção e memória, é fundamental apresentar quais e quantas são as formas de inscrição no aparelho psíquico, algo que Freud também buscou ordenar nos textos anteriores. Parecido com o modelo da Carta 52, Freud indica que não haveria apenas um sistema *Mnem.*, mas uma série de diversos elementos *Mnem'*, *Mnem''*..., operando, em um primeiro momento, segundo simultaneidade temporal, depois segundo relações de similaridade, e assim por diante, processo conhecido como “associação”. Retomando a hipótese econômica, seria decorrente da diminuição de resistência e do estabelecendo de vias de facilitação que a excitação se transmitiria entre os elementos mnêmicos, obedecendo a uma ordem específica e a lógica de associação do material bruto da memória (1900/2001, p. 520).

Na palavras de Freud (1900/2001, p. 519), “seria perda de tempo tentar pôr em palavras a importância psíquica de um desses sistemas”, afirmando a tese de que da memória é peça central no aparelho psíquico. No entanto “é fato conhecido que retemos permanentemente algo mais do que o simples *conteúdo* das percepções que incidem sobre o sistema *Pcpt.*” (p. 519), isto é, Freud deixa a impressão de que percepção e memória estão trabalhando conjuntamente no processo de associação, embora não indique o que mais fica retido que não o conteúdo das percepções. Mais à frente, talvez uma pista do que seria essa afirmação enigmática: como o sistema perceptivo não retém modificações para que esteja sempre aberto à novas estimulações, é ele que fornece as *qualidades sensoriais* para a consciência. Diferente das lembranças infantis, que são em si representações inconscientes, elas não podem se tornar conscientes; as lembranças mais recentes, por outro lado, que se tornam conscientes, exibem nenhuma ou mesmo uma quantidade ínfima de qualidades

sensoriais se comparadas às percepções. Feito esse percurso, segue-se a conclusão<sup>26</sup>: “*nos sistemas- $\psi$ , a memória e a qualidade que caracteriza a consciência são mutuamente exclusivas*” (Freud, 1900/2001, p. 520). O que fica em suspenso é a identidade dos sistemas mnêmicos e no que eles diferem dos signos de percepção do modelo anterior: são inscrições de naturezas diferentes ou trata-se do mesmo material?

A questão é espinhosa e parece-nos que o modelo em questão é uma tentativa de coaduar as hipóteses funcionais e econômicas de 1895 com a transcrição topológica de 1896. No primeiro caso, era clara a distinção entre os registros em função da quantidade energética que fluía em cada um; no segundo caso, trata-se da tradução das impressões de um registro para o outro. O aparelho que funda a primeira topologia herda a economia do primeiro, considerando que a representação é corolário da quantidade de investimento que recebe, e a topologia do segundo, já que modalidades de registro diferentes significa instâncias diferentes. Contudo, isso não quer dizer que as representações mudem de lugar, porque Freud rejeita um aparelho espacial; deve-se tomar a representação por seu caráter dinâmico e não topológico. O que diferencia o regime das representação é o investimento que ela recebe no diferentes polos do aparelho psíquico.

Até então, indicamos o caminho de tomada de consciência pela via que Freud nomeou de progrediente, que parte da pólo perceptivo ao pólo motor. Trata-se da superfície sensorial da consciência em relação com os pensamentos pré-conscientes, organizados enquanto representações de palavra. No entanto, é preciso ainda analisar a superfície sensorial da consciência que está próxima do sistema perceptivo, na qual os pensamentos, pela via regrediente, transformam-se em imagens durante o sonho.

#### **1.4.1. A regressão onírica e o processo de figurabilidade**

*Se eu conseguir recordar, ganharei calma,  
se conseguisse religar-me: adivinhar o  
verdadeiro e real, já havido. Infância é  
coisa, coisa? (Guimarães Rosa, "Nenhum,  
Nenhuma")*

A questão teórica que precisa de solução é, de maneira geral, explicar como o pensamento é representado por imagem e fala durante o sonho. Durante o sono, o investimento do pré-consciente para a motricidade entra em repouso, assim como a corrente que flui do sistema perceptivo em

---

<sup>26</sup> Essa conclusão adianta o que só será teorizado em 1925, em “Uma Nota sobre o Bloco Mágico” (Freud, 1925a/2011).

direção à atividade motora, não sendo essa mais um obstáculo para que a corrente de excitação flua no sentido oposto; dessa forma, as representações de objeto conseguem obter acesso à consciência sem que necessariamente se liguem às representações de palavras quando regridem a forma de conteúdos perceptivos, processo denominado *figurabilidade*. Freud é enfático quando afirma que não se trata de uma diminuição na censura do pré-consciente que fornece acesso à consciência, já que, então, os sonhos teriam a natureza de ideias; diferente do que acontece na experiência, os sonhos são de caráter alucinatório, onde não há instância que forneça ordenamento lógico.

Para que seja possível explicar essa característica essencial do sonho, é preciso pensar a regressão a partir de três tipos: 1) topográfica, onde a excitação caminha no sentido inverso nos sistemas- $\psi$ ; 2) temporal, considerando que são estruturas psíquicas mais arcaicas que passam para o primeiro plano; e, 3) formal, quando a figurabilidade, forma mais primitiva de expressão, toma o lugar do pensamento. No entanto, como coloca Freud, o processo não passa de uma única regressão, tendo em vista que o “mais antigo no tempo é mais primitivo na forma e, na topografia psíquica, fica mais perto da extremidade perceptiva” (Freud, 1900/2001, pp. 527-528). De maneira geral, a regressão deixa de ser pensada somente como um processo específico do sonho e é utilizada para explicar o desenvolvimento psicosssexual em relação com as fantasias (Freud, 1917b/2014), mas permanece a perspectiva genética de retorno ao que é mais primitivo e ultrapassado, inclusive no limite de uma regressão à uma infância filogenética ou de fantasias arcaicas (Laplanche e Pontalis, 1988, 2001)<sup>27</sup>.

Dessa forma, a natureza do trabalho do sonho é pensada sob a perspectiva do que é mais primordial no aparelho psíquico: ao invés de alcançar a extremidade motora do aparelho, é caminhando pela extremidade sensorial que a excitação atinge o sistema perceptivo<sup>28</sup>. A excitação, que Freud chama de impulso, provém do inconsciente, ainda que ele seja obrigado a se ligar, em determinados casos, a pensamentos oníricos do pré-consciente. Durante o dia, a via de acesso do desejo inconsciente - enquanto representações que buscam invariavelmente escoar sua energia e buscar satisfação - pelo pré-consciente é barrado por conta da resistência da censura. No entanto,

---

<sup>27</sup> Em um manuscrito enviado a Ferenczi, Freud (1915[1985]/1987) remonta o surgimento das neuroses ao desenvolvimento filogenético da espécie humana. Anos mais tarde, em “A Aquisição e Controle do Fogo” (1932/1996), ele mantém a posição de que é necessário afastar-se das funções primárias, relacionadas com a percepção (visual, olfativa), em direção às funções secundárias (do pensamento e do controle) para a vida civilizada.

<sup>28</sup> No “Projeto”, já havia sido tratado o problema da regressão psíquica quando os sistemas mnêmicos regridem ao funcionamento perceptivo, em decorrência da intensidade energética em via regrediente, o que ocasionaria uma regressão alucinatória da atividade psíquica.

durante a sono, a excitação das representações retrocede, propagando-se para a extremidade sensorial do aparelho e atingindo o sistema perceptivo<sup>29</sup>.

O percurso em ziguezague do sonho é sintético e dividido em três momentos - deixemos de fora, por hora, o último. No primeiro momento, por conta da proibição da censura, as representações de objeto que tiverem seu acesso às representações de palavras barrado sofrem condensações e deslocamento, transferindo sua intensidade para outra representação a fim de encontrar uma maneira de burlar a resistência. Contudo, elas não se convertem em pensamento pré-consciente devido à interdição da motricidade durante o sono. Num segundo momento, no trabalho do sonho, a energia das representações de palavra recalçadas investe o sistema *Pcpt.* na direção regressiva e o desejo, já distorcido, ganha a via perceptiva “até se atingir o nível de completa vividez sensorial” (Freud, 1900/2011, p. 523).

Além do investimento do sistema *Pcpt.* pelas representações de palavra e a interrupção do fluxo na via progrediente como fatores que influenciam na regressão do curso excitativo durante o sonho, Freud também aponta para a atração que lembranças de forte caráter sensorial exercem sobre os pensamentos que, impedidos de ascender à consciência, buscam expressão durante o sono. São diversos os sonhos analisados cujos motes principais são qualidades sensoriais: “rostos verdes com olhos vermelhos” (p. 524), “registrei um sonho em que o azul-escuro da água, o castanho da fumaça que saía das chaminés do navio e o marrom-escuro e o vermelho-escuro dos prédios deixaram em mim profunda impressão” (p. 526). Mesmo em textos anteriores, como em “Lembranças Encobridoras” (Freud, 1899/1996), é distinto o lugar que ocupa a percepção sensorial na rememoração das lembranças infantis: “o amarelo das flores é um elemento desproporcionalmente destacado na situação como um todo, e o gosto saboroso do pão me parece exagerado de maneira quase alucinatória” (p. 295). Tanto o sonho como as lembranças infantis aparecem distorcidas por conta do recalque e do deslocamento dos conteúdos de uma representação para outra, de forma a tornar menos nítida a situação verdadeira que causaria desprazer caso fosse explicitada. Ele chega mesmo a admitir que não seria possível ter lembranças *da* infância, somente sobre *a* infância (Freud, 1899/1996, p. 304), como o personagem de Guimarães Rosa que, esforçando-se para lembrar das coisas passadas, afirma que “Não é possível saber-se, nunca mais” (Rosa, 1976, “Nenhum, Nenhuma”) sua veracidade, mesmo contando com a cumplicidade da memória. Os sonhos vívidos, repletos de materiais sensoriais, seriam resultados da excitação do sistema

---

<sup>29</sup> Não só no sonho a via regressiva opera, já que no, pensamento normal, as representações retornam para a matéria-prima dos traços mnêmicos subjacentes; o que diferencia a vigília do sonho é que, no primeiro caso, a via regrediente não ultrapassa as imagens mnêmicas e não produzem uma revivescência alucinatória das imagens perceptivas (Freud, 1900/2001, p. 522)

perceptivo psíquico do órgão visual, criado por uma *lembrança de cena infantil*, sendo “uma *revivescência* de uma excitação visual que originalmente era imediata” (Freud, 1900/2001, p. 526, grifo do autor).

Ora, se Freud faz menção a uma excitação visual *imediate*, passível de ser recordada, seria esta própria do sistema perceptivo? Pelo nosso percurso, só é possível conceber uma impressão psíquica imediata se ela não tiver se inscrito enquanto representação (e então ela deixa de ser uma mera “excitação visual”) e rearranjada sob as diferentes leis dos sistemas. Ou estaria Freud pouco preocupado com a distinção entre consciência primária e secundária? Mais à frente, uma passagem complementar: “O que teria levado meu órgão visual a esse estado de estimulação? Uma *impressão* recente, que estava ligada a diversas outras mais antigas.... A beleza das cores dos sonho era apenas uma repetição de algo visto em minha lembrança” (Freud, 1900/2001, p. 526, grifo nosso). De maneira quase despretenciosa, o termo impressão é utilizado com sua conotação de senso comum (*Eindruck*), o que não deixa claro se é uma representação de objeto ou, mais próximo do sistema perceptivo, um traço mnêmico. Como já mencionamos, caso a impressão seja tratada como representação, não é possível que ela tenha sido imediata, porque foi reorganizada segundo as leis de associação; caso seja tomada como traço mnêmico, é preciso explicar qual o estatuto dessa marca perceptiva que adquire proeminência na formação dos sonhos.

Para isso, entra em cena o papel das fantasias, das cenas infantis e das lembranças na metapsicologia freudiana. Como ele mesmo colocara em 1899, o pensamento pré-consciente sofre distorções pelo desejo inconsciente e se apresenta como lembranças encobridoras das verdadeiras situações passadas. Se não se pode ter lembranças *da* infância, mas somente *sobre* ela, o desejo que não consegue se ligar às representações de palavra e sofre distorções arquiteta uma fantasia que opera sobre a recordação consciente. Em outras palavras, os mecanismos de defesa, juntamente com a busca do desejo em se satisfazer, ressignificam o conteúdo representacional que vai se apresentar à consciência. Trata-se de uma lembrança que, na verdade, é produto de uma fantasia. Nesse nível, vale frisar que se trata de uma consciência próxima do pré-consciente, operando sob o funcionamento secundário, em que já há elaboração por parte do pensamento.

Diferente é o que acontece, como já vimos, na via regrediente: o pensamento é transformado em imagem, que opera sob os processos primários. Contudo, o mesmo não pode ser dito na via progressiva sobre a fantasia, que não é concebida nos moldes do pensamento da atividade psíquica secundária. Elas são da ordem da atividade primária, sem ligações lógicas e sucessão temporal - tanto que se apresentam para a consciência de forma lúcida. Mas se as fantasias operam sobre as cenas infantis, elas tem caráter de representação de objeto; do outro lado, quando Freud explicita as

características do *pensamento* latente nos sonhos, elas são retomadas sob o molde de um pensamento ordenado. Campos é taxativo sobre isso: “se as representações inconscientes que constituem os registros mnêmicos inconscientes não apresentam relações lógicas, como podem ser reconstruídas em um discurso verbal?” (2014, p. 47).

Para que a fantasia seja concebida pelos moldes do pensamento, é necessário que a representação de objeto se articule com a representação de palavra no pré-consciente e se torne consciente sob a forma de uma formação de compromisso (Laplanche e Pontalis, 2001). Segundo os autores, Freud analisa a fantasia como tendo um estrutura comparável à do sonho: “essas fantasias ou sonhos diurnos são utilizados pela elaboração secundária, fator do trabalho do sonho que mais se aproxima da atividade de vigília” (p. 170). Isso porque a elaboração secundária utiliza devaneios diurnos como ponte para tornar a fantasia, em nome do desejo, consciente: “as fantasias de desejo reveladas pela análise nos sonhos noturnos com frequência se revelam repetições ou versões modificadas de cenas da infância; por isso, em alguns casos, a fachada do sonho revela diretamente o núcleo real do sonho, distorcido pela mescla com outro material” (Freud, 1901a/1996, p. 684). Todavia, a distinção entre fantasia e cena infantil é pouco explorada por Freud, que parece utilizá-las como sinônimos em alguns casos: a primeira progressão no trabalho do sonho caminha “das cenas ou fantasias inconscientes para o pré-consciente” (Freud, 1900/2001, p. 551). Se as cenas infantis são o núcleo do inconsciente, seu material originário, as fantasias parecem estar colocados em um nível muito semelhante, ordenando o inconsciente e todo o seu material.

Para finalizar esse caminho, podemos apontar que a fantasia é concebida sob dois níveis, segundo Laplanche e Pontalis (2001): no primeiro nível, ela está mais próxima do desejo inconsciente e seria, portanto, mais originária no psiquismo; de outro lado, ela opera resignificando as cenas infantis quando em confronto com a censura do pré-consciente, pela via progrediente. Essa última resultaria na fantasia inconsciente onírica, com moldes de pensamento e elaboração secundária. Por sua vez, Campos (2014, p. 48) deixa evidente que, no segundo caso, a fantasia não se confunde com as cenas infantis, mas opera resignificando-as a partir do trabalho do sonho, enquanto existiria uma fantasia originária que é pouco tematizada no período em exame.

Com esse percurso, já temos os elementos para finalizarmos todas as etapas do trabalho do sonho. Apontamos que a primeira parte foi progressiva, em que o desejo inconsciente, frente à censura, sofre condensação e se submete à elaboração secundária para o pré-consciente; a segunda, ocorre o retrocesso das representações da palavra até conteúdos perceptivos por conta da atração dos grupos de lembranças que existem apenas sob “a forma de catexias [investimentos] visuais, e não como traduções para a terminologia dos sistemas posteriores” (Freud, 1900/2001, p. 550). Por

fim, o terceiro movimento acontece quando o desejo, convertido em imagem, passa a ser tratado como um estímulo sensorial por conta do investimento do pré-consciente, retomando a via progressiva em direção à representação verbal. É nesse caminho que as imagens do sonho são concatenadas e transformadas em inteligíveis pelos processos do pensamento, operando segundo os parâmetros da elaboração secundária e da fantasia. Freud é ainda mais radical: “o sonho é então submetido por essa força [do *Pcs.*] à influência que descrevemos como elaboração secundária, com vistas à concatenação e à inteligibilidade... o sonho é tratado por ela [consciência] tal como *qualquer outro conteúdo perceptivo* (1900/2001, p. 552, grifos nossos).

Não fosse a generalização para *todos* os conteúdos perceptivos, a premissa de que a percepção está à mercê da elaboração secundária no trabalho do sonho não causaria nenhum espanto. Mas essa desprezível universalização é crucial para nossos propósitos. Com ela, Freud admite, mesmo que pela via do trabalho dos sonhos, o caráter de elaboração secundária da percepção em qualquer que seja o nível operante. Isso afasta *definitivamente* a concepção de que a percepção poderia ser uma reprodução rasa e objetiva da realidade! De fato, procuramos demonstrar em nosso percurso que ela é fruto de um processo de elaboração que começa na seleção dos estímulos ainda em nível biológico, depois pelo sistema *Pcpt.* e pelas modalidades de inscrição e representação, na via progressiva; e resultado de um trabalho psíquico de figurabilidade, na via regressiva. De qualquer forma, tratando-se de uma percepção resultado de um trabalho onírico ou uma percepção que advém dos estímulos externos e internos e se impõe à consciência, ela está invariavelmente submissa ao trabalho de inteligibilidade operado pelo pré-consciente. Adiantando um pouco, isso significa dizer que a percepção consciente é resultado de um processo balizado pela *palavra*, tanto quanto pela *memória*. Por hora, basta a pontuação, pois voltaremos a esse assunto no segundo capítulo. Cabe somente ressaltar que depreendemos modalidades de consciência nesse momento da metapsicologia freudiana: uma primária e imagética, pura figurabilidade, que acontece no pólo perceptivo; e uma secundária e linguística, no pólo motor. Secundária, nesse caso, está relacionado ao modo de seu funcionamento sob os parâmetros do pensamento, uma vez que as duas modalidades de consciência estão à mercê da elaboração secundária.

O último ponto a ser destacado que diz respeito à percepção e seu vínculo com a consciência encontra substrato na dinâmica de prazer-desprazer que regula todo o aparelho psíquico enquanto um arco reflexo. Anunciamos que a consciência, além de receber material sob a forma de pensamento e imagem, opera recebendo qualidades fornecidas pelo sistema perceptivo. E pode, quando recebe investimento do pré-consciente, colocar em xeque o estatuto de realidade ao se colocar para a consciência sob a forma de alucinação.

#### **1.4.2. A qualidade do sistema perceptivo e sua relação com a dinâmica de prazer-desprazer**

Devemos partir de dois pontos primários: que o aparelho psíquico é regulado pelo princípio de prazer-desprazer, em vista de evitar o acúmulo energético; e que a consciência pode receber excitações de prazer e desprazer, “que se revelam como quase a única qualidade psíquica ligada às transposições de energia no interior do aparelho” (Freud, 1900/2001, p. 551). A memória, carecendo dessas qualidades, só pode se tornar consciente à medida que trazer prazer ou desprazer à percepção; o que faz desse princípio, em última instância, o regulador automático dos processos de investimento das representações.

No entanto, foi necessário que o aparelho psíquico se desligasse dessa forma arcaica de regulação de energia para uma mais elaborada, na qual o *Pcs.* a obtivesse a partir do sistema mnêmico dos signos linguísticos. Por intermédio das qualidades desse sistema, a consciência tornou-se também uma superfície voltada para os processos de pensamento pré-conscientes. O que fica pouco explicado na teorização de Freud é o papel dos afetos na economia e tópica do aparelho psíquico, embora eles sejam a chave para pensar o estatuto do prazer e do desprazer. Foi a partir da análise dos sonhos desprazerosos que o autor buscou solucionar alguns impasses sobre a produção dos afetos. Veremos que as respostas não são satisfatórias porque apresentam contradições conceituais. Ademais, ele será a ponte necessária para pensarmos como a percepção se relaciona com o afeto, quando explorarmos a primeira topologia freudiana no capítulo seguinte.

Apresentamos, ao analisarmos o “Projeto”, que a grande problemática relativa à consciência era de explicá-la por seus moldes quantitativos. Mas não só a consciência é herdeira direta das hipóteses utilitaristas e empiristas: Freud também buscou explicar os afetos por meio da quantidade e da qualidade. A tese de Green (1973/2004) é de que existem duas definições diferentes de afeto na obra freudiana, a saber: aquela que designa o afeto como um *quantum*, uma quantidade ou soma de excitação; e aquela que define o afeto por seu aspecto qualitativo, vinculados à percepção de prazer-desprazer.

No primeiro caso, o afeto é prioritariamente trabalhado a partir da sua elevação ou, ao contrário, sua diminuição - isto é, como uma “energia” que oscila no aparelho psíquico. Mais ainda, se essa energia está livre ou ligada às representações, ela vai ditar qual o regime de funcionamento do psiquismo, primário ou secundário, respectivamente. Apresentaremos alguns desdobramentos, no segundo capítulo dessa dissertação, de como esses dois funcionamentos estão em relação direta

com a realidade - ou melhor, com o princípio de prazer ou princípio de realidade. Na verdade, pouco se pode afirmar sobre os afetos na dimensão quantitativa se não levarmos em consideração o aspecto qualitativo que carrega consigo: “o aspecto quantitativo dos fenômenos afetivos não pode prescindir de sua dimensão qualitativa” (Green, 1973/2004, p. 219, tradução nossa).

A segunda conceituação proposta pelo comentador se desdobra, resumidamente, em duas partes: numa dimensão corporal, sobretudo visceral, e numa dimensão psíquica, que é tanto a percepção dos movimentos corporais, quanto as sensações de prazer-desprazer. A percepção dos movimentos corporais é, principalmente, “uma atividade especular sobre o corpo: função de introspecção psicofisiológica, centrada sobre a autopercepção de um movimento interno do corpo” (p. 220), enquanto as sensações de prazer-desprazer seriam um aspecto qualitativo puro.

Ou seja, o afeto se apresenta tanto nos limites somáticos, quanto no psiquismo. A autopercepção do movimento interno ocorre quando há uma descarga interna que revela um sentimento de existência do corpo, tirando-o do silêncio: “o corpo é aqui agido e não agente, passivo e não ativo, espectador e não ator. *O corpo não é sujeito de uma ação mas o objeto de uma paixão [passion]*” (p. 220). Por outro lado, essa descarga afetiva corpórea tem ressonâncias subjetivas e psíquicas, que é a constatação da experiência corporal: “o afeto é um olhar sobre o corpo movido/emocionado/afetado [*ému*]” (p. 221). O que se revela claramente é a situação semelhante a que serão colocadas as pulsões futuramente, como um conceito limítrofe entre o somático e o psíquico. Por mais que nossa atenção tenha se virado para as percepções conscientes de prazer-desprazer, é preciso salientar a preocupação do autor em demonstrar como, no nível quantitativo, o afeto sinaliza uma existência corporal. E cremos que não à toa que o afeto seja uma *atividade especular*... Mesmo que não analisemos o afeto sob a ótica de seus desdobramentos na consciência, ele só garante a sua existência pela *autopercepção*, pela percepção de seus efeitos sobre o corpo.

No que tange à referência qualitativa pura do afeto, o autor frisa a suscetibilidade de desenvolvimento e transformações com que o afeto pode circular entre o prazer e o desprazer, semelhante a uma gangorra que adquire o equilíbrio somente para novamente pesar para mais um dos extremos polarizados. As sensações de prazer e desprazer são graduadas e percebidas pela consciência em correlação com o aumento e diminuição de sua quantidade. O autor frisa: “essa dupla polaridade prazer-desprazer só é válida para a consciência.... Para o inconsciente, só existe o prazer, tudo é bom para que ele satisfaça a pulsão e dê lugar ao prazer”. E acrescenta: “o afeto é flagrado entre o corpo e a consciência” (p. 222).

A dificuldade de situar precisamente o afeto pode ser melhor vislumbrada quando se analisa sua modalidade privilegiada de expressão, a angústia: ela é uma desorganização da experiência afetiva e está aquém das estruturas de simbolização (Campos, 2014, p. 53). Como não é nosso objetivo retrair as teorias da angústia em Freud, basta explicitar que elas podem ser coadunadas em dois momentos distintos, no que se refere às defesas psíquicas. No primeiro, que está mais explícito até o final da primeira topologia, a angústia é um dos caminhos que encontra a intensidade psíquica que ficou livre por conta da defesa. No segundo, teorizada a partir dos anos 1920, ela passa a ser um sinal para que se coloque em marcha os processos defensivos. No primeiro momento, ela é posterior à defesa, enquanto no segundo momento essa sequência se inverte.

A primeira teoria da angústia é centrada proeminentemente sob dois aspectos: o primeiro, resultado dos estudos sobre a neurose de angústia (1894/1996, 1896d/1996), consiste em uma falha de ligação do investimento psíquico em cadeias representacionais ideativas. Existiria um mecanismo que impediria que uma intensidade energética excessiva pudesse ser articulada em representações, escoando livremente no corpo, dando origem à chamada angústia automática. Diferente é o que acontece nas neuropsicoses de defesa e será a tese central da segunda teoria da angústia: ela seria resultado de um processo defensivo (mais especificamente, do recalque) que separaria a representação ideativa de seu investimento energético, deixando-o livre para escoar de forma anômala como angústia. Em todo caso, o que está em jogo é uma transformação automática de uma quantidade de energia excedente que não é metabolizada pelas estruturas representacionais do psiquismo.

O que chama a atenção no primeiro caso é a radicalidade da angústia em sua expressão mais bruta, propriamente econômica, demonstrando a insuficiência do aparelho psíquico em ligar a energia. No segundo caso, trata-se de uma angústia mais ligada ou "organizada", menos irruptiva, resultado de um mecanismo de defesa que opera sob o registro representacional do psiquismo. Essa é a principal diferença entre elas: no primeiro caso, a excitação está fora do aparelho psíquico, demandando uma elaboração de representação.

Isso quer dizer que a angústia transformada do afeto por conta do recalque seria uma angústia secundária, estando alinhada com os moldes do princípio de desprazer - ela é um acúmulo de energia que não foi descarregada pela ação específica e, conseqüentemente, é sentida como desprazer. Nesse nível de discussão, é a capacidade energética que circula pelas sistemas representacionais que está em jogo: é uma angústia que já estava escrita no psiquismo.

No primeiro caso, que apontamos como uma angústia radical, trata-se de uma energia que não está no aparelho e, portanto, não pode ser pensada pela lógica do prazer-desprazer. Antes, ela é

um momento traumático que não encontra ligação e não consegue ser elaborada, estando mais próxima da vivência de dor, referida por Freud no “Projeto” (1895/2003). Nesse cenário, Laplanche (1998, p. 37) e Campos (2014, p. 53) propõem uma hierarquia da ligação energética e elaboração psíquica, na qual a angústia e os demais afetos seriam os níveis mais primários.

Para Laplanche (1998), um indivíduo que opera em funcionamento secundário, no regime das fantasias, consegue encontrar vias mais organizadas para escoar a excitação, como a sublimação; enquanto uma elaboração psíquica insuficiente pode acarretar até mesmo em um fracasso de elaboração, fazendo com que a excitação encontre vias pouco elaboradas, como a angústia (p. 58). Para o segundo autor, essa tese faz sentido à medida que a irrupção de angústia primária está localizada em níveis arcaicos do aparelho psíquico, próximos do registro perceptivo; enquanto a angústia resultado da operação defensiva estaria mais próxima do campo das fantasias e das representações de palavra e objeto (Campos, 2014). Essa tese faz todo sentido para os nossos propósitos pela similaridade com que o afeto e a percepção se destacam como possíveis agenciadores de quantidades insuportáveis para o aparelho psíquico, como primeira modalidade de inscrição daquilo que não foi devidamente ligado pelo psiquismo. O autor resume: “o importante é notar a oposição entre registro perceptivo e a angústia primária, por um lado, e os registros propriamente representacionais (objeto e palavra) e a angústia secundária, por outro” (pg. 54).

Esse aspecto da discussão coloca em primeiro plano a dimensão de expressão subjetiva de prazer ou desprazer que acompanha a descarga do afeto, mas fica em suspenso a possibilidade de sua inscrição em um determinado registro mnêmico - exercendo função similar ao que defendemos sobre o trabalho da percepção. Essa dinâmica pode ser equacionada sob a seguinte forma:

o afeto é uma dimensão da experiência que resiste à organização representacional do aparelho psíquico e, portanto, transcende suas formas de registro... *Defendo que seja interessante definir o lugar do afeto na metapsicologia a meio termo entre a representação ideativa e a pura descarga econômica.* (Campos, 2014, p. 54)

De fato, a dimensão econômica do afeto e, em sua mais pura expressão, da angústia, não se inscreve enquanto representação, estando aquém de toda a dinâmica prazer-desprazer. O aparelho psíquico não tem mecanismos suficientes para modular o afeto que ainda não está inscrito em si, apenas a angústia proveniente do deslocamento da quantidade energética de determinada representação por conta do recalque. Por isso, Campos (2014) situa o afeto precisamente no momento de transcrição: entre a intensidade e o registro mnêmico; e Green (1973/2004), priorizando a dimensão qualitativa, o coloca entre o corpo e a consciência. Fazendo um paralelo ao

que vínhamos apontando para o trabalho da percepção de ligação energética, parece-nos que o afeto será um importante interlocutor: no âmago do processo, a percepção é fundamental para que se estabeleçam as cadeias representacionais e, em última instância, toda a memória.

Temos salientado que essa dimensão anterior aos registros representacionais é suprimida do texto freudiano e essa tese é reforçada à medida que os processos primários e secundários passam a designar o funcionamento que ocorre dentro do aparelho psíquico. O nível primário passa a caracterizar o regime do *Ics.* e das representações de objeto, enquanto o secundário se vincula ao regime de pensamento, das representações de palavra, dos desejos inconscientes e das fantasias. O que fica de fora é o processo primário radical de ligação da energia psíquica para que ela se vincule ao nível representacional pelo *Ics.* Nesse ínterim, a regressão do aparelho à percepção perde seu caráter traumático. Campos (2014) evidencia as consequências:

Trata-se de uma regressão do pensamento em imagens, mas que não põe em perigo a própria organização do aparelho. Isso quer dizer que a regressão alucinatória nos sonhos é sempre um momento secundário, nunca primário. É fantasia figurada, nunca repetição traumática. É desligamento do já representado, nunca nova impressão. É angústia secundária, nunca primária. Nesse sentido, só pode ser *realização de um desejo inconsciente e não tentativa de representação.* (p. 56, grifo nosso)

Essa concepção coloca em xeque toda a potencialidade criativa e de regulação que pode ser exercida pelo trabalho da percepção. Ao optar por trabalhar com a categoria das fantasias, fica faltando a dimensão externa às representações na regulação psíquica da teoria freudiana: por fim, fica de fora a possibilidade de ligar a experiência traumática na forma de traço perceptivo.

\*

Esse momento analisado da obra freudiana está invariavelmente calcado numa abordagem fisiologista, cujas obras foram escritas por um neurólogo. Ainda assim, é possível vislumbrar como a percepção aparece desde o primeiro trabalho mencionado, quando um dano geral no aparelho perceptivo é responsável por causar distúrbios de linguagem. Desde o início, a percepção estará angariada a uma espécie de pensamento, configurando-se tanto como um pensar imagético, como fornecendo elementos para que as representações de palavra se formem. Apesar da centralidade da palavra, "Afásias" concede elementos para que se discuta a relação da memória com a percepção, já que perceber é associar imediatamente, afastando a possibilidade de pensar um trabalho perceptivo em que não haja mediação das representações. Além do mais, os níveis de reestruturação neural e

representacional aos quais os conteúdos originalmente perceptivos estão submetidos afasta a possibilidade de uma apreensão fidedigna da realidade - a mente humana só a apreende a partir de uma expectativa de abertura para novas experiências, onde a crença tem um papel fundamental na constituição do mundo concreto.

Quando o modelo neuronal foi efetivamente escrito, Freud buscou conservar os pressupostos das ciências naturais e teve que explicar a consciência por meio da diferença entre quantidades. Com isso, o primeiro impasse foi a localização da percepção no extremo oposto da consciência: se esta é consciência perceptiva de qualidades, como assumir que elas não estão em contato? Quando a quantidade não foi suficiente para os propósitos almejados, precisou-se postular uma espécie de mecanismo que transportasse qualidades, entrando em cena o período. Sua conceituação se manteve em um nível bem dispar do que fora feita até então, altamente abstrata, e logo foi descartada por Freud. Por outro lado, ao situar a memória entre os dois sistemas, confirmasse a prerrogativa do trabalho anterior de que não existe percepção consciente sem que ela sofra influência da memória. De fato, a percepção é aprendida, tanto no nível biológico, onde há seleção e fracionamento dos estímulos, quanto como percepção consciente, processo esse que carrega o trabalho do conjunto total de neurônios - por isso frisamos que a percepção detém um caráter processual e ativo.

Preso na trama energética do aparelho psíquico, foi necessário que Freud postulasse um dispositivo que diferenciasse percepção de rememoração, surgindo um esboço do princípio e do teste de realidade. Por meio do investimento do Eu, o aparelho se modifica de modo a tornar possível a distinção entre percepção e alucinação e emitir signos de realidade. Mesmo assim, a conceituação não é coesa e o hiper-investimento das lembranças ameaça o psiquismo. Tentamos esquematizar uma saída para o esquema linear de Freud, onde os neurônios da percepção e da consciência estão em contato com os órgãos dos sentidos. Para que uma identidade de percepção seja alcançada, supusemos a partir das contribuições de Garcia-Roza (2014) que esse processo depende de uma ausência originária e inaugural, uma negatividade que coloca em marcha o processo perceptivo. Dessa forma, é a ausência em comum entre as coisas que garante o estatuto perceptivo delas, e conseqüentemente também ativa o mecanismo de representabilidade. Desde cedo na obra freudiana, podemos observar que a origem das representações está aguilhada a uma falta: "o trabalho de representação é realizado na ausência do objeto, onde faltam as qualidades sensoriais que asseguram o estabelecimento de uma relação efetiva com ele" (Green, 1993/2011, p. 96). A partir da análise dos sonhos, vimos que o refluxo do investimento até o aparelho perceptivo desperta a consciência a partir da alucinação onírica: essa consciência não é produto da articulação

com a linguagem, mas uma consciência imagética, primária, virtual e pura figurabilidade. Em última instância, a descrição da consciência não convence nem economicamente, nem topologicamente.

As duas cartas analisadas trazem reformulações sobre o esboço neuronal apresentado no ano anterior. Mas as duas trazem novidades: na “Carta 39”, percepção e consciência estão topologicamente ligadas, enquanto a transcrição em representações aconteceria somente em um momento posterior; na “Carta 52”, a percepção volta a ficar apartada da consciência, mas o registro dos signos de percepção surge como o primeiro nível de inscrição das excitações, que chamamos de processo primário radical junto com Campos (2014), situado além do biológico e aquém da representação. Não se trata mais de uma energia circulando no aparelho psíquico, mas traços e marcas que são traduzidos conforme lógicas próprias dos sistemas. Inclusive, quando falham as transcrições, surgem os *fueros*, de funcionamento semelhante à dor no “Projeto”, que consiste em intensidades que não foram representadas e insistem em ser metabolizadas. Assim como os signos de percepção, as marcas não são excluídas do psiquismo e permanecem causando efeito à revelia da consciência.

Por fim, o modelo do "Livro dos Sonhos" herda a disposição linear dos anteriores: percepção e consciência estão apartados, mas ao mesmo tempo muito próximos em funcionamento. Se o aparelho psíquico em questão aprofunda os modelos anteriores na topologia e dinâmica entre as instâncias, o mesmo não pode ser dito sobre a economia que o movimenta. No “Projeto” e na “Carta 52”, os sistemas mnêmicos trabalhavam com a excitação provinda do mundo externo, que era modulada pelos órgãos dos sentidos em quantidades aceitáveis para o aparelho psíquico, evitando a dor e o desprazer. Com isso, era função do sistema perceptivo diminuir a excitação para que ela pudesse ser elaborada e inscrita enquanto signos de percepção e traços de memória, que chamamos também de impressão. Em contrapartida, com a primeira topologia, as representações são desinvestidas por conta do recalque no polo motor, de forma que a economia do aparelho depende mais da censura psíquica do que das quantidades obtidas pela extremidade do aparelho. Com isso, perde força a impressão como trabalho de inscrição de uma intensidade psíquica e o foco se vira para as representações e as fantasias. Para nossa tese, é essencial demarcar que Freud abandona a dimensão do processo primário radical como inscrição de uma energia psíquica que demanda ligação, trabalho realizado pelo registro das impressões perceptivas: veremos que deixar de fora toda a problemática da efração energética não representada será um empecilho para trabalhá-la como um trauma psíquico. Com a topologia, esse processo perde força, já que a economia se altera. Nesse sentido, não se pode negar que a priorização do campo das

representações salienta a importância das fantasias na vida psíquica e na psicopatologia, mas enevoa a dimensão regressiva e a figurabilidade como dimensões primárias de simbolização, semelhantes ao registro psíquico, sem tomá-las como processos secundários do pensamento (Campos, 2014).

Ainda que fuja dos propósitos desse capítulo, esse fator é bastante relevante para nossos propósitos à medida que confere uma particularidade própria aos sistemas perceptivos: modular e inscrever quantidades de excitação em um registro primário, anterior às representações. Se essa empreitada fosse levada à cabo, o sonho não seria pensado somente como uma produção em imagens do desejo inconsciente, sob a formação de uma regressão formal secundária a um pensamento, mas como uma forma primária de impressão psíquica das cenas infantis pela via do alucinatório, uma dimensão que é, em última instância, de simbolização e está presente no registro perceptivo. Essa tese não é original e foi trabalhada por diferentes comentadores, seja pela via do alucinatório (Green, 1973/2004), da semelhança com o afeto (Green, 1973/2004; Campos, 2014), ou pela transferência e a não-representação (Botella e Botella, 2002). Terei a oportunidade de trabalhar a percepção como modalidade primária de inscrição psíquica quando discutir a pulsão de morte e a abertura para o irrepresentável no terceiro capítulo; no entanto, é essencial frisar que essa dinâmica já está presente nos textos iniciais de Freud.

Em nossa análise do sono, apontamos que o desejo continua operante, funcionando como motor para a formação do sonho; mais especificamente, os desejos infantis e as lembranças recalçadas que, de outra forma, não se tornariam conscientes por não ultrapassarem a censura imposta pelo polo motor. É na interdição que o desejo inconsciente sofre condensação e deslocamento para conseguir se expressar; no sono, como as vias para o pré-consciente estão interdidas, o desejo encontra escoamento pela via perceptiva. Trata-se da suposição de uma dinâmica energética, na qual o princípio de constância do aparelho psíquico escoar a energia pelas vias perceptivas, causando uma revivência alucinatória da experiência por identidade de percepção. Freud (1895/2003) já anunciara que, pelas necessidades biológicas da vida, o processo secundário de atividade mental haveria que inibir a regressão para que o desejo não se satisfaça alucinatoriamente durante a vida desperta, entrando em jogo a representação de palavra como signo de qualidade para a identidade de pensamento. Mas como no sonho o funcionamento secundário diminui a sua potência, o desejo inconsciente se satisfaz pela via regrediente curta na percepção.

Assim, pela lógica do trabalho onírico, o sonho seria o resultado de um processo no qual o desejo, expresso enquanto representações de objeto, adquire consciência quando transposto em imagens pelo caminho perceptivo, e não enquanto conteúdo consciente por meio das representações

de palavra. Novamente, o problema da consciência bipartida se impõe: a regressão opera de modo a tornar consciente o pensamento, por meio da figurabilidade, no sistema perceptivo durante o sonho; não obstante, a consciência também é resultado do processo de pensamento quando há investimento nas representações de palavra pela via progrediente. No entanto, se apontamos anteriormente que a consciência primária, imagética e pura figurabilidade, coincidiria com a função biológica dos órgãos dos sentidos, é somente sob a perspectiva topológica. Sob os parâmetros dinâmicos, o sistema perceptivo adquire consciência primária pelo seu investimento econômico, uma vez que está localizado no aparelho psíquico. De fato, esse processo se constitui como um trabalho simbólico, cujo resultado é o sonho, e, portanto, como processo primário e não como inscrição psíquica dos dados da realidade, ainda que esses sejam selecionados e filtrados pelos órgãos dos sentidos. O importante é frisar na concepção de que, na via regrediente, existe um *trabalho* para que se alcance a consciência primária, enquanto que, na via progrediente, o sistema perceptivo está mais próximo de uma inscrição psíquica. O importante é demonstrar como o movimento regressivo evidencia um nível mais arcaico do funcionamento psíquico que não opera sob os moldes dos processos secundários de pensamento e consciência. Se o modelo do “Projeto” era calcado na diferença de excitação entre os neurônios, o modelo regressivo do "Livro dos Sonhos" prioriza os sistemas e suas interrelações.

Por fim, o quadro geral é o seguinte: o sistema perceptivo é responsável por modular as intensidades e transpô-las, como traços perceptivos, no sistema mnêmico. Pela via progrediente, a consciência é obtida quando o desejo, sob a forma de representações de objeto, vinculam-se às representações de palavra no pré-consciente e são investidas de forma específica. Na via regrediente, a consciência é obtida quando o desejo é transformado em imagens pelo processo de figurabilidade no sistemas perceptivo. No entanto, não se tratam das mesmas imagens que foram apreendidas do mundo exterior, e sim de um processo de transformação das representações de objeto em conteúdo perceptivo que tem tanto o material e a lógica de ordenamento da fantasia, quanto as organizações dos sistemas mnêmicos; não é possível sustentar a tese de que o processo de figurabilidade se assemelha à percepção dos dados brutos a não ser sob parâmetros topológico por se darem no mesmo sistema. Quando ele é analisado sob parâmetro dinâmico, é evidente que o sistema perceptivo está operando sob influência de um processo, no qual o sonho é o resultado da censura, da fantasia e da lógica dos sistemas mnêmicos. Em última instância, são dois processos que ocorrem no sistema perceptivo: 1) impressão nos sistemas mnêmicos, pela via progrediente, à revelia da consciência; e 2) consciência onírica sob a forma de imagens, resultado do trabalho de figurabilidade da transformação das representações de palavra e representações de objeto.

Ao que cabe da conceituação até esse momento, concordando com Menéndez (2014), pontuamos três maneiras distintas de compreender a percepção: no nível biológico, de filtragem e seleção dos estímulos externos; no aparelho perceptivo, onde se inserem as impressões ou signos de percepção dos dados provindos dos órgãos dos sentidos; e na consciência, enquanto percepção consciente corolário do trabalho do aparelho psíquico. Ademais, também concordamos que são dois níveis de consciência: a que denominamos primária, de caráter imagético, fruto da figurabilidade, presente na consciência onírica e na alucinação, que se passaria no aparelho perceptivo; e a consciência secundária, da vida desperta, propriamente dita, que diz respeito à linguagem e ao vínculo com as representações de palavra.

## 2. CAPÍTULO SEGUNDO: A PRIMEIRA TOPOLOGIA E AS DIFICULDADES DE SE CIRCUNSCREVER UM APARELHO PERCEPTIVO

### 2.1. Os meandros da percepção endopsíquica

Um ano após a apresentação do tratado sobre os sonhos, Freud (1901b/1996) lança um trabalho onde estão descritos alguns mecanismos psicopatológicos sinalizáveis em sujeitos sadios não acometidos por neuroses, chamado “Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana”. O mote principal do trabalho é deslindar de que forma operam as defesas e mecanismos inconscientes na vida desperta, nas conversas e em situações casuais. Será ao longo desse texto que Freud analisará situações que ocorreram com ele próprio e com outros, identificando o que ele chamou de formações do inconsciente: frases de espírito, atos falhos, sintomas, sonhos e lembranças encobridoras. É um texto que marca a aproximação entre a normalidade e a patologia: Freud deixa evidente que a psicopatologia não se trata mais de um campo circunscrito às doenças nervosas, mas que todos os indivíduos estão propensos a sofrer dos efeitos do inconsciente. Para nossos propósitos, é na análise das coincidências e dos sonhos premonitório, do fenômeno do *déjà-vu* e do comportamento supersticioso que encontramos pistas de como a percepção altera a apreensão da realidade externa a partir dos afetos e das fantasias.

O primeiro caso acontece após Freud ser outorgado o título de professor, conferindo-lhe notoriedade no Estado. Meses antes, um casal lhe pedira que atendesse sua filha, que demonstrava sintomas obsessivos após um sonho; no entanto, o casal recusou o tratamento proposto por ele, dando a entender que buscaria alguma autoridade no exterior. Enquanto caminhava, os pensamentos de Freud foram levados a um devaneio, no qual ele havia sido novamente procurado pelos pais para tratar da filha, mas dessa vez Freud se vingava do casal ao recusar o novo pedido de cura após o fracasso com a terapêutica do outro médico. Em sua fantasia, estava claro que o casal só o buscava novamente por conta de sua recém adquirida titulação; por isso, ele se vingava ao recusar o tratamento, acusando que um título não alterava suas aptidões e que, portanto, poderiam prescindir dele como professor. Segundo o relato, esse devaneio é interrompido pelos cumprimentos do casal de quem ele acabara de se vingar, no momento em que se cruzaram em um rua. Por mais que algum leigo possa entender essa fenômeno como uma coincidência notável, Freud destrincha o fenômeno para explicar como ele ocorreu. Acontece que Freud estava caminhando em direção a um casal,

levantou os olhos e reconheceu a figura dos pais, mas “afastara essa percepção - seguindo o modelo de uma alucinação negativa - pelas *razões emocionais que então se efetivaram na fantasia surgida de modo aparentemente espontâneo*” (Freud, 1901b/1996, p. 259, grifos nossos). Segundo a definição de Green (1993/2011), a alucinação negativa é “o processo pelo qual o Eu pode romper ou interromper suas relações com a realidade... Isso pode ser alcançado graças à uma retirada do investimento, ou mais radicalmente por um desinvestimento<sup>30</sup>” (p. 237). Dito de outro modo, ao caminhar e ver a silhueta do casal, Freud retirou os investimentos da percepção de que seriam os pais da paciente (alucinação negativa) por conta de suas emoções e as deslocou para uma fantasia de vingança, que se realizou como devaneio. Ao ser interpelado verbalmente, a fantasia que fora criada pelo devaneio se esvaece.

Esse mecanismo é semelhante ao que acontece nos sonhos premonitórios: por meio de um desinvestimento perceptivo de uma situação, esse conteúdo encontra maneiras de aparecer alucinado nos sonhos; na verdade, os sonhos premonitórios são apenas uma “emoção” (que poderíamos traduzir por afetos) desinvestindo uma percepção e encontrando expressão através de um sonho. Tanto no caso anterior como nesse, o afeto é responsável por alterar a forma com que a percepção opera sob o mundo externo e sob a realidade psíquica, uma vez que a fantasia traz consigo uma carga emocional que involuntariamente altera a percepção de mundo. Mais ainda, esses exemplos ilustram como a alucinação negativa - um desinvestimento perceptivo - tem seu conteúdo retornado tanto no devaneio quanto nos sonhos. Discorreremos com mais cuidado sobre a alucinação negativa, mas já podemos nos questionar: se uma percepção é negada e conseqüentemente ela não se inscreveu enquanto representação, o que acontece com esse conteúdo para que ele retorne posteriormente? Como é possível que ele fique fora da memória e encontre maneiras de reaparecer na consciência? Por hora, deixemos essas perguntas em suspenso.

Sobre o fenômeno do *déjà-vu*, ou sentimento de já se ter vivenciado alguma coisa antes, Freud afirma que não se trata de uma ilusão, mas da vivência de uma situação que recorde uma fantasia inconsciente: “é que nesses momentos realmente se toca em algo que já se vivenciou antes, só que isso não pode ser lembrado conscientemente porque nunca foi consciente” (1901b/1996, p. 261). Conquanto, parece que, nos outros dois casos, trata-se mais da *carga afetiva* que decorre da fantasia inconsciente, desinvestindo o campo perceptivo, do que propriamente a *cena da fantasia* que volta como retorno do recalçado, como acontece no último caso. Essa distinção não é feita por Freud, mas é interessante levantarmos a hipótese de que se tratam de dois mecanismos distintos: o

---

<sup>30</sup> O comentador distingue entre “retirada de investimento”, que podem estar à serviço do recalque e do recalçado, e “desinvestimento”, que seria um mecanismo mais próximo da negação de uma percepção traumática.

primeiro, que diz respeito a um desinvestimento afetivo da percepção (nos moldes da alucinação negativa), e o segundo, onde a percepção é alterada por conta da proximidade do percebido com uma cena da fantasia (mais próximo do funcionamento frente ao *Unheimliche* [inquietante], que teremos a oportunidade de analisar no próximo capítulo). Green (1993/2011) salienta que, de um modo geral, a especificidade da alucinação negativa se perde, na obra freudiana, para que a questão do acesso ao recalco torne-se o eixo prioritário da análise: "Em vez de se esgotar na busca do significado e função da alucinação através de uma técnica investigativa ativa, é a questão do acesso ao reprimido que se torna a prioridade" (pp. 226-227). De todo modo, as relações entre fantasia e percepção se tornam mais estreitas<sup>31</sup>, tendo em vista que a carga afetiva pode ser responsável por investir ou desinvestir o processo perceptivo.

Temos defendido a tese de que a fantasia é um operador central na relação que o indivíduo estabelece com a realidade, criando um mundo perceptível que é fantasiado a partir dos conteúdos inconscientes. Nesse ínterim, o afeto aparece também como mediador da relação indivíduo-mundo a partir de experiências que envolvam prazer ou desprazer e, mais do que isso, forneça qualidades para as experiências vividas e que estão por vir. Se até então esses foram os operadores principais, a partir da análise do comportamento supersticioso, Freud passa a trabalhar também com o operador *percepção endopsíquica*.

O termo aparece pela primeira vez na carta de 12 de dezembro de 1897, endereçada a Fliess, em que Freud afirma existiriam "mitos endopsíquicos" que permitiriam ao indivíduo vislumbrar o funcionamento do seu próprio aparelho psíquico e estimular ilusões. Em suas palavras:

Você consegue imaginar o que sejam "mitos endopsíquicos"? São o último produto de meu esforço mental. A tênue percepção interna do |nosso| próprio aparelho psíquico estimula ilusões do pensamento, que, naturalmente, são projetadas para o exterior e, tipicamente, para o futuro e o além. A imortalidade, a recompensa e todo o além, tudo são reflexos de nosso |mundo| psíquico interno. (Masson, 1986, p. 287)

Apesar da ambiguidade presente no termo, ele parece aludir à percepção subjetiva do próprio mecanismo psíquico que se torna consciente por ter sido projetada para o exterior. Em 1901, o termo é utilizado para fazer distinção entre o comportamento de Freud e do supersticioso. Esse comportamento pode ser resumido da seguinte forma: os atos que não são compreendidos pelo indivíduo são atribuídos às circunstâncias do "acaso externo", essa porção da realidade que lhe

---

<sup>31</sup> Freud admite ainda a existência de fantasias que são *sui generis* inconscientes, não tendo sido vivências conscientes anteriormente: "existem fantasias (ou devaneios) inconscientes, assim como existem criações conscientes do mesmo tipo" (1901/1996, p. 261).

escaparia qualquer possibilidade de entendimento. Assim, o supersticioso se utiliza de dois mecanismos: a projeção<sup>32</sup> para fora de uma motivação interna e a compreensão do acaso como responsável por uma ação que, na verdade, tem como origem um pensamento. O supersticioso tende a interpretar o acaso sob a ótica de um fenômeno mundano, enquanto Freud, por outro lado, admite que o acaso é passível de interpretação pelo que ele chama de determinismo inconsciente:

creio no acaso (real) externo, sem dúvida, mas não em casualidade (psíquicas) internas... São duas as diferenças entre mim e o supersticioso: primeiro, ele projeta para fora uma motivação que eu procuro dentro; segundo, ele interpreta mediante um acontecimento o acaso cuja origem atribuo a um pensamento. (Freud, 1901b/1996, p. 253)

Com isso, Freud conclui:

Presumo que esse desconhecimento consciente e esse saber inconsciente da motivação das casualidades psíquicas sejam uma das raízes psíquicas da superstição. *Porque* o supersticioso nada sabe da motivação de seus próprios atos casuais, e *porque* o fato dessa motivação pressiona pela obtenção de um lugar no campo de seu reconhecimento, ele se vê forçado a situá-la, por deslocamento, no mundo externo.... De fato, creio que grande parte da visão mitológica do mundo, que se estende até as mais modernas religiões, *nada mais é do que a psicologia projetada no mundo externo*. O obscuro reconhecimento (a percepção endopsíquica por assim dizer<sup>33</sup>) dos fatores psíquicos e das relações do inconsciente espelha-se — é difícil dizê-lo de outra maneira, e aqui a analogia com a paranóia tem que vir em nosso auxílio<sup>34</sup> — na construção de uma *realidade sobrenatural*, que se destina a ser retransformada pela ciência na *psicologia do inconsciente*. (Freud, 1901b/1996, p. 253-254)

Esse parágrafo traz novidades. Em primeiro lugar, a percepção endopsíquica é praticamente equiparada ao funcionamento projetivo. A partir da projeção e da percepção endopsíquica, algumas dinâmicas psíquicas são deslocadas para a realidade concreta, criando um espaço de mitologia e metafísica. A mais importante das novidades, para nossos propósitos, é o reconhecimento da criação de uma “realidade sobrenatural” por conta das percepções endopsíquicas, e de uma “visão

---

<sup>32</sup> A temática da projeção já havia sido tratada por Freud anteriormente. Em uma carta enviada a Fliess, conhecida como “Rascunho H”, Freud (1895/1996) situa a projeção próxima dos sintomas paranóides: “o propósito da paranoia é rechaçar uma ideia que é incompatível com o ego [Eu], projetando seu conteúdo no mundo externo” (p. 256). A paranóia abusa da projeção - um mecanismo de defesa utilizado comumente na vida normal - como forma de rechaçar ideias que podem trazer desprazer para o Eu. Por isso, Freud a situa no campo das neuropsicoses de defesa, estando particularmente mais próxima da neurose obsessiva, já que ambas buscam defender-se de uma representação desagradável relacionada à vida sexual infantil. Diferente da histeria, da ideia obsessiva ou da confusão alucinatória, o conteúdo e o afeto são mantidos juntos na ideia e projetados conjuntamente no mundo externo; mesmo que o conteúdo projetado seja hostil ao Eu, ele serve de apoio para a defesa.

<sup>33</sup> Strachey (1996b, p. 254) faz uma nota afirmando que o trecho em parênteses foi acrescentado em 1907, mesmo ano de publicação da análise da “Gradiva”, onde Freud (1907/2015) explora um pouco mais as percepções endopsíquicas.

<sup>34</sup> Adiante, analisaremos o papel da projeção na paranóia, em “O Caso Schreber” (Freud, 1911b/2010).

mitológica do mundo”, resultado de uma psicologia projetada no mundo externo. É o saber inconsciente que subverte o desconhecimento consciente dos fenômenos supersticiosos; é da necessidade de reconhecer seus atos obscuros que o supersticioso entoa sua percepção como se fosse algo exterior; em última instância, é a criação da "realidade" a partir da percepção endopsíquica<sup>35</sup>.

Por sua vez, a realidade sobrenatural a que Freud está fazendo referência na vida dos supersticiosos não é, para nossos propósitos, uma realidade "sobrenatural". Antes de tudo, ela é a própria realidade construída pela projeção da percepção endopsíquica que retorna como superstição para o supersticioso! Não são apenas os supersticiosos que criam a realidade a partir de suas fantasias, mas todos os indivíduos, por meio de inúmeras projeções - dentre elas, a partir da percepção endopsíquica. Assim, qual seria a diferença entre os supersticiosos e os neuróticos, em última instância? Freud defende-se, ao considerar que os supersticiosos não reconhecem a realidade psíquica e buscam no acaso dos eventos externos aquilo que ele busca no pensamento e nos juízos internos. O passo que precisa ser dado é assumir que a percepção endopsíquica cria a realidade também nos indivíduos normais...

## **2.2. Realidade(s): de onde partir?**

Para sustentarmos a hipótese que está sendo traçada, será necessário perpassar por um caminho árduo na teoria freudiana no que diz respeito à questão da conceituação da realidade. Atentando-se para o caráter criativo da percepção, deferido dos andaimes da teoria freudiana, pode-se cometer o erro de investir em uma visão solipsista do aparelho psíquico, fechado em si próprio, que funciona à revelia da realidade objetiva e material<sup>36</sup>. Ou, por outro lado, dar importância demais para a realidade empírica e tudo se derivar dela - a fantasia se reduz à realidade e passa a ser interpretada sob o estatuto do real<sup>37</sup>. De fato, Freud não era ingênuo e sabia das precauções a serem

---

<sup>35</sup> A realidade criada aqui não é e não deve ser confundida com a realidade psíquica, que Freud descreverá futuramente. Pela dificuldade de utilizar um termo mais adequado, optamos por manter “realidade”, com a observação de que não se trata de uma realidade objetiva, imutável e dada para o indivíduo, mas de uma realidade que é construída a partir das dinâmicas internas e que se apresenta para o sujeito através de sua percepção.

<sup>36</sup> Apesar da incoerência dessa proposição, não é raro observar posições de psicanalistas que dão ênfase somente ao efeito que a realidade externa causa no indivíduo, trabalhando exclusivamente as consequências desse encontro sobre o psiquismo. Essa visão que versa principalmente sobre os efeitos intrapsíquicos não é a que ensinamos, tendo em vista que, desde os escritos inaugurais de Freud, a alteridade se impõe como uma necessidade para a vida e, nas palavras de Loffredo (1999), o aparelho de linguagem precisa de outro aparelho de linguagem para se formar.

<sup>37</sup> Utilizamos o termo “real” como sinônimo de “realidade”. Concepções particulares desse termo que façam menção a outros referenciais teóricos não fazem parte desse trabalho.

tomadas para que o polo da realidade não fosse encoberto pelo psiquismo - desde o início, como demonstramos, as necessidades da vida se impõem para que o psiquismo aprenda a controlar o desprazer, causado pelo aumento de excitação interna, e alterar o meio externo em benefício da continuidade da vida (Freud, 1895/2003). Conquanto, com a admissão das fantasias regulando as percepções e as representações psíquicas, por vezes não fica clara a função e estatuto da realidade material na obra freudiana.

Por mais que fazer uma pesquisa epistemológica sobre a questão da realidade em Freud não seja um dos nossos objetivos, ela tem se imposto com força nas discussões sobre a percepção; sendo assim, um brevíssimo caminho deve ser, pelo menos, apontado. Afinal, qual é essa realidade que pode ser filtrada pelos órgãos de sentido, constituída por quantidades e qualidades, representada em memória e tornada consciente sob a forma de imagens e pensamentos?

Em primeiro lugar, devemos analisar o estatuto da realidade na psicanálise tendo como esteio as hipóteses erigidas por seu criador. É da pena de Freud que, no trabalho “Os Instintos<sup>38</sup> e seus Destinos” (1915b/2010), ele situa a psicanálise como uma ciência ao lado da física, que contém conceitos fundamentais que se alteram com o tempo, porque “a rigor elas [as ciências] possuem o caráter de convenções, embora a questão seja que de fato não são escolhidas arbitrariamente, mas determinadas por meio de significativas relações com o material empírico” (p. 52). Isto é, Freud situa a psicanálise como uma ciência da natureza, determinada por objetos e métodos próprios de investigação, dos quais a primeira se utiliza para abordar os fenômenos observáveis. Foi essa abordagem, inclusive, que norteou nossa análise do “Projeto”, embasada na posição e comentários de Gabbi (2003): o comentador é categórico em situar essa obra freudiana nos moldes da filosofia empirista, afastando a possibilidade de pensar o trabalho freudiano a partir do idealismo alemão, uma vez que a tese consiste em demonstrar como a base do trabalho é a filosofia empirista e tem raízes utilitaristas.

Só que alguns trechos futuros, em obras dispersas, apontam no caminho contrário. No trabalho de 1915 supracitado, Freud cita a filosofia idealista de Immanuel Kant para fazer referência às representações e à realidade externa, afirmando que não devemos “ignorar o condicionamento subjetivo de nossa percepção e não tomá-la como idêntica ao percebido incognoscível.... o objeto interno é *menos incognoscível que o mundo exterior*” (Freud, 1915a/2010, p. 108). Essa parece ser a

---

<sup>38</sup> Paulo de César Souza opta por traduzir *Trieb* como “instinto”. No entanto, como bem aponta Green, “as controvérsias em torno das diferentes traduções possíveis do termo alemão *Trieb* revelam que, em última análise, pulsão [*pulsion*] é a denominação preferível, pois expressa diretamente a pulsão por sua impulsão ou força constante” (1973/2004, p. 232, tradução nossa). Concordamos com essa hipótese e, por isso, optamos por manter “pulsão” como tradução para *Trieb*, diferente do tradutor das obras que estamos utilizando. A partir de então, o ensaio será tratado neste trabalho como “Instintos”.

mesma posição adotada anos antes, em “A Interpretação dos Sonhos”: “o inconsciente é a verdadeira realidade psíquica; *em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo*” (Freud, 1900/2001, p. 637, grifos do autor).

Ora, se o mundo externo é incognoscível, como é possível partir de uma visão somente empirista? Talvez Freud estivesse ciente dessas lacunas ao procurar estabelecer relações com a filosofia kantiana, a qual propõe que toda ciência da natureza é constituída por uma metafísica e por estruturas *a priori* de compreensão. De fato, alguns conceitos da metapsicologia freudiana - como pulsão, libido e aparelho - podem ser compreendidos como *ficções heurísticas* que servem para conceituar a vida psíquica e os objetos, de forma a incluí-la nos moldes kantianos de ciências da natureza (Fulgêncio, 2007). Essa é uma chave de leitura possível a partir da exposição presente na 35ª das “Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise”, onde Freud afirma que a grande contribuição da psicanálise para a ciência foi “em ter estendido a pesquisa à área mental” (Freud, 1933[1932]/1996, p. 156), da mesma forma que os outros objetos estrangeiros. Exatamente por isso que a psicanálise não busca fazer uma *Weltanschauung*<sup>39</sup>: “Na qualidade de ciência especializada, ramo da psicologia..., ela [psicanálise] é praticamente incapaz de construir por si mesma uma *Weltanschauung*: tem de aceitar uma *Weltanschauung* científica” (Freud, 1933[1932]/1996, p. 155)<sup>40</sup>.

Se essa parece ser a proposta freudiana para compreender a relação da psicanálise com as ciências e, concomitantemente, com a filosofia, ela não parece ser de inteiro verdade quando um trabalho minucioso de leitura é realizado - ou, ao menos, não parece se sustentar ao longo de toda a obra. Quando a noção de realidade psíquica ganha corpo, a distinção entre o que é realidade externa e interna ou objetiva e subjetiva adquire nuances que não se adequam perfeitamente a essa concepção.

### **2.2.1. Entre realidade e fantasia: princípio de prazer, princípio de realidade.**

---

<sup>39</sup> O termo pode ser traduzido como “uma visão do universo”, como menciona Strachey, ou mesmo como “cosmovisão”, na concepção de Meurer; no entanto, ambos decidem manter a palavra no original por acreditarem que a tradução possa trair o termo na língua alemã. Com isso, optamos por seguir a indicação dos tradutores.

<sup>40</sup> Em todo caso, é também preciso considerar, com Loparic (1995), que Freud não está preocupado em saber como a realidade veio a se constituir e como pode ser representada. No mínimo, o afastamento freudiano sobre essa questão é curioso, tendo em vista que os filósofos contemporâneos lidavam diretamente com essa questão (como é o caso de Wittgenstein, Husserl e Heidegger, por exemplo). Para uma discussão mais detalhada sobre essas questões, recomendamos: Mezan, R. (2007). Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise?. *Natureza humana*, 9(2), pp. 319-359; Palmeira, A. & Gewehr, R. (2015). Existe uma *Weltanschauung* da Psicanálise?. *Cad. Psicanál.*, 37(32), pp. 63-84; Monzani, L. R. (1990). Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço e perspectivas. In Prado Jr, B. (org). (1990). *Filosofia da Psicanálise*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Antes da virada do século e o lançamento do Livro dos Sonhos, Freud já estava às voltas com a problemática da realidade empírica e sua teoria sobre as neuroses. Partindo das observações clínicas, no “Rascunho K”, enviado à Fliess no dia 1º de janeiro de 1896, Freud (1896c/1996) colocara a sexualidade como fundamento etiológico das neuroses, indicando à atividade (neurose obsessiva) ou passividade (histeria) da criança, frente à cena sexual vivida, o caráter traumático da experiência; na carta de 30 de maio de 1896, Freud (1896c/1996) colocara a etiologia da histeria junto às cenas sexuais ou de sedução ocorridas na tenra infância (até os quatro anos de idade), sendo revividos por uma segunda cena durante a puberdade. Semelhante caso se passaria na neurose obsessiva e na paranóia, embora a cena traumática aconteceria próxima aos oito anos de idade, ou mais tardiamente, próxima à puberdade, respectivamente.

No final do ano, na já mencionada “Carta 52” (Freud, 1896a/1996), é incisiva a hipótese de que a sedução coincide com a cena traumática, situando a passividade da criança frente a uma situação de conteúdo sexual praticada por algum adulto - em geral, pelo pai. No amadurecimento sexual, o trauma retornaria pela via somática na puberdade ou nos pensamentos obsessivos. Cabe lembrar que, até o momento, estamos tratando de uma cena traumática provinda de uma *situação sexual real*, que teria acontecido empiricamente na infância. No entanto, em decorrência de sua autoanálise e da baixa probabilidade dos pais serem universalmente verdadeiros sedutores, Freud escreve, na paradigmática carta de 21 de setembro de 1897, que não acredita em sua *neurótica*, apontando, inclusive, que “no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade<sup>41</sup> e a ficção que é catexizada [investida] com o afeto” (1897d/1996, p. 310), sendo preciso revê-la. Muitos anos mais tarde, escrevendo sobre seu percurso pessoal na psicanálise, em “Autobiografia”, Freud indica que o abandono da sua *neurótica* revelava que “os sintomas neuróticos não se ligavam diretamente a vivências reais, e sim a *fantasias envolvendo desejos*, e que para a neurose a realidade psíquica significava mais que a realidade material” (1925b/2011, p. 113, grifos nossos). Indicamos no primeiro capítulo que, na década de

---

<sup>41</sup> Para Freud, ainda que o trecho seja retirado de momentos iniciais de sua obra, parece haver uma relação estreita entre a realidade e a noção de verdade, que estará presente até nos textos da década de 1920. Coelho Junior aponta que: “a realidade surge praticamente como sinônimo de *verdade*. E o mais curioso é que Freud já está estabelecendo, nesse momento, toda uma elaborada formulação sobre os processos psíquicos, que inclui a importância dos sonhos e das fantasias em sua constituição, o que torna essa relação direta entre realidade externa e verdade ainda mais curiosa” (1995, p. 32, grifos do autor). Loffredo (2006), por outro lado, aponta que existe, sobre a verdade, uma “dupla vertente subjacente a toda sua produção teórica: de um lado, um ideal de cientificidade condizente a sua época, que o levou a instrumentalizar-se de uma noção de verdade enquanto *correspondência*, lançando-o na aventura da busca incessante de uma referência (“está em alguma parte”); e, de outro, a ênfase na plasticidade/polissemia das palavras, de que se deriva que o método analítico deve prescindir da busca das origens — da qual, ao que tudo indica, Freud nunca abriu mão completamente” (p. 297).

1890, Freud tinha uma concepção específica do que eram as fantasias; como deixamos em aberto algumas questões, cabe voltar a elas.

Embora alguns autores indiquem que os textos iniciais de Freud se baseiam em um aparelho perceptivo ingênuo, como Coelho (1995, p. 70), que aponta um sistema perceptivo que recebe passivamente os dados da realidade externa, ou Roger Perron (1995), que considera “tratar-se claramente de uma teoria sensualista e associacionista, entendendo por essas todas as teorias nas quais as percepções dão a imagem exata dos objetos do mundo exterior” (p. 499, tradução nossa), demonstramos como todo o aparelho perceptivo pensado no “Projeto” está intrinsecamente articulado para fornecer uma imagem perceptiva complexa e fruto de um processo. No entanto, a visão dos comentadores é compreensível, na medida em que Freud deixa de se debruçar sobre o tema da percepção e da realidade externa, como o faz quando entra em cena o operador fantasia.

Partindo das considerações já tecidas no primeiro capítulo desta dissertação, Freud (1911a/2010) apresenta novas concepções sobre a interação entre o psiquismo e a realidade, no trabalho “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico”. Logo na primeira frase, o leitor se depara com a seguinte frase: “Há algum tempo notamos que toda neurose tem a consequência, e provavelmente a tendência, portanto, de retirar o doente da vida real, de afastá-lo da realidade.... Os neuróticos dão as costas à realidade por considerá-la - no todo ou em parte - insuportável” (Freud, 1911a/2010, p. 109). Assim, o objetivo do texto seria de incorporar a significação psicológica do mundo externo à teoria psicanalítica. Então, o autor retoma as considerações apresentadas em “A Interpretação dos Sonhos”, no que dizem respeito às necessidades da vida que levam o indivíduo a transformarem as circunstâncias externas de forma benéfica para o desenvolvimento do organismo. Para tanto, deveria ser introduzido

um novo princípio da atividade psíquica; já não se imaginava o que era agradável, mas sim o que era real, ainda que fosse desagradável. Esse estabelecimento do *princípio de realidade* resultou ser um passo de enormes consequências. (Freud, 1911a/2010, p. 112, grifos nossos)

Nos termos desenvolvimentistas de Freud, é necessário que a realidade seja um dos princípios de funcionamento mental, de modo a evitar que o princípio de prazer impere tiranicamente. Se esse fosse o caso, o bebê alucinaria o objeto que proporcionou uma vivência de satisfação e descarregaria a tensão pulsional, mas manteria a fonte dos estímulos internos operando; no entanto, permanecendo a carência da satisfação esperada, é imperativo que a realidade externa se represente psiquicamente e seja, por meio da descarga pulsional, alterada de forma a suprir as

necessidade da vida. O funcionamento é similar ao proposto em 1895: o princípio de realidade opera uma coibição da descarga automática de energia - isto é, impede que o princípio de prazer alucine o desejo - por meio do pensamento - responsável por adiar a descarga e realizar, ligando quantidades menores de energia, uma ação no mundo externo. De todo modo, os princípios operam no âmbito da economia: enquanto a descarga do primeiro resulta em prazer imediato, o segundo é responsável por adiar a descarga e encontrar formas mais duradouras de satisfação.

No entanto, como colocam Forbes e Cunha (2012), os dois princípios tem como meta a satisfação, tendo em vista que é a realização do desejo que os move: o que difere são os percurso que ambos cruzam para obter essa finalidade. Portanto, o princípio de realidade opera secundariamente como uma modificação do princípio de prazer, mas não se opõe a ele, à medida que os dois visam à realização do desejo. Mesmo porque “seria errôneo supor que o Princípio de Realidade represente um adversário à altura para o Princípio de Prazer: ele simplesmente resguarda este último de frustrações desnecessárias” (Mezan, 2013, p. 159), de forma a obter um prazer posterior e seguro. A diferença capital entre os dois princípios se resume a uma questão de modulação da descarga das quantidades energéticas e não de evitação do prazer:

Enquanto na alucinação encontra-se em vigor o escoamento de grande quantidade de energia, no pensar a energia é regulada por quantidades menores, sendo também menor o dispêndio energético.... Se alucinar e pensar são ambos regidos pelo desejo, se ambos atendem a finalidade da satisfação, pode-se demonstrar que não há uma demarcação de oposição ou de conflito entre as duas configurações psíquicas. (Forbes & Cunha, 2012, p. 150-151)

Mesmo assim, era imperativo para as formulações metapsicológicas que se postulasse um princípio que levasse em consideração a realidade. No âmbito psíquico, Laplanche e Pontalis (2001) indicam que essa instauração depende de uma série de adaptações:

desenvolvimento das funções conscientes, atenção, juízo, memória; substituição da descarga motora por uma ação que tende a transformar apropriadamente a realidade; nascimento do pensamento, este definido como uma ‘atividade de prova’ em que são deslocadas pequenas quantidades de investimento, o que supõe uma transformação da energia livre, tendente a circular sem barreiras de uma representação para outra, em energia ligada. (p. 368)

Com o aumento do interesse sobre a realidade, foi necessário dar um maior destaque aos órgãos dos sentidos e à consciência, que agora passam a apreender qualidades sensoriais juntamente com aquelas de prazer-desprazer, que já haviam sido introduzidas em 1900. A *atenção* aparece

como função que examina o mundo exterior de acordo com das necessidades interiores e a memória se constitui como o registro da atividade da consciência. Fica a cargo do processo de pensamento adiar e suportar a elevação da tensão dos estímulos para utilizá-la em ações transformadoras da realidade. A forma como esse mecanismo opera, julgando se uma determinada ideia é verdadeira ou falsa, concordando ou não com a realidade, dá-se pelo juízo imparcial; fica à cargo desse, em comparação com os *traços de memória da realidade*, identificar se a ideia estaria presente no mundo externo, levando em consideração as quantidades de energias circulantes. O mesmo problema do "Projeto", mas com novas roupagens: como lidar com os traços de memória que adquirem investimento intenso, a ponto de serem percebidos pela consciência como fazendo parte da realidade externa? Freud não toca nesse assunto que tanto lhe perturbara anos antes - o que ele apresenta é o juízo em funcionamento conjunto com a memória, que volta a ser colocada como garantia da realidade.

Diferente do que era de se esperar, numa nota de rodapé<sup>42</sup>, Freud aceita a possibilidade de uma organização primária que funcionaria sob o princípio de prazer à revelia do mundo externo, indicando que essa ficção demonstra como o lactente alucina o atendimento das necessidades internas, realizando uma ação para que a realidade - no caso, os pais - forneçam-lhe alimento, mas que não se dá conta da realidade externa. Somente com a maturação do psiquismo e sua *educação*<sup>43</sup> seria possível desligar-se desse modo de funcionamento para um que atenda às demandas da realidade externa. Menéndez (2011) assinala como Freud curiosamente defende essa visão solipsista, apesar de já haver assinalado que a ação específica de alteração da realidade externa e a alteridade estão na origem das satisfações de prazer, dando ensejo para a constituição psíquica. Seguindo a tese dos dois funcionamentos psíquicos, somente com a decepção da tentativa de satisfazer-se alucinatoriamente é que o aparelho psíquico precisaria desenvolver um princípio de realidade e, mais do que isso, um aparato que a levasse em consideração: o teste de realidade.

Apesar do termo (*Realitätsprüfung*) aparecer pela primeira vez somente na publicação em questão<sup>44</sup>, o conceito já aparece esboçado no "Projeto". Uma breve recordação: o teste de realidade

---

<sup>42</sup> "o emprego de uma ficção como essa se justifica, porém, pela observação de que o bebê, se considerarmos igualmente o cuidado materno, quase que realiza um sistema psíquico desse tipo. Ele provavelmente alucina o atendimento de suas necessidades internas, revela seu desprazer com o estímulo crescente e a ausência de satisfação, através da descarga motora dos gritos e do esperneio, e então experimenta a satisfação alucinada. Mais tarde, quando criança, aprende a utilizar essas manifestações de descarga intencionalmente, como meios de expressão. Como o trato dos bebês é o modelo do posterior cuidados das crianças, o domínio do princípio do prazer só pode realmente acabar quando há o completo desligamento psíquico dos pais" (Freud, 1911a/2010, p. 112)

<sup>43</sup> Menéndez (2011) frisa o caráter quase evolutivo e desenvolvimentista dessa obra, por conta da utilização da educação e do desenvolvimento do organismo para a sua maturidade. CITAÇÃO DE FREUD (1911)

<sup>44</sup> Strachey (1996c, p. 240n) nos informa que essa é a primeira vez que aparece a expressão teste de realidade.

tem como função primordial distinguir o que seria da ordem da percepção dos estímulos externos daqueles que proviriam dos estímulos internos - em outras palavras, diferenciar percepção e alucinação -, por meio do processo secundário instaurado pela inibição do Eu. Se o Eu inibir o hiper-investimento da representação, a quantidade de excitação não é suficiente para fornecer signos de realidade. Para Porchat (2005), trata-se de um processo que distingue ideias e percepções, decide se uma ideia é baseada num traço de memória da realidade e verifica pelo juízo se uma percepção externa corresponde ao que foi previamente percebido: “trata-se sempre de avaliar o que vem de dentro do aparelho psíquico e o que pertence ao mundo exterior” (p. 35)<sup>45</sup>. A pergunta que permanece sem resposta: como ficar à mercê de um aparato que depende da constituição do Eu se ele próprio pode sucumbir aos hiper-investimentos? Para a autora, a alucinação decorrente do investimento das representações no adulto anula o teste de realidade e, portanto, não é sua função evitar que a alucinação aconteça: “Quando a consciência da realidade<sup>46</sup> leva à alucinação, no caso da representação fortemente investida, não se pode corrigi-la.... Isso fala a favor de nossa idéia de que o signo de realidade não pertence ao teste de realidade” (p. 77). Ao nosso ver, situar a alucinação fora dos meandros do teste de realidade responde ao problema que a autora se propõe, que é de analisar seus mecanismos e especificidades, mas não avança na problemática de como o psiquismo distingue percepção e memória, realidade interna e externa, ideia e alucinação, que é de interesse de nossa investigação.

Ademais, como escreve Freud (1911a/2010), nem todo o psiquismo opera sob a guarda do teste de realidade: "com a introdução do princípio da realidade, dissociou-se um tipo de atividade de pensamento que permaneceu livre do teste da realidade (*Realitätsprüfung*) e submetida somente ao princípio do prazer. É a atividade da *fantasia*..." (p. 114). O que Freud apresenta é um verdadeiro desenvolvimento do psiquismo para aprender a lidar com o mundo externo, mas mantendo uma espécie de “reserva natural” de conteúdos que não seriam “devastados” pelo teste de realidade. Essa tese reaparece na "Conferência 23" (Freud, 1917b/2014), sobre os caminhos da formação de

---

<sup>45</sup> A autora não situa a memória entre as principais funções do teste de realidade porque considera que ele diz respeito a um momento específico de formação do aparelho psíquico: “tomando em consideração um aparelho psíquico primitivo e elementar, o sistema de memória precisa de fato ser introduzido para que haja registro de caminhos de descarga de energia e para que esses caminhos se tornem preferenciais, facilitando o bom funcionamento do organismo.... Além disso, esse mesmo caminho preferencial é que se torna responsável pela alucinação e pela não distinção entre idéia e percepção. Nesse sentido, a memória é condição para o teste de realidade, mas também o é para a alucinação” (Porchat, 2005, p. 35). Também deixa de lado em seu trabalho o aumento da importância dos órgãos sensoriais dirigidos ao mundo externo e da consciência ligada a eles, por supor igualmente que se trata de um momento específico do desenvolvimento do aparelho psíquico. Como mostraremos mais à frente, essas omissões tem consequências importantes para compreender o teste de realidade.

<sup>46</sup> O termo consciência de realidade é utilizado como sinônimo de crença na realidade provocado pela descarga do signo de realidade.

sintomas: “uma tal ‘área de proteção’, subtraída ao princípio de realidade, é também o reino psíquico da fantasia” (p. 494). Também é pontuado que somente as pulsões do Eu se submeteriam ao princípio de realidade, enquanto as pulsões sexuais manter-se-iam funcionando segundo o princípio de prazer, podendo funcionar desse modo mesmo depois do desenvolvimento sexual e da puberdade.

Assim, aproximam-se as pulsões do Eu (ou de autoconservação) e as atividades da consciência, por um lado, e as pulsões sexuais e as fantasias, do outro. Com isso, o Eu precisa se transformar em dois núcleos distintos: no primeiro caso, no Eu-realidade, que busca o que é útil para se proteger dos danos; no segundo, em Eu-de-prazer, que trabalha pela obtenção de prazer, cabendo a ele somente desejar. Essa proposição de divisão do Eu parece fazer coro à preocupação que delimita a distinção entre as fantasias inconscientes e as lembranças tornadas inconscientes, uma vez que, quando os processos inconscientes não estão operando segundo o teste de realidade, “a realidade do pensamento é equiparada à realidade externa, o desejo à sua realização, ao acontecimento, tal como sucede naturalmente sob o domínio do velho princípio de prazer” (Freud, 1911a/2010, p. 119). Mais uma vez: então, como distinguir realidade da fantasia, percepção da alucinação, mundo externo do mundo interno? A percepção opera de forma diferente no “Eu-de-prazer” e no “Eu-realidade”?

Ayouch (2010) procura demonstrar como os dois níveis de apreensão da realidade (que o autor chama de “mito heurístico”), seja do Eu-de-prazer ou Eu-realidade, operam indistintamente sob os moldes da fantasia, ainda que o Eu-realidade tenha a função, por meio do teste de realidade, validar a percepção fantasmática em comparação com a realidade. Para o autor, a metapsicologia freudiana ultrapassa a dicotomia dentro/fora, sujeito/objeto, presente como problema filosófico há anos, quando considera a existência de objetos internos. Sua tese é de que a percepção em Freud é sempre “segunda”: em um primeiro momento, o juízo de atribuição induz uma representação do “bom” no interior e do “ruim” no exterior, formando um Eu-de-prazer que coaduna percepção e “imaginação”<sup>47</sup>/afetividade; a partir desse Eu-prazer, desenvolve-se um Eu-realidade, que utiliza o teste de realidade e o juízo de existência para retificar a validade da primeira construção. Todavia, a organização representacional do primeiro momento, a partir da percepção, está ancorada em tramas fantasiosas: “o mundo então percebido e as zonas reveladas tinham sido primeiramente estruturados e construídos pelo prazer e o desprazer” (p. 508).

---

<sup>47</sup> O autor utiliza esse termo emprestado do campo da “fenomenologia”, em filosofia, sobre o qual ele discorre em seu artigo.

Ou seja, o Eu-realidade deveria "corrigir", em um segundo momento, o que foi representado pelo Eu-de-prazer. No entanto, Freud é incisivo em demonstrar, tanto em "Introdução ao Narcisismo" (1914/2010) como em "Os instintos e seus destinos" (1915b/2010), que o Eu não é primário, mas construído por meio do julgamento de atribuição. Como, então, ele é capaz de distinguir, inicialmente, entre aquilo que é "bom" ou "ruim", sendo que não há distinção primária entre Eu-não Eu? Por isso, Ayouch (2010) defende que "Freud está, pelo visto, perpetuando aqui uma ontologia dualista de interior/exterior, sujeito/objeto, ao passo que o mito heurístico dos inícios da vida psíquica pretende contravir a esta ontologia" (p.510).

Frente às dificuldades de sustentar as posições expostas, Freud, elegantemente, encerrar o trabalho com um pedido de desculpas pela forma condensada com que as ideias foram expostas e com a anotação de que ainda demandarão esforços para serem fundamentadas. Mesmo assim, para Coelho (1995), esse texto é um passo fundamental na concepção freudiana da realidade, por conta dos novos caminhos abertos na sua elaboração pela introdução do princípio e teste de realidade.

A hipótese de que as fantasias persistem mesmo após o estabelecimento do princípio de realidade acompanha as discussões metapsicológicas até o fim da obra freudiana. No entanto, isso não quer dizer que elas são totalmente independente dele. No capítulo anterior, pontuamos a situação delicada de situar as fantasias estabelecendo relações com as lembranças encobridoras, dinâmicas inconscientes e servindo de material para a formação dos sonhos e dos sintomas. Por mais que, em 1911, a posição de que a fantasia diria respeito ao mundo interno e ao princípio de prazer, e o mundo externo vá forçosamente impondo ao indivíduo que se instaure um princípio de realidade, essa é uma posição pontual e passível de críticas, mesmo dentro do escopo da obra freudiana - haja vista a dificuldade de estabelecer um parâmetro coerente para a distinção entre percepção e alucinação.

Ainda mais, concordamos com Laplanche e Pontalis (2011) no que diz respeito aos dois níveis de operação que parecem não ser devidamente destacados no funcionamento do teste de realidade: o primeiro, fundamental, que consiste na distinção entre o que é percepção e o que é representação, diferenciando o mundo interno e externo; e outra de verificar e validar o que foi objetivamente percebido com o que está representado, retificando as deformações causadas pelas defesas e pela fantasia. Essa é uma distinção que Freud busca apontar em "A Negação" (1925c/2011), quando coloca o juízo como responsável por introjetar, por meio do Eu-de-prazer, tudo o que é bom (e estaria dentro) e rejeitar o que é mau (que estaria fora), e o teste de realidade precisa verificar, sendo exercido pelo Eu-realidade, a existência real de uma coisa representada. Assim,

cada um dos níveis de funcionamento do Eu seria responsável pela validação dos dois níveis de apreensão da realidade. A passagem é crucial:

A questão já não é se algo percebido (uma coisa) deve ou não ser acolhido no Eu, mas se algo que se acha no Eu como representação pode ser reencontrado também na percepção (realidade). É novamente, como se vê, uma questão de *exterior e interior*. O não real, apenas representado, subjetivo, está apenas dentro; o outro, o real, também se acha *fora*. Nesse desenvolvimento, a consideração pelo princípio do prazer foi posta de lado. (Freud, 1925c/2011, p. 279)

Esse trecho esclarece dois pontos importantes. O primeiro deles é que a apreensão, por parte do Eu, de uma fatia da realidade considerada “boa” pelo juízo, não deve ser considerada a função principal de conhecimento da realidade: por mais que ela seja importante, é ainda mais crucial que ela possa ser reencontrada na realidade em caso de necessidade - e, portanto, o juízo de existência estaria operando mais próximo do nível secundário de organização psíquica, obedecendo ao princípio de realidade. O segundo ponto contorna a presença da realidade nos dois termos da equação: ela está somente fora-também dentro do aparelho psíquico. O que ressoa estranho no trecho é a conclusão de que se trata novamente de uma questão exterior-interior. Como é possível que assim o seja se não há o mesmo peso nos braços da balança? Se a realidade do representado está presente nos dois lados da equação, não há possibilidade de redução dos termos ao simples binômio exterior-interior. O casal Botella afirma que se trata mesmo de uma dupla convicção contraditória, “dois movimentos psíquicos incompatíveis e complementares” (Botella e Botella, 2002, p. 46). Utilizam como lastro de sua afirmação outra passagem célebre sobre o assunto no mesmo trabalho: “a meta inicial e imediata do exame de realidade não é, portanto, encontrar na percepção real um objeto correspondente ao imaginado, mas sim *reencontrá-lo*, convencer-se de que ainda existe (Freud, 1925c/2011, p. 280). Para o autores, trata-se de uma passagem que evidencia como todo ato de pensar (enquanto responsável pelos juízos) carrega consigo uma onipotência anímica (“eu sou o seio”), destruindo o objeto na percepção (“eu o tenho, e portanto não o sou”) para que se preserve a capacidade de representar (“não, ele está somente em mim”): “todo ato de pensar é secundariamente culpado do assassinato do objeto” (Botella e Botella, 2002, p. 45). Essa tese bastante original é uma maneira convincente de ultrapassar a díade dentro-fora que tanto esbarra nas proposições metapsicológicas sobre percepção e realidade e corrobora com a nossa proposta de que é um apagamento no nível perceptivo que desencadeia todo ato de representação.

Mesmo porque Freud parece não estar convencido da conceituação do teste de realidade quando afirma que “a existência da representação já é uma garantia da realidade do representado” (Freud, 1925c/2011, p. 279). De qual realidade se trata? É penoso acreditar que seja a realidade da garantia do objeto do desejo no mundo externo, já que não é tão absurdo pensar em representações que não façam parte do mundo objetivo. Parece-nos que Freud está articulando a garantia da realidade enquanto uma realidade psíquica, embora objetiva, tendo em vista os efeitos que ela causa. Essa ideia está de acordo com as hipóteses do “Projeto” em que Freud afirma que as representações se constituem a partir de vivências de satisfação: não são todas as percepções que se transformam em representações, somente aquelas que derivaram de uma vivência que trouxe prazer e descarga para o psiquismo. Sendo assim, é verdade que a existência da representação garante a realidade do representado; no entanto, não quer dizer que toda representação garanta a condição *sine qua non* para que ela represente objetivamente o objeto do desejo.

A tese de Menéndez (2011), assim como do casal Botella (2002) e de Coelho (1995) sustenta que a dificuldade em conceituar o teste de realidade e a realidade provém da opção freudiana de apostar em uma demarcação espacial dentro-fora, ancorada na primazia das representações. O que está em jogo, em última instância, é a dificuldade de demarcar em qual nível de realidade a metapsicologia está operando: a "realidade externa", que é tratada por Freud como sendo "a realidade"; ou a "realidade psíquica", que é bastante “real” pelos efeitos que causa. E não se trata, como bem aponta a autora, apoiada nas teses de Simanke (1994), de equiparar realidade material com realidade objetiva externa e realidade psíquica com realidade subjetiva interna: a realidade psíquica é bastante objetiva, uma vez que o desejo inconsciente tem realidade como causa da formação dos sintomas, das fantasias e da transferência (Menéndez, 2011; Simanke, 1994).

Em virtude do que foi mencionado, realidade externa e interna são distintas ou assimiláveis? Existe uma distinção segura entre realidade material e realidade psíquica? Na "Conferência 23", Freud (1917b/2014) busca explicar como, mesmo no funcionamento normal do psiquismo (sem considerar o desenvolvimento necessário para que se passe de um nível arcaico-prazer para um superior-realidade), o reino das fantasias impera distante do teste de realidade. Não se trata mais de diferenciar o que é próprio da fantasia e o que é próprio da realidade, uma vez que as produções psíquicas oriundas das fantasias

também elas têm uma espécie de realidade; é e permanece sendo fato, afinal, que essas fantasias foram criadas pelo próprio doente, e seu significado para a neurose não se faz menor por ele não as ter vivido no âmbito da realidade. Se não se apresentam dotadas de

realidade *material*, essas fantasias decerto revelam realidade *psíquica*, e pouco a pouco aprendemos que, *no mundo das neuroses, a realidade psíquica é decisiva*”. (p. 489)

### 2.2.2. Entrelinhas entre realidade material e realidade psíquica

A primeira formulação do que viria a ser a "realidade psíquica" pode ser resgatada do “Projeto” e encontra ressonâncias em “A Interpretação dos Sonhos”: “Os signos de eliminação linguístico são, em certo sentido, também signos de realidade, a realidade do pensar, mas não da [realidade] externa” (Freud, 1895/2003, p. 246). Na verdade, Freud é bastante taxativo, ao longo de toda essa última obra, sobre a dimensão de dois “mundos”, um externo e outro interno, ficando a exatidão da fronteira um tema em aberto. As atividades do pensar, operantes em processo secundário e que visam à identidade do pensamento, adquirem tons de realidade enquanto *realidade do pensamento*, sendo úteis a distinguir o que seria real - por corresponderem à realidade externa - e o que seria a alucinação, de maneira análoga aos signos de realidade. Segundo Gabbi (2003, p. 138), é função dos signos de eliminação linguística dotar o pensamento de realidade e possibilitar que a memória opere em ligação com as palavras, contornando o que seria verdadeiro ou falso no âmbito da realidade externa. Concordamos com Coelho (1995) que articula esse funcionamento ao que seria o pré-consciente explanado nos ensaios de metapsicologia; todavia, podemos retroceder um pouco mais e dizer que a realidade de pensamento estaria articulada ao funcionamento do pré-consciente, que fora descrito, já em 1900: afinal, vimos que ele é o responsável por encadear relações lógicas de pensamento às fantasias e sonhos mediante a vinculação com as representações-palavra.

Nos estudos sobre a etiologia das neuroses, na década de 1890, a realidade empírica tinha destaque e era considerada fator preponderante para o adoecimento psíquico - em acordo com a teoria da sedução. No entanto, como já demonstramos, a abertura para a realidade psíquica e para as fantasias não aconteceu abruptamente: em um primeiro momento, era preciso que as cenas vividas em períodos anteriores à puberdade fossem rememoradas, tendo em vista que “os acontecimento pertinentes [do choque sexual pré-sexual] só se tornam eficazes enquanto *lembranças*” (Masson, 1986, p. 145). A hipótese de Green (1993/2011) é de que não se trata de afirmar que a fantasia tenha substituído a sedução; na verdade, visitando os textos freudianos retroativamente, “não se dispõe de critérios suficientes para dizer quando ocorreu uma sedução e quando ela não ocorreu” (p. 231), mas que o choque sexual era melhor circunscrito no campo da fantasia. Assim, Freud pôde estabelecer relações entre fatos vivos, a realidade da experiência empírica, e as expressões

psicopatológicas nos adultos; mais ainda, relações entre experiências vividas e sua efetividade psíquica sob a forma de lembranças. Como aponta Coelho (1995, p. 74), não se trata apenas da teoria da sedução, mas da teoria do tempo (*après-coup*) que se encontra no cerne na teoria da sexualidade - teoria essa que deixa de ser considerada juntamente com a teoria da sedução e tem consequências para a conceituação de um aparelho perceptivo.

Como colocam Laplanche e Pontalis, a ideia de realidade psíquica “se desenvolve em relação com o abandono ou, pelo menos, com a limitação da teria da sedução e do papel patogênico dos traumatismos infantis reais” (2001, p. 426). Mesmo que a noção já esteja presente sob outros princípios, o termo (*psychische Realität*) aparece, pela primeira vez, na edição de 1909 de “A Interpretação dos Sonhos”, sendo modificada tanto em 1914 (em que surge a oposição realidade psíquica *versus* realidade factual), quanto em 1919, para sua versão final:

Se olharmos para os desejos inconscientes, reduzidos a sua expressão mais fundamental e verdadeira, teremos de concluir, sem dúvida, que a realidade *psíquica* é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade *material*. (Freud, 1900/2001, p. 591)

E, juntamente com a hipótese de que o inconsciente é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, Freud acrescenta: “e [o inconsciente] é *apresentado de forma tão incompleta pelos dados da consciência quanto o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais*” (Freud, 1900/2001, p. 584). Prevalece, portanto, a concepção de uma consciência frágil, que pouco conhece sobre a realidade psíquica e da realidade material. É interessante que Freud tanto se esforce para caracterizar as qualidades conscientes, mas permaneça de pano de fundo a ideia de que a realidade é verdadeiramente incognoscível; no nosso entender, mesmo que essa seja a posição freudiana, é notório que essa realidade é causadora de efeitos e seja crucial para o psiquismo que ela seja incorporada. Com essas duas premissas, delinea-se a oposição do funcionamento psíquico que não deixou de ser revisitado ainda muitas vezes: de um lado, o inconsciente, constituído de fantasias e desejos, cujo estatuto é de um novo tipo de realidade, propriamente a realidade psíquica, “aquilo que para o sujeito assume valor de realidade no seu psiquismo” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 426); de outro, a consciência e os órgãos de sentido, encarregados de estabelecer uma singela ligação entre o psiquismo e a realidade material. Trata-se de dois campos distintos: aquele que vincula consciência e realidade, e outro, marcado pelo inconsciente, onde não há distinção entre realidade e fantasia.

Mais uma vez, o que há de interessante nessa equação é a presença da realidade nos dois termos: a realidade psíquica não desconsidera a realidade material. As representações e fantasias não são separadas da realidade, mas, antes, foram constituídas por ela. Nas palavras de Coelho (1995): "As representações psíquicas que possuímos da realidade material são originalmente construídas a partir de experiências vividas nesta realidade" (pp. 74-75). É a realidade empírica que fornece material para a realidade psíquica e as fantasias; por isso Freud sabe que a distinção entre o que foi realmente vivido ou fantasiado, na fala dos pacientes, não é de suma importância. No artigo "Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses", Freud (1906/2016) faz uma retrospectiva da teoria da sedução para afirmar que, nos anos de 1890, ele não era capaz de

distinguir seguramente entre as enganosas recordações infantis dos histéricos e os traços dos eventos reais... [Os sintomas histéricos] não se apresentavam como derivados diretos das lembranças reprimidas de vivências sexuais na infância; entre os sintomas e as impressões infantis se intercalavam as fantasias do paciente (lembranças imaginárias)... (p. 353)

Mas, mesmo nessa época, a "lembrança imaginária", forma como ele vai caracterizar a fantasia, logo em seguida, concentra um paradoxo: por mais que esse termo encerre a distinção entre uma vivência real e o resultado da imaginação, ele o nega, ao afirmar que a distinção não importa, uma vez que ambas as vivências podem aparecer na clínica sob a forma de lembranças infantis. Freud não poderia ser mais claro: o passo decisivo é considerar que a realidade psíquica tenha tanto valor de realidade como a realidade material, independente de ter sido formada por fantasias ou não. Mesmo porque, escreve Freud (1917b/2011), se os elementos necessários à constituição da neurose não forem encontrados na realidade, eles serão produzidos por sugestões e complementados na fantasia: "o resultado é o mesmo, e até hoje não logamos estabelecer nenhuma diferença em suas consequência, quer a maior contribuição para esses acontecimentos tenha vindo da fantasia ou da realidade" (p. 492).

Enquanto essas ideias parecem se firmar como um veredicto sobre a validade e importância da realidade psíquica, um ano após essas considerações terem sido expostas, Freud (1918[1914]/2010) publica o caso do "Homem dos Lobos", onde ele investiga copiosamente a realidade empírica da cena primária de coito entre os pais, vivenciada quando o paciente havia um ano e meio, que seria o gatilho para o desenvolvimento da neurose no paciente. A resignificação causada pelo sonhar com os lobos, aos quatro anos, é que fez com que o paciente compreendesse "tanto o fato [cena primária de coito dos pais] como a sua significação" (p. 53). Se considerarmos que os sonhos

são alucinações perceptivas, foi somente através do aparelho perceptivo que o paciente pôde significar a cena anteriormente incompreendida: aqui, precisamos enfatizar que não acreditamos se tratar de uma fantasia de desejo recalcada, mas *da própria tentativa de inscrição de uma cena que não fora representada*. Como apontamos no primeiro capítulo, Freud não explora essa vertente da alucinação como mobilização de conteúdos em representações, precisamente por optar tratar as fantasias sob os parâmetros dos processos secundários. Fica excluída a compreensão da alucinação como inscrição, em processo primário radical, daquilo que insiste fora do aparelho psíquico. Mais uma vez, esbarramos na alucinação positiva como tentativa *a posteriori* de inscrição de conteúdos que foram negados em alucinação negativa ou que não foram transcritos em representação. Essa leitura parece mais convincente do que a dada pelo próprio Freud, de que o paciente não precisaria ter vivenciado presencialmente a cena primária, apenas ter vivenciado um coito entre animais e, posteriormente, deslocado para os pais. Ou então, que poderiam ser fantasias de vivências filogenéticas, completando a fantasia individual onde a experiência não bastou: “ela [fantasia filogenética] preenche as lacunas da verdade individual com verdade pré-histórica, põe a experiência dos ancestrais no lugar da própria existência” (p. 130).

Por mais que Freud abaixe sua guarda e tente demonstrar o papel operante da fantasia - tanto no deslocamento da cena do coito dos animais, quanto na hipótese das fantasias primitivas -, ele não só descarta a possibilidade de inscrição que evidenciamos, como retrocede aos primórdios da humanidade para completar as lacunas faltantes. Na frase em questão, é evidente que ele parte de uma cena empírica, vivida na realidade material, que serve de alicerce para a construção da fantasia. Como colocara um ano antes, as fantasias primordiais não são simplesmente imaginadas, mas foram “realidade nos primórdios da família humana... a fantasia da criança simplesmente preenche as lacunas na verdade individual com a verdade pré-histórica” (Freud, 1917b/2011, p. 493). Inclusive, ela está presente na equação fornecida do caso: “*Um acontecimento real - de uma época bem antiga - olhar - imobilidade - problemas sexuais - castração - o pai - algo terrível*” (Freud, 1918[1914]/2010, p. 48, grifos nossos). Tendo como base as diversas obras que indicam a supremacia da realidade psíquica em detrimento da realidade material, ficamos tão surpresos quanto Laplanche e Pontalis (1990), quando afirmam que “impressiona vivamente a convicção apaixonada que impele Freud, como um detetive que fareja uma boa pista, a estabelecer a realidade da cena, reconstituindo-a em seus menores detalhes” (pp. 43-44), recuando, inclusive, até uma verdade história (Loffredo, 2006).

Uma das últimas tentativas freudianas de relacionar realidade material e psíquica no texto “Nota sobre o ‘Bloco Mágico’” (Freud, 1925a/2011), onde surge a hipótese da necessidade de

investimento libidinal do campo perceptivo para que o objeto seja percebido: “é como se o inconsciente, através do sistema *Pcp-Cs*, estendesse para o mundo exterior antenas que fossem rapidamente recolhidas, após lhe haverem experimentado as excitações<sup>48</sup>” (p. 274). Ou seja: o perceber depende de investimento! Sendo assim, surge uma nova trilha a ser explorada que é a determinação do inconsciente sobre o processo perceptivo. Com isso, a hipótese de que o teste de realidade não sofre influências do Eu-de-prazer sofre desfalques e a abertura para as dinâmicas inconscientes afetarem a percepção tomam corpo. Continua sendo possível sustentar que percepção e consciência são equivalentes? Voltaremos a esse assunto ainda algumas vezes...

### **2.2.3. Abertura para uma realidade propriamente psicanalítica**

O esforço para incorporar a realidade material à teoria psicanalítica tem como resultado três frutos: o "princípio", o "teste" e o "juízo" de realidade. *Grosso modo*, o princípio de realidade diz respeito ao nível mais fundamental do funcionamento psíquico, garantindo que o indivíduo não fique à mercê do princípio de prazer e sempre busque a via alucinatória para encontrar a satisfação de um desejo. O teste de realidade, de conceituação mais problemática, é função de um Eu organizado que precisa: em um primeiro momento, diferenciar percepção e representação, mundo externo e mundo interno; e posteriormente, "reconstruir" o objeto representado na percepção, indicando o valor de verdade para o objeto percebido sem as deformações causadas pelas defesas e fantasias. Por último, fica a cargo do juízo de realidade, partindo do Eu-realidade, deixar de incorporar somente objetos que tragam satisfação imediata para reencontrar, na realidade material, aqueles objetos que já foram objetos de realização de desejo e que podem ser úteis para sanar as necessidades.

Por mais que essas funções tenham como objetivo garantir a segurança da realidade material, a tarefa é árdua e nem sempre exitosa. Apontamos que as fantasias são situadas, na teoria freudiana, como um campo apartado do teste de realidade; no entanto, Freud coloca o próprio teste de realidade como aquele que garante a diferenciação das percepções e das representações... No final, a trama conceitual não é coesa. Embora Freud indique que toda fantasia tenha sido constituída por uma experiência empírica anterior (mesmo na filogênese), a inversão paradigmática de considerar a realidade psíquica tão *verdadeira* quanto a realidade material para o psiquismo parece ter sido um dos pontos mais importantes para o campo. As produções psíquicas são objetivas e

---

<sup>48</sup> Assim se entende a opção de Menéndez (2011) em traduzir *Realitätsprüfung* como “prova da realidade”, incorporando o sentido de degustar e experimentar a realidade, mais do que de testá-la.

reais, produzem sintoma e transferência e, como coloca Freud (1939[1934-38]/1996), contém um núcleo de verdade histórica<sup>49</sup>. Todavia, fica em suspenso a caracterização do teste de realidade e os mecanismos de que ele se utiliza para *definitivamente* atestar a realidade de uma representação ou percepção.

Incognoscível, mas causadora de efeitos; inalcançável, mas passível de teste; externa, mas matéria-prima para o interno; realidade material, mas também realidade psíquica: assim parece ser como Freud concebe "as realidades". A verdade é que a distinção entre realidade psíquica e realidade material parece ser um calcanhar de Aquiles na teoria freudiana. Em diferentes momentos da obra, as posições oscilam. Por mais que a tendência seja colocar a realidade psíquica e a realidade material nos dois braços de uma balança e dizer que a primeira vai, paulatinamente, tornando-se mais pesada, enquanto a segunda ficaria mais leve, a teoria freudiana não é assim tão simples. Insistimos que a realidade material é incorporada pela realidade psíquica, e não excluída: *não se trata de dois termos distintos, mas campos que são criados e recriados constantemente pelas experiências perceptivas, representações e fantasias.*

Só é possível compreender o estatuto da realidade em psicanálise por meio da hipótese de uma mútua constituição entre realidade material e psíquica: “nem a realidade externa é uma unidade impermeáveis às fantasias, nem o reino das fantasias psíquicas pode prescindir de pedaços da realidade” (Coelho, 1995, p. 54). Assim, são *dois campos de verdade* que se constituem e se relacionam, tornando artificial o ímpeto de distinguí-los. A realidade passa a ser constituída “somente fora-também dentro”, dois mundos distintos e relacionados, inter-dependentes e autônomos. Não existe a primazia de um polo sobre o outro: “o aparelho psíquico freudiano não requer uma simples adaptação à realidade, mas sim uma formação de compromisso inclinada ao estabelecimento da harmonia entre as exigências do desejo e as demandas da realidade socialmente compartilhada” (Menéndez, 2011, p. 46). Por isso, compreender a realidade a partir do binômio dentro-fora não parece ser o critério mais apropriado. Como a apreensão da realidade concreta depende das dinâmicas psíquicas e vice-versa, se pudermos falar em uma *identidade da realidade* na obra freudiana, ela não está exclusivamente fora, tampouco unicamente dentro. Para o final da obra, quando Freud envereda pelo estudo da verdade histórica e da construção em análise (Freud,

---

<sup>49</sup> Coelho (1995, p. 46) afirma que: “[a realidade] aparece como referência importante para o estabelecimento da verdade e para o combate a ilusões como a religião.... O esforço constante em fazer da psicanálise uma ciência que seguisse, ao menos em parte, o modelo das ciências naturais parece ter aprisionado Freud a uma noção de realidade externa que é quase sinônimo de verdade e saúde, ficando o engano, a ilusão e a doença situados no plano da subjetividade”. Enquanto essa frase faz sentido para as primeiras formulações freudianas, Loffredo (2006) demonstra que, no final de sua obra, Freud reconhece, em “Moisés e o Monoteísmo” (1939[1934-38]/1996) e “Construções em análise” (1937/1996), que existe uma verdade histórica no psiquismo que faz presença na clínica analítica.

1939[1934-38]/1996; 1937/1996), parece que há abertura para uma concepção menos dualista e mais propensa a considerar as dinâmicas complexas que operam entre a realidade e o psiquismo; todavia, não é possível afirmar que Freud não oscila na importância da realidade na constituição da fantasia - o ponto final desse assunto nunca foi dado...

Por fim, essa forma de compreender a realidade e seus efeitos se consolida como uma maneira propriamente psicanalítica de concebê-la. Embora Freud insista na concepção empirista das ciências naturais para situar a psicanálise (1915b/2010; 1933[1932]/1996), é evidente que ele avança nas proposições epistemológicas e os entremeios da realidade com o psiquismo. A impossibilidade de resolver as questões mencionadas são, provavelmente, herança do modelo representacional, cujas bases são assentadas na distinção dentro-fora. Mesmo assim, com todos os percalços, ele pôde indicar uma alternativa para o problema filosófico de acesso a realidade, desdobrando uma resposta de visão propriamente psicanalítica.

Os impactos dessas formulações para a conceituação de um aparelho psíquico que verse sobre os andaimes da percepção são profundos. Se a distinção entre realidade concreta e psíquica torna-se artificial e o que deve ser levado em consideração é a realidade psíquica, de que serve o aparelho perceptivo, haja vista que ele se liga diretamente com a realidade material? Se o mundo das fantasias incorpora o "material" e trabalha a partir dele, por que se preocupar com as suas formas de apreensão? Pelo que nosso percurso indica, ao optar por trabalhar com a realidade psíquica, Freud deixou de analisar propriamente quais são as influências da realidade material no psiquismo - a dimensão de co-constituição nunca foi inteiramente explicitada, estando somente nas entrelinhas. E, por mais que tenha sido possível edificar uma teoria sobre os pilares da fantasia, a abdicação do trauma real parece ter levado consigo o peso da realidade empírica nas formulações metapsicológicas. Essa é a tese defendida por Campos (2014), na qual as consequências esbarram também nos aspectos de resignificação da experiência em nível representacional. Para o autor, ao operar a partir da noção de fantasia, a dimensão traumática que seria resignificada *a posteriori* perde forças e, com ela, a temporalidade do segundo tempo do trauma. É nesse ínterim que, como já apontamos, a impressão deixa de ser tomada como primeiro registro perceptivo e o nível representacional se garante em primeiro plano. Indo mais adiante sob a nossa ótica, a opção por deixar de trabalhar com a teoria da sedução poderia ser lida, também, como um dos fatores para que a percepção não fosse devidamente explorada por Freud. Ao perder forças, a realidade leva consigo a dimensão da percepção que, nos momentos inaugurais da obra freudiana, se preocupava em dar conta de explicar o contato com a realidade externa e tateá-la (Freud, 1895/2003, 1986a/1996, 1986b/1996). Trazendo a discussão para o nível da fantasia, não há mais necessidade de supor que

existem registros perceptivos que elaboram quantidades que são traumáticas e conceituar um aparelho psíquico que considere a realidade material e psíquica em interação. Fazendo coro a esses levantamentos, podemos supor que um dos motivos para que a percepção não receba uma conceituação coesa também *deriva da opção freudiana de operar com o conceito de fantasia*, fruto do abandono da teoria da sedução, encontrando barreiras epistemológicas e metapsicológicas para incorporar percepção, fantasia, realidade externa e psíquica.

### **2.3. Consolidação do conceito de percepções endopsíquicas nos trabalhos de 1907 a 1911**

A ideia de que percepções endopsíquicas e projeção estão relacionados aparece, também, em alguns escritos posteriores na obra freudiana, como é o caso de “O delírio e os sonhos na *Gradiva* de W. Jensen” (Freud, 1907/2015), em que Freud realiza uma leitura psicanalítica de uma obra literária; “Observações sobre um caso de neurose obsessiva [‘Homem dos Ratos’]” (1909/2015), um estudo clínico; “Totem e Tabu” (1912-1913/2012), uma aventura pela antropologia para explicar fenômenos mitológicos; e “Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia [‘O caso Schreber’]” (Freud, 1911b/2010).

#### **2.3.1. Percepção, projeção e delírio**

O primeiro texto consiste em uma análise psicanalítica do romance de W. Jensen, no qual Freud analisa a importância da teoria do recalque da sexualidade infantil do personagem Dr. Norbet Hanold e do amor como elemento de cura para os delírios que ele apresenta. Conta Freud que o personagem em questão nunca experimentou a sua sexualidade adulta, evitando mulheres e sublimando sua libido para sua profissão científica. A análise parte das fantasias infantis, do retorno do recalque e, para nossos propósitos, da maneira como esses elementos são projetados a partir de percepções endopsíquicas; mais especificamente, são conteúdos recalcados que retornam sob a forma de projeção e delírio a partir de percepções do próprio funcionamento do aparelho psíquico. No livro em questão, o personagem havia se encantando por uma figura em baixo-relevo de uma moça caminhando, ao qual ele deu o nome de *Gradiva* (“aquela que anda”). Ao longo do ensaio, Freud busca encontrar as explicações psicanalíticas para sonhos, delírios, sentimentos e atos do personagem em sua incessante busca para desvendar o mistério de encantamento pela *Gradiva*.

A inovação consiste em relacionar os conteúdos recalcados com a percepção endopsíquica e com os delírios que acometem o pesquisador. É a partir de fantasias desencadeadas pela figura em

Hanold que Freud envereda sua análise: de fato, o personagem começa a atribuir diversas características delirantes sobre quem seria a pessoa que deu origem para aquela obra - sua nacionalidade, idade, filiação e até mesmo características sobre o andar e os pés. Assim, começa-se a destrinchar de onde viriam essas fantasias e Freud afirma que se tratam de “ecos de suas lembranças da amada da infância, derivados dessas lembranças, transformações e deformações delas, depois que não conseguiram chegar à consciência de forma inalterada” (Freud, 1907/2015 p. 69). Ao situar a figura como uma grega que vivia em Pompeia - cidade soterrada e que manteve preservado objetos e pessoas surpreendidas pela lava do vulcão -, o pesquisador estaria resgatando aquela porção da sua memória em que manteve também intacta as lembranças de sua amizade de infância: “ele igualou sua própria infância ao passado clássico, o soterramento de Pompeia, um desaparecimento com conservação do passado, guarda magnífica semelhança com a *repressão*, da qual ele tem conhecimento por percepção endopsíquica” (Freud, 1907/2015, p. 69, grifos do autor).

De alguma forma, o personagem pôde acessar a parte recalcada de suas lembranças através de uma percepção do próprio funcionamento psíquico, equiparando essa fatia de lembranças ao destino da cidade soterrada. Estão em jogo duas determinações nas fantasias e delírios de Hanold: aquela que se apresenta conscientemente, relacionadas com a arqueologia e a pesquisa científica; e as que são inconscientes, vinculadas às lembranças e impulsos afetivos. O delírio, nesse caso, é uma solução de compromisso, levando em consideração as exigências dos dois lados. O curioso é a forma como se coloca o desvelamento do delírio por meio de uma percepção endopsíquica: o retorno do recalcado aparece especificamente como delírio porque uma parte das fantasias tornou-se consciente sem que fosse tomada como pensamento. Nas palavras de Coelho, “a percepção endopsíquica é uma espécie de projeção dos processos que ocorrem internamente. É como uma percepção interna inconsciente que é tida como uma percepção externa consciente” (1999, p. 38). No entanto, a tomada de consciência não acontece “de dentro para fora”, mas no seu inverso: pelos órgãos dos sentidos, aquilo que foi projetado pode se tornar consciente, mesmo que o conteúdo esteja peremptoriamente no inconsciente, ou seja, a percepção do recalcado. Com isso, a percepção endopsíquica não é o resultado de um processo que caminha na via progrediente como os pensamentos, embora também seja resultado de um processo; mas é pela via dos órgãos dos sentidos que, após ter sido elaborada e projetada, retorna como sendo algo externo. Segundo esse autor: “Na percepção endopsíquica, o que foi reprimido atua não como material transformado, e sim do modo como está presente no inconsciente” (p. 37). Por isso, consideramos que a conceituação da percepção endopsíquica é ambígua, já que é uma percepção do funcionamento interno do aparelho e seus conteúdos que só se tornam conscientes pela projeção no mundo exterior. Afinal, ela é um

fenômeno externo ou interno? Cada vez mais, parece-nos que essa distinção pouco ajuda na compreensão do funcionamento psíquico...

Mais adiante, no mesmo livro, Freud assemelha o delírio ao funcionamento dos pensamentos oníricos latentes inconscientes, dizendo que ambos só exercem suas funções caso permaneçam inconscientes. Se o personagem se desse conta de que ele se interessa pela Gradiva somente porque ela remete diretamente ao amor que sentia por Zoé, sua amiga de infância que porventura mora em frente à sua casa, o delírio não teria mais função: “esta percepção se pudesse tornar-se consciente, significaria o fim do delírio” (Freud, 1907/2015, p. 80). Foi necessário que o conteúdo recalçado retornasse pela mediação da fantasia e, mais interessante, que a pessoa real pela qual o personagem se apaixonara precisara ser *alucinada* antes de ser reconhecida conscientemente. Pelo mecanismo da alucinação, o personagem pôde primeiramente se distanciar da figura real para depois assumi-la em sua integridade.

A companheira de infância Zoé, por quem Hanold estava apaixonado e não podia reconhecer, havia lhe acusado de possuir o dom da “alucinação negativa”, de forma a não reconhecer os fatos que lhe estavam fornecidos: o canto do canário de Zoé, a maneira como ela caminha e que ele desloca para Gradiva... De novo, são as determinações inconscientes que não permitem que Hanold *perceba* os fenômenos que estão presentes. O delírio surge no lugar da percepção que “não pode se tornar consciente, pois o seu pressuposto, de que a Gradiva é uma mulher viva, uma pessoa que ele conhece, não pode se tornar consciente” (Freud, 1907/2015, p. 101). Como o personagem principal sofre de um severo recalque de sua sexualidade, ele não permite que aflore o desejo que possui por sua distinta companheira. Para manter funcionando a formação de compromisso, o personagem se utiliza de “fragmento de percepção inconsciente<sup>50</sup> que é substituído pelo novo fragmento de delírio” (Freud, 1907/2015, p. 100). E a crença no delírio não deriva de um transtorno de julgamento, mas de um superinvestimento da fantasia no campo perceptivo: “em todo delírio há um grão de verdade, existe algo que realmente merece fé, e tal é a fonte da convicção do paciente, que até esse ponto se justifica, então” (Freud, 1907/2015, p. 103). A economia psíquica, liderada pelos afetos, é que fornece ou retira investimento para que: em um primeiro momento, haja a alucinação negativa de todas as percepções que possam remeter a sua vizinha; e em um segundo momento, que o delírio seja arquitetado em cima de uma porção da percepção inconsciente, fazendo com que o desejo inconsciente seja projetado e percebido como

---

<sup>50</sup> Como aponta Bandeira (2016), Freud usa o termo “percepção inconsciente” para se referir a percepções que são função do Eu inconsciente. No entanto, o uso do termo aparece nas obras freudianas de maneira indiscriminada, podendo se referir a processos inconscientes, pré-conscientes e até mesmo conscientes. Nesse caso, entendo que se pode dizer que se trata de uma percepção endopsíquica.

realidade externa. Em última instância, é para se defender da percepção endopsíquica que entra em cena a projeção e o delírio - este último como formação de compromisso entre a percepção negada e a forma como ela se torna consciente. Mais uma vez, foi necessário diferenciar uma consciência imagética, única forma como a percepção endopsíquica pode se tornar consciente, por meio da projeção e do delírio, e uma consciência nos moldes linguísticos, a consciência propriamente dita do pensamento.

O trabalho sobre a Gradiva tem papel importante no escopo da obra freudiana por ter sido a primeira análise psicanalítica de um texto de literatura apresentada por seu criador. Embora as tentativas de situarem sua relevância em meio ao que Freud estava produzindo na época não sejam unívocas, é confirmada a relação que reaparecerá, ainda algumas vezes, entre a psicanálise e a arqueologia: o soterramento pelo recalçamento e a escavação pela análise (Mendes, 2005). Todavia, Freud parecia estar interessado pela definição da percepção endopsíquica nesse período, já que retornou ao trabalho “Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana” (1901b/1996) para adicioná-la à tematização e, poucos anos mais tarde, aplicou o mesmo termo em sua análise clínica no caso do paciente conhecido como “Homem dos Ratos” (Freud, 1909/2013).

Esse paciente busca Freud por conta das debilidades que seus pensamentos, compulsões e medos (de que algo de ruim poderia acontecer ao seu pai e à sua amada) trazem à sua vida atual. Por já haver lido o trabalho “Psicopatologia da Vida Cotidiana”, o paciente se diz familiarizado à teoria psicanalítica e começa o tratamento falando de sua sexualidade infantil e os receios referente aos seus desejos. As sanções que se impunha, por conta dos desejos sexuais, eram severas, mas se tornavam ainda piores por crer que seus pais também o recriminavam, uma vez que esses conseguiam ouvir seus pensamentos: “abriguei a ideia doentia de que *meus pais sabiam de meus pensamentos, e a explicação que dava a mim mesmo é que os havia falado sem ouvi-los*” (Freud, 1909/2013, p. 21).

Seria possível falar pensamentos sem ouvi-los? Para Freud, esse delírio ou ilusão consiste em uma “projeção para o exterior de nossa suposição de que ele tem pensamentos sem saber algo deles, como uma percepção endopsíquica do reprimido” (p. 24). Assim, os pensamentos reprimidos não se tornam conscientes por um acesso interno de retorno à fantasia, mas por uma projeção que altera a realidade concreta e se torna consciente por meio da percepção externa. A descrição é semelhante a que fora empregada na análise da Gradiva: a percepção endopsíquica se exprime como a projeção da percepção do recalçado - por isso, os pais poderiam ouvir seus pensamentos sem que ele precisasse enunciá-los.

Ao analisar esse distúrbio específico, Freud afirma que não se trata de uma amnésia decorrente do recalçamento (o efeito mais comum dessa operação nos neuróticos), mas “pela ruptura dos nexos causais decorrente da subtração do afeto” (p. 93). Quando o afeto deixa de investir o nexo que liga a situação e sua consequência - como foi apontado nos casos analisados em “Psicopatologia da Vida Cotidiana” (1901b/1996) -, ato e efeito deixam de ser percebidos como uma unidade coesa e passam a existir integralmente enquanto dinâmicas separadas. Assim, o fato de o nexo entre os medos e pressentimentos do paciente ter sido recalçado explicaria os pensamentos recriminatórios e comportamentos supersticiosos como tentativa de evitar a tomada de consciência dos próprios conteúdos recalçados. Creio que não se trata, como considera Bandeira (2016), de uma projeção dos nexos reprimidos entre as instâncias psíquicas (entre Eu e super-eu), que acarretaria em um possível sentimento inconsciente de culpa, mas, sim, do nexo entre as cenas e os seus diversos desdobramentos. Esquemáticamente: primeiro, o recalque da relação entre ato-efeito, subtraindo o afeto; em um segundo momento, o afeto operando de modo a projetar para o mundo concreto o processo iniciado pela percepção endopsíquica, do mesmo modo que acontece no comportamento supersticioso:

Uma certa energia evocadora - que em outro lugar comparei a uma percepção endopsíquica - parece subsistir nesses nexos reprimidos, de modo que são introduzidos no mundo externo pela via da projeção, lá dando testemunho do que foi omitido na psique. (Freud, 1909/2013, pp. 93-94)

Esse estreito nexo entre endopercepção e afetos parece ter chamado a atenção de Freud. Se a apresentação e análise desses trabalhos mostra suficientemente essa relação, foi em “Totem e Tabu” (Freud, 1912-13/2012) que ela adquiriu maior importância: a percepção endopsíquica deixa de ser compreendida somente por seu aspecto defensivo ao se tornar fundamental na *constituição do mundo* do homem primitivo, projetando não somente representações, mas também afetos e sentimentos para a realidade concreta.

### **2.3.2. A invenção da(s) realidade(s) a partir das percepções inconscientes e dos afetos ambivalentes**

Trata-se de um trabalho de incursões exploratórias no terreno da cultura, filologia e etnografia em que suas teses sobre o mal-estar civilizatório gerado em decorrência do recalque das pulsões, apresentadas em “A moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno” (Freud, 1908/2015),

são retomadas e aprofundadas. A tese central desse ensaio era demonstrar como os estudos sobre o aumento das doenças nervosas, na época em que fora escrito, não levavam em consideração as consequências da moralidade sexual da civilização na educação das crianças: “a influência danosa da civilização se reduz essencialmente à repressão nociva da vida sexual das populações (ou camadas) civilizadas, devido à moral sexual ‘cultura’ nelas vigente” (Freud, 1908/2015, p. 366). Nesse momento da obra freudiana, a civilização aparece como o agente repressor dos desejos sexuais, sendo a responsável pelo sofrimento psíquico.

Se a hipótese que pode ser depreendida dessas afirmações é de que a moral sexual civilizada não é digna do sacrifício que impõe e, conseqüentemente, um alargamento desses preceitos poderia minimizar as ocorrências de adoecimento neurótico, esse mesmo pensamento não é mais efetivo a partir de “Totem e Tabu”, quando entram em cena as pulsões agressivas, cujo recalçamento é a própria gênese e garantia da civilização, como destaca Nakasu (2005). A autora rastreia os germes do que será desenvolvido, a partir de 1920, sob o conceito de pulsão de morte: a importância dos afetos destrutivos nas dinâmicas clínicas, individuais e culturais. Apoiado nas ideias de diversos pensadores, dentre eles Charles Darwin e Wilhelm Wundt, Freud propõe o seu próprio “mito científico” para demonstrar a hipótese de que a ambivalência pulsional para o homicídio e o incesto estão presentes no indivíduo desde a origem da civilização. Com essa suposição, ele pôde identificar mecanismos psíquicos que, teoricamente<sup>51</sup>, operariam nos povos primitivos e podem ser encontrados em pacientes neuróticos.

No que diz respeito aos afetos e interessa aos nossos propósitos, é na análise sobre a compreensão do tabu que Freud descreve a presença da projeção da hostilidade inconsciente como um processo importante para compreender a configuração da psique primitiva. A ideia de que a projeção seria uma defesa contra conteúdos incongruentes com o Eu já era defendida por Freud desde 1895, quando enviou o “Rascunho H” para Fliess (Freud, 1895/1996), e retorna novamente nesse trabalho. No entanto, sua conceituação extrapola essa definição e ela se torna um mecanismo arcaico do psiquismo, capaz de *criar* a realidade concreta:

*a projeção de percepções internas para fora é um mecanismo primitivo, ao qual estão sujeitas nossas percepções sensoriais, por exemplo, e que normalmente tem o papel principal na configuração de nosso mundo externo, portanto... as percepções internas de processos afetivos e intelectuais também são, como as percepções sensoriais, projetadas*

---

<sup>51</sup> Sabemos que há autores, dentre eles Levi-Strauss (1975), como se observa em “Totemismo Hoje”, que criticam a investida freudiana de fazer uma antropologia psicanalítica. No entanto, foge aos objetivos desse trabalho tematizar essa questão.

*para fora*, empregadas na *configuração do mundo externo*, quando deveriam permanecer no mundo interno. (Freud, 1912-13/2012, p. 107, grifos nossos)

Nesse curto porém denso trecho, a projeção é descrita como um mecanismo arcaico de configuração do mundo externo e que envolve, inclusive, processos afetivos e intelectuais. Essa passagem confirma a nossa hipótese de que a endopercepção não opera, somente, quando o percebido resvala em algum conteúdo recalcado e se defende, projetando essas representações no mundo concreto; assim como apontamos a alteração da realidade em decorrência do afeto desprendido da fantasia, a projeção da percepção endopsíquica dos afetos inconscientes também opera de modo a construir o percebido.

Enquanto os pressupostos de desenvolvimento do psiquismo partiam de dinâmicas de prazer-desprazer e identificação com objetos prazerosos e projeção de objetos desprazerosos (Freud, 1985/2003; 1900/2001), a partir desse trabalho não é mais possível sustentar que as qualidades de bom ou ruim sejam intrínsecas aos objetos, mas tão somente podem ser concebidas como projeções de amor ou hostilidade e, já nos adiantando, de relações pulsionais. Como continuar defendendo que a psicanálise é associacionista ou empirista? No limite, os objetos são criados pelas dinâmicas internas, no mesmo sentido que elas fundam o psiquismo. E é Freud quem afirma:

o animismo era natural e evidente para o homem primitivo; ele sabia como eram as coisas do mundo, ou seja, eram tal como ele as percebia. Estamos preparados para saber, portanto, que o homem primitivo deslocava relações estruturais de sua própria psique para o mundo exterior, [nota acrescentada por Freud: as quais conhecia mediante a assim chamada percepção endopsíquica]. (Freud, 1912-13/2012, p. 144)

O animismo é, para o homem primitivo, tanto o mundo externo quanto interno; só que esse mesmo mundo é percebido somente como externo. Inclusive, os fenômenos tomados como espíritos e demônio são “apenas projeções das próprias emoções do ser humano” (Freud, 1912-13/2012, p. 145). Aquilo que não é reconhecido no psiquismo ganha estatuto mitológico-metafísico no mundo externo para trazer alívio psíquico, precisamente quando entram em conflito as ambivalências entre as pulsões. É por isso que podemos compreender o trecho em que Freud afirma que o homem primitivo deslocava *relações estruturais* de sua própria psique como as relações de ambivalência frente aos objetos externos (que, em última medida, são aqueles que organizam o psiquismo nos momentos anteriores ao narcisismo e da resolução do Complexo de Édipo): “a projeção da hostilidade inconsciente sobre os demônios... é apenas um exemplo, no bom número de processos

a que se deve atribuir enorme influência na configuração da psique primitiva” (Freud, 1912-13/2012, p. 107).

### **2.3.3. A função perceptiva para além da matriz representacional**

O último texto mencionado, “O Caso Schreber” (Freud, 1911b/2010), é a leitura psicanalítica freudiana dos diários do Dr. Daniel Schreber, um ex-juíz, cético, de aguda inteligência e observações, que passou a apresentar delírios quando assumiu o cargo de presidente da Corte de Apelação de Chemnitz e, em 1903, publicou suas vivências. Freud faz suas análises considerando que se trata de um caso de paranóia e investiga quais seriam as especificidades da formação dos sintomas e da repressão nesse quadro. Embora fantasia, desejo e complexo paterno constituam o núcleo do caso, esses fatores não são exclusivos da paranóia; para Freud, o que a difere dos outros quadros clínicos é a formação do delírio persecutório como defesa a uma fantasia de desejo homossexual. Com a restituição de um dos delírios do paciente que envolviam o desejo homossexual, Freud conclui: “o mecanismo de formação de sintoma da paranóia requer que a percepção interna, o sentimento, seja substituída por uma percepção externa.... O sentimento inconsciente impulsor aparece como dedução de uma percepção externa” (1911b/2010, p. 84). E só é possível que o sentimento seja deslocado para a percepção externa pela projeção: “uma percepção interna é suprimida e, em substituição, seu conteúdo vem à consciência, após sofrer certa deformação, como percepção de fora. Essa deformação consiste, no delírio persecutório, numa transformação do afeto” (1911b/2010, p. 88).

Mencionamos que Freud (1895/1996) concebia, já no “Rascunho H”, a paranóia como uma psicose de defesa, da mesma forma que a histeria e a neurose obsessiva. Com o estudo das memórias de Schreber, ele tem as ferramentas para dizer que são precisamente dos afetos de teor homossexuais que o paranóico se defende: “o que deveria ser sentido internamente como amor é percebido como ódio vindo do exterior” (Freud, 1911b/2010, p. 88). Para comprovar sua tese, é descrita uma longa digressão sobre as três fases da repressão: a primeira, que consiste na fixação da libido nas fases do desenvolvimento psicosexual e que predis põem o indivíduo para a futura doença (no caso da paranóia, ocorre uma fixação e posterior regressão ao estágio do narcisismo); a segunda, caracterizada pelo caráter ativo da repressão por parte do Eu frente aos conteúdos e tendências desagradáveis; a terceira, mais importante, é o fracasso da repressão, onde irrompe o reprimido. Freud se embasa nesses pressupostos para explicar como os delírios de “fim do mundo” de Schreber são, na verdade, projeções de seu psiquismo abalado - ao se ver confrontado com uma

situação desagradável, a libido do ex-juiz regrediu aos estágios narcísicos, retirando investimentos do mundo externo e, por consequência, tornando-o indiferente a ele<sup>52</sup>. Nas palavras de Freud: “O fim do mundo é a projeção dessa catástrofe interior; seu mundo subjetivo acabou, depois que retirou dele o seu amor” (p. 93). Outros delírios, como a condensação dos raios solares, fibras nervosas e espermatozoides em “raios divinos” são projeções de “percepções endopsíquicas dos processos cuja existência supus, neste trabalho, como fundamento para uma compreensão da paranóia” (p. 103). Aliás, a percepção inconsciente está no âmago do delírio, sendo ela a responsável por fornecer elementos para que o delírio se forme, participando dos processos defensivos na paranóia.

No entanto, ao mesmo tempo que o delírio é o resultado de um processo envolvendo a tríade frustração - regressão - fixação, a endopercepção e a projeção dos sentimentos suprimidos, Freud também o considera como uma tentativa de cura e de reinvestimento libidinal nos objetos, no qual o paranóico cria um mundo possível de ser habitado: “ele o constrói mediante o trabalho de seu delírio. *O que consideramos produto da doença, a formação delirante, é na realidade tentativa de cura, reconstrução*” (1911b/2010, p. 94). Como os investimentos de objeto foram retirados e voltados para o Eu, o delírio serviria como uma tentativa de reinvestir os objetos, por meio da projeção, e tornar habitável - ou menos insuportável - o mundo externo.

Nesse ínterim, surge a frase paradigmática e contraditória sobre o mecanismo paranóico: “não foi correto dizer que a sensação interiormente suprimida é projetada para fora; vemos, isto sim, que aquilo interiormente cancelado retorna a partir de fora” (Freud, 1911b/2010, p. 95). Ora, se a projeção é precisamente a expulsão de afetos indesejados do interior para o exterior, como é possível assumir que o cancelado retorna a partir de fora? Para responder essa questão, precisaríamos supor que o conteúdo que retorna de fora é precisamente aquilo que *não foi representado* no psiquismo e precisou ser expulso - seja por conta das representações aos quais os afetos estavam vinculados, ou mesmo os afetos que não encontravam consonância com os preceitos do Eu. Essa é a tese que sustenta Menéndez (2011): “não haveria um trabalho sobre uma representação que se projetaria, mas algo retornaria como alheio ao campo psíquico, talvez, acrescentamos, precisamente por não ter se constituído enquanto representação” (p. 159).

Nesse sentido, aquilo que não se inscreve *insiste* para ser inscrito, mas através da via perceptiva pelo mundo externo. Novamente, ao optar por tratar os processos primários e

---

<sup>52</sup> Embora Freud identifique o funcionamento da projeção como característica privilegiada para a formação dos sintomas na paranóia, a própria conceituação desse quadro nosográfico não é unívoca. No decorrer do trabalho de 1911, há uma intensa investida em diferenciá-la da esquizofrenia e da demência precoce, quanto aos pontos de fixação e os mecanismos de defesa, propondo novos termos e classificações para delimitar sua especificidade. No entanto, segundo Laplanche e Pontalis (2001, p. 336), não houve uma sistematização mais detalhada que ultrapassasse a hipótese de que a paranóia se define enquanto uma defesa contra a homossexualidade.

secundários como fazendo parte do aparelho psíquico representacional, Freud deixou de postular o que chamamos, junto com Campos (2014), de processo primário radical, que consiste precisamente na elaboração de energias potencialmente traumáticas operantes em níveis anteriores aos representacionais. Mais ainda, isso significa dizer que a regressão alucinatória (que envolve o aparelho perceptivo) é sempre um momento secundário, nunca primário - ou seja, é um momento de desligamento do representado e nunca considerado como uma tentativa de representação. No caso em questão, se o delírio retorna de fora, faz coro a nossa sugestão de que se trata de uma *tentativa de representação* - e, só por isso, uma tentativa de cura! Para Gibeault (2010), o processo de simbolização na cura depende tanto da capacidade de representar um objeto, quando saber que o símbolo do objeto não é o objeto simbolizado. Assim, a cura está assentada na representação do objeto "dentro" do aparelho psíquico. Novamente, só é possível conjecturar esse modelo, tomando como ponto de partida uma das funções primordiais que o aparelho perceptivo exerce nas dinâmicas representacionais e em todo o funcionamento psíquico: ligar as intensidades, pela via alucinatória, em representações.

#### **2.3.4. Breve síntese sobre as relações das percepções inconscientes e o aparelho psíquico**

Tendo apresentado algumas considerações sobre os trabalhos que mencionam a percepção endopsíquica, estamos munidos de material suficiente para tentarmos elucidar os pontos-chave. Esperamos ter deixado evidente que *os conteúdos inconscientes alteram a percepção externa à revelia da consciência*: o supersticioso, Hanold, o Homem dos Ratos, os homens primitivos, o ex-juiz Schreber e até o próprio Freud... Todos esses experimentam ou puderam experimentar os efeitos da endopercepção, através da alucinação, do delírio ou da projeção, de maneira independente da dimensão consciente. Enquanto a dificuldade freudiana persistia em equiparar ou distanciar percepção e consciência nos trabalhos anteriores a 1900, exploramos a brecha da percepção endopsíquica como um fenômeno perceptivo que acontece à revelia da consciência - portanto, não fazem mais sentido tentativas ou hipóteses que busquem equipará-las.

Pelo percurso trilhado, podemos definir a *percepção endopsíquica* como uma forma de percepção não-consciente de representações, fantasias, afetos ou qualidades inconscientes, que só se tornam consciente por meio da projeção no mundo externo - e não pelos nexos travados com o pré-consciente e pela linguagem. Embora a primeira opção freudiana seja de relacionar percepções endopsíquicas à representações ideativas, em um segundo momento os afetos se tornam

indispensáveis para pensar seu funcionamento - o que aponta para a possibilidade de uma projeção para além (ou aquém) da esfera representacional. André Green (1973/2004), em sua análise sobre os afetos e a possibilidade de se tornarem conscientes sem que necessitem de vínculo com representações de palavra, afirma que as percepções internas operariam próximas a esse mecanismo, tornando-se conscientes sem resvalar no pré-consciente:

uma consciência aguda ou lúcida não é necessária para que [as percepções internas] sejam sentidas. Essas percepções se manifestam como uma força condutora, sem que o Eu note suas ações. Elas alcançarão a consciência contornando o pré-consciente. Seu vínculo com a linguagem, quando existente, é, no limite, contingente. (Green, 1973/2004, p. 70, tradução nossa)

Assim, da mesma maneira que as fantasias influenciam a percepção consciente através do investimento ou desinvestimento perceptivo, seja pelas representações ou pela carga afetiva que carregam, as endopercepções operam de maneira análoga através da projeção<sup>53</sup>. Por isso, Bandeira (2016) propõe o conceito de *atmosfera psíquica* para os efeitos da percepção endopsíquica na percepção consciente. Concordamos que ela seja uma boa hipótese para compreender os efeitos e influências da fantasia e da endopercepção na percepção externa (seja pela alucinação, delírio ou superstição) ao criar uma atmosfera de apreensão de estímulos externos e internos pelos órgãos dos sentidos e pela consciência. A noção é especialmente válida por ultrapassar o binômio dentro-fora com que Freud tanto se debateu nos escritos metapsicológicos e que, como demonstramos, não se mostrou suficiente para manter coerente suas propostas teóricas.

Um último ponto a ser esclarecido diz respeito à projeção. Ocasionalmente, mencionamos genericamente o termo para identificá-la como o mecanismo do qual se utiliza a endopercepção para se apresentar para a percepção consciente pelo mundo externo. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), a projeção aparece na obra de Freud como um mecanismo de defesa, que pode ser patológico (no caso da paranóia e da fobia) ou normal (como acontece com os supersticiosos), na qual o "sujeito expulsa de si e localiza no outro - pessoa ou coisa - qualidades, sentimentos, desejos e mesmo 'objetos' que ele desconhece ou recusa nele" (p. 374). Em primeiro lugar, ela é responsável por proteger o psiquismo das intensas excitações internas, projetando-as para o exterior para que seja possível defender-se pela fuga; também é um mecanismo que faz par com a introjeção, no qual

---

<sup>53</sup> A diferença entre elas é o acento que Freud coloca nas últimas no que diz respeito à *configuração da realidade externa*; todavia, nossa hipótese é de que tanto fantasia quanto percepção interna são responsáveis pela criação do mundo concreto, na mesma medida em que se aproveitam dela para a criação do mundo interno.

o Eu introjeta objetos que são fontes de prazer e projeta aqueles que causam desprazer; por último, é um processo que está presente na transferência, embora não se resuma à ela.

Por vezes, Freud assume que a projeção é a deformação de um processo normal que faria com que o indivíduo buscasse no exterior a causa dos afetos (o caso do supersticioso); no entanto, vimos que ele também pressupõe que os próprios afetos podem ser projetados (a hostilidade dos homens primitivos). Por outro lado, a relação entre projeção e delírio é também de difícil acabamento: em alguns momentos, a projeção é considerada de maneira análoga ao recalque, sendo o delírio considerado o "retorno do recalado"; em outros casos, a projeção teria funcionamento semelhante ao sintoma, sendo ela a forma como o que está recalado no inconsciente retorna. Por fim, sobre o mecanismo projetivo na paranoia, Laplanche e Pontalis (2001) apontam a dificuldade de circunscrever o que é projetado: aquilo que é desconhecido pelo indivíduo e reconhecido em outrem (retorno do recalado e formação reativa) ou aquilo que não encontra lugar em consonância com as premissas do Eu (cisão entre bom e mau) - “a primeira perspectiva faz da projeção uma ilusão, a segunda enraíza-a numa bipartição originária do sujeito e do mundo exterior” (p. 378). De nossa análise, podemos acrescentar que *o projetado também diz respeito ao que não se inscreveu enquanto representação e, portanto, retorna sob a via do delírio e da alucinação como busca de inscrição por meio da percepção externa*. Em todo caso, o termo parece se direcionar sempre para uma rejeição para o mundo exterior do que não se é, não se sabe ou não se quer saber, orientado por uma economia afetiva, pelos conteúdos recalados, pelos objetos que mobilizam prazer-desprazer e por cenas que não se inscreveram enquanto representação e insistem pela via delirante e alucinatória.

Portanto, nesse período da teoria freudiana, teríamos três níveis de relação da percepção com outros mecanismos psíquicos. O primeiro deles, mais arcaico e originário, faz menção à configuração da realidade externa a partir da projeção das endopercepções de processos afetivos e intelectuais, como forma de defender o psiquismo das ambivalências pulsionais. O segundo diz respeito às determinações do inconsciente, às fantasias e ao recalado, operando de forma a alterar a percepção consciente da realidade externa: alucinações positivas e negativas como defesas contra o retorno do conteúdo recalado. Por último, um terceiro nível trabalha a função perceptiva como tentativa de inscrição daquilo que resiste às representações, como acontece na relação da fantasia com os delírios e alucinações, tanto na paranoia, quanto como mecanismo de defesa neurótico. Assim como Freud considera o delírio como uma tentativa de cura, podemos supor que também a alucinação é concebida dessa forma: por mais que ela apareça primariamente como uma defesa

contra o retorno do conteúdo recalçado, ela também opera uma forma de ligação, por meio da percepção, daquilo que não se inscreveu nas cadeias representacionais.

Por termos trabalhado majoritariamente sobre as percepções inconscientes nos últimos tópicos, não abordamos a consciência da mesma maneira que ela fora abordada no capítulo anterior. Nos textos discutidos, não houve uma teorização mais profunda das instâncias psíquicas e a forma como elas se relacionam. Mas isso ocorreu por um só motivo - foi Freud quem pouco se aprofundou nessas questões. No entanto, a partir de 1915, com seus conhecidos ensaios metapsicológicos<sup>54</sup>, esse nível de teorização volta a todo vapor - por vezes, insistindo nos mesmos problemas; por ora, acrescentando novas premissas.

## **2.4. Dilemas topológicos no período de 1915 a 1917: a percepção em pauta**

No meio da década de 1910, Freud se empenhou em escrever ensaios que dessem sustentação para a psicanálise. Sua proposta inicial era escrever doze artigos sobre os principais conceitos que permeavam a sua teoria - no entanto, sabemos que somente cinco foram publicados e, curiosamente, o que trataria sobre a consciência nunca chegou a ser esboçado (Strachey, 1996d). Enquanto os anos 1890 tinham uma conceituação mais afinada sobre os percalços entre percepção e consciência, a partir de 1914, Freud, mais do que nunca, parece equipará-las (por vezes nem discriminando consciência e pré-consciente), dificultando o trabalho de estabelecer um limite na relação travada entre elas. De fato, consciência e percepção são tratadas de maneira quase indistinta, embora algumas precisões tenham sido tentadas.

### **2.4.1. Percepção e consciência voltam a se (des)encontrar**

Logo no início do texto “O Inconsciente”, Freud (1915a/2010) expande o que seria propriamente o inconsciente (*Ics*)<sup>55</sup>: não somente os conteúdos reprimidos, mas todas as defesas e mecanismos do Eu que não chegam a se tornar conscientes. Com isso, toda equiparação entre psíquico e consciente (*Cs*) se torna imprecisa e somente através da percepção é que os processos anímicos inconscientes se tornariam conscientes, da mesma forma que o mundo externo se tornaria consciente pelos órgãos dos sentidos. Aliás, “a psicanálise adverte para não se colocar a percepção

---

<sup>55</sup> As abreviações que começam com letra maiúscula dizem respeito ao conceito em sua dimensão topológica e as abreviações com minúscula tratam das dimensões dinâmicas.

pela consciência no lugar do processo psíquico inconsciente, que é o objeto desta percepção” (p. 108).

De maneira geral, temos um esquema psíquico que leva em consideração a consciência, o pré-consciente e o inconsciente. Fica a cargo do pré-consciente (*Pcs*)<sup>56</sup>: introduzir a censura entre *Ics* e *Cs*, realizando um contrainvestimento (o recalque) das ideias *ics* que buscam se tornar *cs*, utilizando o próprio investimento provindo do *ics*; administrar o teste e o princípio de realidade; e fazer o arranjo temporal da memória e das representações capazes de consciência. Com isso, é responsabilidade do *Pcs*, ao realizar o recalque, manter as representações no *Ics* e evitar que elas ascendam à *Cs*. No *Ics*, vigoram os representantes pulsionais que buscam invariavelmente descarga de investimento provindo do desejo. Nesse sistema não há qualquer tipo de negação, dúvida, temporalidade e consideração pela realidade, posto que os processos do *Ics* obedecem ao princípio de prazer e sua regulação está à cargo das respostas frente ao prazer-desprazer. Os investimentos que operam no *Ics* são responsáveis por mantê-lo sempre em movimento, operando segundo as leis dos processos psíquicos primários (condensação e deslocamento). Resta ao *Pcs* inibir os investimentos das representações *ics* e evitar que eles encontrem a descarga - vigorando nesse sistema o processo psíquico secundário.

Quanto à relação entre *Cs* e *Ics*, segue a discussão herdada desde os primórdios dos escritos pré-psicanalíticos: as representações mudariam de estado, mantendo a sua localidade (hipótese funcional), ou ela receberia uma nova inscrição, existindo conjuntamente enquanto representação inconsciente e consciente (hipótese topológica)? A terceira opção que o trabalho apresenta - que não é nova, porque já tratamos dela desde o “Projeto” (1895/2003) - consiste no ponto de vista dinâmico. Ao supor que existem representações *capazes de consciência*, Freud se afasta da hipótese topológica: ter consciência da representação não significa fazer parte do sistema *Cs*; por outro lado, ele também se distancia da hipótese funcional quando introduz a dimensão *econômica* dos investimentos realizados pelo *Pcs*.

Para aprofundar essa hipótese, é retomada a distinção entre representação de palavra e representação de objeto (ou representação de coisa<sup>57</sup>), tratada desde “Afasias” (Freud, 1891/2014). Assim, estariam presentes no sistema *Ics* somente as representações de coisa, e o sistema *Pcs* surge quando há sobreinvestimento dessas em ligação com as representações de palavra que lhe

---

<sup>56</sup> No entanto, como já esclarecemos, Freud aproxima *Cs* e *Pcs*, ao considerar que eles dispõem das mesmas propriedades ao tratá-los indistintamente como *Pcs* (*Cs*) ou *Cs* (*Pcs*).

<sup>57</sup> No entanto, a “representação de objeto”, da forma como era utilizada nos textos anteriores, passa a ser designada como “representação de coisa”, enquanto a “representação de objeto consciente” passa a ser tomada como o par associativo entre a “representação de palavra” e a “representação de coisa”.

correspondem. O “recalque primordial” corresponde ao mecanismo que impediria que as representações de coisa pudessem se associar às representações de palavras, permanecendo sem nenhum vínculo com o *Pcs*; por outro lado, há também as representações de coisa que perderiam seus vínculos com as palavras, em decorrência da retirada de investimento por parte do *Pcs*, fazendo com que retornem ao *Ics* - tratado por Freud como “recalque propriamente dito” ou “pós-recalque”. Nas palavras do autor: “há retirada do investimento pré-consciente, manutenção do inconsciente ou substituição do investimento pré-consciente por um inconsciente” (Freud, 1915a/2010, p. 119). Com isso, segundo a hipótese dinâmica, representação de coisa e representação de palavra não são inscrições em diferentes registros:

a representação [de objeto] consciente abrange a representação da coisa mais a da palavra correspondente, e a inconsciente é apenas a representação da coisa. O sistema *Ics* contém os investimentos de coisas dos objetos, os primeiros investimentos objetivos propriamente ditos; o sistema *Pcs* surge quando essa representação da coisa é sobreinvestida mediante a ligação com as representações verbais que lhe correspondem. (Freud, 1915a/2010, p. 146-147)

O que o *Pcs* nega às representações *ics*, pela operação defensiva do recalque, é precisamente a tradução em palavras, a enunciabilidade de seu conteúdo. Por isso, o pensamento racional seria uma articulação entre o registro imagético das representações de coisa às estruturas de significação linguísticas de as representações de palavra, formando o conjunto das representações de objeto. Contudo, o fato das representações *ics* se ligarem à representações verbais “ainda não coincide com o tornar-se consciente, e apenas fornece a possibilidade para isso, ou seja, que não caracteriza nenhum outro sistema senão o *Pcs*” (Freud, 1915a/2010, p. 148); segundo o autor, é necessário ainda que exista um direcionamento da atenção - que deve, provavelmente, ser feito por esse mesmo sistema. Indo um pouco além, cabe frisar que as próprias representações são formadas a partir de precipitados perceptivos - visuais, táteis, auditivos, cinestésicos etc. Retomando as premissas do que discutimos no primeiro capítulo dessa dissertação, buscamos demonstrar como a consciência freudiana está invariavelmente ancorada na *qualidade* transmitida junto com as representações (1891/2014, 1895/2003). Por que, então, as representações de objeto não se tornam conscientes a partir de suas próprias qualidades perceptivas? Freud é levado a argumentar que “o pensar ocorre em sistemas afastados dos originais resíduos de percepções, de modo que nada mais conservaram das qualidades desses, e precisam ser reforçados com novas qualidades para se tornar conscientes” (1915a/2010, p. 148).

Duas afirmações podem ser retiradas desse trecho. A primeira delas é a inexistente distinção entre consciência e pensamento: afinal, se o pensamento é responsável somente por indicar a existência do *Pcs* e são necessários outros fatores para que ele se torne consciente, pensamento e consciência não deveriam ser tratados como sinônimos. Talvez essa posição de Freud esteja mais próxima do que chamamos de consciência secundária, a consciência que está em íntima relação com a linguagem. Mas, exatamente por isso, ele deixa de explorar o que tratamos como consciência primária, presente nos sonhos, nos devaneios e nas alucinações. A resposta para essa questão vem sendo esboçada ao longo de todo esse capítulo: as representações de objetos podem, sim, tornar-se conscientes, mesmo que não tenham vínculo com as palavras, seja por meio das endopercepções, alucinações, delírios e projeções - foi para comprovar essa hipótese todo o esforço das sessões anteriores nesse capítulo.

O segundo ponto que merece atenção é a estratificação dinâmica que, por vezes, não acompanha a topológica. Enquanto as representações de palavras estariam mais distantes topologicamente das representações de coisa, no que tange aos precipitados perceptivos, o mesmo não pode ser dito em relação às representações de coisa e a consciência - ao menos, não inteiramente. Dessa vez, a dupla-consciência aparece como curto-circuito na hipótese topológica: a consciência primária está tão próxima dos resquícios perceptivos das representações de coisa que é exatamente por esse motivo que ela pode sofrer figurabilidade e se tornar consciente enquanto imagem; por outro lado, a consciência secundária necessita da qualidade das representações de palavras para que, transpostos certos critérios, ela se torne consciente - caso isso não aconteça, ela permanece somente capaz de consciência. Novamente, as duas dimensões da consciência não são abordadas, fadando ao fracasso a tentativa de explicá-la somente através dos pensamentos.

Quando analisa os conteúdos que compõem o aparelho psíquico, Freud afirma que eles provém tanto da percepção externa quanto das pulsões - ou seja, do interior do organismo. Assim como havia trabalhado em textos anteriores, a visão que parece prevalecer no trabalho é de que os processos psíquicos passam primeiro pelo *Ics* como estágio de preparação e encontram sua maior organização psíquica no *Cs*, enquanto outros ficam retidos naquele. Ou seja, a consciência só surge quando há percepção do inconsciente: a primeira parece ser tomada como o *resultado de um processo* quando algo do inconsciente é percebido e, por isso, não pode se confundir com ela. E mais, “o *Ics* é também atingido pelas experiências vindas da percepção externa. Todos os caminhos que levam da percepção para o *Ics* permanecem normalmente livres; apenas os caminhos que do *Ics* levam adiante são submetidos à barreira da repressão” (1915a/2010, p. 136). Dito de outra maneira, se o *Ics* é afetado pela percepção externa sem que ela tenha sido antes consciente, isso confirma a

hipótese de que o conteúdo percebido é antes representação do que consciência, fazendo com que a relação entre a percepção e o inconsciente aconteçam sem interferência da consciência - principalmente pela via da primeira ao segundo.

Até então, a discussão estava enquistada na correspondência entre os sistemas e no revés da consciência não ser inteiramente abarcada. Mas, agora, o nexó estabelecido entre o *Ics* e a *Cs* se torna mais frouxo: anteriormente, os processos e estímulos que afetavam o *Cs* (*Pcs*) provinham das pulsões (mediadas pelo *Ics*) e da percepção externa, mas como o *Ics* também é afetado pela pulsão e pela percepção externa, onde situar a função perceptiva? Ao nosso ver, mesmo que o intuito freudiano seja de alocá-la enquanto sistema consciência-percepção na entrada do aparelho psíquico, não é possível sustentar que percepção e consciência sejam admitidos como par complementar. A consciência, enquanto qualidade imagética ou de enunciado, é um processo que acompanha ou não a percepção; de todo modo, Freud parece estabelecer que a consciência é uma qualidade da percepção consciente - embora não deixe de ser uma qualidade que é modulada por uma grande cadeia de outros processos.

Apesar de reduzir a consciência ao pensamento e afirmar que as representações de coisa não podem se tornar conscientes sem antes obterem investimentos das representações de palavra, Freud compromete ainda mais o raciocínio ao trabalhar sobre a mediação dos fenômenos conscientes. Em contradição ao que vinha sendo exposto até então, ele afirma que a qualidade de ser consciente é “a única característica dos processos psíquicos que nos é dada diretamente” (1915a/2010, p. 134). Como se as formulações anteriores já não fossem complexas o bastante, o autor parece nos propor uma charada sobre o que seria a condição de ser dada *diretamente*. Seria o caráter imediato da consciência, equiparando-a à percepção? Significa que os dados obtidos pelos órgãos dos sentidos são instantaneamente processados pela percepção e se tornam diretamente conscientes, sem terem antes se transformados em representação? Sem contar que, pouco à frente, ele novamente se contradiz: “o tornar-se consciente não é um simples ato de percepção, mas provavelmente um *sobreinvestimento* também, um avanço mais na organização psíquica” (p. 136, grifos do autor).

Para superar esse empecilho, Menéndez (2011) recorre às duas teses possíveis de serem depreendidas do cartesianismo do qual Freud é herdeiro: a primeira, de que, ontologicamente, a consciência é a essência da mente; a segunda, de que, epistemologicamente, os estados conscientes são transparentes e acessíveis a si mesmos. Assim, “o fato de entender a consciência como *dada* imediatamente implicaria apenas que ela aparece sempre como imediata na *experiência*, mas ela não é *metapsicologicamente* imediata” (p. 57). Essa é uma tese que responde algumas perguntas, mas deixa outras em aberto. Em primeiro lugar, a consciência não parece ser transparente e

acessível a si mesma para Freud, precisamente porque é nesse trecho que ele discute a prova incontestável de uma “segunda censura” que operaria entre o *Pcs* e o *Cs*, no que ele chamou de derivados *ics*. Ademais, não nos parece eficaz afirmar que a consciência poderia ser imediata na experiência, mas não o ser na metapsicologia: ao se propor criar uma ficção que remetesse ao aparelho psíquico, Freud é demasiado minucioso para tentar conjecturar a metapsicologia tal como ela se apresenta enquanto fenômeno. Mesmo que nossa hipótese seja de que ele não reconhece as duas dimensões da consciência que estão presentes em sua obra (enquanto figurabilidade e enunciabilidade), ela certamente seria uma afirmação criticada; em outras palavras, ela não é reconhecida por Freud, justamente porque seria inconcebível metapsicologicamente, tendo em vista que a consciência não é, enquanto fenômeno, dupla. Isso não impede, no entanto, que estejamos de acordo com a hipótese da autora de que existam, na obra freudiana, dois níveis de consciência - ao nosso entender, a dificuldade resulta em assumir que a consciência deveria ser tratada enquanto dupla.

Considerando que Freud afirme que a consciência é a única característica dada diretamente dos processos psíquicos, e que ele faça essa afirmação enquanto investiga a comunicação entre o sistema *Cs* e *Ics*, poderíamos supor que, diferentemente do inconsciente, a consciência é a única que se apresenta para o indivíduo de maneira direta - ou seja, sem que seja necessário decifrá-la, como acontece com as formações do inconsciente. Mas isso não significa que ela seja imediata, e acreditamos que há mais de um motivo para tal. Primeiro: ela é um sobreinvestimento. Freud deixara evidente, desde “Afásias” (1891/2014), que perceber é associar imediatamente; não há percepção, e conseqüentemente não há consciência, sem que exista um trabalho da memória por detrás. Segundo: a consciência é um avanço na organização psíquica. Existem lógicas, proibições, restrições operantes na consciência que são mais complexas e requerem um grau maior de desenvolvimento para operarem - é Freud quem indica, em diferentes momentos, a necessidade de um desenvolvimento para transpor o funcionamento primário em secundário, energia livre em energia ligada (1895/2003, 1900/2011, 1911a/2010). Portanto, se ela é o resultado de um caminho psíquico, ela não é imediata, apesar de ser fornecida diretamente para conhecimento enquanto sistema.

Se a proposta de conceber o aparelho psíquico por seus fatores dinâmicos parece ser o mote do ensaio em questão, Freud dá poucas pistas de como operaria a economia desse sistema. O que ele afirma é o movimento da atividade anímica em duas direções: pela via das pulsões, pelo sistema *Ics*, até a consciência do pensamento, ou pela percepção, pelo sistema *Cs* até o investimento dos objetos e do Eu (1915a/2010, p. 149-150). Essa posição está de acordo com o que já fora afirmado

de que o conteúdo do sistema *Pcs* procede tanto pela vida pulsional (mediada pelo *Ics*), quanto pela percepção; mas contradiz a tese de que o *Ics* também é afetado pela percepção externa. Na realidade, por vezes, Freud se empenha em vislumbrar uma topologia ousada, onde a relação entre os sistemas é complexa e não é linear; no entanto, frequentemente, há um retorno às hipóteses que foram exploradas no “Projeto”, de 1895, ou no capítulo VII de “A Interpretação dos Sonhos”, de 1900, de modo a reafirmá-las ou aprimorá-las, sem que haja uma mudança significativa em suas premissas.

#### **2.4.2.O curto-circuito econômico: de onde partem os investimentos?**

É no ensaio “Os Instintos e seus Destinos” que Freud (1915b/2010) tenta aprofundar a dimensão econômica que movimenta o psiquismo. Para isso, ele aprofunda a discussão sobre as pulsões, cujos componentes são os representantes psíquicos e os representantes afetivos. Em suas palavras, a pulsão pode ser tomada como “um *conceito-limite* entre o somático e o psíquico, como o *representante psíquico* dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma *medida do trabalho* imposto à psique por sua ligação com o corpo” (p. 57, grifos nossos).

Por definição, surge a primeira dificuldade de estabelecer qual o estatuto pulsional. Na frase em questão, são dadas pelo menos três conceituações relativamente distintas: como conceito-limite, representante psíquico e medida de trabalho. Green (1973/2004) faz algumas precisões importantes sobre a dificuldade de circunscrever a pulsão na obra freudiana. No que diz respeito ao conceito-limite, o comentador frisa a necessidade de compreender que é o conceito é que limitado - não haveria instrumentos conceituais que permitiriam pensar o evento que ocorre na encruzilhada psicossomática ou somatopsíquica. Por outro lado, ao descrever como a pulsão é um representante psíquico, ele afirma que ela é “menos um lugar do que um circuito” (p. 228), que estaria precisamente na passagem do orgânico ao psíquico; Por ter como fonte o corpo, a pulsão não se expressaria diretamente no psiquismo, mas por meio de “delegados” ou “embaixadores”, da mesma forma como acontece nas políticas entre países: “a pulsão é portanto o resultado de uma passagem na qual o termo é a ‘psiquização’. A pulsão, sua força impulsiva é o convite à viagem. Ora, os passageiros, os estímulos, não estão, na chegada, nas mesmas condições que estavam na partida” (p. 228).

O que, necessariamente, remete-nos à última definição, porque essa passagem do corpo demanda um trabalho do psiquismo, uma elaboração ou transformação. Essa exigência precisa ser decodificada antes de ter suas exigências sanadas: “o psiquismo precisa acusar recepção dessa

demanda e trabalhar para satisfazê-la. A pulsão é *a medida* dessa demanda. A pulsão permite medir essa exigência. Evidentemente, o ponto mais obscuro é a natureza do elo entre o psiquismo e o corporal” (p. 229). Sob esse último aspecto, fica evidente a dimensão quantitativa da pulsão, que demanda um trabalho que envolve uma *medida*, porque “somente uma transformação energética tornará a demanda inteligível (p. 229). O que é interessante nessa pontuação é a dupla medida que se abre para pensar a origem das representações: ou a moção pulsional dá nascimento à representação, como forma de exigência para adentrar ao psiquismo - assim, a origem da representação seria de ordem quantitativa; ou as excitações pulsionais solicitam e cooptam as representações, as quais teriam origem em "uma ordem simbólica, como equivalentes endopsíquicos, percepções externas, fantasias de percepções, isto é, ‘traços fantasiosos’” (p. 229). Entretanto, Freud não especifica e nem escolhe uma das alternativas<sup>58</sup>.

Temos buscado sustentar a hipótese de que a percepção é essencial para a formação das representações, apontando que somente pelo conteúdo dos traços perceptivos que elas podem se constituir enquanto complexos representacionais. No entanto, o levantamento de Green acrescenta um empecilho, que é explicar como a percepção operaria se a pulsão, enquanto um deslocamento quantitativo, desse nascimento para as representações. Em nossa leitura, consideramos que essa hipótese não se sustenta, porque não leva em consideração o que temos apontado, descrito por Freud desde “Afasia”, que as representações são constituídas por precipitados auditivos, visuais, táteis etc. Não é possível, ao nosso ver, que a pulsão exija do psiquismo algo que ele não seria capaz de satisfazer sem o auxílio dos sentidos.

Por outro lado, também precisamos considerar qual o destino dos representantes afetivos quando esses adentram o psiquismo. Considerando o trabalho que demanda a pulsão, como ficam os representantes afetivos? Freud apontara, em “O Inconsciente” (1915a/2010), que o afeto pode chegar à consciência de duas formas: diretamente do *Ics*, de caráter angustiante; ou por uma representação substitutiva no sistema *Cs*, “e o caráter qualitativo do afeto é determinado pela natureza dele [da representação]” (p. 118). Mas, da mesma forma que apontamos, no nosso primeiro capítulo, que existiria uma angústia primária, fora do psiquismo, e uma angústia secundária, proveniente do recalque, consideramos que essas duas formas de expressão do afeto na consciência seja um afeto já instalado do psiquismo - isto é, que o trabalho psíquico exigido pela pulsão já foi

---

<sup>58</sup> Green (1973/2004) avança para fazer distinção dos termos *Triebrepräsenz* (representante psíquico da pulsão) e *Vorstellungrepräsentanz* (representante-representação). Para o autor, o primeiro termo seria resultado da “psiquização”, um “representante-delegado”, que compreende o representante-representação e a quota de afeto. Mesmo sendo psíquico, ele o é menos que o representante-representação, que teria sua mais psíquica expressão na representação de palavra.

satisfeito. Em outras palavras, como demonstra Green (1992/2011), o afeto na primeira topologia freudiana não é nem consciente, nem inconsciente, já que se apresenta no aparelho psíquico somente por seus delegados.

Ao se questionar qual seria o trabalho psíquico exigido pela pulsão para dar expressão aos afetos, Ayouch (2012a, 2012b, 2017) propõe pensá-lo em termos de “figurabilidade”: “Acreditamos que esta noção de trabalho – como medida da exigência imposta ao psíquico pelo seu vínculo com o somático, como transformação de energia livre em energia ligada, de pulsão em figuração psíquica – permite abordar o afeto como uma demanda de figuração” (2012a, p. 186). Mas, diferente do trabalho que culmina na representação ideativa (*Vorstellung*) - entendida como uma imagem mental que remete a outra realidade anterior, de “re-apresentação” - a figurabilidade do afeto estaria mais próxima de uma “apresentação” (*Darstellung*), descrita como “direta, imediatamente perceptível, sem delegação” (p. 187).

Com essa suposição, o afeto estaria situado em outra dimensão que não a representacional, mais próxima da relação entre o corpo e a consciência do que com o inconsciente. Campos (2014) e Green (1973/2010) situaram a angústia e o afeto, respectivamente, em um espaço bastante próximo desse descrito por Ayouch (2012a, 2012b, 2017). Para essa pesquisa, o termo “apresentação” é frutífero, porque se assemelha à forma com que a percepção, principalmente aquela que não é inscrita no psiquismo por seu caráter traumático, se *apresenta* para a consciência, seja como alucinação, delírio ou por cenas inquietantes. Essa condição de ser compreendido, constantemente, pelos comentadores, entre o corpo e o psiquismo, o corpo e a consciência, ou até mesmo entre a descarga somática e o inconsciente, não coloca o registro afetivo bastante próximo do que Freud chamara de “signos de percepção”, na “Carta 52” (1896a/1996), no qual existiria uma primeira inscrição dos estímulos, anteriores (ou apartadas) às representações? Para não nos adiantarmos demasiadamente, retomaremos essa discussão no terceiro capítulo dessa dissertação. Por hora, voltemos à sistematização freudiana sobre a pulsão.

Foi sobretudo na descrição da sexualidade humana, em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905/2016), que o conceito de pulsão adquiriu proeminência, na tentativa de explicar as perversões da sexualidade infantil e o desenvolvimento psicosssexual, demonstrando a ampla variação dos objetos pulsionais, postulando a existência de uma sexualidade infantil e de pulsões sexuais parciais fundamentalmente auto-eróticas. Essas propostas rompem com a hipótese de uma “sexualidade biológica”, corrente na psiquiatria da época, ao afirmar que é precisamente a vida sexual que fornece energia para o psiquismo. Assim, supôs-se que existiriam tanto pulsões de

ordem sexual, cuja energia é denominada libido, quanto pulsões de autoconservação ou do Eu<sup>59</sup>, cuja energia é denominada interesse. Nas palavras do autor, em 1915, as pulsões sexuais são numerosas,

originam-se de múltiplas fontes orgânicas, atuam de início independentemente uns dos outros, e apenas bem depois são reunidos numa síntese mais ou menos completa. A meta que cada um deles procura atingir é o *prazer do órgão*; somente após efetuada a síntese eles entram a serviço da *função reprodutiva*, tornando-se geralmente reconhecidos como instintos [pulsões] sexuais. (Freud, 1915b/2010, p. 63)

Por outro lado, as pulsões de autoconservação foram introduzidas somente em 1910, no trabalho “Concepção psicanalítica do transtorno psicogênico da visão” (Freud, 1910/2013), que trabalharemos em seu devido tempo. Elas expressam o conjunto das necessidades biológicas essenciais para a autoconservação do indivíduo, tendo a fome como seu protótipo. No entanto, mesmo que ela tenha sido introduzida somente cinco anos após as pulsões sexuais, a oposição entre as exigências da vida e a corrente sexual estavam implícitas na obra freudiana desde meados dos anos 1890, quando vimos as necessidades da vida (existiriam tantas pulsões de autoconservação quanto existem funções orgânicas), operando de forma a barrar a alucinação do objeto desiderativo e manter o desenvolvimento do indivíduo.

No texto sobre os dois princípios do funcionamento psíquico (Freud, 1911a/2010), pontuamos como o reconhecimento de um mundo exterior é elemento central na regulação da vida psíquica. Se até então a adequação à realidade envolvia o desenvolvimento do Eu e o aprendizado na distinção entre mundo externo e interno, a partir de agora são as pulsões que estabelecem relações distintas com os objetos externos. De fato, a suposição de um dualismo pulsional coloca em xeque a teoria da defesa, que até o trabalho em questão era concebido sob um enfoque tópico, de embate entre as instâncias *Ics* e *Pcs* (*Cs*); o dualismo pulsional introduz elementos dinâmicos na equação, considerando que as pulsões seriam o substrato energético do conflito e o Eu, suporte pulsional, estando a cargo de fazer as devidas adequações à realidade. Isso porque, como pontuamos, as pulsões de autoconservação, que só podem se satisfazer com um objeto concreto, rapidamente passariam a operar segundo o princípio de realidade, enquanto as pulsões sexuais, que se satisfazem no campo das fantasias, operariam no regime do princípio do prazer: Freud deixa clara a dualidade constitutiva das pulsões e como a realidade é capital na distinção entre as pulsões de autoconservação e sexuais. No mesmo texto em que as pulsões de autoconservação são

---

<sup>59</sup> Optamos por utilizar o termo “pulsões de autoconservação” ao invés de “pulsões do Eu” para evitar quaisquer confusões com a libido sexual que se volta para o Eu e é chamada de “libido do Eu”.

apresentadas, Freud também postula o conceito de *apoio* para retratar a interação entre elas e as pulsões sexuais.

Por mais que a sexualidade venha a se contrapor e perverter as necessidades biológicas - entendidas aqui como expressões das pulsões de autoconservação -, as pulsões sexuais estariam, inicialmente, apoiadas nas pulsões de autoconservação, “dos quais se desligam apenas aos poucos, e seguem também na busca de objetos os caminhos que lhes mostram os instintos [pulsões] do Eu” (Freud, 1915b/2010, p. 63). É preciso salientar que, no início, as pulsões de autoconservação operam segundo o princípio de prazer e somente com as exigências da realidade (os objetos de satisfação biológica são concretos) é que elas dominam o processo primário e entram na fase do processo secundário; as pulsões sexuais, por sua vez, como são de caráter auto-erótico nos primeiros momentos de vida, não sofrem a privação do objeto, que se resume ao corpo próprio. No entanto, em um segundo momento, as pulsões sexuais operam de forma a sexualizar as pulsões de autoconservação e o próprio Eu - argumento principal do ensaio “Introdução ao Narcisismo” (Freud, 1914/2010), inserindo no âmbito biológico aquilo que até então estava reduzido à esfera psíquica.

O estudo do dualismo pulsional se insere nas investigações sobre a percepção de uma maneira específica: pelo que apresentamos, toda a dinâmica perceptiva é regida por um *investimento* que opera de forma a manifestar os conteúdos percebidos em conteúdos conscientes - sejam eles internos ou externos - ou impedir que uma percepção se efetive - nos moldes da alucinação negativa. Tanto na via progressiva quanto regressiva, é sempre um deslocamento de energia que permite que o aparelho perceptivo entre em funcionamento. Com o advento do dualismo pulsional, surgem duas perguntas que merecem nossa atenção: no nível fisiológico, de que maneira as pulsões investem os órgãos dos sentidos? E no nível psíquico, quais as especificidades de investimento das diferentes pulsões no aparelho perceptivo?

Para respondê-las, será preciso perpassar rapidamente as considerações sobre a natureza biológica e psíquica das pulsões. Em “Instintos”, Freud (1915b/2010) é incisivo na defesa da dimensão fisiológica que operaria por detrás da dinâmica pulsional ao afirmar que a pulsão “é de natureza *biológica*, [inclusive resgatando a terminologia fisiologista para afirmar que cabe] ao sistema nervoso, em termos bem gerais, a tarefa de *dominar os estímulos*” (p. 55). Essas proposições são apresentadas não sem antes serem cuidadosamente circunscritas por uma introdução que defende a função especulativa dos conceitos nas ciências e seu fator de validade heurístico, funcionando como hipóteses dedutivas, na qual até mesmo a dualidade pulsional “deve ser mantida apenas enquanto se revelar útil, e cuja substituição por outra não mudará muito os

resultados de nosso trabalho” (p. 61). Na visão de Campos (2014), “o texto tem muito mais afinidades com as hipóteses freudianas anteriores à teoria da pulsão - desejo ancorado no modelo da fome, por exemplo - do que propriamente o acento anárquico da vida pulsional infantil que nos mostram os ensaios sobre a teoria da sexualidade” (p. 79).

Mesmo com as ressalvas sobre o estatuto das pulsões, Freud avança em sua conceituação, ao afirmar que elas provém do interior do organismo e nunca de fora, sendo sempre uma força constante, em relação à qual nenhuma espécie de fuga é suficiente para aplacar. Ademais, ela é composta resumidamente por: *impulso* - o elemento motor, a própria força pulsional; *meta* - fixa, em busca sempre da satisfação, alcançada quando cessa a estimulação; *objeto* - variável, pelo qual a pulsão pode alcançar sua meta; e *fonte* - princípio da estimulação que se inicia em um órgão ou parte do corpo<sup>60</sup>. Algumas precisões: enquanto a fonte e o impulso dizem respeito à dimensão corporal da pulsão, a meta e o objeto são fatores essencialmente psíquicos - somente encontrando expressão por meio dos representantes psíquicos.

A relação conflituosa que se estabelece entre as pulsões de autoconservação e sexuais, assim como entre a dimensão somática e psíquica, pode ser bem vislumbrada na cegueira histérica. Em seu curto artigo sobre o tema, “Concepção Psicanalítica do Transtorno Psicogênico da Visão”, Freud (1910/2013) explana como a impossibilidade de enxergar nessa patologia é derivada de uma dissociação entre processos inconscientes e conscientes; mais especificamente, entre ideias que estão à cargo da sexualidade - e, portanto, das pulsões sexuais - e das premissas às quais o Eu está submetido - representantes das pulsões de autoconservação. No entanto, como coloca Freud, “os instintos [as pulsões] sexuais e os do Eu têm à disposição, em geral, os mesmos órgãos e sistemas de órgãos<sup>61</sup>” (1910/2010, p. 319), e nem sempre os investimentos provindos dos dois grupos é consoante. A consequência desse descompasso é uma inevitável patologia, entrando em cena o Eu, munido da energia das pulsões de autoconservação, como operador da defesa contra a pulsão sexual correspondente. Nas palavras do autor:

Quando o instinto [a pulsão] sexual parcial que se utiliza da visão - o prazer sexual em ver - atrai a reação defensiva dos instintos [das pulsões] do Eu por suas exigências excessivas, de

---

<sup>60</sup> Estamos cientes que existe uma discussão acerca da especificidade desses atributos tanto nas pulsões sexuais quanto nas pulsões de autoconservação (Campos, 2014; Garcia-Roza, 1999, Laplanche e Pontalis, 1998), mas optamos pela leitura de Mezan de que “é lícito inferir que [esses atributos] se aplicam tanto a estas como àquelas” (2013, p. 162).

<sup>61</sup> A noção de apoio aqui é de fundamental importância para entender o que dissemos sobre a função sexual se apoiar na função biológica, ao mesmo tempo que introduz erogeneidade ao corpo: “O prazer sexual não se acha ligado apenas à função dos genitais; a boca serve tanto para o beijo como para a alimentação e a comunicação, os olhos percebem não apenas as alterações no mundo exterior que são importantes para a preservação da vida, mas também as características dos objetos que os tornam elegíveis como objetos de amor” (Freud, 1910/2010, p. 319)

modo que as ideias em que se exprimem seus desejos sucumbem à repressão e são mantidas longe da consciência, a relação do olho e da visão com o Eu e a consciência é perturbada. *O Eu perde seu domínio sobre o órgão, que então se coloca inteiramente à disposição do instinto [da pulsão] sexual reprimido.* (pp. 319-320, grifos nossos)

Sendo assim, o olho se torna palco de luta entre as duas energias opostas: as forças das pulsões de autoconservação são utilizadas pelo Eu para defender-se das exigências das pulsões sexuais e ocorre a inibição histórica do ato de ver. Assim, o abandono que faz o Eu do aparelho visual à pulsão sexual não ocorre sem um alto custo para a consciência: “a perda do domínio consciente sobre o órgão é a nociva formação substitutiva para a repressão malograda, que apenas a esse preço foi tornada possível” (p. 320). E o pai da psicanálise estava ciente há tempos que os transtornos psicogênicos afetavam não somente os órgãos da visão, mas todos os sentidos cujos órgãos fossem duplamente solicitados, como surdez histórica, distúrbios no gosto e no olfato, anestesia na pele e tantos exemplos como houve casos de histeria (Freud, 1893-1895/2016). A novidade do texto de 1910 é centralizar a defesa no Eu e dimensionar as inibições e sintomas como respostas frente às disputas pulsionais.

Interessante notar que Freud utiliza a dimensão consciente do psiquismo como referência para a inibição do ato de ver. Ao retrair os investimentos das pulsões de autoconservação, o Eu nega a percepção visual à consciência, mas os órgãos da visão continuam realizando a função de enxergar e podem, inclusive, “produzir certas consequências psíquicas, despertar afetos, por exemplo, apesar de não se tornarem conscientes. *Portanto, os histericamente cegos são cegos apenas para a consciência, enxergam no inconsciente*” (Freud, 1910/2010, p. 315, grifos nossos). Dessa maneira, depreendemos duas afirmações importantes desse trecho: em primeiro lugar, fica subentendido que é necessário exclusivamente investimento por parte do Eu para que uma percepção torne-se ou não consciente; ademais, a cegueira histórica (ou qualquer outro distúrbio histórico sensorial) continua a exercer sua função à revelia do Eu (e da consciência), de forma a operar sob o primado do princípio de prazer. Assim, podemos supor que essas também são percepções que se transformam em representações sem que haja necessariamente a mediação da consciência - embora continuem sendo parte de um processo perceptivo que envolve todas as transformações que exploramos no primeiro capítulo.

Munidos desses argumentos, podemos incorporar a teoria das pulsões aos encaminhamentos que foram feitos para tentar responder as perguntas que balizaram nosso percurso e sintetizá-lo. Parece inegável que a percepção necessite de investimentos para colocar em marcha o processo perceptivo. Quando há primazia de investimento por parte do Eu, a percepção se torna consciente;

quando há maior investimento pelas pulsões sexuais, o Eu deixa de investir os órgãos perceptivos e a percepção é inconsciente. Em nossa interpretação, apesar de propor uma leitura que busque articular os conceitos e sistemas sob os três pilares metapsicológicos, Freud não faz uma apresentação sistemática do aparelho psíquico. Por vezes, existem alguns aspectos relevantes quanto à dinâmica do sistema - levando em consideração a censura e os investimentos -, mas a relação metapsicológica da consciência com a percepção e o Eu permanece sem acabamento. Isso porque Freud admite que a vinculação com as representações de palavra é necessária para que os processos do *Ics* se tornem conscientes, enquanto outros conteúdos seriam retidos nesse sistema; ou seja, a consciência seria uma camada mais desenvolvida do aparelho psíquico que não é acessível a todas as representações. Mas ele também admite que é necessário investimento por parte do Eu para que os conteúdos sejam percebidos conscientemente por mediação do *Pcs* (*Cs*). Assim, o Eu, enquanto um conjunto de representações permanentemente investida, empresta investimento para a instância *Pcs* (*Cs*) realizar tanto o contra-investimento das defesas (a partir da energia das pulsões de autoconservação), quanto o investimento necessário para ligar as representações de coisa em representações de palavra e, assim, torná-las consciente.

Para que nossa sistematização seja tida como verdadeira, os mesmos mecanismos precisam também funcionar para explicar as percepções internas. No caso das percepções inconscientes presentes nos quadros histéricos, o Eu retira os investimentos das pulsões de autoconservação do *Pcs* (*Cs*) para defender-se dos impulsos das pulsões sexuais, deixando o órgão afetado sob o primado do princípio de prazer. Portanto, o que se nega às representações é a tradução em enunciabilidade e a possibilidade de apreendê-las conscientemente enquanto pensamento. Assim, a percepção derivada do órgão investido pela pulsão sexual acessa diretamente o sistema *Ics*: “todos os caminhos que levam da percepção para o *Ics* permanecem normalmente livres; apenas os caminhos que do *Ics* levam adiante são submetidos à barreira da repressão” (Freud, 1915a/2010, p. 136). Como as defesas operam na via progrediente e a via para a memória está livre, podemos considerar que essas percepções mantêm sua tradução em representações, mesmo porque elas conseguem despertar efeitos. No caso das percepções endopsíquicas, podemos supor que seu investimento provém do *Ics*, ameaçando o Eu de que os conteúdos se tornem conscientes; para evitar, ele desinveste a *Cs* e desloca os investimentos *ics* para o mundo externo, por meio da projeção, transformando esses conteúdos em alucinações ou delírios.

Após ter apresentado as características principais das pulsões, a continuação de “Instintos” (Freud, 1915b/2010) incide sobre os seus destinos. Podem eles ser: reversão no contrário; voltar-se contra a própria pessoa; repressão; e sublimação. Apesar de apresentar quatro

destinos possíveis, Freud trata somente dos dois primeiros, sob a afirmação de que a repressão exigiu um capítulo especial e a sublimação seria apresentada em um outro capítulo que nunca foi publicado. A afirmação central sobre os destinos é que eles são “também modalidades de *defesa* contra os instintos [pulsões]” (p. 64) - e, embora não explicitado, cremos que Freud trate, aqui, de defesas contra as pulsões sexuais.

No primeiro caso, pode-se desmembrar a reversão no contrário em dois processos distintos: conversão da atividade em passividade e a inversão do conteúdo. Trata-se de uma reversão de *meta* da pulsão: no primeiro processo, a meta ativa de olhar se substitui pela sua passiva, ser olhado; no segundo processo, ocorre a transformação do amor em ódio. No caso da volta à própria pessoa, trata-se de uma mudança de *objeto* com a meta inalterada: aquele que tem prazer em olhar (*voyeurista*) também encontra prazer em ser olhado (exibicionista). O esquema seguinte explica de que forma se operam esses dois processos:

- a) olhar como *atividade* dirigida a um outro objeto; b) o abandono do objeto, a volta do instinto [da pulsão] de olhar para uma parte do próprio corpo, e com isso a reversão em passividade e a constituição da nova meta: ser olhado; c) a introdução de um novo sujeito, ao qual o indivíduo se mostra, para ser olhado por ele. (Freud, 1915b/2010, pp. 67-68)

No entanto, ao refletir sobre a origem da pulsão sexual, antes de que ela experimente sua reversão em contrário, existiria uma etapa originária que é *reflexiva*: “Pois o instinto [pulsão] de olhar é autoerótico no início de sua atividade, pode ter um objeto, mas encontra-o no próprio corpo. Apenas depois ele é levado (pela via da comparação) a trocar esse objeto por um análogo do corpo alheio” (p. 68). Com isso, o primeiro estágio de olhar dirigido a outro objeto seria, na verdade, um segundo momento, quando se busca compreender a origem da pulsão sexual. A pulsão sexual visual surge quando há uma subversão do ato de olhar, que estaria ligada à pulsão de autoconservação, para instaurar uma dinâmica sexual, a partir do corpo próprio. Assim, quando se transforma e substitui o ato de ver como necessidade, surge a pulsão erótica no momento reflexivo em que o próprio membro sexual é tomado como objeto.

A diferença que a pulsão escópica apresenta das demais é o fato do prazer (de olhar) não residir no próprio órgão (no olho, mas no membro sexual), enquanto nas outras pulsões o prazer se encerra na própria zona erógena (boca, ânus etc). Mezan (1988) afirma que, pela visão, é possível distinguir claramente o caráter reflexivo da pulsão, já que fonte e objeto são distintos. Mesmo assim, o autor sustenta que todas as fantasias que derivam da função de reparar a perda de objeto da pulsão de autoconservação são, em princípio, passivas: o protótipo do oralidade não é a boca que

chupa o dedo, mas os lábios que se beijam a si mesmos. Com isso, a fantasia se torna reflexiva por essência, sendo a pulsão visual, pelo seu caráter reflexivo, seu paradigma; não à toa que a fantasia e o sonho, objetos por excelência da sexualidade, são primariamente constituídas a partir da função do olhar.

Por outro lado, Menéndez (2011) supõe que o momento de origem das pulsões sexuais não está enquistada no autoerotismo, mas no “narcisismo”. Segundo a autora, a pulsão escópica se constitui por um *objeto* do olhar (já que o investimento não cessa com a estimulação da zona erógena), e por isso não pode ter o *modus operandis* das pulsões que se satisfazem pelo autoerotismo. A interpretação parte das pistas deixadas por Freud (1915b/2010):

Então temos que dizer, sobre o estágio preliminar do instinto [da pulsão] de olhar, em que o prazer de olhar tem o próprio corpo como objeto, que ele pertence ao narcisismo, é uma formação narcísica. A partir dele se desenvolve o instinto [pulsão] ativo de olhar, à medida que abandona o narcisismo, mas o instinto passivo [a pulsão passiva] de olhar se atém ao objeto narcísico. (p. 70)

Portanto, seriam dois momentos distintos. O primeiro deles, que diz respeito ao autoerotismo, a autora afirma que Freud alude a uma visão solipsista, no qual o objeto e a fonte de estimulação são coincidentes, fazendo menção ao autoerotismo primordial das pulsões ambivalente. No segundo deles, propriamente do narcisismo, é fundamental a constituição de um objeto - que não seja a zona erógena - através da *identificação*: “o sujeito narcísico é trocado, mediante a identificação, por um outro Eu... as vicissitudes que consistem no instinto [na pulsão], para se voltarem contra o próprio Eu e se converterem de ativo em passivo, dependem da organização narcísica do Eu, e carregam a marca desta fase” (Freud, 1915b/2010, pp. 70-71). Nesse sentido, Menéndez (2011) aponta que “a pulsão de olhar ‘leva o carimbo’ do narcisismo, ou, digamos melhor, *o narcisismo leva o carimbo do olhar*” (p. 222).

Apesar das discordâncias, o que há de comum nos dois comentadores é a centralidade da visão como a faísca que coloca em marcha a pulsão sexual e acende o circuito do desejo, seja pela via autoerótica - em que a reflexividade de ver o membro sexual próprio é a *perversão* do ato de ver, que estava anteriormente ligada à autoconservação - ou pela via do narcisismo - que pressupõe um segundo olhar para que se fecha o circuito. Se o olhar é a perversão de uma função biológica, isso significa que ele está inserido no escopo da sexualidade - o órgão deixa de ser utilizado para sobrevivência e passa a ser fonte do desejo. Inclusive, Freud não está trabalhando o narcisismo sob a ótica representacional, mas sob os parâmetros que regem a transformação da pulsão em seu contrário, a saber, do amor e do ódio.

As oposições possíveis do amor são três: amor-ódio, amar-ser amado, amor e ódio-indiferença e insensibilidade. Segundo Freud (1915b/2010), a segunda “corresponde inteiramente à conversão de atividade em passividade, e pode ser remetida a uma situação fundamental, como o instinto de olhar. Essa situação se chama: *amar a si mesmo*, o que para nós é a característica do narcisismo” (p. 72). Como as pulsões sexuais podem se satisfazer autoeroticamente e não necessitam do mundo externo, cabe ao Eu, frente às exigências das pulsões de autoconservação, introjetar os objetos concretos que são fontes de prazer e expelir o que são fonte de desprazer - como descrevemos no mecanismo de projeção.

Diferente da sublimação e da repressão, os dois modos que apresentamos são narcísicos e mais arcaicos. Enquanto aqueles dependem de uma determinada constituição subjetiva e a introdução de um objeto, os que estamos tratando podem ser analisados sob a ótica intrapsíquica. Por isso que Menéndez (2011) situa esses destinos mais inaugurais como resistindo a uma caracterização segundo a lógica representacional:

Freud não se refere aqui à engrenagem representacional, liderada por representações conscientes ou inconscientes, mas a um jogo de cumplicidade, amor e ódio mediado pelos olhares entre o sujeito e o outro, olhares atravessados pelo corpo.... Ao invés de abordar o tema exclusivamente nos termos da gramática representacional, o texto freudiano remete à dimensão erótica em jogo no olhar: olhar, ser olhado, olhar-se e fazer-se olhar. O olhar ultrapassa não apenas o olho e a visão, mas também a maquinaria representacional. (p. 223)

Essa tese vai ao encontro aos nossos propósitos de demonstrar como a percepção (no caso em questão, o olhar e a pulsão escópica) não se resume à consciência, tampouco aos conteúdos representacionais. O que merece ser ressaltado na concepção freudiana da pulsão escópica é o agenciamento realizado pelos sentimentos de amor e ódio, correlatos arcaicos das pulsões, como fundamentais para a constituição de um narcisismo e do próprio Eu, situando a percepção como estágio inaugural do aparato psíquico. Esses pontos podem ser vislumbrados, também, no último trabalho do período dos ensaios metapsicológicos que analisaremos, onde Freud faz um retorno a sua teoria do sonho e reaparece o inadequado sistema topológico da consciência.

### **2.4.3. Alucinação negativa, regressão e teste de realidade**

Em “Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos”<sup>62</sup>, Freud (1917c/2010) apresenta um aparelho psíquico que concentre as dinâmicas representacionais, as regressões temporais e o

---

<sup>62</sup> A partir de então, será tratado nesse trabalho como “Complemento”.

caráter alucinatório do sonho. Todo o trabalho parte do ponto *princeps* do funcionamento psíquico, que, conforme vimos, busca a satisfação alucinatória do desejo. Apontamos que esse foi um dos mecanismos que levou o autor a introduzir a noção de fantasia inconsciente como responsável por articular toda a dinâmica do aparelho psíquico. O novo elemento a ser trabalhado é a semelhança entre a alucinação onírica e a alucinação presentes em quadros psicóticos. Apesar de ter pontuado que o delírio de Schreber (1911b/2010) era uma formação de compromisso entre as pulsões de meta homossexual e uma tentativa de reinvestimento sexual no mundo externo, engendrados pelas projeções das percepções endopsíquicas, a conceituação metapsicológica foi feita somente quatro anos mais tarde. Na parte final do trabalho sobre o inconsciente, a afirmação de que a neurose advém da frustração relativa ao objeto é resgatada, na qual a libido regride a um objeto fantasioso a partir do retrocesso do investimento subtraído do objeto real (em que o recalque opera de modo a desinvestir as representações pré-conscientes), mantendo um investimento apenas no *Ics*. Já na esquizofrenia, a hipótese é de que as representações inconscientes também são desinvestidas, e o investimento retirado das representações recuará para o Eu, no qual um "estado primitivo de narcisismo sem objeto é restabelecido", como colocado em "O Inconsciente" (Freud, 1915a/2010, p. 139). Somente em um segundo momento é que o Eu se esforçaria por restabelecer o vínculo com as representações de coisa, mas com a peculiaridade de fazê-lo partindo primeiro de um investimento das representações de palavra.

Nesse momento, quando não há investimento nas representações de coisa, o corpo seria o campo privilegiado para expressão da linguagem, configurando-se como uma *linguagem do órgão*. Isto é, a relação com o corpo e os órgãos assume o primeiro plano nas manifestações da doença, tomando-a quase *literalmente*: uma paciente afirma que "os olhos não estão direitos, estão virados", porque seu namorado era um "virador de olhos"<sup>63</sup>. Como a relação entre a palavra e a alucinação é mais estreita nas psicoses do que se apresentam na neurose, Freud supõe que as representações de palavra nos esquizofrênicos operariam segundo as leis dos processos primários - a saber, condensação e deslocamento. Assim, eles abordariam palavras e pensamentos enquanto coisas, equivalendo a linguagem ao objeto. E, para especificar o fenômeno delirante na psicose e na neurose, Freud pontua que "quando as duas - palavra e coisa - não coincidem, a formação substitutiva esquizofrênica diverge daquela das neuroses de transferência" (1915a/2010, p. 145).

No entanto, Freud não esclarece por que a ausência de investimento nas representações de coisa acarreta uma linguagem predominantemente corporal. Segundo Caropreso e Simanke (2006),

---

<sup>63</sup> *Augenverdreher*: expressão coloquial alemã que significa literalmente *virador de olhos*, mas diz-se também, em linguagem figurada, daquele que é *simulador*.

"embora Freud procure relacionar essas alterações de linguagem à regressão narcísica que constitui o mecanismo da esquizofrenia, ele não dá nenhuma indicação de por que essa regressão deveria fazer do corpo a referência essencial da linguagem esquizofrênica" (p. 110). Para encontrar esse elo, os autores resgatam os trabalhos iniciais da obra freudiana, "Projeto" e "Afasias", para explicar como a linguagem utilizadas pelos esquizofrênicos faz menção ao significado original das palavras e objetos. Como não é nosso intuito resgatar todo o percurso dos autores, cabe somente explicitar a hipótese de que, no início do desenvolvimento do Eu e da incorporação dos objetos, o reconhecimento do mundo concreto por meio do juízo dependeria de encontrar um caminho que levasse das representações de objetos (constituídas no  $\psi$  do manto a partir das excitações provindas de  $\phi$ ) até investimentos originados na parte da memória que estariam em contato com o interior do corpo (precisamente, no  $\psi$  do núcleo). Como as primeiras experiências perceptivas são da ordem da vivência de satisfação e de dor, as representações teriam como lastro a percepção corporal de prazer ou desprazer. No caso dos esquizofrênicos, onde na linguagem falta a ligação com a representações de coisa,

as palavras passam a denotar sensações corporais.... essa referência ao corporal não é algo arbitrário ou acidental, mas sim uma retomada do sentido originário das palavras, o qual permanece oculto na normalidade, devido, provavelmente, à série de associações que vem a se sobrepor àquelas primordiais. (Caropreso & Simanke, 2006, p. 121)

Apesar da saída convincente dos comentadores para a questão a que se propuseram, a pergunta que permanece sem resposta é: como conceber o primeiro momento de desinvestimento das representações de coisa no nível metapsicológico. Não é suficiente afirmar que haveria um refluxo da libido sobre o Eu sem que se explique como as representações de palavra, que são conjuntos mais organizados no desenvolvimento psíquico por estarem mais próximos da consciência, possam ser permanentemente investidas sem que existam representações de coisa, mais arcaicas e próximas da polo perceptivo, já que o mecanismo da regressão trata necessariamente do retorno a esses níveis menos desenvolvidos do psiquismo<sup>64</sup>.

A regressão narcísica nas psicoses não foi o único problema com qual Freud precisou se preocupar. Em "Complemento" (1917c/2010), foi necessário que ele retomasse as discussões sobre o estatuto da alucinação, a partir da regressão onírica, e do teste de realidade, demonstrando como existem mecanismos defensivos diferentes nas psicoses em relação às neuroses. Até então, a teoria dos sonhos postulava que os restos diurnos, reconhecidos como ideias pré-conscientes e

---

<sup>64</sup> Uma questão que não será explorada, mas merece ser apontada para desdobramentos futuros: seria o caso de investigar se há uma primazia da função perceptiva em detrimento da função representacional nesses casos?

responsáveis por fornecer conteúdo para a produção do desejo onírico, obtinham reforços pulsionais inconscientes até que obtivessem energia suficiente para que se apresentassem à consciência pela regressão até o sistema perceptivo. No entanto, o estado narcísico do sonho implica uma retirada de investimentos de todas as representações de objeto, tanto de sua parte *ics* quando *pcs*, para que se diminuam os estímulos internos e o sono não seja perturbado, assim como o consequente deslocamento da energia para o Eu. Então, de onde os restos diurnos adquirem energia suficiente para a construção do sonho?

Freud precisa supor duas possibilidades. A primeira delas é de que uma parte reprimida do sistema *Ics* permanece investida por não acompanhar o desejo de dormir e continua sua busca por satisfação por meio de investimentos *ics*, desestabilizando o sono; assim, ficaria à cargo desse investimento fornecer energia para que o sonho se forme. A segunda hipótese parte da possível resistência de alguns conteúdos pré-conscientes ao desejo de dormir e que, com isso, eles também mantenham parte de seu investimento. Segundo o autor, os dois casos podem ser idênticos, tendo em vista que os conteúdos pré-conscientes podem se vincular ao reprimido ou aos nexos das representações inconscientes: “Em ambos os casos há o mesmo avanço decisivo rumo à formação do sonho: forma-se o desejo pré-consciente de sonhar, o qual *dá expressão ao impulso inconsciente no material dos restos diurnos pré-conscientes*” (Freud, 1917c/2010, p. 157, grifos do autor). Os vestígios que permanecem investidos dos restos diurnos são aqueles que se mantêm “frescos, reais, de percepções, e não expressão de pensamentos, [somente essas] é que são tratadas como representações de coisa e submetidas às influências da condensação e do deslocamento” (Freud, 1917c/2010, p. 160). Além do mais, para exemplificar como essa operação é possível no nível metapsicológico, ele reintroduz o mesmo processo que fora explicitado em “Interpretação dos Sonhos”:

O processo urdido no *Pcs*, e reforçado pelo *Ics*, toma um caminho retrógrado através do *Ics*, rumo à percepção que se impõe à consciência. Essa *regressão* é a terceira fase da formação do sonho. Vamos repetir as anteriores, para ter uma visão geral: reforço dos vestígios diurnos *pcs* pelo *Ics* - produção do desejo onírico. (Freud, 1917c/2010, p. 159)

Mesmo que quase duas décadas tenham se passado desde o modelo inicial do mecanismo do sonho, Freud não desmembrou o problema consciência-percepção. Os dois são novamente tratados como fazendo parte de um único sistema, em que a consciência está desvinculada do pré-consciente, agora denominada *Cs (P)*, e mantém-se o caráter momentâneo da qualidade consciente. Mas a consciência onírica que encontra expressão a partir do investimento perceptivo não é a consciência propriamente dita, dos pensamentos que tem ligação com as representações-palavra; trata-se de uma consciência primária, que temos tratado como consciência imagética. Esse ponto

fica ainda mais evidente alguns parágrafos à frente: “Os pensamentos são transpostos em imagens - predominantemente visuais -, as representação de palavras são reconduzidas às representações de coisas que lhes correspondem, como se, no todo, o processo fosse governado por considerações atinentes à *figurabilidade*” (Freud, 1917c/2010, p. 159, grifos do autor). Como o material do sonho se utiliza das representações pré-conscientes, parece que Freud se dá por convencido de que não é necessário explicitar a diferença entre consciência-pensamento e consciência-imagem, já que o processo de figurabilidade começa a partir do sistema *Pcs*; só que o resultado desse processo não pode ser confundido com a consciência secundária, haja vista que pensamentos linguísticos não são imagens, mesmo que sejam provenientes deles<sup>65</sup>.

Inclusive, como o sonho sucede às representações de coisa e não às palavras, Freud integra essa discussão para explicar a diferença entre o trabalho do sonho e a esquizofrenia. Nesta, são as palavras do pensamento pré-consciente que são objeto do processo primário, enquanto naquelas acontece uma regressão topológica, permitindo que o trânsito entre os investimentos *pcs* e *ics* aconteça de forma livre e que o processo primário ocorra a partir das representações de coisa a que remontam as palavras. Então como se formam as alucinações de desejo na esquizofrenia? Antes de analisar esse mecanismo e o subsequente falseamento da realidade que acontece na psicose, Freud conclui que o processo onírico só se completa quando o pensamento se transforma em fantasia-desejo e se torna consciente como percepção sensorial, “*e nisso experimenta a elaboração secundária a que está sujeito todo conteúdo perceptivo*” (1917c/2010, p. 161, grifos nossos).

A retomada dessa afirmação, que aparecera no Livro dos Sonhos, de forma quase literal, reforça sua importância para essa pesquisa. A percepção precisa ser apresentada para a consciência de forma crível. Se todo conteúdo perceptivo experimenta elaboração secundária, e quem realiza essa função é o pré-consciente, a percepção é influenciada tanto pelas representações de coisa quanto pelas representações de palavra. Nesse sentido, a percepção é simbólica em *stricto sensu* porque não é uma cópia da realidade e não é desinteressada: ela expressa todo um percurso de associações antes de tornar-se consciente. Temos frisado que esse pressuposto está presente desde os primeiros escritos freudianos, na célebre frase presente em “Afasias”: “não podemos ter uma sensação sem associá-la imediatamente” (Freud, 1891/2014, p. 74).

O mais difícil de compreender é a insistência freudiana em coadunar consciência e percepção no mesmo sistema *Cs* (*P*): “Tal sistema [da percepção consciente], lá denominado *P*, nós o faremos coincidir com o sistema *Cs*, de cujo trabalho depende habitualmente a passagem para a consciência” (1917c/2010, pp. 164-165). Podemos citar ao menos dois motivos fornecidos pelo

---

<sup>65</sup> Não é à toa que, numa nota de rodapé, Freud exclame: “A título de comparação, imaginemos ter que substituir o editorial de um jornal político por ilustrações!” (1917c/2010, p. 160n).

próprio Freud que são contrários a essa posição. O primeiro deles já foi apresentado diversas vezes nesse trabalho: é evidente que a regressão onírica precisa alcançar o polo perceptivo para se impôr à consciência, mas esta se localiza na extremidade oposta do aparelho psíquico - assim, os dois não estão topologicamente localizados no mesmo sistema. O outro motivo resvala na questão da elaboração secundária: todo conteúdo perceptivo experimenta a elaboração secundária *antes* de se tornar consciente e, para que seja possível, essa etapa precisa ser anterior à consciência. Novamente, interpretamos essas oscilações a partir dos níveis de consciência que não são devidamente explicitados e das acepções generalistas com que a percepção é tratada no escopo de toda a obra. Para contornar esse impasse, resta a Freud ressaltar o ponto de vista processual do aparelho psíquico. Ele retoma as ideias apresentadas em “O Inconsciente” (1915a/2010) - que, por sua vez, também foram apresentadas no “Projeto” (1985/2003) - para reafirmar, em “Complementos” que “o fato de algo se tornar consciente não coincide totalmente com o dado de pertencer a um sistema” (1917c/2010, p. 165).

O ponto de vista topológico perde forças no momento em que Freud passa a analisar as alucinações. E esse assunto invariavelmente resvala nas considerações sobre o teste de realidade e o juízo. A discussão parte da transformação do desejo onírico, por meio da figurabilidade, como uma projeção que se efetua em alucinação; assim, ele leva desejos reprimidos à consciência e os apresenta como satisfeitos. Mas não é possível considerar que todos “os desejos inconscientes deveriam ser tidos como realidade após se terem tornado conscientes, pois nosso juízo é sabidamente capaz de distinguir realidades de ideias e desejos, por mais intensos que sejam” (1917c/2010, p. 163). Fica a cargo do teste de realidade, agora situado como função do Eu, distinguir se uma percepção pode ser levada a desaparecer (caso uma ação muscular faça com que ela desapareça na realidade “reconhecida” como externa) ou se ela persiste (o que significa dizer que se trata de uma estimulação interna, não real)<sup>66</sup>. Mais precisamente, no sistema *Cs (P)*, que deve dispor das inervações motoras. Como a teoria do Eu e a topologia não foram devidamente articuladas, resta supor que é a parte inconsciente do Eu que realiza o teste de realidade e as censuras entre os sistemas psíquicos.

Para Porchat (2005), o teste de realidade é analisado nesse trabalho a partir de duas perspectivas, que podemos nomear como genética e prática. A primeira delas é sustentada a partir das afirmações freudianas que situam o teste de realidade como necessário para suspender o processo alucinatório - e alcançar um novo funcionamento psíquico - só podem ser compreendidas

---

<sup>66</sup> A projeção seria, nesse caso, uma tentativa de defesa contra as incômodas pulsões internas.

durante o desenvolvimento do bebê. No entanto, a segunda perspectiva demonstra como essa função continua ativa na vida adulta pela importância de distinguir percepções e ideias. Para a autora, a fragilidade do mecanismo nesse momento da obra é desconsiderar os diversos elementos que constituem o teste de realidade (a saber juízo, processos de pensamento, inibição e atenção), focando somente no derradeiro elemento, que é a enervação motora. Mesmo assim, esses dois modos de pensar o teste de realidade podem ser compreendidos somente sob o ponto de vista processual e não do ponto de vista topológico.

Então, falta saber como a alucinação, tanto no sonho como nas psicoses, consegue suspender o teste de realidade e regredir ao modo de satisfação do princípio de prazer. Uma passagem freudiana ilumina a discussão:

a alucinação consiste num investimento do sistema *Cs (P)*, que porém sucede não a partir de fora, como é normalmente, mas de dentro, e de que ela tem por condição que a regressão vá ao ponto de alcançar esse sistema mesmo, podendo assim colocar-se fora do exame de realidade. (Freud, 1917c/2010, p. 165)

Nos sonhos, sabemos que o desimpedimento da via regressiva até o polo perceptivo é o que possibilita o trabalho onírico. No entanto, nesse cenário não existe um investimento do sistema *Cs (P)*, mas o seu desinvestimento, precisamente para que os estímulos não afetem o sono. Freud (1917c/2010, p. 167) afirma que, como o sistema da consciência está desinvestido, não há teste de realidade, fazendo com que as excitações internas regridam até o sistema *Cs* e que as alucinações formadas sejam tomadas como realidade incontestada. Só que a alucinação consiste precisamente no investimento do sistema *Cs (P)*... Como aceitar que esse sistema esteja dos dois lados do aparelho psíquico? Só é possível compreender esse modelo paradoxal se assumirmos que o investimento e o desinvestimento não acontecem no mesmo sistema! Assim, o sistema desinvestido só pode ser o da consciência-pensamento, enquanto o investimento precisa ocorrer na consciência-percepção.

Agora, no caso das psicoses alucinatórias de desejo, o teste de realidade deixa de operar por conta de um desinvestimento do Eu na realidade: "é a reação a uma perda que a realidade afirma, mas que o Eu deve *negar [Verleugnung] por insuportável*. Em consequência o Eu rompe a relação com a realidade, subtrai ao sistema das percepções *Cs* o investimento" (Freud, 1917c/2010, p. 167, grifos nossos). Ou seja, são duas possibilidades descritas por Freud de como se forma a alucinação, e uma outra que é apenas indicada: o rompimento do vínculo entre o Eu e a realidade (no caso das psicoses); o desinvestimento do sistema *Cs (P)* (como acontece nos sonhos); ou um desinvestimento

de conteúdo específico “cuja natureza especial ainda pode ser objeto de investigação” (1917c/2010, p. 167), mas que não reaparece para maiores aprofundamentos.

O que fica claro sobre o teste de realidade é sintetizado por Porchat:

primeiramente, o teste de realidade não é um dispositivo garantido em toda e qualquer situação. No estado de sono, por exemplo, ele não funciona. Da mesma forma, por ocasião da alucinação, cuja origem está no rompimento do vínculo entre o ego [Eu] e a realidade, ele também não opera. Em segundo lugar, *Freud deixa claro que o teste de realidade não tem como função impedir a alucinação*. Em terceiro, o vínculo entre o ego [Eu] e a realidade independe dele. E, por último, o teste de realidade não estabelece a distinção entre a fantasia e a realidade a não ser quando o sistema Cs. (Pcpt.) [Cs (P)] esteja investido pelo ego [Eu]. (Porchat, 2005, p. 49, grifos nossos)

Concordamos com todos os argumentos fornecidos pela autora, com a ressalva de que eles só tem sentido no ensaio em questão. Mesmo porque, pelo que trabalhamos, o teste de realidade tem função inibidora da alucinação em diferentes textos (1895/2003, 1900/2011, 1911a/2010), exatamente para que se instaure o processo secundário que exige acúmulo de energia, o que não seria possível somente com o processo primário. A justificativa é de que o teste de realidade tem como propósito frear somente a satisfação alucinatória do desejo dos bebês. Para explicar seu funcionamento no adulto, resta repetir o que Freud falou nesses trabalhos: um dispositivo que permite distinguir o mundo interno do mundo externo. Ademais, estamos de acordo quando Porchat (2005) critica o argumento de Laplanche e Pontalis (2001, p. 382), segundo o qual o teste de realidade é inútil quando o estado alucinatório já está instaurado: “não cremos que Freud tenha em nenhum momento sustentado a idéia de que o teste de realidade permita ao alucinado ou ao indivíduo que se encontra sonhando sair desse estado” (p. 51). É interessante perceber que o teste de realidade não funciona, como escreve a autora, “durante o sono, nos sonhos, na hipnose, na paixão (avassaladora), na situação de ‘massa’, durante a alucinação psicótica e em momentos em que predomina a fantasia” (p. 153). Ora, o que resta quando se retiram essas situações? Se o teste de realidade não consegue estabelecer uma distinção precisa em diversas ocasiões entre percepção e memória e realidade externa e alucinação, qual é sua real função? Por considerar que o teste de realidade tem como função genética somente refrear a alucinação do bebê, não sobram explicações de como ele opera no indivíduo adulto sadio. Mesmo porque, ao nosso ver, o teste de realidade não é algo que deva operar somente no primeiro momento de distinção entre realidade concreta e realidade alucinada do bebê; ele também precisa explicar porque o adulto não se pergunta o tempo todo se está ou não alucinando. E mesmo que consideremos que ele tenha sua função majoritária

nesse período, inegavelmente *há* alguma espécie de garantia na realidade concreta que o psiquismo herda e continua diferenciando entre Eu e não-Eu - mesmo que a realidade psíquica e concreta sejam mutuamente constituídas. Embora persistam as críticas que já foram apontadas anterior, a autora sintetiza quais deveriam ser as operações do teste de realidade:

a) interromper o processo primário (inibição); b) preparar a percepção (atenção); c) avaliar e comparar a percepção com a representação (julgamento); d) esperar e pesquisar modos de atingir o que se deseja (pensamento) e e) transformar a realidade e/ou processar a descarga alcançando a satisfação real (ação motora). (Porchat, 2005, p. 152)

Para finalizar este capítulo, resta somente acrescentar um observação sobre a psicose alucinatória. Segundo Freud, em um primeiro momento, frente a uma cena perda insuportável, o Eu rompe as relações com a realidade e, tendo o sistema Cs desinvestido, as fantasias de desejo podem retornar de maneira consciente como alucinação positiva<sup>67</sup>. Ou seja, parece-nos que o que ocorre em primeiro lugar é uma alucinação negativa, mecanismo que *nega uma percepção* intolerável. Podemos assumir esse risco respaldados em uma nota freudiana: “uma tentativa de esclarecimento da alucinação deveria principiar não com a alucinação positiva, mas com a *negativa*” (Freud, 1917c/2010, p. 165n). Somente após um apagamento perceptivo é que os conteúdos recalçados (ou fantasias de desejo, como coloca o autor) podem se apresentar à consciência através da percepção.

Tendo como base as pontuações erigidas nesse capítulo, acreditamos que esse segundo momento de retorno das representações recalçadas diz respeito somente a uma parte do mecanismo alucinatório, uma vez que fica de fora dessa interpretação o destino das percepções que foram negadas pela alucinação negativa. Pontuamos que não somente a fantasia retorna como alucinação, mas também aquilo não foi devidamente metabolizado psiquicamente e não pôde adentrar nas matrizes representacionais (Freud, 1911b/2010). Nesse sentido, a alucinação negativa seria também uma forma dos conteúdos negados de se engancharem nos complexos associativos. *Radicalmente, ela seria um processo perceptivo que ocorre aquém do nível representacional*. Esse ponto de vista ficará ainda mais claro no próximo capítulo, onde adentraremos as discussões em que a percepção está às voltas com o aquém e o além da representação.

\*

---

<sup>67</sup> Com isso, estabelece-se uma diferença basilar entre a defesa principal dos neuróticos - a repressão ou recalque - e dos psicóticos - a negação (Campos, 2014).

Logo de início, vislumbramos como as situações cotidianas são perpassadas pelos efeitos do inconsciente, seja pela fantasia ou pelo afeto. Apesar de seu estatuto paradoxal, a percepção endopsíquica é um funcionamento específico que ocorre à revelia da consciência. Por meio dela, os conteúdos recalçados são projetados na realidade concreta e adquirem consciência pelos órgãos dos sentidos. Mas procuramos distinguir dois mecanismos diferentes que não foram sinalizados por Freud, mas que estão em operação nesse processo: o primeiro deles é o desinvestimento afetivo da percepção (alucinação negativa) que desencadearia a possibilidade de um conteúdo recalçado vir à tona (como delírio ou alucinação positiva); o segundo consiste no retorno do recalçado pela semelhança entre a cena presente e as lembranças esquecidas. Nesse cenário, delírio e alucinação positiva são formações de compromisso entre as demandas pulsionais e a percepção desprazerosa. No fundo, o primeiro processo está presente nas duas situações, enquanto o segundo ocorreria somente em situações específicas.

Com o trabalho sobre a projeção das afetividades, a endopercepção deixou de se restringir somente aos conteúdos ideativos para abarcar também as dinâmicas afetivas. Com isso, a projeção passou a integrar o rol das defesas do psiquismo frente a realidade, animando os fatores externos a partir das ambivalências internas. Não é mais possível assumir que os objetos sejam onticamente bons ou maus, somente tomá-los sob uma perspectiva ontológica. Esse é mais um dos fatores que afasta definitivamente a psicanálise de uma compreensão da realidade através do empirismo e do idealismo alemão para arquitetar uma realidade propriamente psicanalítica, que é co-constituída pela fantasia ao mesmo tempo que a constitui.

Mesmo porque a percepção não é desinteressada e seu funcionamento necessita de investimentos. Como Freud demonstra na cegueira histórica, o investimento das pulsões de autoconservação do Eu permite que a percepção se torne consciente; por outro lado, se o investimento vier das pulsões sexuais, a percepção é inconsciente. Contudo, vale ressaltar que essas percepções inconscientes não são percepções endopsíquicas, já que essas dizem respeito à percepção do recalçado que é projetado para o mundo externo. Elas são, no sentido literal, “percepções inconscientes”, cujos órgãos continuam percebendo e acessando diretamente o inconsciente, sem que o Eu tenha consciência de sua atuação. Enquanto percepção e consciência estavam situadas em extremidades distintas no modelo de 1900, Freud parece igualá-las em seu trabalho de revisão da teoria dos sonhos, colocando-as no mesmo sistema ou, pelo menos, em sistemas que funcionem da mesma maneira. Entretanto, nenhum dos dois modelos contempla o funcionamento perceptivo de fato, tendo em vista que toda percepção experimenta a elaboração secundária *antes* de se tornar consciente. Parece que deixamos claro que não é possível integrar um

modelo convincente sem considerar que existem ao menos dois níveis de consciência, de imagem e de pensamento, e três ordens de percepção, a começar pela biológica, passando pela percepção imagética fruto da figurabilidade, e a percepção enunciativa, que decorre da tomada de consciência dos pensamentos.

Ao trabalhar com a cegueira histórica, é interessante notar como Freud está partindo de dinâmicas anteriores às representacionais, como o amor e o ódio. No final das contas, a pulsão também demanda trabalho de ordem perceptiva e corporal, investindo ou não órgãos dos sentidos a partir das exigências do princípio do prazer. Desde “Afasias”, apresentamos como a percepção é invariavelmente interpelada pela memória; mas com a introdução da projeção dos afetos ambivalentes, fica evidente que não é somente a representação que afeta o conteúdo percebido - a percepção da realidade é mediada também pelas exigências pulsionais.

Por isso que é possível pensar a alucinação negativa como uma defesa contra conteúdos recalcados que porventura poderiam aflorar na consciência, quanto como uma defesa contra as demandas pulsionais. Retomando a frase freudiana: “uma tentativa de esclarecimento da alucinação deveria principiar não com a alucinação positiva, mas com a *negativa*” (Freud, 1917c/2010, p. 165n, grifos do autor). Ao nosso entender, o processo alucinatorio em si *principia com a alucinação negativa*, e a partir desse desinvestimento perceptivo que surge o espaço para ascenderem as representações recalcadas ou os traços perceptivos outrora interditados.

Pelo percurso que trilhamos, temos material para sustentar a hipótese, juntamente com Freud (1911b/2010, 1917c/2010), de que a alucinação ou o delírio tem como objetivo a cura psíquica. Entretanto, não pelos mesmos motivos que ele defende. O pai da psicanálise está fundamentado no aparelho de memória, tendo a representação como seu ponto de partida e chegada. Só é possível que haja cura quando há *simbolização* (Gibeault, 2010). O papel da alucinação, nesse caso, é propiciar que conteúdos, intensidades, excitações externas sejam metabolizadas pela via perceptiva e adentrem seguramente no psiquismo.

Quanto ao teste de realidade, esse talvez seja o conceito mais difícil de circunscrever em sua metapsicologia. Foge dos nossos propósitos propor um mecanismo que suplante as falhas encerradas nesse processo de difícil lapidação. No entanto, podemos pontuar alguns fatores que consideramos barrar sua funcionamento.

O primeiro deles ecoa nas imperfeições epistemológicas da teoria freudiana: não é coerente que o teste de realidade esteja ancorado na representação. Ante a conjectura da memória na metapsicologia freudiana, que é atravessada pelas fantasias e afetos, é impraticável colocá-la como porto seguro da distinção entre o mundo externo e interno. A realidade está reiteradamente calcada

na memória, mas as ambivalências pulsionais também fazem parte de sua constituição - assim, o teste de realidade deve levá-las em consideração.

O segundo fator está diretamente ligado à alucinação. É crucial que o teste de realidade seja capaz de diferenciar pensamento e delírio, percepção e alucinação. Especificamos que existe algo da realidade externa que funciona como índice para que o teste de realidade (ou melhor, como *signo* de realidade, para utilizar os termos freudianos) o utilize em seu benefício, mas ele não pode depender unicamente da representação, já que ela também é material para a alucinação. Portanto, julgamos válido apontar que o teste de realidade deveria levar em consideração mais a percepção do que a representação - principalmente o negativo da percepção, a Coisa, que funcionaria enquanto termo comum (base, fundo, lastro) para os estímulos, sem necessariamente modificá-los.

### **3. CAPÍTULO TERCEIRO: A PERCEPÇÃO PARA ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER**

No último capítulo dessa dissertação, exploraremos dois trabalhos principais do final da década de 1910 e início da década de 1920 que foram escritos antes da proposição da segunda topologia, em “O Eu e o Id” (Freud, 1923/2011). Diferentemente dos outros capítulos, em que tentamos seguir um avanço cronológico na apresentação dos textos freudianos, consideramos que o trabalho “Além do princípio do prazer” (1920/2010) abre portas para pensarmos, retroativamente, o ensaio sobre “O Inquietante” (1919b/2010) - mesmo porque existe a referência explícita, em 1919, dos conceitos que só serão apresentados um ano depois. Dessa forma, julgamos mais vantajoso para nossa análise e para o encadeamento da dissertação se a proposta do segundo dualismo pulsional fosse apresentada antes e funcionasse como categoria de análise para o trabalho anterior.

#### **3.1. O segundo dualismo pulsional e a abertura para o irrepresentável**

Para introduzir as hipóteses teóricas que darão corpo à “Além do princípio do Prazer”, Freud (1920/2010) faz uma breve retomada das teses metapsicológicas dos anos anteriores. Em primeiro lugar, ele centraliza a questão crucial que até então se impunha à análise psicanalítica: que os processos psíquicos eram regulados pelo princípio do prazer. Desde os primeiros escritos, vimos que imperavam duas lógicas complementares. De início, dominava o princípio do prazer como forma de barrar a sensação de desprazer; como todo desprazer é uma sensação consciente de aumento de excitação, o princípio de prazer buscava a descarga das tensões corpóreas, o que era sentido pelo psiquismo como prazer. Todavia, como o aparelho psíquico necessita de um bocado de energia para operar, seja para se defender ou para realizar uma ação motora, rapidamente o princípio de prazer teve que se submeter ao princípio de constância, que tinha por mote manter a excitação sem alterações abruptas, mas ainda assim manter uma reserva energética para o funcionamento do psiquismo: utilizando os termos fechnerianos, Freud afirma que existiria uma “tendência à estabilidade” (1920/2010, p. 164), pelo qual se regulam as tensões psíquicas. Com isso, princípio de prazer e princípio de constância seriam os princípios originários do psiquismo, regulando o processo primário associado às pulsões sexuais.

Ademais, o funcionamento primário de descarga de energia do princípio de prazer, por conta das necessidades da vida, logo precisou obedecer ao princípio de realidade: ao invés de uma descarga imediata (que invariavelmente buscava a via alucinatória), um adiamento da satisfação foi necessário para que, atendendo às demandas da realidade, ela se tornasse mais duradoura,

instaurando o processo secundário. Assim, o aparelho psíquico teve que aceitar temporariamente o desprazer para que, num futuro, ele pudesse chegar ao prazer. Nesse meandro, quem toma as rédeas para essa mudança de funcionamento são as pulsões de autoconservação, que tendiam a evitar os perigos das pulsões sexuais.

No entanto, por mais que esse acúmulo energético seja um dos fatores que levem o desprazer ao psiquismo, Freud garante que ele não é o único e nem o mais intenso. O maior deles resultaria dos conflitos que se passam dentro do aparelho psíquico, enquanto o Eu se desenvolve para organizações mais complexas. Como ilustramos pela cegueira histérica, há situações em que os órgãos são conclamados por pulsões ambivalente, instaurando um conflito no centro do aparelho psíquico: as consequências para esse conflito são sempre defesas, em que o recalque impede a realização de uma satisfação sexual e, em seu lugar, surge uma formação substitutiva que se apresenta para o Eu como desprazer. Em outras palavras, as pulsões de autoconservação, obedecendo ao princípio de realidade e sob o funcionamento secundário, fornecem a intensidade energética para que se barrem as pulsões sexuais, cujo funcionamento recai nos processos primários e nas lógicas do inconsciente.

Mesmo assim, Freud ainda não considera relevante que esse tipo de desprazer seja suficiente para que seja necessário reformular o dualismo pulsional, já que a “maior parte do desprazer que sentimos é desprazer de percepção, seja percepção da premência de instintos [pulsões] insatisfeitos ou percepção externa... A reação a tais reivindicações... pode ser dirigida, de maneira correta, pelo princípio do prazer ou pelo princípio de realidade” (p. 167). Foi com o estudo das “neuroses traumáticas” que Freud percebeu que não era possível sustentar uma explicação metapsicológica a partir do esquema do primeiro dualismo pulsional. E se ele foi introduzido com o estudo dessas neuroses, muitos outros pontos foram sendo adicionados para demonstrar que existia um “além do princípio do prazer”: transferência negativa, compulsão à repetição, masoquismo primário, brincadeira infantil, para citar algum deles. Campos (2014) também menciona a impossibilidade de explicar o narcisismo a partir das pulsões sexuais e de autoconservação, já que uma parte do Eu seria fruto do investimento sexual, deslegitimando a oposição pulsional posta até então.

Para nossos propósitos, é a compulsão à repetição que tem um caráter privilegiado dentre aqueles apontados. De fato, a repetição não é uma novidade para a psicanálise: já sabemos que o desejo busca repetir sua realização, tanto pela via alucinatória quanto sintomática. A compulsão à repetição, por outro lado, não envolve o desejo, porque os eventos que se repetem são desprazerosos em si - como o sonho das neuroses traumáticas que levam o indivíduo à cena traumatizante, ou a brincadeira infantil do “*fort-da*”, que tem por objetivo controlar ativamente o

desprazer causado pela ausência do objeto de amor. Com isso, a compulsão à repetição vem sobrepujar o princípio do prazer, sendo “mais primordial, mais elementar, mais instintual [pulsional] do que o princípio do prazer, por ela posto de lado” (p. 184).

Uma problemática que nos concerne diretamente é a retomada topológica apresentada no quarto capítulo do livro em questão. Por meio da metáfora da vesícula protoplasmática, Freud propõe um novo endereçamento para situar a consciência espacialmente no modelo psíquico. Vejamos atentamente esse ponto.

### **3.1.1.A vesícula protoplasmática e a barreira contra o trauma**

Tendo em vista que a consciência não pode ser a característica geral dos processos psíquicos, ela deve ser considerada apenas função particular de um sistema. Esse sistema tem como característica fornecer percepção externas e sensações de prazer e desprazer que se originam no interior do aparelho psíquico (ou seja, Freud já está partindo do pressuposto que esse nível de sensação está *dentro* do aparelho psíquico, deixando de lado a dimensão corpórea e de todas as percepções que, como vimos, não foram devidamente inscritas). Novamente, parece haver uma equiparação entre percepção e consciência no sistema agora denominado *P-Cs*, que "deve estar na fronteira entre exterior e interior, voltado para o mundo externo e envolvendo os outros sistemas psíquicos" (p. 185). Assim como no modelo da “Carta 39” (1896b/1996), consciência-percepção estaria localizada no limite do aparelho psíquico, entre a realidade externa e o interior do corpo.

Toda a argumentação tecida em “Complemento” (1917c/2010) de que o fenômeno de estar consciente não se resume a uma sistema e de que a percepção sofre uma elaboração secundária antes de se tornar consciente parecem desconsideradas, com a novidade de que, agora, o sistema *P-Cs* faz a mediação entre externo e interno. Para justificar essa hipótese da localização fronteira do sistema, Freud retoma o fantasma da anatomia:

Notamos que com essas hipóteses não arriscamos algo novo, mas acompanhamos a anatomia cerebral que situa a “sede” da consciência no córtex, a camada mais exterior do cérebro que envolve as demais. A anatomia cerebral não precisa ocupar-se da razão pela qual - anatomicamente falando - a consciência está alojada justamente na superfície do cérebro, em vez de bem abrigada em algum íntimo recôndito seu. (p. 185).

A referência à biologia não para por aí. Partindo da embriologia, “enquanto repetição da história evolutiva” (p. 187), Freud faz a apresentação da metáfora da vesícula indiferenciada. No

mais alto grau de abstração, a hipótese é de que existiria uma vesícula estável que, por conta do choque incessante com os estímulos externos, precisa diferenciar órgãos receptores de estímulos. Esses teriam o funcionamento parecido com uma casca, curtida pela ação dos estímulos, fazendo com que as excitações que adentrassem camadas mais profundas fossem mais brandas do que aquelas que chegam às fronteiras da vesícula. Como uma espécie de calo, essa membrana que se formou deixaria de se modificar frente aos novos estímulos, achando-se capacitada para fazer surgir a consciência.

A argumentação vai na mesma direção que fora apresentada no “Projeto” (1895/2003), em que a consciência não sofre modificação pela passagem de excitação, permanecendo aberta para a recepção de novos estímulos (ainda que esse papel seja realizado pela percepção, e não pela consciência), e, assim, diferenciando-se da memória. Para que a estimulação adentre o corpo, ela deve superar uma determinada resistência que, por sua vez, constituiria os traços permanentes da memória - em outras palavras, muito próximo do funcionamento neuronal cujas barreiras de contato deixam uma trilha facilitada. Com isso, a distinção entre consciência e memória é postulada pela diferença com que transitam as energias de investimento: livre, para o primeiro sistema, e ligada, para o segundo.

Se, em um primeiro momento, parece que a consciência desse modelo remete ao funcionamento específico dos neurônios  $\phi$  do “Projeto” (1895/2003), responsáveis pela apreensão dos estímulos, Menéndez (2014) alerta para o fato de que a consciência do trabalho de 1920 refere-se à recepção sensorial enquanto função orgânica, não como percepção consciente. Na verdade, assim como o termo consciência é utilizado como sinônimo de percepção, não é possível rastrear como Freud entende o tornar-se consciente nesse modelo. O que quer dizer que os órgãos do sentidos “se achariam capacitados a fazer surgir a consciência” (p. 187)? Trata-se dos órgãos de sentidos no nível biológico ou da consciência constituindo o aparelho psíquico? Coelho (1999) parece chegar aos mesmos questionamentos:

Em passagens como esta fica sempre marcada certa ambigüidade com relação ao que é a percepção. Seria a percepção fundamentalmente o processo determinado pelos órgãos dos sentidos, situando-se como externa ao aparelho psíquico ou ela é constituinte do aparelho? No aparelho está a própria percepção ou apenas os traços e as diferentes formas de representação psíquica dos estímulos percebidos? (p. 5)

Mesmo que não seja possível chegar a uma resposta adequada, podemos supor que há dois níveis de distinção que não são feitos. O primeiro deles é a separação entre consciência e percepção:

levando em consideração o fato de que estar consciente não significa que haja um sistema específico para tanto (1917c/2010), e que toda percepção sofre elaboração secundária antes de se tornar consciente (1900/2011, 1917c/2010), consciência e percepção não podem ser reduzidos ao mesmo sistema; mais grave ainda, eles não podem ser espacialmente localizados conjuntamente nas fronteiras do aparelho psíquico. Em segundo lugar, reconhecer os limites da metáfora biológica: a consciência (ou a percepção, no caso) não se confunde com os órgãos dos sentidos e, portanto, não pode ser encerrada neles; a percepção no nível biológico não pode ser considerada consciente, tendo em vista que ela tem a função, pelos órgãos dos sentidos, de fracionar quantidades. Desde o “Projeto” (1895/2003), os órgãos dos sentidos e os neurônios  $\phi$  não são sensíveis àquilo que circunscreve a especificidade da consciência, a saber, as qualidades.

No mais, ainda que essa tenha sido a saída topológica escolhida, Freud também afirma que as excitações vindouras dos “outros sistemas” acabam por alterá-los, constituindo “traços duradouros, vestígios de lembranças, portanto, que nada têm a ver com o processo de tornar-se consciente. Eles são, com frequência, mais fortes e mais permanentes quando o evento que os deixa nunca atinge a consciência” (p. 185). E afirma em seguida: “*a consciência surge no lugar do traço de lembrança*” (p. 186). Ora, como é possível que haja traços de memória em sistemas que nunca se tornaram conscientes, sendo que a consciência está na periferia do aparelho? E como sustentar que a consciência apareça no lugar da memória? Quase como um “retorno do recalcado”, as influências dos trabalhos anteriores reaparecem para marcarem sua importância. Mais uma vez, apossamo-nos da hipótese de Menéndez (2014) de que Freud estaria tratando de dois níveis diferentes de consciência: o primeiro, que aparece no lugar do traço mnêmico, como sendo a consciência primária, imagética e virtual; diferente da consciência secundária, onde operam a linguagem e o pensamento.

Podemos supor que a tônica freudiana nas hipóteses biológicas e do surgimento da consciência a partir de uma casca diferenciada seja resultado da importância atribuída ao aparelho perceptivo como sistema responsável por barrar estímulos externos. Em nenhum outro ensaio que analisamos (mesmo considerando o “Projeto”, que é o que estaria mais próximo dessa proposição) a realidade externa é tratada como tão ameaçadora. Voltando à vesícula diferenciada, a hipótese é de que ela seria liquidada em decorrência da ação dos estímulos externos se não fosse dotada de uma *proteção contra estímulos*. Mencionamos no segundo capítulo dessa dissertação que Freud considera que, em “Além do princípio do prazer” (1920/2010), a função primordial do aparelho psíquico é defender-se contra estímulos externos muito intensos. Ela faria isso precisamente a partir dessa superfície exterior que se tornou inorgânica, que “funciona como um invólucro ou membrana

especial que detém estímulos, isto é, faz com que as energias do mundo exterior possam penetrar com uma fração de sua intensidade nas camadas adjacentes, que permaneceram vivas” (p. 188). Por outro lado, a recepção dos estímulos, por parte dos órgãos dos sentidos, não precisa estar em contato permanente com o exterior, basta que somente uma parte fique na superfície, imediatamente abaixo da proteção contra estímulos:

São os órgãos dos sentidos, que contém, no essencial, dispositivos para a recepção de estímulos específicos, mas também mecanismos especiais para ainda proteger contra excessivos montantes de estímulos e deter espécies inadequadas de estímulos. É característico deles o fato de elaborarem quantidades muito pequenas do estímulo externo, de apenas tomarem mostras casuais do mundo exterior; talvez possamos compará-los a antenas que tateiam o mundo externo e sempre se retiram novamente dele. (pp. 189-190)

Essa proposta vem referendar o que estamos defendendo desde o primeiro trabalho analisado: a percepção lida com parcelas selecionadas da realidade. Assim como no “Projeto” (1895/2003), em que os órgãos dos sentidos agiam como peneira e crivo das estimulações externas, permitindo a entrada somente daquelas que não colocariam em risco o aparelho psíquico, a camada de proteção contra estímulos é responsável por frear as grandes intensidades e permitir que os órgãos dos sentidos operem com quantidades manejáveis. Contudo, devemos lembrar que, no “Projeto”, as intensidades que ultrapassavam os órgãos dos sentidos e irrompiam nos neurônios  $\phi$  eram responsáveis pelo surgimento da *vivência de dor*, que era sentida como desprazer pela consciência. Em “Além do princípio do prazer” (1920/2010), “às excitações externas que são fortes o suficiente para romper a proteção nós denominamos *traumáticas*” (p. 192). Caso a ausência de preparação para evitar a situação traumática, denunciada pelo sinal de angústia, falhe<sup>68</sup> e o psiquismo seja invadido, o princípio de prazer é posto fora de ação e a nova tarefa à qual se incumbe o aparelho psíquico é de “controlar o estímulo, de ligar psicologicamente as quantidades de estímulo que irromperam, para conduzi-las à eliminação” (p. 192). Assim, “um estímulo que excede a capacidade de contenção dos sistemas sensoriais e mnêmicos acaba desmantelando todas as ligações representacionais e, conseqüentemente, levando a uma verdadeira suspensão do princípio do prazer” (Campos, 2014, p. 139).

Caropreso e Monzani (2012) apontam que esse movimento de resgatar a vivência de dor, muitos anos depois, é resgatar um desprazer específico que até então não era considerado na

---

<sup>68</sup> Essa tese foi explorada por Freud em “Inibição, sintoma e angústia” (1926/2014), mas não será trabalhada nessa dissertação em decorrência de nossa proposta metodológica. Cabe somente pontuar que o sinal de angústia antecipa o perigo advindo da emergência da angústia automática.

metapsicologia freudiana, um desprazer que passa a ser originário e fundante do psiquismo, juntamente com a compulsão à repetição e a abertura para postulação do segundo dualismo pulsional. Os autores sustentam que, se até 1900 o caráter do trauma era sexual - seja durante a formulação da teoria da sedução ou pela fantasia -, a partir de 1920 o trauma e a vivência de dor aparecem lado a lado como fundamento do psiquismo.

É precisamente com as sucessivas rupturas da barreira de proteção contra estímulos que se instaura a neurose traumática<sup>69</sup>. Nesses quadros, frequentemente, o indivíduo sonha com situações que voltam à situação do acidente, o que significa que nem todos os sonhos se acham a serviço da realidade do desejo. No entanto, pode-se considerar que os sonhos "contribuem para outra tarefa, que deve ser resolvida antes que o princípio do prazer possa começar seu domínio. Tais sonhos buscam lidar retrospectivamente com o estímulo" (1920/2010, p. 195). Eles obedecem não à realização do desejo, mas à compulsão de repetição: "Se existe um 'além do princípio do prazer', é coerente admitir que também houve uma época anterior à tendência dos sonhos a realizar desejos" (p. 196). Portanto, existe um momento anterior ao princípio do prazer que tem um caráter "impulsivo", ou um "caráter demoníaco" (p. 200).

Os sonhos traumáticos e a brincadeira infantil que aparecem como compulsão à repetição, para permanecer nos exemplos dados por Freud, seriam formas de "ligamento psíquico de impressões traumáticas" (p. 197), justamente porque essa quantidade excessiva de excitação transita no psiquismo de maneira não ligada, aquém do âmbito representacional. Somente quando há ligação dessa energia que ela deixa de circular livremente e se organiza sob a forma de representações. A compulsão à repetição, da maneira que aparece nos exemplos mencionados, é uma repetição da vivência de desprazer como tentativa de "lidar com a forte *impressão* de maneira mais completa do que se apenas a sofresse passivamente. Cada nova repetição parece melhorar o controle que ela busca ter sobre a *impressão*" (p. 200, grifos nossos).

Não se trata de representações, mas de "impressões", como grifamos no trecho acima; a energia provinda da cena não se constitui como uma figura, mas como um excesso traumático que, pela compulsão à repetição, busca ligação e escoamento. O mesmo acontece com os estímulos internos que, sem contarem com uma barreira contra estímulos, precisam ser ligados pelas "camadas elevadas do aparelho psíquico", evitando que continuem operando em processo primário: "o malogro desse ligamento provocaria um distúrbio análogo à neurose traumática" (p. 199). Somente após de ter havido esse enlaçamento bem-sucedido é que começa a operar o princípio de

---

<sup>69</sup> Freud (1920/2010, p. 195) situa, ainda, a preparação pela angústia como a última forma de evitar o trauma caso ele não consiga ser refreado pela proteção contra estímulos.

prazer e sua modificação em princípio de realidade. “Até então, porém, a outra tarefa do aparelho psíquico, controlar ou ligar a excitação, teria precedência, não em oposição ao princípio do prazer, é certo, mas de forma independente dele e sem consideração por ele, em parte” (p. 199).

Portanto, o que está em jogo é resultado da hipótese de que um excesso energético interrompe o funcionamento segundo o princípio do prazer - ou seja, o processo primário - e, mais adiante, o processo secundário. A consequência é a hipótese da existência de um momento lógico anterior ao princípio do prazer que tem como objetivo metabolizar excitações e torná-las úteis para que o aparelho psíquico consiga manejá-las e utilizá-las. Em outras palavras, levando em consideração a proposta de Figueiredo (1999) e Campos (2014), são três processos que não são verdadeiramente desmembrados por Freud: o primeiro, anterior ao funcionamento do princípio do prazer nos moldes do processo primário, seria o princípio do prazer absoluto, expresso pela compulsão à repetição e pela pulsionalidade disruptiva; o segundo, precisamente o princípio do prazer relativo e o processo primário; e o terceiro, que obedeceria o princípio de realidade e o processo secundário.

Agora, se existe uma tensão pulsional anterior e que subjuga o princípio do prazer, foi preciso revisitar a teoria da economia psíquica para adequar esse pressuposto. Para tanto, Freud continua debruçado sobre os pressupostos biológicos e propõe que a pulsão tem um "caráter conservador": ela seria um "*impulso, presente em todo organismo vivo, tendente à restauração de um estado anterior*, que esse ser vivo teve de abandonar por influência de perturbadoras forças externas, uma espécie de elasticidade orgânica ou, se quiserem, a expressão da inércia da vida orgânica” (1920/2010, p. 202). Essa perspectiva conservadora, que buscará apoio no desenvolvimento filogenético da história natural, acarreta na concepção de que todo indivíduo busca o retorno a um estado inicial que é, em seu extremo, o inorgânico.

Uma longa discussão se segue sobre o conceito de morte dentro da biologia. Freud apresenta alguns textos que debatem se a morte é um fenômeno natural e necessário, assim como se questionam se cada indivíduo busca morrer a seu modo, mas é impedido por conta dos fenômenos externos ou internos. Uma primeira hipótese sugere que as pulsões de autoconservação estariam, paradoxalmente, a serviço da tensão de retorno ao inorgânico (pois o indivíduo deseja morrer à sua maneira), enquanto as pulsões sexuais seriam as verdadeiras conservadoras da vida, podendo ser chamadas de pulsões de vida ou *Eros*. Todavia, desde “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/2010) estava ciente de que a pulsão de autoconservação é erotizável e toma o corpo e o Eu como objeto de desejo.

Mesmo que as pulsões de autoconservação possam ser libidinais, Freud afirma que não se deve rejeitar a existência desse dualismo, somente vê-los a partir do ponto de vista topológico ao invés do econômico, colocando o Eu como sede da libido<sup>70</sup>. No seu lugar, seria preciso pensar um outro dualismo que considerasse esse estágio inicial de desenvolvimento psíquico, que busca um retorno ao inanimado e abolição da tensão interna (ou princípio do Nirvana, nas palavras de Freud), lado a lado com as pulsões de vida: com o estudo das neuroses narcísicas, traumáticas, da biologia e do caráter regressivo das pulsões, o novo dualismo pulsional propõe que as antigas pulsões sexuais e de autoconservação componham as “pulsões de vida”, enquanto o retorno ao inorgânico e a compulsão à repetição sejam expressões das “pulsões de morte” (1920/2010).

Dessa forma, a discussão envereda para as principal forma de manifestação da pulsão de morte; a mais explorada é, assim como fora anteriormente, a oposição entre amor e ódio nas relações com os objetos. Não cabe nos alongarmos demasiadamente nesse problema porque ele será revisto ainda em alguns trabalhos da segunda topologia; é interessante pontuar que Freud anuncia, a partir do par sadismo-masochismo, que existiria um masochismo primário original, sendo que antes ele havia postulado que o sadismo era primário. Com essa inversão, ele busca sustentar o dualismo que se instaura entre as pulsões de morte - que almejam o retorno ao inorgânico e tem o masochismo primário como uma de suas expressões - e as pulsões de vida - partindo da sexualidade e do encontro do objeto em direção a uma “vitalização” do Eu. Contudo, ainda que o primeiro nível de defesa psíquica seja o trabalho de ligação da energia excedente, para que se instaure o princípio de prazer da forma como ele era trabalhado na primeira teoria pulsional (que chamamos de princípio de prazer relativo), ele não diferencia as tendência mortíferas e vitalizantes no funcionamento do princípio do prazer: “em outras palavras, o dilema entre o princípio de prazer absoluto, mortífero e nirvânico, em oposição ao princípio de prazer relativo, constante e sexualizado, permanece” (Campos, 2014, p. 146).

Além do mais, o caminhar do texto demonstra a nítida preferência freudiana em trabalhar a pulsão de morte a partir dos pares sadismo-masochismo e amor-ódio ao invés de retomar as considerações atinentes ao retorno ao inanimado e à compulsão à repetição. Quando consideramos a economia por detrás do princípio de Nirvana, fica claro que as pulsões de morte buscam uma descarga de energia e diminuição total da excitação interna, com a mesma nulidade de alteração de frequência que reina no mundo inorgânico. No caso da compulsão à repetição, pouco se explora a influência das alucinações, delírios e sonhos como tentativa de ligação das *impressões* deixadas

---

<sup>70</sup> Essa problemática será revisada em “O eu e o id” (1923/2011), onde o id será colocado como reservatório original da libido e o Eu será apenas um destino parcial e secundário do qual a libido partirá para outros objetos.

pelas quantidades de energia que não foram contidas. Uma das grandes dificuldades de refinar essa discussão e propor um modo de funcionamento específico das pulsões de morte, como bem aponta Campos (2014), resvala na conceituação da constituição do Eu, que precisaria estar constituído desde o início para erigir barreiras que impeçam o livre escoamento pulsional - como o Eu não existe desde o início, Freud precisará rever essa problemática ainda algumas vezes em trabalhos futuros.

### **3.1.2. O trauma e o irrepresentável como fundamento do psiquismo**

Na leitura de Botella e Botella (2002), eles consideram que a neurose traumática não é um modelo metapsicológico distinto, mas ela seria "da ordem de uma potencialidade existente em todas as estruturas... É uma potencialidade traumática que está na própria raiz do desejo infantil e da pulsão" (pp. 164-165). A hipótese é de que "a dinâmica da neurose traumática não é uma simples repetição sofrida passivamente pelo ego [Eu] - o ego dela participa" (p. 165). Para sustentá-la, em primeiro lugar, os autores diferenciam os afetos repetidos nos sonhos traumáticos e a ausência das imagens visuais e acústica: sempre se repete o "pavor". Se a neurose buscasse simplesmente descarregar o excesso quantitativa advindo da situação traumática, bastaria uma repetição do afeto. Porém, é Freud (1900/2011) que afirma que a experiência de pavor não pode ser investida no sonho como lembrança a ser reproduzida, não servindo como meio para descarga. Para os comentadores, a repetição do pavor faz somente provocar um novo trauma. "Com certeza, para que o sonho da neurose traumática cumpra sua tarefa [de descarregar ou ligar quantidades de excitação], a participação da imagem se impõe" (Botella & Botella, 2002, p. 165). Diferente do pavor, a retomada da imagem no sonho não é somente repetição de ordem traumática, como acontece com o afeto, "mas já é uma tentativa de ligação que o ego [Eu] faz para evitar o pior" (p. 166).

Como o Eu não consegue metabolizar esse excesso energético e ligá-lo em representações em processo secundário, o último recurso que ele dispõe é buscar inteligibilidade, um "conto" que pudesse explicar o verdadeiro desamparo sofrido anteriormente. De fato, a revivência do trauma no sonho ou na alucinação resvala em uma memória do acontecimento, mas não na memória do traço mnésico: antes, é uma percepção-signo ou traço perceptivo (os quais tratamos no "Projeto" e nas "Cartas") que o Eu busca coadunar com a experiência de pavor. Mas o casal afirma que o maior perigo traumático não está no mundo externo; ele é, antes de mais nada, a vivência de uma realidade interna irrepresentável, na qual ficaria suspenso o princípio do prazer, desapareceria o

sistema de representações e desestruturaria o Eu - essa vivência é considerada por Freud como o “desamparo”.

A primeira tentativa de solução frente ao estado de desamparo, assim como acontece nos moldes da revivescência do objeto desiderativo, é o caminho alucinatório. Para Freud (1926/2014), o estado de desamparo do recém-nascido é não-objetal e puramente econômico, sendo a angústia automática (de descarga imediata) o seu protótipo. Nos sonhos das neuroses traumáticas, diferente do sinal de angústia que depende de uma organização do Eu, é a angústia automática, sem representação, que se faz presente, transformando a regressão onírica em uma regressão patológica e desobjetalizante, similar à situação do trauma<sup>71</sup>.

Além do mais, para evitar o estado traumático da origem da vida psíquica, só resta ao recém-nascido resolvê-lo pela saída alucinatória. Ao se considerar que o psiquismo funciona por meio de um esquema arco-reflexo que busca descarga e que o estímulo é aquilo que tende à descarga do sistema, o trauma condenaria o psiquismo ao estado primitivo de descarga imediata, se o Eu não operasse formas de ligação para que houvesse desenvolvimento e complexização. Quando existe algum acontecimento futuro que remeta a essa potencialidade traumática fundamental do estado de desamparo, ele se torna traumático quando,

em um violento movimento de regressão, entre em ressonância, pela via sensorial direta, imediata, com a potencialidade traumática, quebrando assim os sistemas das representações Pcs e Ics em suas capacidades de ligação. É então na falta de um outro meio que uma regressão formal “patológica” é desencadeada, uma via de acesso à “memória sensorial” que permite ao ego [Eu]... criar um elo de causalidade que restabeleça a coerência psíquica. (Botella & Botella, 2002, p. 171)

Para os autores, o caráter traumático não advém do conteúdo de um acontecimento representável; o trauma deve ser compreendido em sua negatividade: “uma violenta e brusca ausência das tópicas e das dinâmicas psíquicas, a ruptura da coerência psíquica, o desmoronamento dos processos primários e secundários” (p. 93). Portanto, a origem do trauma não está em uma “percepção” de um acontecimento, mas na ausência de sentido que carrega o violento excesso de excitação, colocando o Eu em situação de desamparo e impossibilitando-o de representar essa energia. Portanto, resta a ele manejar essas quantidades em traços perceptivos - que, como

---

<sup>71</sup> Resguardadas as devidas diferenças, esse movimento aparece também na obra de Green (1993/2011), onde a pulsão de morte tem função “desobjetalizante”, de desligamento e cisão com as representações, enquanto as pulsões de vida detém função “objetalizante”. Por outro lado, Green considera que a regressão seria uma falência do indivíduo em aceitar o trabalho do negativo, à medida que “testemunha uma incapacidade de se desligar da positividade, acompanhada da tentativa desesperada [regressão] de se agarrar a uma outra expressão dela [positividade]” (p. 89).

mencionamos no primeiro capítulo dessa dissertação, são ininteligíveis e não fornecem sensações do fenômeno. Segundo os comentadores, somente no movimento *a posteriori* é que essa zona de não-representação será dotada de sentido e causalidade. Com isso, quando há repetição alucinatória de uma percepção (no caso da compulsão à repetição), esta já pode ser considerada uma primeira ligação antitraumática, um início de elaboração, mas que ainda não é definitivamente elaborada em complexos representacionais.

O conceito mais inovador que propõe o casal vem suplantar precisamente aquilo que Campos (2014) denunciou por não ter sido diferenciado por Freud, o regime específico das pulsões traumáticas que esse autor chamou de princípio do prazer absoluto. Para Botella e Botella (2002), o movimento regressivo que acontece no momento traumático teria como destino aquilo que os autores chamaram de “princípio de convergência-coerência”, que tem como meta integrar e assimilar a potencialidade traumática por meio da força unificadora do “trabalho de figurabilidade do sonho reunindo em uma forma unitária elementos tão díspares quanto as sensações corporais, os restos diurnos e os desejos infantis do inconsciente” (pp. 172-173). Vejamos como colocam os autores:

o objetivo primeiro desse princípio continuaria sendo, contudo, ir além daquilo que já está organizado, impondo o apagamento, mais no sentido de submissão do que de destruição, das formações fechadas e autosuficientes e forçando o todo a passar a um grau de organização superior. Ele apoiar-se-ia exatamente no efeito de abertura que o pólo perceptivo exerce sobre os sistemas das representações - de outro modo, estes últimos se enrijeceriam girando infinitamente sobre si mesmos, em torno da complexidade de seu melhor nível de funcionamento. (p. 173)

Ou seja, o princípio de convergência-coerência tem como objetivo, por meio da regressão, ligar as potencialidades traumáticas a partir do trabalho de figurabilidade, *construindo* novas formações que não são aquelas já existentes e enrijecidas pelos complexos associativos. Por isso, não se trata de uma abolição representacional, mas uma *abertura*, através do que pode fornecer a percepção para o aparelho psíquico, para que novos complexos associativos se formem. Em última instância, a regressão onírica (e também da alucinação e do delírio) seriam formas de metabolização, pela via perceptiva da figurabilidade, de alçar novas representações, buscando e fornecendo sentido para a compulsão à repetição.

Temos apontados diversas vezes nessa dissertação o efeito de contenção e ligação que pensamos ser possível de ser realizado pelo trabalho perceptivo. Quando entra em cena a pulsão de morte e seu fator traumático, a partir da contribuição dos autores supracitados, vemos que a

regressão ao princípio de convergência-coerência é ancorado na função perceptiva como aquela que fornece novos traços perceptivos para que a quantidade excedente de energia possa finalmente se ligar em representações. Como esse princípio estaria operando tanto no início da vida do bebê quanto no momento de regressão onírico e alucinatória, podemos considerar, utilizando as premissas freudianas de que o delírio é uma maneira de se buscar a cura psíquica, que a função alucinatória também poderia ser considerada curativa sob esses moldes por fornecer elementos perceptivos pelos quais o trauma tentar se ligar.

Para finalizarmos esse capítulo, após termos apresentado algumas considerações sobre o livro do *tournant* pulsional de 1920, voltaremos ao trabalho “O inquietante” (Freud, 1919b/2010), lançado um ano antes, para analisarmos como a pulsão de morte, o inquietante e a percepção são entrelaçados em sua conceituação.

### 3.2. O inquietante da percepção nos cinco sentidos

Em um dos poucos trabalhos que versam sobre a estética, Freud buscou encontrar elementos que explicassem o fenômeno “inquietante<sup>72</sup>”, no trabalho que leva o mesmo nome “O Inquietante” (1919b/2010), e que, por certas vezes, é despertado frente a possíveis cenas terríveis, de horror ou medo, mas principalmente cenas angustiantes. O mais interessante no trabalho em questão é o grau de infidelidade ou incompletude com que Freud se depara ao tentar dar conta de explicar a experiência do inquietante, mesmo após um longo cotejamento de obras literárias, cenas cotidianas e experiências próprias; fica permanentemente suspenso o que *de fato* contribui para que essa sensação venha à tona. Como dissemos, esse trabalho anuncia a virada pulsional que viria somente um ano depois, em “Além do princípio do prazer” (1920/2010)”, a qual indica que existe uma força disruptiva e repetitiva que opera no psiquismo, sendo um de seus fundamentos mais originais. No entanto, ao invés de assimilar o inquietante com essa força que opera para além do princípio do prazer, Freud insiste em explicá-lo por meio do retorno dos conteúdos recalçados, deixando esse campo em aberto. Frente a isso, buscaremos explorar essa fenda que talvez contribua para aprofundar a compreensão do fenômeno, mas não sem antes percorrer as hipóteses freudianas.

Para iniciar seu trabalho, o autor visita as possíveis traduções do termo em diferentes dicionários de outras línguas e identifica que todos tem como núcleo comum o mesmo sentido do

---

<sup>72</sup> Seguimos a tradução de “inquietante”, proposta por Paulo César de Souza, para o vocábulo alemão *das Unheimliche*. O próprio tradutor cita, em nota de rodapé, a insuficiência da tradução do termo, que fora traduzido pela *standard edition* como *o estranho*, e aponta as traduções para os termos em outras línguas: *o sinistro* ou *o omnoso* (espanhol), *o perturbante* (italiano), *o inquietante estrangeiro* (francês) e *o misterioso* (inglês)

termo em alemão de “inquietante”, o que de nada ajudaria em analisar sua especificidade. No entanto, ao analisar o antônimo *heimlich* [familiar, aconchegado, do que é escondido, mantido oculto] no dicionário alemão, a curiosidade encontrada foi a similaridade com que algumas descrições remetiam ao que deveria ser o oposto de *heimlich*: do que é escondido, mantido oculto. Portanto, “*heimlich* é uma palavra que desenvolve o seu significado na direção da ambiguidade, até afinal coincidir com o seu oposto. *Unheimlich* é, de algum modo, uma espécie de *heimlich*” (p. 340). A conclusão é a seguinte: “o inquietante é aquela espécie de coisa assustadora que remonta ao que é há muito conhecido, ao bastante familiar” (p. 331). Mas, como bem aponta Freud, nem tudo que é assustador evoca o inquietante, somente aquelas situações que fazem aparecer aquilo que deveria ter permanecido secreto e oculto. Adiantando-nos, a solução a que Freud parece se agarrar é de considerar *unheimlich* como aquilo que retorna do reprimido. Com isso, o prefixo “*un*” seria a marca da repressão sobre aquilo que é *heimlich*, ou seja, aquilo que deveria permanecer oculto, mas por conta do retorno do recalçado, apareceu: “esse *unheimlich* não é realmente algo novo ou alheio, mas algo há muito familiar à psique, que apenas mediante o processo da repressão alheou-se dela” (p. 360). Enquanto demonstrar essa premissa parece ser o mote do trabalho freudiano, alguns outros elementos são introduzidos e, por isso, faz-se necessário apresentá-los corretamente.

Ao investigar quais seriam os gatilhos para o surgimento do inquietante, é notável a centralidade do olhar nas cenas analisadas. Seja analisando o conto “O Homem da Areia” de E. T. A. Hoffmann, o “sósia” ou “duplo”, a não-identificação do Eu com sua própria imagem ou constante retorno do mesmo, está em relevo uma pulsão escópica, algo que vem à tona pela imagem, desvelando o acobertado. A imagem que deveria servir de suporte para o julgamento da realidade não cumpre seu papel e o percebido se transforma em engodo para o Eu.

No primeiro caso, a referência explícita ao olhar recai sobre o medo da perda dos olhos e a consequente aniquilação do Eu frente a esse temor. O ponto de partida da análise advém das contribuições feitas por Jentsch sobre o tema do inquietante, que fundamentou esse sentimento na dúvida que se instaura frente à aparente animação de um ser inanimado ou vice-versa (como acontece no caso dos autômatos). No conto de Hoffmann, o estudante Nathanael se encontra sempre interpelado pela figura do Homem da Areia, um homem mau que surge para arrancar os olhos das crianças que não obedecem os cuidadores, história essa que remonta a sua infância, ao amigo Coppelius de seu pai, ao vendedor de óculos italiano Coppola, à boneca Olímpia, e ao seu professor Spalanzani. Freud apresenta três cenas centrais para referendar seu argumento. Na primeira dela, conta-nos que Nathaniel, ainda criança, havia se escondido no escritório do pai para descobrir quem era o visitante que ele recebia durante as noites. Quando reconheceu a imagem de Coppelius, um

advogado repugnante, logo firmou ser essa a face do próprio Homem da Areia. Ao ver a figura do advogado se aproximar de seu esconderijo, um grito involuntário trai seu disfarce e o garoto é agarrado pelo “homem mau”, que tenta colocar brasas em seus olhos, mas é salvo pelo pai, que interdita o amigo pelos olhos do filho. O desfecho é um desmaio seguido de uma longa enfermidade. Um ano depois, por outra ocasião do homem misterioso, seu pai morre em uma explosão no escritório, e o advogado Coppelius, que também estava presente na explosão, desaparece misteriosamente.

A segunda cena acontece muitos anos mais tarde, quando Nathaniel reencontra essa figura que tanto lhe assustara na infância sob o semblante de Giuseppe Coppola, um vendedor italiano ambulante do qual ele compra binóculos na rua. Ao utilizá-lo para observar o apartamento de seu professor Spalanzani, ele vislumbra a bela e enigmática Olímpia, cujos olhos fazem com que ele se apaixone violentamente, apesar de estar noivo de Clara. No entanto, o jovem não se dera conta de que se apaixonara por um autômato criado pelo professor, que fez as engrenagens, e Coppola, que ajudou dando-lhe os olhos. Nathanael cai na armadilha do olhar, na cilada de afetar essa imagem e dotá-la de Eros. Ao vivenciar uma briga entre os dois criadores da boneca, o mecânico arranca os olhos de Olímpia e os joga ao peito do estudante, ainda ensanguentados, acusando o ótico de ter roubado os olhos de Nathaniel (e aqui a referência a Coppelius que tentou roubar seus olhos na infância é inevitável) para colocá-los em Olímpia. Com isso, o rapaz tem um acesso de loucura e seu delírio une tanto a reminiscência da morte do pai quanto a nova impressão dos olhos escorrendo sangue.

A passagem final se desenrola após a pretensa cura de uma persistente doença e o reatar entre o jovem e sua noiva. A garota, enquanto passeavam pela cidade, propõe que subam na torre da prefeitura, enquanto o irmão de Clara os aguarda na praça. Lá em cima, utilizando os binóculos comprados de Coppola, Nathaniel vê uma figura no meio da multidão que lhe remete a sua antiga amada “bonequinha de madeira”, despertando um acesso de loucura que faz com que o jovem tente empurrar sua noiva para a morte. A garota é salva pelo irmão, mas Nathaniel continua em seu delírio provocado pelo olhar da figura misteriosa, ao qual ele identifica o advogado Coppelius, jogando-se da torre. Sobre os paralelepípedos, jaz seu crânio esmagado, e o Homem da Areia desaparece na multidão.

A análise de Freud sobre o inquietante recai principalmente sob a figura do Homem de Areia e o pavor do jovem rapaz de ter seus olhos roubados. Para ele, o “medo de ferir ou perder os olhos é uma terrível angústia infantil”, sendo um frequente “substituto para o medo da castração” (p. 346). A preciosidade dos olhos e o pavor de sua perda aparece como inquietante quando esse fato

representa um deslocamento da ameaça de perder o membro sexual, fator esse reforçado pelo autor em diversos outros casos, fantasias e sonhos de pacientes neuróticos. As semelhanças se encerram ainda mais quando se analisa o mito criminoso de Édipo, sobre o qual se ancora a psicanálise, em que o incestuoso e parricida cega a si mesmo como forma atenuada do castigo da castração.

No entanto, o olho e o olhar detém uma posição singular e paradoxal no conto em questão: eles são fonte de desejo ao mesmo tempo que também são fonte de horror. A menção aos olhos e ao olhar se repetem insistentemente: o objeto de desejo do Homem da Areia, os belos porém mortos olhos de Olímpia, o objeto de trabalho de Coppola, os olhos que podem ser destruídos, o olhar que dá vida ao autômato, mas que tira a vida de Nathaniel, o olhar que interdita a possibilidade de amor do jovem<sup>73</sup>...

É inegável que as premissas de que Freud parte para justificar a relação entre a perda dos olhos e a perda do membro sexual, ou então a ambivalência frente ao pai bom e mau, são convincentes e expressam de fato uma angústia de castração. No entanto, acreditamos que essa análise, que rapidamente teima em explicar a psicose desencadeada no personagem pela angústia de castração, deixa de considerar um componente interessante da dinâmica psíquica. O conto cede ao olho e ao olhar um papel benevolente, que anima o inanimado, dá vida ao estático, mas também um papel mortífero, cuja potência é suficiente para evocar a destruição e a morte. Além do que, dissemos no capítulo anterior dessa dissertação que a percepção está na base da constituição psíquica, em que a dinâmica olhar-ser olhado estabelece a diferenciação entre Eu-não Eu. Por mais que a análise freudiana se dirija para a angústia de castração, consideramos que não é à toa que o temor da perda dos olhos tenha como consequência um apagamento e uma clivagem no Eu, assim como o não-reconhecimento de si por parte do próprio indivíduo acometido pela experiência do inquietante. Vejamos primeiro como se desenrola esse último ponto para depois retornarmos ao caráter mortífero do olhar.

---

<sup>73</sup> Esse homem misterioso, que é personificado tanto no ótico Coppola quanto no advogado Coppelius, insiste em perturbar a obtenção de amor de Nathaniel, impedindo-o de ficar primeiramente com seu singular boneca, e posteriormente com seu noiva. O complexo de castração incide sobre esses fatores quando se considera que Coppelius e seu verdadeiro pai são duas faces distintas da figura paterna frente a castração: o pai castrador que o ameaça com a cegueira, e o pai benevolente que intercede pelos olhos do filho. Para Freud, “A parte do complexo mais atingida pela repressão, o desejo de morte dirigido ao pai ruim, acha representação na morte do pai bom, atribuída a Coppelius” (p. 348). Essa dualidade é posteriormente reativada na figura do bom professor e do mau Coppola: ainda que eles sejam os pais de Olímpia, eles também são a cisão da imago paterna do pai de Nathaniel - e, portanto, também são os pais do rapaz. Nesse sentido, a boneca autômata seria a “materialização da postura feminina de Nathaniel ante seu pai na primeira infância... Olímpia é, digamos, um complexo desprendido de Nathaniel, que se lhe defronta como uma pessoa; o domínio por esse complexo acha expressão no amor a Olímpia, absurdamente obsessivo” (pp. 348-349). Assim, esse amor carrega marcas de um narcisismo, sendo um amor iminentemente narcísico, onde o objeto real de amor sucumbe ao alheamento.

Podemos verificar esse fator de clivagem do Eu partindo da análise que Fred faz sobre o fenômeno do “duplo”. Inicialmente, o duplo funcionava como garantia contra o desaparecimento do Eu, um refugio para a implacável certeza da morte - um exemplo desse fenômeno é a invenção da “alma”, que tinha por característica o propósito de “roubar à morte seu significado de abolição da vida”. Assim, a alma religiosa apareceria como um dos primeiros duplos do corpo, aquela que não perece contra as adversidades da matéria. Essa construção remete invariavelmente ao narcisismo primário, onde a onipotência do pensamento era suficiente para garantir a nutrição e os cuidados necessários para dar continuidade à vida, ao mesmo tempo que eram criados entes perturbadores na realidade por conta da projeção das sensações de desprazer; assim como também remete ao psiquismo animista do homem primitivo, que projetava no mundo exterior aquilo que fazia espelhar a si próprio. Todavia, superada essa fase onde reina o pensamento mágico (tanto na civilização, quanto no desenvolvimento do psiquismo), o duplo adquire um sinal invertido: “de garantia de sobrevivência passa a inquietante mensageiro da morte” (p. 352). Ao deixar de ser uma garantia da vida, o duplo torna-se persecutório, criando figuras horrendas das quais deveria proteger. Como essa experiência persiste após a superação do narcisismo primário, Freud supõe que uma instância especialmente diferenciada do Eu serviria de auto-observação e autocrítica<sup>74</sup>; então, como o Eu é tomado como objeto de observação dessa instância onipresente, o duplo aparece como cenas e figuras desse narcisismo superado: “tudo o que hoje nos parece ‘inquietante’ preenche a condição de tocar nesses restos de atividade psíquica animista e estimular sua manifestação” (p. 359).

Isso posto, ficam explícitos os caracteres regressivos do psiquismo que contribuem para essa sensação: “São um recuo a determinadas fases da evolução do sentimento do Eu, uma regressão a um tempo em que o Eu ainda não se delimitava nitidamente em relação ao mundo externo e aos outros” (p. 354). Essa será nossa chave de leitura para adentrar ainda mais nessa experiência de inquietante, mas a deixarmos em suspenso até que tenhamos descrito todos os processos elencados por Freud.

### **3.2.1. A repetição, a morte e o olhar**

*Na própria precisão com que outras passagens lembradas se oferecem, de entre impressões confusas, talvez se agite a maligna astúcia da porção escura de*

---

<sup>74</sup> É digno de nota que essa instância onipresente observadora do Eu será descrita como Supereu no livro “O Eu e o Id” (Freud, 1923/2011).

*n ó s m e s m o s , q u e t e n t a  
incompreensivelmente enganar-nos, ou,  
pelo menos, retardar que perscrutemos  
qualquer verdade. (Guimarães Rosa,  
“Nenhum, Nenhuma”)*

Seguindo seu percurso, outro fator que aparece como crucial para o desenrolar da sensação do inquietante é a repetição. Ao nosso ver, ela aparece sob três aspectos: em primeiro lugar, pela repetição como “acaso”, em que uma série de eventos incongruentes mantém a repetição de um dado específico; em segundo lugar, na repetição do desejo que remete à cenas recalçadas; e, por último, na compulsão à repetição que entra em cena como fundamento do aparelho psíquico e anuncia a virada pulsional presente em “Além do Princípio do Prazer” (Freud, 1920/2010). Vejamos atentamente cada uma delas.

Devemos ter em mente, como nos indica o autor, que nem todas as situações que são repetidas causam estranhamento. Mas, em alguns momentos em que há uma repetição de um termo ou situação em um curto período de tempo, eles podem ser sentidas como inquietantes. Apresentemos as cenas trazidas por Freud. No primeiro caso, ela tem em comum o “andar sem sair do lugar”, seja numa cidade italiana, na qual Freud não conseguia evitar retornar ao ponto de partida, ou numa floresta que se caminha em círculos por conta da obstrução do olhar pela névoa, ou andar em um quarto escuro e bater-se contra o mesmo móvel repetidas vezes. Por outro lado, algumas cenas que seriam casuais se tornam inquietantes quando entra em ação as forças do “acaso”: um dos exemplos mostra o número 62 aparecendo repetidas vezes, no número do cartão do guarda-volumes, depois na cabine do navio, no endereço, no vagão do trem, etc<sup>75</sup>.

O inquietante frente ao retorno do recalçado, que indicamos como o segundo funcionamento da repetição analisada por Freud, é o grande privilegiado. A tônica do trabalho, na verdade, recai sobre esse fator de que o anteriormente familiar foi recalçado e retoma à consciência sob forma de inquietante. Seja no caso do jovem Nathaniel, que recalçou o desejo infantil de aniquilar o pai ou apresentar seu lado afetuoso e feminino; a superação do estágio dos pensamentos mágicos e animista; o complexo de castração; ou até mesmo, embora Freud não trate disso no presente trabalho, podemos retomar a percepção endopsíquica, na qual um momento atual remeta a uma lembrança recalçada, mas é alucinada como fazendo parte do mundo exterior: essas situações exemplificam como um desejo inconsciente pode aparecer deformado na realidade sob a

---

<sup>75</sup> Sobre isso, Freud faz uma menção aos supersticiosos, que podem ver nisso uma indicação de algo que não encontra referência no mundo concreto, como por exemplo a repetição do número poderia ser uma indicação dos anos de vida que lhe restam. Mencionamos no trabalho “A Psicopatologia da Vida Cotidiana” (Freud, 1901b/1996) como a percepção endopsíquica tem um funcionamento similar à experiência de *unheimlich* e apresentaremos essa discussão em seguida.

experiência do inquietante. Cabe lembrar que o autor não faz uma distinção clara entre o que seria da ordem da repetição do retorno do recalado e a repetição que insiste enquanto funcionamento psíquico. Nesse funcionamento específico, acreditamos que a citação de Freud (1919b/2010) deva ser reproduzida na íntegra:

Pois no inconsciente psíquico nota-se a primazia de uma compulsão de repetição vinda dos impulsos instintuais [pulsionais], provavelmente ligada à íntima natureza dos instintos [das pulsões] mesmos[as], e forte o suficiente para sobrepor-se ao princípio do prazer, que confere a determinados aspectos da psique um caráter demoníaco<sup>76</sup>, manifesta-se claramente ainda nas tendências do bebê e domina parte do transcurso da psicanálise do neurótico. As considerações anteriores nos levam a crer que será percebido como inquietante aquilo que pode lembrar essa compulsão de repetição interior. (p. 356)

Para os efeitos do momento em questão, cabe destrincharmos os exemplos trazidos de onde estariam presentes as experiências inquietantes. O primeiro e talvez mais explícito seja na relação do indivíduo com a morte, com cadáveres e o retorno dos mortos. Como o inquietante está assimilado ao horripilante nesses casos, é preciso distinguir o que cabe a cada um dos termos. O retorno ao arcaico é resgatado para afirmar que nossa relação com a morte faz menção às forças de nossas reações emotivas originais, que outrora animavam a realidade concreta, mas mantém-se ativa por conta da insipiência do nosso conhecimento científico. A tese de que a morte ainda é um mistério para a biologia, de que não se sabe se ela é apenas um incidente regular ou um destino necessário, é colocada como um agravante pois “nosso inconsciente não tem lugar para a ideia da própria mortalidade” (p. 362). De fato, a morte própria é o único conteúdo que Freud menciona como *stricto sensu* irrepresentável para o psiquismo, sendo tratada sempre por tangente<sup>77</sup> - relação com os mortos, ideia de finitude, consequência lógica da condição humana -, mas ela resiste em ser representada.

Freud (1915d/2010) apresentara essa tese anos antes em “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”: “Pois a própria morte é também inconcebível... no fundo ninguém acredita na própria morte; ou, o que vem a significar o mesmo, que no inconsciente cada um de nós está

---

<sup>76</sup> Essa é a expressão utilizada por Freud, mas ela em nada se relaciona com a noção religiosa do termo. Balsamo (2000) mostra que o termo faz referência à herança grega da tragédia e da palavra *daimon*, que designa “destino”. Para o autor, *daimon* e *ethos* [familiar, a morada do ser, aquilo que é conhecido] se dão no mesmo âmbito, constituindo precisamente o caráter trágico de repetição do destino inescapável, sobretudo o destino prenunciado (como acontece com Édipo), ou da morte.

<sup>77</sup> Essa hipótese reaparece em “O eu e o id” (Freud, 1923/2011): “A morte é um conceito abstrato de teor negativo, para o qual não se acha uma correspondência inconsciente” (p. 72), e também em “Inibição, sintoma e angústia” (Freud, 1926/2014): “Mas não existe, no inconsciente, um conteúdo que equivalha ao nosso conceito de aniquilação da vida... algo semelhante à morte nunca foi vivenciado” (pp. 69-70).

convencido de sua imortalidade" (p. 230), ou ainda, "nosso inconsciente não *crê* na própria morte, faz como se fosse imortal... Logo, não existe em nós nada instintual [pulsional] que favoreça a *crença* na morte" (pp. 341-342, grifos nossos). Quando o autor vai tratar sobre a morte própria, é sempre por meio da "crença" na mortalidade, nunca como certeza - afinal, não há experiência da morte para que ela seja representada.

Para lidar com os mortos, as premissas apresentadas nos dois trabalhos são as mesmas e remetem ao funcionamento psíquico dos povos primitivos. Ao se depararem com a morte de amados (e aqui a defesa é diferente das empregadas no assassinato de inimigos), os homens primitivos provavelmente dispunham de artimanhas animistas e formações de compromisso: "[o homem primitivo] admitiu a morte também para si, mas contestou-lhe o significado de aniquilamento da vida, algo que não tivera motivos para fazer, quando da morte de um inimigo" (1915d/2010, p. 237). E nós, seus herdeiros diretos, adotamos o mesmo tipo de defesa, de modo que "o primitivo medo dos mortos ainda seja tão forte dentro de nós, e esteja pronto para manifestar-se quando há alguma solicitação" (1919b/2010, p. 361).

Sobre o medo da morte, "que com frequência nos domina mais do que pensamos", Freud o situa como sendo algo secundário, "e em geral proveniente da consciência de culpa" (1915d/2010, p. 242) advinda da ambivalência pulsional direcionada ao objeto, que pode recair sobre o Eu como medo de vingança. No entanto, consideramos que esse retorno aos estágios passados remete mais aos ditames do desejo recalcado do que expressam seguramente quais são as repetições de ordem demoníaca, anteriores ao princípio do prazer. Por isso, indagamos: e se a morte fosse literalmente representada diante de nós?

Foi essa situação a que esteve exposto Jön, o escudeiro que busca burlar a presença e os efeitos da Morte, no filme "O Sétimo Selo", de Ingmar Bergman (1956). Após retornar da Cruzada da Fé, o personagem encontra sua cidade assolada pela peste e recebe a visita inesperada da Morte, que com ele desejava partir para o Outro Mundo. A estratégia para evitar seu inevitável destino foi propor à Morte que jogassem uma partida de xadrez, cujo resultado definiria a permanência ou a viagem para outra dimensão, mesmo sabendo que Ela última jamais havia perdido qualquer partida. Ao tentar encontrar um sentido para sua vida, Jön clama pela ajuda do religioso, mas Deus e o Diabo permanecem mudos, a não ser pela voz de alguns charlatães e atores que encenam o pecado em nome do sagrado; de fato, o religioso conversa apenas por sua mudez, em um mundo decadente, banhado pelo sangue das guerras e da praga. Frente ao silêncio do sagrado e do profano, resta ao personagem tentar salvar sua existência pela racionalidade de um enxadrista. No entanto, Jön é constantemente interpelado pela figura da Morte, que pesa onipresente em sua aparições menos

horripilantes do que inquietantes. Ao final, o destino cumpre sua profecia e resta somente a aceitação redentora do perdedor. A inquietação - que atinge também o espectador<sup>78</sup> - de estar jogando com a Morte parece-nos refletir de maneira preciosa a forma como a finitude humana está em consonância com essa sensação; mas, para sustentá-la, é preciso partir dos pressupostos freudianos e, posteriormente, tentar novas saídas com o auxílio de alguns comentadores.

De partida, temas a seguinte problemática: como sustentar nossa hipótese tendo em vista que o inquietante acontece somente frente ao retorno dos conteúdos recalçados e que a morte própria não tem representação? Ao ser constantemente interpelado pela figura que remete à sua finitude, o personagem teve que se deparar com aquilo que até anteriormente não tinha representação. Para desmembrar esse problema, há de se supor três alternativas: 1) de que ele é herdeiro dos momentos de constituição do psiquismo em que não há um Eu plenamente organizado - e, portanto, remete ao narcisismo primário; 2) que a dimensão afetiva tem um caráter mais proeminente que a representacional; e 3) que esse imbróglio ultrapassa o âmbito do desejo e das pulsões de vida e remete à dimensão mortífera do dualismo pulsional.

Para buscarmos pistas de como aprofundar a primeira alternativa que pontuamos, é no fenômeno do duplo que encontramos a referência ao narcisismo primário. Ao equiparar a mente primitiva com a vida psíquica da criança, Freud situa o primeiro tempo do duplo, aquele que é garantia contra do desaparecimento do Eu, no momento do narcisismo primário, “no terreno do ilimitado amor a si próprio” (1919b/2010, p. 352). Mas, como mencionamos, no segundo tempo do duplo, acontece uma inversão desse pressuposto e ele volta como figura ameaçadora, resultado da defesa projetiva para o exterior daquilo que causa desprazer ao Eu. Em última instância, podemos considerar que essa projeção, durante o narcisismo, é uma defesa contra a própria fragilidade do Eu e as sensações que remetem-no a sua vulnerabilidade. A divisão do Eu, embora necessária para sua constituição, também é sinal para a perda de identidade e fragmentação. Mesmo porque o duplo não desaparece com os estágios posteriores do desenvolvimento do narcisismo, mas ganha novas roupagens e, inclusive, é ameaçado pela “consciência” crítica que dele se desvencilhou. Nesse sentido, consideramos que, embora esse movimento também remeta ao recalçado, ele manifesta, pela via perceptiva, a finitude e vulnerabilidade do Eu, sinalizadas pelas excitações internas - e, aqui, a menção à pulsão de morte é inevitável.

---

<sup>78</sup> A terceira parte do trabalho sobre o inquietante é dedicada à distinção entre o sentimento evocado pela realidade material e o que surge nas realidades fictícias. Segundo o autor, para que o inquietante surja na literatura (e podemos acrescentar nas artes em geral), é necessário que o terreno sob o qual se ergue a narrativa tenha contornos realistas e não fantásticos - distinção que explica porque não se pode dizer que as fábulas são inquietantes -, e que o artista saiba nos colocar no lugar daquele que se depara com o inquietante (1919b/2010).

Quanto à segunda alternativa, precisamos partir da hipótese freudiana de que a análise estética pode ser definida como “teoria das qualidades de nosso sentir” (p. 329), sendo preciso “distinguir um ‘inquietante’ no interior do que é angustiante” (p. 330). Ao longo da obra, o fio que une o inquietante à angústia é bastante tenso, embora, por vezes, ele se afrouxe e se reduza à angústia de castração. Mesmo que a angústia venha a ser melhor teorizada em “Inibição, sintoma e angústia” (Freud, 1926/2014), alguns pontos não foram devidamente arrematados, como demonstra Rocha (2000), principalmente no que consistiria a “angústia originária” [*Urangst*]. Para melhor compreendê-la, o autor revisitou o conceito de “angústia real” [*Realangst*] para demonstrar que, num primeiro momento da teoria freudiana, ela fazia menção ao perigo externo empírico, mas que esse só adquiria tons realmente angustiantes quando assimilado à “angústia de castração”, a angústia presente nos neuróticos e de origem pulsional. No entanto, em um segundo momento, a afirmação se inverte e Freud, paradoxalmente, situa a castração como um perigo externo, que seria responsável por enviar um “sinal de angústia” para o Eu conseguir mobilizar suas defesas<sup>79</sup>. Assim, é o perigo real, da realidade externa, que coloca em movimento a angústia.

Agora, qual é essa realidade externa a que Freud se refere? Temos sustentado que a realidade é constituída pelos afetos, fantasias, percepções endopsíquicas, desejos e que não é uma realidade ingênua. Encontramos em Rocha (2000) um reforço para essa hipótese, que enxerga nessa realidade uma “realidade especial, vale dizer, como uma ‘realidade’ que deve ser situada numa ordem diferente da realidade empírica. A *Realangst* passa a ser vista como uma ‘realidade originária e estruturante’” (p. 134). Apoiado nas contribuições de Lacan e, principalmente, na filosofia de Heidegger, o comentador remete a *Realangst* à própria castração, por entender que essa é, na verdade, uma “fantasia originária” - isto é, uma fantasia que remete tanto ao tempo das origens, da temporalidade mítica, quanto à função estruturante e organizadora da vida fantasmática. Por isso, a realidade a que Freud se reporta não pode ser a realidade empírica que desconhece os efeitos que o psiquismo tem sobre ela; antes de tudo, ela precisa ser considerada uma realidade originária e fundamental. Ora, em última instância, a angústia da castração, que coloca em marcha o circuito do desejo por privar sua satisfação, remete a uma “angústia do desamparo”, colocando o indivíduo frente ao “enigma de sua finitude e de sua incompletude, ou, dito com outras palavras, de seu desamparo” (p. 139). E Birman (2002) completa: "Com isso, a angústia do real faz a sua

---

<sup>79</sup> Laplanche (1998) foi um dos principais críticos a esse acabamento “biologizante” e “adaptativo” dado por Freud à teoria da angústia. No entanto, partindo de Rocha (2000), veremos como pode ser vislumbrada uma saída mais refinada para a leitura dessa problemática.

emergência na cena psíquica, anunciando algo da ordem do traumático para a subjetividade” (p. 125).

Precisamos apresentar esse pequeno passeio pelos meandros da angústia para tentarmos sustentar a suspeita de que as dinâmicas afetivas são úteis para pensar o fenômeno do inquietante, paralelamente ao esforço freudiano de explicá-lo por meio das representações. Se a angústia alude a uma situação de desamparo, de finitude e incompletude, podemos supor que sua irrupção direta pela percepção reivindique esse valor inquietante por (re)lembrar a mortalidade para o indivíduo. Ademais, consideramos que a posição apontada por Green (1973/2004) ilustra de forma esclarecedora os dois pontos que foram apresentados, coadunando o efeito da surpresa com a irrupção do afeto e a fragilidade do Eu:

Aí, neste momento designado, nesta situação inusitada ou inesperada, o inconsciente se indica pelo afeto.... O encandeamento pára, o discurso quebra-se para dar lugar ao afeto irreprimível. A não-propriedade do corpo para a consciência, a impotência do Eu que não pode controlar o afeto irrompe com evidência. (p. 223)

E, se a conceituação da “angústia real” aponta para a experiência fundamental do desamparo, dimensão originária do psiquismo, a partir da qual todas as outras modalidades de angústia se fundamentam, Rocha (2000) afirma que a grande negligenciada na conceituação da angústia foi a pulsão de morte: por ser irrepresentável pelo psiquismo, assim como a angústia irruptiva, era de se esperar que as duas tivessem ganhado mais corpo conjuntamente. Todavia, cabe somente a nós supor que a angústia originária, por adquirir um caráter mais existencial, na leitura do comentador, pode vir a ser uma forma com que o inquietante se expressa para a consciência para além do retorno do recalcado. E, com isso, como mensageira da pulsão de morte, essa força repetitiva e disruptiva busca encontrar espaço para ser elaborada através do inquietante, procura uma cena a qual se engancha. Pelo seu efeito desestabilizador para o Eu, resta julgar que as três alternativas que pontuamos não são, de fato, três alternativas independentes, mas que todas aludem indiretamente à problemática da constituição e fragilidade do Eu no período do narcisismo primário, onde não há estruturação suficiente para metabolizar as pulsões destrutivas. Para finalizar esse ponto, Birman (2002) esclarece:

o horror que a experiência provoca seria produzido justamente por isso [irrupção da angústia], uma vez que a subjetividade perde momentaneamente as suas referências e os seus signos de orientação, de maneira que parece que o mundo foge aos seus pés. Tudo se desarticula com o terror que se instala. (p. 125)

Acreditamos que há, ainda, uma última categoria que se encaixa propriamente nessa nossa argumentação e diz respeito à manifestação da loucura e da epilepsia em outrem. Segundo o autor, “os leigos veem nelas a manifestação de forças que não suspeitavam existir no seu próximo, mas que sentem obscuramente mover-se em cantos remotos de sua própria personalidade” (p. 363). Diferente dos membros seccionados ou amputados, membros que possuem vida própria, a angústia de ser enterrado vivo e até mesmo a inquietação que o órgão feminino causa em alguns homens neuróticos, a loucura não pode ser lida pela ótica da angústia de castração, do animismo, da onipotência dos pensamentos, da repetição não intencional e nem pela relação com a morte. Existe algo na epilepsia - que consideramos mais bem vislumbrada na loucura - que remete a um fator inquietante que ressoa em momentos anteriores à representação ou à memória porque fazem parte da fragilidade da constituição do Eu.

Argumentamos a favor da tese de que a loucura coloca em suspensão o teste de realidade no capítulo anterior - inclusive, foi uma das críticas que direcionamos a esse instrumento tão precário na diferenciação entre realidade psíquica e realidade material, realidade interna e externa. Freud faz referência ao teste de realidade em “O inquietante” (1919b/2010) quando afirma que, quem se livrou de forma radical das convicções animistas, ignora os eventos que poderiam suscitar a sensação de inquietude. Para eles, “trata-se puramente de algo relativo à ‘prova da realidade’, de uma questão da realidade material” (p. 369). Por isso, Freud distingue dois grupos de vivências inquietantes:

No inquietante oriundo de complexos infantis não consideramos absolutamente a questão da realidade material, cujo lugar é tomado pela realidade psíquica. Trata-se da efetiva repressão de um conteúdo e do retorno do reprimido, não de uma suspensão da *crença na realidade* desse conteúdo. Poderíamos dizer que num caso foi reprimido um certo conteúdo ideativo, e no outro, a crença na sua realidade (material). (Freud, 1919b/2010, p. 370)

No entanto, ao invés de levar à cabo a descoberta de que algumas vivência reprimem (“negam”?) a crença na realidade material, Freud volta para seu porto-seguro ao afirmar que as crenças animistas devem ter sido superadas pelo homem civilizado, concluindo que “o inquietante das vivências produz-se quando complexos infantis reprimidos são novamente avivados, ou quando crenças primitivas *superadas* parecem novamente confirmadas” (p. 371). Ora, essa poderia ser uma oportunidade de explorar e relacionar de que forma um lapso do teste de realidade pode causar uma situação de estranhamento! Consideramos que a questão incida sobre o teste de realidade porque na alucinação (seja negativa ou positiva), que aconteceria na suspensão do teste de realidade, não há

sensação de inquietude porque nela, utilizando as palavras de Freud, "há um grão de verdade" (1907/2015, p. 103) que traz consigo um superinvestimento da fantasia e a consequente crença na alucinação.

Portanto, acreditamos que o sentimento de estranhamento frente a loucura acontece precisamente porque ela coloca em xeque a garantia de uma distinção entre realidade e fantasia, ela desmantela o funcionamento do teste de realidade e, em última instância, remete o psiquismo não aos primórdios da humanidade, mas ao tempo em que sua frágil constituição não estava devidamente contornada. Martini e Coelho (2010) pontuam que a primeira sensação de estrangeiro possa inclusive remeter à primeira impressão "do objeto total, quando então o sujeito reconhece, pela primeira vez, o medo de perdê-lo" (p. 390), isto é, o momento que se coaduna com a angústia de perda do objeto amado. Concordamos que esse susto possa acarretar no sentimento de estranheza, mas também podemos acrescentar que talvez o inquietante apareça quando o objeto total deixe de existir como separado do indivíduo, porque a cena atual remete a um momento em que não havia distinção entre dentro-fora e Eu-não Eu - e, portanto, não existia uma distinção clara entre realidade e fantasia. Essa hipótese é baseada nas palavras do próprio Freud: "o efeito inquietante é fácil e frequentemente atingido quando a fronteira entre fantasia e realidade é apagada, quando nos vem ao encontro algo real que até então víamos como fantástico, quando um símbolo toma a função e o significado plenos no simbolizado" (1919b/2010, p. 364)<sup>80</sup>.

### 3.2.2. Olhar de vida, olhar de morte

*"Voltarei," respondi, "co' o olhar vedado,  
mas por pouco, que rara foi a vileza  
de, com inveja, tê-lo a alguém voltado".*  
(Dante Alighieri, Canto XIII, Purgatório,  
"A divina comédia")

A última cena que analisaremos do trabalho em questão servirá de ponte para apresentarmos algumas passagens em que o olhar é tomado como fonte animadora e mortífera, apontado a partir da análise do conto do Homem da Areia. Nela, Freud (1919b/2010) discorre, em apenas um parágrafo, sobre o medo do "mau-olhado": "Quem possui algo valioso, porém frágil, receia a inveja dos outros, projetando sobre eles a inveja que sentiria no caso inverso. *Tais impulsos são revelados pelo*

---

<sup>80</sup> Freud utiliza esse trecho para exemplificar como a mágica adquire seu efeito inquietante por meio da ênfase na realidade psíquica, ligando-se em última instância à onipotência de pensamento. No nosso caso, acreditamos que essa formulação encaixa-se para explicar outras situações que coloquem em suspenso a distinção entre realidade psíquica e material, não somente na mágica.

*olhar*, mesmo quando têm negada a expressão em palavras” (p. 358, grifos nossos). Seguindo a interpretação dos outros excertos analisados, Freud remete esse medo à “onipotência do pensamento”, quando as ações eram dotadas de magia e podiam ser lançadas contra pessoas e coisas estranhas, dando-lhes ou tirando-lhes a vida. Novamente, ponderamos que essa leitura é simplista quando se leva à cabo a empreitada de articulá-la à pulsão de morte e aos afetos destrutivos.

Em primeiro lugar, o mau-olhado sempre visa algo valioso (pelo menos, para aquele que o possui) por outro que deseja tê-lo; só que esse não quer apenas tê-lo para usufruto próprio, mas quer impedir que o outro tenha aquilo que ele não tem, seja destruindo-o ou incorporando-o. Dito de outra maneira, o mau-olhado é o medo de que algum outro tenha “lançado inveja pelos olhos” contra algum bem possuído. Na verdade, como demonstram Figueiredo e Ferreira (2008), a etimologia da palavra inveja remete ao latim *in* (dentro de) + *videre* (olhar), “que indicam claramente o quanto esse sentimento alude a um olhar mau que penetra no outro” (p. 181). Os autores relembram o mito de Caim e Abel, descrito no “Gênesis”, para identificar que a primeira criança da humanidade só se torna assassina por ter sido fisgada pela inveja: “O Senhor *olhou* com agrado para Abel e para sua oblação, mas não *olhou* para Caim, nem para os seus dons.... Caim disse então a Abel, seu irmão: 'Vamos ao campo'. Logo que chegaram ao campo, Caim atirou-se sobre seu irmão e matou-o”. (Gn, 4:4-8, grifos nossos).

A ira de Caim é despertada pela falta de olhar do Senhor para si, ou melhor, para a direção do olhar ao seu irmão. No capítulo anterior, apresentamos como o olhar é constituinte do Eu, do psiquismo e de toda a cadeira do desejo. Na passagem bíblica, temos o outro lado da moeda: a falta do olhar é mortífera, desperta a ira e a destruição. Na verdade, podemos considerar que se trata tanto do outro lado da moeda quanto da dialética própria do olhar, que vitaliza e destrói. O mau-olhado é um exemplo fidedigno para demonstrar a potencialidade prejudicial do olhar: as almas invejosas que pairam no Purgatório de Dante Alighieri tiveram seus olhos costurados como penitência para a inveja que lançaram sobre o outro. Assim, o olhar do outro invoca tanto o desejo - Menéndez (2014) se questiona se não é exatamente o fato de ter o objeto olhado que lhe fornece o estatuto de desejável - quanto a possibilidade de destruição: o “olho grego”, símbolo contra o mau-olhado, é a prova de que se defende de um olhar lançando-lhe a fúria de outro.

Em outra passagem bíblica, também descrita em “Gênesis”, a esposa de Ló sofreu as consequências pode ter desobedecido as ordens dos anjos que recebera em sua casa. Conta o mito que Ló recebeu dois anjos que lhe alertaram sobre a destruição da cidade de Sodoma, onde estavam hospedados, orientando que ele e sua família partissem. No entanto, no momento da fuga, foi-lhes

dito para que não olhassem para trás, senão seriam transformados em estátuas de sal. Durante a escapada, conta o mito que a esposa de Ló olhou para trás<sup>81</sup>, transformando-se imediatamente na estátua anunciada. Para além da moral religiosa que contém a passagem, a pergunta que resta é: por que se interdita o olhar? Não são poucas as referências, nos mitos e na literatura, aos castigos impingidos àqueles que insistem em desobedecer a interdição do olhar. A esposa de Ló, Narciso e Psiquê são apenas alguns que foram capturados pela ânsia de enxergar o proibido. A verdade é que paira no olhar o poder do conhecimento, e conhecer é, desde os gregos, conhecer-se a si mesmo - ou melhor, conhecer seus desejos: Narciso e Psiquê perderam-se no próprio desejo. Não basta ser olhado, é preciso olhar para conhecer; por outro lado, é necessário saber conhecer para não se perder. Essa visão grega sobre o olhar é resumida por Foucault (1985):

a importância que os gregos atribuíam ao olhar e aos olhos na gênese do desejo ou do amor não era porque o prazer do olhar fosse em si mesmo intemperante; mas sim porque constitui uma abertura por onde a alma é atingida. E, como essa alma era atingida pelo desejo, consistia uma questão ética. A força com que se era levado pelos desejos e a capacidade de controlar a relação dinâmica constituída pelo desejo e pelo prazer é que revelavam a integridade dos homens. (p. 40).

Se para os gregos o olhar era sinônimo de sabedoria e conhecimento, não podemos deixar de apontar o outro lado, quando o olhar se torna traiçoeiro. Saulo, em sua empreitada para acabar com as palavras e mandamentos do Senhor, foi castigado por Ele com a cegueira, após encontrá-lo à caminho de Damasco, onde prenderia aqueles que rezavam nas sinagogas: "Saulo levantou-se do chão e, abrindo os olhos, não conseguia ver nada. E eles o levaram pela mão até Damasco. Por três dias ele esteve cego, não comeu nem bebeu" (At, 9:8-9). Pela passagem, Saulo só encontrou a verdade divina após ser impedido de continuar a enxergar; foi preciso tirar-lhe a visão deturpada dos fatos para que ele pudesse alcançar a única verdade bíblica. Assim, o olhar é também o engodo do conhecimento.

Como não se lembrar de um dos mais famosos olhos da literatura brasileira, saídos da pluma de Machado de Assis (1994)? Capitu, do romance "Dom Casmurro", teve seus olhos descritos pelo narrador Bento como tendo uma força semelhante ao mar de ressaca, olhos "oblíquos e dissimulados", que aprisionam e trazem:

---

<sup>81</sup> Menéndez (2014), pontua que "olhar para trás" poderia ser uma metáfora para olhar a origem do nascimento, a fantasia do retorno ao útero.

Retórica dos namorados, dá-me uma comparação exata e poética para dizer o que foram aqueles olhos de Capitu. Não me acode imagem capaz de dizer, sem quebra da dignidade do estilo, o que eles foram e me fizeram. Olhos de ressaca? Vá, de ressaca. É o que me dá idéia daquela feição nova. Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. Para não ser arrastado, agarrei-me às outras partes vizinhas, às orelhas, aos braços, aos cabelos espalhados pelos ombros; mas tão depressa buscava as pupilas, a onda que saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me. (Assis, 1994, Capítulo XXXII)

O narrador não podia ser mais claro: faltam-lhe imagens para descrever os olhos de Capitu. Um olhar que suga o sujeito, desmantela e escancara o vazio. Os olhos de ressaca da personagem são a apresentação da pulsão de morte no campo escópico: eles enquadram o irrepresentável. Um olhar ativo, sem dúvidas. Não tanto inquietante, mas certamente angustiante deparar-se com o olhar que não permite escape, aniquila Bento e o suga como um buraco-negro. Não à toa que Saraiva (2000) aponta a centralidade do estatuto da visão nessa obra, tida como o instrumento fundamental que o personagem principal se utiliza para convencer o leitor de suas intenções. Bento o faz utilizando, dentre outros mecanismos, o que a autora chama de duplo movimento de focalização: “Os fatos ora são condicionados pela apreensão subjetiva do eu, evidenciando a ausência de limites precisos entre o enunciador e seu objeto, ora explicitados a partir do ângulo do analista objetivo, que se situa como mero espectador” (p. 115). Embora essa dualidade subjetiva-objetiva tenha como intuito a aceitação da veracidade do relato do narrador, ela também arrasta consigo o leitor para o centro da estória, fazendo deste um terceiro olhar crítico:

Portanto, a visão, inscrita no texto, cria sugestões imaginativas que o leitor vivencia, mas, simultaneamente, provoca a passagem da *aisthesis* a *poiesis*, ao mobilizar a reflexão sobre o modo como a experiência do olhar e ver contribuem para a instalação dos sentidos do texto. (p. 112).

Se o aforismo de que "os olhos são a janela da alma" estiver certo, Bento dele se apropria com maestria, pois através dos olhos de Capitu, ele nos faz crer que conhecemos toda a sua personalidade. Nas palavras de Valente-Barata (2015), "os olhos são, no texto machadiano, não somente um meio, um artifício para melhor descrever e delimitar as suas personagens, mas são antes essenciais no intento de decifrar a alma, a psicologia, principalmente a feminina” (p. 193). Não nos esqueçamos que foi precisamente pelo olhar de Capitu que o narrador se apaixonou, lançando sobre ela o seu olhar apaixonado que, por vezes, oscila entre amor e ódio. Por isso,

sinalizamos que o olhar não é apenas um artifício casual na obra, mas diz respeito à própria epistemologia da escrita e da leitura do texto machadiano (Saraiva, 2000).

Agora, onde a pulsão de morte pode ser melhor vislumbrada operando no olhar é, sem dúvidas, no mito de Perseu e Medusa. Segundo a versão analisada do mito<sup>82</sup>, existiam três Górgonas que outrora eram belas donzelas, cujos cabelos cacheados, belos olhos e asas douradas eram invejadas por Minerva (Atenas na mitologia grega). Por terem irritado Minerva, essa transformou as três irmãs em mulheres monstruosas, com dentes enormes como os do javali, garras de bronze e cabelos de serpentes. Medusa foi a única das irmãs que permaneceu vulnerável e mortal, embora tenha sido para sempre condenada a petrificar todos aqueles para quem olhasse ou olhassem para ela. Seu olhar, equivalente à morte, aniquila imediatamente aquele que ousar vê-la de frente. De partida, temos o olhar como ponto-chave para o andamento da estória: o olhar invejoso de Atenas, cujo mau-olhado impede Medusa de olhar e se olhada - isto é, se o olhar instaura o circuito do desejo, ter o que deseja ou ser desejada.

Perseu, o herói que promete trazer a cabeça de Medusa para o rei Polidectes, precisou buscar as Gréias<sup>83</sup>, irmãs grisalhas desde a nascença, que compartilham um único olho e um único dente, a fim de desvendar o caminho para encontrar as Ninfas do Norte, que lhe ajudariam com alguns itens necessário para derrotar a Górgona: as sandálias aladas de Hermes, o escudo refletor de Minerva e uma capa da escuridão. Ao adentrar na caverna onde jazia o monstro com cabelos de serpente, Perseu conseguiu desviar de seu olhar petrificante com a ajuda do escudo, utilizando-no como espelho. Somente dessa forma o herói conseguiu interditar o olhar de desejo mortífero, colocando barreiras no circuito entre olhares.

Vernant (1988), ao comentar sobre o mito, descreve que a Medusa é sempre representada como uma máscara, cujos traços são marcadamente inquietantes por tornarem insólitos os enquadramentos habituais: “O masculino e o feminino, o jovem e o velho, o belo e o feio, o humano e o bestial, o celeste e o infernal... - todas as categorias, em suma, interferem, cruzam-se e se confundem nessa face... Opera-se uma mistura inquietante” (pp. 101-102). Além de seu olhar mortífero, sua face também remete ao aterrorizante e à abolição da certeza das categorias. E continua caracterizando-a como “o indizível, o impensável, o puro caos: para o homem, o confronto

---

<sup>82</sup> As versões sobre o mito variam consideravelmente dependendo do autor. Para essa pesquisa, utilizamos a versão apresentada por Bulfinch (2006).

<sup>83</sup> Na versão do mito apresentada por Vernant (2000), o compartilhamento do único olho e dente serve para que elas nunca sejam pegas despreparadas, já que consiste no “olho que tudo vê”. Mais à frente, ao invés de uma capa da escuridão, trata-se da *kunée*, o capacete especial de Hades, “instrumento mágico de invisibilidade que dissimula aos olhos de todos a presença daquele cuja cabeça cobre” (p. 99). Esses dois elementos se somam ao olhar como sendo o elemento central do mito.

com a morte, esta morte que o olho de Gorgó [Górgona] impõe aos que cruzam seu olhar, transformando todo ser que vive.... em pedra imobilizada” (p. 13). Para o autor, todos esses traços se reduzem a um único terror, o da alteridade absoluta. Ao olhar frente a frente para Medusa,

é nosso olhar que se encontra preso à máscara. A face de Gorgó é o Outro, nosso duplo, o Estranho... uma imagem que seria ao mesmo tempo menos e mais que nós mesmos, simples reflexo e realidade do além, uma imagem que se apoderaria de nós, pois em vez de nos devolver apenas a aparência de nosso próprio rosto, de refratar nosso olhar, representaria, em sua careta, o horror terrificante de uma alteridade radical, com a qual por nossa vez nos identificaremos, transformando-nos em pedra. (p. 105)

No breve instante em que os olhares se cruzam, o que a máscara da Medusa torna visível é, em última instância, nós mesmos no além, onde “dançamos ao som da flauta a bacanal de Hades” (p. 106). Isto é, a face e o olhar da Górgona espelham a mortalidade da alteridade radical, do vazio e do abismo sem fundo, mas também aquilo que confronta o limite da existência, a angústia da morte, essa categoria que buscamos apresentar como fazendo parte do rol das sensações do inquietante. Mezan (1988), fazendo uma leitura do texto de Vernant, frisa como o olhar da Medusa é, por muitas vezes, amalgamado ao olhar da vítima - não é uma distinção clara entre um e outro por conta da incorporação das vítimas. Por isso, Mezan sustenta a tese de que "o olhar de Medusa aparece assim como o veículo de um *retorno ao indiferenciado*, e o instrumento pelo qual se realiza este retorno é precisamente o olho” (p. 463). Ora, encontramos, nessa asserção, mais uma fonte na direção do argumento que propusemos de que o retorno ao indiferenciado é um dos responsáveis pela sensação de inquietação; indo além, considerando a hipótese freudiana sobre a tendência das pulsões de morte, não parece absurdo que esse indiferenciado seja um correlato do inanimado. Ademais, poderíamos acrescentar que, na verdade, Medusa não é somente o indizível ou impensável, mas esbarra o *irrepresentável*, tendo em vista que ela não permite re-apresentação. O olhar petrificante interdita a compulsão à repetição: se dissemos que é pela repetição que os conteúdos que não foram representados insistem inicialmente para se engancharem, o olhar da Górgona, em sua pura pulsão destrutiva, aniquila toda possibilidade futura de retorno.

Embora a leitura mortífera do olhar seja ensejada por alguns comentadores (Menéndez, 2014; Vernant, 1988; Morgenstern, 2006), a chave de análise freudiana toma um outro caminho. Em sua análise do mito, em “A cabeça da Medusa”, Freud (1922/2011) esclarece, desde início, qual será seu ponto de partida: “O horror à Medusa é, portanto, horror à castração, *ligado à visão de algo*. De muitas análises conhecemos o ensejo para isso; ele se dá quando o garoto, que até então não queria crer na ameaça de castração, enxerga um genital feminino” (p. 327, grifos nossos). Não obstante,

Freud situa, algumas vezes, a visão como o órgão privilegiado para o surgimento da angústia de castração, por exemplo, em “A organização genital infantil” (Freud, 1923b/2011): “A visão casual dos genitais de uma irmãzinha ou companheira de brinquedos fornece a oportunidade para essa descoberta [da castração]”, (p. 172); ou então em “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica” (1925d/2011): “quando o garoto avista pela primeira vez a região genital da menina... ele nada vê, ou recusa [*verleugnet*] sua percepção... Somente depois, quando uma ameaça de castração teve influência sobre ele, tal observação lhe será significativa” (p. 290). Ao não acreditar na ameaça de castração, o menino se depara com o órgão genital de “uma mulher adulta, rodeado de pelos; o da mãe, no fundo” (1922/2011, p. 327). Essa visão ressignifica a percepção negada e, com isso, retorna a ameaça de castração, produzindo angústia. Assim, “a cabeça da Medusa substitui a representação do genital feminino, ou melhor, isola seu efeito apavorante daquele prazeroso” (p. 327).

Curiosamente, Freud vê nos cabelos de serpente da Medusa uma representação que ameniza o terror que eles poderiam causar. Se por um lado o cabelo pontua para o complexo de castração, já que a Górgona é aquela que detém todos os “falos”, por outro lado, as serpentes “substituem o pênis, cuja falta é a causa do horror”. Da mesma forma, a petrificação e a rigidez, que resultam do entrecruzamento de olhares, seriam um substituto da ereção: “ele [o espectador] ainda tem um pênis, assegura-se disso com a rigidez” (p. 327). Ela porta o olhar que suscita a morte, correlata da castração, mas também o desejo, capaz de ereção.

Em última instância, haveria algum ponto que tangencia os dois eixos aqui explorado, a saber, olhar mortífero e olhar castrador? Freud fornece indícios quando escreve sobre a angústia de morte. Vejamos duas passagens: a primeira, em “O eu e o id” (1923/2011): “a angústia da morte... pode ser apreendida como elaboração da angústia de castração” (p. 73); e a segunda, em “Inibição, sintoma e angústia” (1926/2014): “Por isso me atenho à conjectura de que o medo da morte [*Todesangst*] deve ser compreendido como algo análogo ao medo da castração [*Kastrationsangst*]” (p. 70). Por mais paradoxal que seja, as duas citações deixam claro que a descrição da angústia de morte não faz referência à pulsão de morte; para Freud (1919b/2010), como ele já colocara em “O inquietante”, o medo da morte é somente um medo secundário, que tem sua origem na angústia de castração.

Le Guen (1992), ao versar sobre as figuras no “irrepresentado”<sup>84</sup> na obra freudiana, aproxima angústia de morte e angústia de castração a partir da irrepresentabilidade da primeira. Se ela não é representável, e é um dos desdobramentos da angústia de castração, essa também deveria ser irrepresentada: “Irrepresentável sem dúvida menos absoluto que a morte, a castração, porém... está intimamente relacionada à ela” (p. 45). Com isso, a castração (que o autor chama de “representação irrepresentável”), estaria no psiquismo como um “furo”, um “hiato” estrutural. Para Le Guen, a castração não é uma representação como as outras, nem como delegado, nem como representante-representação, mas, antes, ela representa “a descontinuidade necessária que assegura a continuidade do funcionamento psíquico” (p. 48). E como esse furo só pode ser representado por sua negatividade, essa hipótese ressoa com aquela que temos tentado demonstrar: existe algo da negatividade que coloca em marcha tanto o processo perceptivo, quanto o aparelho representacional. Independente de buscarmos referendar a hipótese do autor de que a castração se inscreveria nos moldes do irrepresentado, o que nos interessa é demonstrar como a negatividade está na origem do psiquismo. Por outro ângulo, como já foi mencionado, a angústia de castração também se reporta ao campo da negatividade quando ela se torna uma expressão da angústia do desamparo (Rocha, 2000).

Até então, debruçamo-nos sobre as características do olhar e da pulsão escópica para tecer algumas considerações sobre o paradoxo que concentram: por um lado, o olhar como fonte do desejo, motor das dinâmicas pulsionais e da organização psíquica; por outro, o olhar que matiza a morte e a castração, diametralmente oposto ao primeiro, que invade e aniquila. Começamos pela visão por influência freudiana: desde o início, o olho era o órgão privilegiado para substituir o membro sexual. E, como foi dito, desde os gregos que o olhar ocupa posição privilegiada para o conhecimento, para o desejo e para os deslumbres da alma. A referência ao olhar parece ser tão mais extensa na literatura - e na psicanálise - que aos outros sentidos, que Mélega (2010) salienta:

Seria interessante, embora árduo, tentar fazer um apanhado dos usos das figuras retóricas, pelo menos na literatura, para um cotejamento científico sobre a impressão de que tendem a prevalecer as figuras relacionadas à visão e não ao paladar, ao olfato, ao tato e ao som. Até a sinestesia, que é a figura mais libertadora porque permite à palavra abarcar o campo de todos os sentidos, adensa-se preponderantemente no campo do olhar, que é o que aparece com maior capacidade de evasão, se comparado aos demais. (p. 177).

---

<sup>84</sup> O autor traça um percurso que tem como objetivo demonstrar que, na maioria das vezes, aquilo que é tido como irrepresentável (absoluto) para alguns psicanalistas contemporâneos, na verdade se trata de um “irrepresentado” (relativo). Para mais informações sobre essas questões, remetemos o leitor: Le Guen, C. (1992). De la mort à la vérité. *Revue Française de Psychanalyse*, 56(1), 43-56.

Conquanto, ponderamos que, para que a teorização freudiana possa ser válida, não só a visão poderia ser o sentido por essência do fenômeno *Unheimlich*. Por isso, buscaremos nas artes, assim como fez Freud, encontrar cenas e personagens que possam evocar o inquietante através dos outros sentidos. Vale ressaltar que, para fugirmos da lógica freudiana, não é nosso intuito estabelecer uma hierarquia entre os sentidos pela cadência com que serão expostos. Além do mais, temos ciência de que a análise das passagens corrobora para o efeito inverso daquele que estamos buscando analisar: ao destrinchar as cenas, a sensação inquietante que se tem ao entrar em contato com a obra se perde.

### 3.2.3. Um aperto sobrenatural no peito

Enquanto os outros sentidos tenham sido amplamente explorados na literatura e nas artes, as menções ao tátil são escassas. Primeiro, buscamos referências em artigos acadêmicos sobre alucinações táteis e descobrimos, como mostra Berrios (2011), que o número de tratados ou páginas dispensados para essa questão era muito inferior àqueles que discutiam as alucinações auditivas, visuais e olfativas. Nosso problema era ainda maior porque, daqueles que tratavam sobre alucinações táteis - como membros fantasmas e conversões histéricas -, poucos se enquadravam na categoria de inquietante proposta por Freud<sup>85</sup>.

Foi somente no fenômeno da “paralisia do sono” que pudemos encontrar algumas alucinações táteis que vinculassem consigo uma experiência inquietante. Ele foi definido, pela primeira vez, no século XIX, por Mitchell (1879 citado por Dahlitz & Parkes 1993):

O sujeito toma consciência do seu ambiente, mas é incapaz de mover um músculo; sua aparência deitado é de que ainda está adormecido. O sujeito está realmente empenhado numa luta pelo movimento, repleto de aguda angústia mental; poderia ele apenas conseguir agitar-se, o feitiço desapareceria instantaneamente. (p. 406)

Goode (1962) descreve a paralisia do sono de forma semelhante e acrescenta que

O paciente está plenamente consciente de seu estado e tem completa recordação do evento. A paralisia do sono é ocasionalmente precedida ou acompanhada por vívidas e aterradoras alucinações nas fases do sono pré ou ‘*post-dormital*’...A paralisia desaparece sempre de

---

<sup>85</sup> A título de informação, os termos “inquietante tato/toque”, “estranho/estranhamento tato/toque”, “inquiétant tact”, “uncanny tact/touch”, permutados ou não com os termos “psicanálise”, “psychanalyse”, “psychoanalysis” e “*unheimlich*” não trouxeram nenhum resultado relevante para o campo de pesquisa nos acervos [cairn.info](http://cairn.info), <http://pepsic.bvsalud.org/> e [scholar.google.com](http://scholar.google.com).

repente, ou espontaneamente, depois de esforço intenso do paciente para "quebrar" a paralisia, ou após alguma estimulação sensorial, como ser tocado ou direcionado a fala. A duração do episódio é normalmente de alguns segundos, mas pode durar alguns minutos. (p. 228)

Atualmente, não há consenso de quais são as causas que podem fazer com que a paralisia do sono ocorra apenas uma ou recorrentes vezes (Goode, 1962). Frequentemente, o terror é uma sensação comum e pode ser intensificado pela dificuldade respiratória e alucinações. Nos artigos consultados (Dahlitz & Parkes, 1993; McNally & Clancy, 2005; Fukuda, Miyasita, Inugami & Ishihara, 1987; Hufford, 2005; Ohayon, Zulley, Guilleminault & Smirne, 1999; Bell et al., 1984), a paralisia do sono é relacionada aos distúrbios de narcolepsia - embora alguns estudos afirmem que são entidades separadas - e variam na taxa de prevalência na população geral, entre 5% a 62%. Segundo McNally e Clancy (2005), essa sensação ocorre quando há um descompasso na arquitetura do sono REM (*rapid eye movement*), fase na qual acontecem a maioria dos sonhos e que conta com uma inibição motora daquele que dorme: "Se os adormecidos começarem a acordar antes da paralisia ter desaparecido, podem tornar-se conscientes da sua incapacidade de se moverem, e se a mentação dos sonhos se prolongar, eles irão alucinar visões, sons e sensações tácteis" (p. 114). O estudo afirma que pelo menos 5% da população teve um episódio acompanhado de alucinações visuais, tácteis e auditórias. No que diz respeito aos fatores de aparecimento, Ohayon et al. (1999) afirmam que o uso de medicações ansiolíticas favorece o aparecimento de paralisia do sono no grupo de amostragem. Como terapêutica, Nardi (1981) demonstrou que a utilização de hipnose diminui a recorrência da angústia que acompanha o fenômeno, além de diminuir incidências futuras.

O que mais chama atenção, no entanto, são as tentativas de explicar o fenômeno por meio de lendas e histórias de cunho sobrenatural. Na pesquisa feita por Dahlitz e Parkes (1993), isso pode ser visto pelas descrições, em diferentes línguas, do que é a paralisia do sono: "*Old Hag*" [Bruxa velha], em Newfoundland, que seria esse ser sobrenatural que sentam-se em pessoas adormecidas, provocando sufocamentos (Hufford, 2005); "*the witch riding you*" [a bruxa andando em você, como se fosse uma vassoura], nos Estados Unidos; "*kokma*", em St Lucia, causado pelo espírito de crianças mortas que não foram batizadas quando elas sentam no peito do adormecido; "*Phi um*", na Tailândia, literalmente "envelopado por um fantasma"; "*Kanashibari*", no Japão, em que "46.0% dos homens e 70.8% das mulheres [entrevistados] responderam afirmativamente... para a questão que relacionava *kanashibari* e espíritos" (Fukuda, Miyasita, Inugami & Ishihara, 1987);

“*Hexendruchem*”, na Alemanha, que significa “bruxas passando”; “*khmaoch sângkât*”, no Camboja, que significa “o fantasma te empurra para baixo”.

Dentro os artigos que traz os relatos mais interessantes para essa pesquisa está o de Hinton, Chhean e Pollack (2005), que realizou a incidência de paralisia do sono (*khmaoch sângkât*) em refugiados do Camboja que sobreviveram ao regime de Pol Pot. Por meio de entrevistas semiestruturadas, o pesquisador pôde questionar 42 pacientes sobre as alucinações presentes no episódio noturno e cruzar informações com aqueles que também sofriam de síndrome do pânico. Os sintomas mais intensos e aterrorizantes relatados foram: falta de ar (93%), aperto no peito (83%), sudorese (83%) e estado de medo (*being afraid*) (67%).

Sobre os relatos, a grande maioria relata algum tipo de visita sobrenatural que fazia pressão no peito (“o fantasma te empurra para baixo”), acarretando na falta de ar ou tentativa de estrangulamento. Alguns exemplos de experiências: Buth, um dos entrevistado, acreditava que o vulto que aparecia em seu quarto durante a paralisia do sono era um fantasma enviado por uma feiticeira para colocar objetos em seu estômago e matá-lo; Sor recorrentemente via um esqueleto tentar estrangulá-la; Lor, sempre que se encontrava com uma sombra durante o *khmaoch sângkât*, tinha *flashbacks* das cenas de mutilação que vivenciou na guerra de seu país, relacionando a sombra que lhe visitava com uma pessoa que foi mutilada e veio buscá-lo; Choup, após ter que assistir o esquartejamento de seus dois irmãos, frequentemente via-os no quarto vindo buscá-lo, ou então se encontrava com *ap* (um monstro da mitologia cambojana), que repousava suas mãos sobre seu peito; e Chea, cuja relação com a paralisia do sono envolve cenas vivenciadas no regime Pol Pot e lembranças de exorcismo da infância, que se condensavam na figura de ogros - que agarravam seus braços, pernas e tentavam matá-la de “susto”, retirando sua alma do seu corpo -, sombras e pessoas mortas enviadas por uma feiticeira para entrar em seu corpo e dele se apossar.

Os seres que podem atacar o indivíduo e causar *khmaoch sângkât* podem ser tanto criaturas sobrenaturais sem forma humana - como o Deus da Morte ou demônios; criaturas semi-humanas - como *ap*; humanos falecidos que tiveram uma “morte ruim” - foram assassinados, não tiveram enterro apropriado, fizeram maus atos em vida - ou, curiosamente, aqueles que eram excessivamente ligados emocionalmente aos vivos e relutavam em renascer. Pela crença cambojana, se um desses espíritos conseguir matar aquele que dorme, a alma desse se torna escrava do espírito que o matou - transformando a paralisia do sono em uma situação de muito medo e terror. Além do mais, o medo é considerado pelos cambojanos como responsável por enfraquecer a alma e o corpo, situação essa que propicia a possessão pelas entidades sobrenaturais. Assim, a paralisia do sono se torna um ciclo sem fim:

quando se está fraco da alma, ela se torna deslocada, facilitando a sensação de medo [*frightened*], fazendo com que a alma se desloque ainda mais do corpo. Então a pessoa experiencia novos episódios de medo... causando mais enfraquecimento. Por sua vez, a fraqueza predispõe para a paralisia do sono. Portanto, um ciclo vicioso, ou melhor, uma espiral descendente viciosa, é iniciada. (Hinton et al, 2005, p. 67)

Uma das conclusões que os autores apresentam é a relação estreita entre a alucinação nos estados de paralisia do sono e as ressonâncias dos traumas. Individualmente, cada um forma a imagem da figura aterrorizante a partir das experiências vividas e das heranças culturais, afetando o significado do que é sentido assim como o que é sentido. No que diz respeito ao sintoma de aperto no peito, os pesquisadores associam-no ao trabalho pesado que era feito no regime Pol Pot, onde os indivíduos carregavam, na cabeça ou no ombro, sacos de arroz, transferindo o peso da escápula para o esterno - nos eventos desagradáveis futuros, eles seriam experimentados pela memória de aperto no peito e falta de ar.

Além do mais, o fato dos indivíduos serem visitados por pessoas mortas pode aumentar o sentimento de culpa por estar vivo: “a razão para acreditar que a sombra se aproximando ser de uma pessoa morta específica pode ser considerada uma culpa não resolvida” (p. 68). Por último, os autores especulam que a paralisia do sono pode ocasionar síndrome de estresse pós-traumático, mesmo naqueles que não tenham histórico traumático - isto é, “*a paralisia do sono em si pode constituir um evento traumático*” (p. 68); assim sendo, se traumas passados são rememorados durante a paralisia do sono, pode-se desenvolver um “duplo-trauma”, ocasionando sintomas, inclusive, semelhantes aos da síndrome do pânico.

No mesmo caminho, McNally e Clancy (2005) apontaram como o trauma do abuso sexual infantil pode ser uma das causas para a paralisia do sono, embora o contingente de pesquisados não fosse amplo o suficiente para chegar a uma conclusão mais assertiva. Na pesquisa realizada por esses autores, uma das entrevistadas - que diz ter sido abduzida por alienígenas - chama a atenção porque, em seu relato, ela acreditava, em um primeiro momento, que os *aliens* eram anjos, desmentindo essa crença apenas posteriormente. A conclusão de McNally e Clancy (2005) é que há, em comparação com o grupo-controle que não experimentara nenhuma dessas situações, altos índices de paralisia do sono em pessoas que se lembram de terem sido abusadas sexualmente na infância e pessoas que se lembram de terem sido abduzidas por alienígenas. Os autores ainda salientam como o imaginário popular cultural da época se impõe fortemente sobre as explicações do

fenômeno em questão: assim, a abdução por *aliens* seria um deslocamento das antigas crenças em bruxas, fantasmas e outros seres sobrenaturais.

Assim como McNally e Clancy (2005) e Hinton et al (2005), Hufford (2005) chegou à conclusão de que as explicações científicas para as experiências alucinatórias de paralisia do sono não são suficientes para que os mitos culturais sejam rejeitados como possíveis explicações. Lendas, contos, histórias e mitos são conclamadas a dar explicações para o fenômeno noturno, regularmente incluindo figuras horrendas como bruxas, *aliens* e demônios. Discutimos em outro lugar (Rossini & Campos, 2019) como essas figuras são transformadas e revisitadas dependendo do contexto cultural em que estão inseridas: hora a bruxa é vista como uma figura de incrível beleza (como o fora Medusa), hora ela tem um nariz pontudo e se alimenta de criancinhas. O fator nodal para que a explicação científica não seja convincente para aqueles que experimentaram esse terror noturno reside no fato de que as alucinações produzem *crença* empírica e o indivíduo está consciente de estar acordado, tem consciência do mundo a sua volta, diferente das alucinações oníricas. Isso pode ser melhor observado no relato transcrito por Hufford (2005), em que o indivíduo frisa a sensação de terror frente a uma figura que pressionava o peito enquanto estava paralisado:

Eu senti isso [presença obscura] me pressionando para baixo no corpo inteiro. Eu não conseguia respirar. Eu não conseguia me mover. E a coisa toda era que, tipo, eu podia ouvir o som do rádio próximo a mim. Eu estava bem acordado, você sabe... E eu não podia me mexer e estava sem esperanças e eu estava realmente - eu estava realmente com medo... (p. 20)

Considerando que essa experiência está presente no mundo todo, é denominada por diferentes expressões linguísticas, possui explicações místicas por detrás e temos alguns relatos, acreditamos poder arriscar um início de discussão sobre o inquietante nesse fenômeno pela ótica da psicanálise. O autor que fornecerá os primeiros subsídios é Jones (1910), que buscou descrever o pesadelo pela psicanálise em seu artigo “*On the nightmare*”<sup>86</sup>. Para o autor, são três as características principais do pesadelo: "(1) pavor agonizante [*agonizing dread*]; (2) sensação de opressão ou peso no peito, que interfere de forma alarmante com respiração; (3) convicção de paralisia indefesa” (p. 389). A ressalva quanto ao termo “pavor” é feita pelo próprio autor, que diz

---

<sup>86</sup> Hufford (2005) aponta que Jones reconheceu as origens arcaicas e sobrenaturais que se sobrepõem na palavra *nightmare*. Segundo o autor, a segunda sílaba *mare* faz referência ao radical anglo-saxão *merran*, que significa “esmagar”, a comum sensação de pressão no peito que acompanha esses episódios. “Até o século XVII, a referência principal do pesadelo era na verdade o que chamamos de paralisia do sono, e ela era consistentemente associada ao ataque sobrenatural” (p. 22).

não haver palavra na língua inglesa para traduzir o termo *Angst* alemão. Portanto, de início, temos a explicação de que o fenômeno fundamental do pesadelo recai sobre a angústia. Sobre segundo deles, a sensação de opressão no peito, são apresentadas algumas teorias sobre a sua origem, mas a hipótese de forças sobrenaturais sobressai na explicação de Waller, que cita a sensação de pessoas terem sido atacadas pelo “pior fantasma da noite” e imaginarem que quase escaparam da morte certa. O terceiro fato, da paralisia indefesa, é eleito como o privilegiado para distinguir o pesadelo dos outros tipos de sonho, caso ela esteja presente (primeiro caso) ou ausente (segundo caso).

Após discorrer sobre esses três pontos presentes nos pesadelos, Jones envereda por uma análise literária sobre suas possíveis causas de aparecimento. Assim, ele distingue dois grandes grupos: aqueles que situam a origem do pesadelo em irritações periféricas, principalmente no estômago, e aqueles que acreditam que sua origem está nos problemas de circulação e respiração, de forma que o corpo não consegue transportar sangue não-aerado para o cérebro. Quase como utilizando um método freudiano de escrita, o autor apresenta uma série de fatos que refutam as duas teses em questão e propõe uma original, calcada na psicanálise e na análise dos sonhos: "*a doença conhecida como Pesadelo é sempre uma expressão de intenso conflito mental centrado em alguma forma do desejo sexual 'reprimido'*" (p. 409). Considerando que o trabalho foi publicado em 1910, não era de se esperar que a análise de Jones fosse muito além daquilo que Freud havia defendido em “A Interpretação dos Sonhos” (1900/2011). No entanto, considerando que anos mais tarde houve a publicação de “Totem e Tabu” (1912-1913/2012), “O inquietante” (1919b/2010) e “Além do princípio do prazer” (1920/2010), podemos incorporar alguns elementos para abrir novos horizontes de entendimento desse fenômeno.

O primeiro deles envolve a questão da crença na alucinação. Apontamos na análise freudiana da *Grádiva* (Freud, 1911b/2010) que a crença é um fator fundamental, não só na construção do mundo percebido, mas também na afirmação e confirmação de um delírio. Caso não houvesse crença na alucinação - assim como, porventura, acontece com as alucinações oníricas -, ela deixaria de cumprir seu papel de formação de compromisso e, no caso do terror noturno, não seria fonte de angústia. Vimos que um dos fatores que trazem a sensação de pavor e inquietação causado pela alucinação tátil de sufocamento é a crença de que se possa estar verdadeiramente sufocando e, caso ela não pare, que possa levar à morte. Não é a toa que, como demonstram Hinton et al (2005), os casos de paralisia do sono podem ocasionar sintomas de síndrome do pânico.

O segundo elemento que podemos analisar na experiência do *Night-mare* diz respeito à angústia. Jones não explora verdadeiramente o fator angustiante que acompanha os pesadelos em

seu trabalho, mas acreditamos que, assim como nos outros casos inquietantes analisados, esteja em jogo uma angústia traumática, de pura descarga energética, que se faça presente no momento da paralisia do sono, corroborando com a sensação de falta de ar. Devemos ressaltar que, ao analisar o quadro das neuroses de angústia, em que existia um acúmulo excedente de energia sexual que não acessava o psiquismo e era descarregada de forma somática sob ataques de angústia, Freud (1894b/1996) menciona a pseudo-angina do peito, distúrbios respiratórios e acordar em pânico à noite como sintomas conhecidos dos ataques de angústia. O que há de interessante nesse momento inicial de teorização freudiana sobre a angústia, e que vai se dissolvendo conforme a teia metapsicológica vai se complexificando, é a aposta de que um acúmulo de energia é descarregado automaticamente como angústia - e, por estar localizado fora do psiquismo, essa energia é convertida somaticamente sem representação. Ou seja, consideramos que a angústia também é responsável pela sensação de inquietude presente nas alucinações da paralisia do sono que envolve sufocamento.

Por último, gostaríamos de acrescentar algumas contribuições sobre a relação do trauma com a paralisia do sono. O relato de Jorge Semprun, deportado ao campo de Buchenwald em 1943, descreve a experiência dos campos de concentração como “invivível”, das quais as palavras não conseguem sequer apontar para a intensidade: “A realidade está ali, disponível. A palavra também. No entanto, vem-me uma dúvida sobre a possibilidade de contar. Não *que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, o que é outra coisa*” (Semprun, 1997, *Literature or Life*). Assim parece a experiência daqueles refugiados que sobreviveram ao regime de Pol Pot. Como sustentar os horrores a que foram expostos se a experiência ultrapassa o irrepresentável por ser “invivível”?

Por um lado, amparando-nos nas teses do casal Botella (2002), podemos considerar que aqueles sobreviventes que recordem cenas traumáticas durante a paralisia do sono estariam, de alguma maneira, conseguindo realizar algum tipo de ligação porque já estão presentes traços perceptivos. Assim, a paralisia do sono estaria operando sob o mesmo funcionamento da compulsão à repetição, cujo motor seria a pulsão de morte. Por outro lado, podemos inferir que os indivíduos que são acometidos por alucinações de seres sobrenaturais estariam, por meio da regressão ao pensamento mágico das fantasias arcaicas, buscando encontrar figurabilidade para as situações traumáticas, utilizando-se da mesma forma de defesas animistas que faziam os povos ancestrais.

Por isso a figura do duplo é recorrentemente requisitada: uma das figuras que retornam para assombrar durante a noite é, paradoxalmente, aquele que era excessivamente conectado afetivamente ao vivo; o mesmo acontece com a entrevistada que, em um primeiro momento, considera que as figuras alucinadas são anjos... mas posteriormente eles se transformam em *aliens*. O duplo, que antes era o garantidor da vida (ou alguém emocionalmente próximo), retorna como

assombração. Por fim, ao considerarmos o sentimento de culpa que esses mortos trazem aos vivos, não podemos deixar de relacioná-lo à função autocrítica realizada pela instância independente do Eu, resquício do narcisismo primário: “tudo o que hoje nos parece ‘inquietante’ preenche a condição de tocar nesses restos de atividade psíquica animista e estimular sua manifestação” (Freud, 1919b/2010, p. 359).

### **3.2.4.O cheiro do nada**

Uma primeira questão se impôs de sobremaneira durante a leitura do livro que analisaremos: e se, ao invés do que considera a psicanálise, que circunscreve a pulsão escópica como alicerce para a pulsão sexual, o gatilho do desejo fosse despertado por uma “pulsão olfativa”? Essa hipótese fantasiosa parece encontrar lastro em 1738, ano de nascimento de Jean-Baptiste Grenouille, o maior perfumista de todos os tempos, personagem criado por Patrick Süskind (1985), em seu livro “O Perfume” [*Das Parfum*]. O cheiro é o elemento principal da história, desde a ambientação de Paris do século XVIII, cujas "ruas fediam a merda, os pátios fediam a mijó, as escadarias fediam a madeira podre e bosta de rato” (p. 5), até a busca pelo perfume perfeito, aquele que tem cheiro de desejo, cuja procura doentia transforma o personagem em um assassino. O personagem tem duas qualidades peculiares: ele não tem cheiro próprio e possui o melhor nariz do mundo. As duas características se entrelaçam como uma maldição: toda a epopéia pela qual circula o personagem é em busca de um cheiro próprio, para que, assim, as pessoas consigam percebê-lo. O odor é a essência, e o que não tem essência não existe. De fato, Grenouille não é percebido pelos demais, vagava pelas ruas sem marcar presença, a não ser por poucas situações de estranheza que causava. Sem cheiro, o personagem acreditava não pode ser amado. Por isso, saiu em busca dos melhores cheiros que já havia sentido, ao longo de sua jornada, na tentativa de extraí-los e produzir seu cheiro próprio, aquele que seria o melhor de todos os cheiros. Na verdade, tendo o olfato como órgão privilegiado, o enredo gira em torno de Grenouille buscando sua própria identidade - que, para ele, resume-se na identidade olfativa.

As referências ao odor começam logo no início do livro, quando o narrador descreve a cena do nascimento do personagem. A descrição dos cheiros fortes da cidade de Paris é enfastiante; ele era especialmente forte perto do Cimetière des Innocents, onde o calor dissipava os gases daqueles que ali se putrefaziam. No dia 17 de julho de 1738, durante uma feira de peixes que ali acontecia, a mãe de Grenouille lhe deu à luz, entre as vísceras dos peixes e os odores dos mortos.

Enquanto bebê, trocava de ama de leite recorrentemente, sob as mais diversas desculpas. Somente quando o infante chega às mãos do Padre Terrier pela ama Jeanne Bussie que temos a primeira descrição precisa do sentimento que ele invocava: “Ele está possuído pelo demônio”, diz a ama. Incrédulo, o Padre pergunta o que levaria um bebê, que ainda é um “projeto de gente”, ter sido possuído. A resposta de Bussie é certa: “Ele não tem cheiro nenhum” (p. 12), não cheiram como as crianças devem cheirar - e aqui as referências vão desde pedra polida, à panela e caramelo. Não é que Grenouille não cheira bem ou mal, ele simplesmente não cheira.

Um pouco receoso com a descrição da ama, o Padre começa a confabular sobre os possíveis cheiros dos bebês: parte desde a concepção do cheiro da carne que tinham os romanos até os limites de onde a racionalidade permite. Para sanar suas dúvidas, ele próprio resolve experimentar o cheiro do bebê: “Vacilou por um momento, olhou em volta para ver se ninguém o observava, ergueu a cesta, e enfiou o grosso narigão lá dentro”. Nesse momento, a criança acordou. “O nariz acordou primeiro. O narizinho mexeu-se, apontou para cima e fungou. Inspirou o ar e o soltou em pequenas ondas, como num espirro interrompido. Depois se repuxou e a criança abriu os olhos” (p. 17). Contrariando o senso comum, que vê no abrir os olhos sinônimo de acordar, o pequenino acordou com o nariz; os olhos pouco viam, não fixavam objeto e de nada prestavam para conhecer o mundo. No entanto, era pelos buracos da narina que Grenouille farejava seu redor: “Para Terrier era como se a criança *o visse com as narinas*<sup>87</sup>, como se ela o olhasse de um modo agudo e examinador, *de um modo mais penetrante do que se poderia fazê-lo com olhos, como se engolissem algo com seu nariz*” (p. 19, grifos nossos).

Nesse instante, Terrier sentiu-se farejado, invadido por essa criança que podia cheirá-lo por dentro da pele, despertando seus pensamentos mais delicados e sujos, ficando desnudo frente aquele ínfimo órgão esburacado. Muito semelhante com o que pontuamos no efeito inquietante do olhar, aqui é o faro que desorganiza o farejado e acessa os segredos proibidos - ser cheirado por esse bebê demoníaco é ter despertado seus “pensamentos sujos” (aqueles interditados pelo recalque, que subitamente retornam sob a forma do inquietante?).

Essa sensação era recorrente em todos aqueles por qual Grenouille cruzara o caminho. Ainda no orfanato, suas habilidades olfativas já permitiam-no perceber cheiros há quilômetros de distância, podendo farejar as visitas que bateriam à porta enquanto essas ainda estavam muito longe. Não demorou para que a cuidadora visse nele uma espécie de vidente, dotado de uma “segunda visão”, que lhe garantiria o poder de ler o futuro. Mais uma vez, o jovem seria entregue às

---

<sup>87</sup> Não podemos deixar de reiterar a tese de Mélega (2010) de que a sinestesia frequentemente recai na comparação com o olhar.

mãos de outro, porque, como "ela sabia que os videntes atraem desgraça e morte, ele tornou-se para ela uma presença inquietante" (p. 30). Ao começar a fabricar perfumes, os mestres perfumistas ficavam incrédulos com sua capacidade de distinguir os cheiros mais sutis, todas as notas presentes nos frascos. Com a morte de seu tutor Baldini, quem lhe ensinara a extrair e preservar as essências, decide se isolar da vida em sociedade e dos humanos, cujo cheiro lhe dava asco. Após sete anos vivendo em reclusão, Grenouille teve um sonho arrebatador em que se viu envolto de uma névoa misteriosa, que principiou por fendas até que ele estivesse completamente imerso nela:

E a névoa era... um cheiro. E Grenouille sabia que cheiro. A névoa era o seu próprio cheiro. O próprio cheiro de Grenouille era a névoa. E o terrível era que Grenouille, embora soubesse que esse era o *seu* cheiro, não conseguia cheirá-lo. Era capaz de se afogar em si mesmo, mas não conseguia cheirar a si próprio. Quando isso se tornou claro, ele gritou tanto, com tão terrível força, como se estivesse sendo queimado vivo... Estava mortalmente assustado, tremia-lhe o corpo todo de pura angústia imortal. Se o grito não tivesse rasgado a névoa, ele teria se afogado em si mesmo — atroz morte. Arrepiava-se só de pensar. Ali sentado, ainda tremendo, tentando organizar seus pensamentos confusos e angustiados, de uma coisa já sabia com toda certeza: mudaria a sua vida, ainda que fosse apenas por não querer sonhar de novo um sonho tão terrível. Não sobreviveria. (pp. 136-137)

Talvez essa seja a cena de maior impacto e inquietação de toda reflexão do personagem. Se, como coloca Mezan (1988), o sonho e a fantasia são os veículos privilegiados do desejo sexual por remeterem à pulsão escópica, o caso específico do personagem permite pensar que a constituição de seu desejo não advém do olhar, mas do olfato. E se o olhar, para Freud (1915b/2010), é responsável pela constituição e circunscrição do Eu, esse papel seria desempenhado, no caso de Grenouille, pelo nariz que, inclusive, acorda antes dos olhos. Ao perceber que não tem odor próprio, a inquietação que provém dessa percepção acompanha não a angústia de castração, mas uma angústia de fragmentação, de não-constituição dos limites do Eu, de perda de identidade - em outras palavras, para usar o termo de Rocha (2000), de uma angústia do desamparo. É precisamente por conta da regressão ao esse estágio de indiferenciação, a ponto de provocar um afogamento e morte do Eu, que o sonho se torna tão inquietante. O ponto que gostaríamos de destacar na análise desse livro é como o inquietante está sempre restringido ao campo olfativo, seja na inquietação que o personagem suscita nas pessoas, por suas características singulares, ou no sonho inquietante que remete Grenouille aos limites da existência.

Para retirar-se desse abismo que o sonho lhe jogara, o perfumista se lança na jornada de construir seu cheiro próprio, aquele que represente o mais puro e perfeito dos odores, suscitando o desejo e o amor daqueles que, durante toda a sua vida, haviam-lhe ignorado. Não interessa aos

nossos propósitos aprofundarmo-nos na trama e nos meios pelos quais ele atinge seu objetivo. Basta somente frisar que, após o assassinato de 26 donzelas e a extração de seu cheiro, Grenouille finalmente alcançou o seu tão desejado sonho. Ao borrifar algumas gotas em seu corpo, logo foi perdoado por dez mil pessoas que assistiriam sua decapitação. O cheiro do desejo era tão forte que logo a cena se transforma em uma orgia bestial, que tem como fim um banquete dos pedaços esquartejados do personagem principal. Por fim, não bastando a incorporação olfativa, o objeto do desejo é introjetado pela incorporação oral.

### 3.2.5.O gosto da barata

*Olha que não há mais metafísica no mundo senão chocolates.  
(Álvaro de Campos, Tabacaria)*

No romance “A Paixão segundo G.H.”, lançado em 1964, Clarice Lispector nos transporta para uma viagem sobre a intimidade, descobrimento e epifania. Escritora ucraniana, de família judia migrada durante a Primeira Guerra Mundial, sempre buscou convencer ou outros (e a si mesma) de sua brasilidade, mesmo que tenha sido interpelada várias vezes sobre sua nacionalidade. De fato, paira um quê de “estrangeiro”, tanto em Clarice, quanto em sua obra (Waldman, 1998). Os caminhos percorridos para chegar ao mais íntimo do Eu, para o não-dito, para as fronteiras do humano e do bestial (ou do Divino?), por vezes coloca suas personagens em situações limítrofes em que a distinção entre Eu e não-Eu se esvai.

A escolha do livro em questão aparece por conta do flerte com o grotesco e o angustiante pela qual, constantemente, a introspecção muda da personagem nos encaminha. A narrativa, de cunho quase onírico, tem como mote um só objetivo: comer uma barata esmagada pela porta do armário do quarto de empregada e descobrir sua intimidade. Após a demissão de sua faxineira, G.H., personagem principal cujos nomes são só iniciais (a referência à falta de identidade começa desde seu nome), entra nos aposentos de descanso de sua antiga funcionária para fazer uma limpeza. Mal começa a faxina, depara-se com uma barata, esse ser obsoleto e atual: “Há trezentos e cinquenta milhões de anos elas se repetiam sem se transformarem. Quando o mundo era quase nu elas já o cobriam vagarosas” (Lispector, 2009, p. 32). Com isso, surge uma referência à infância: “A lembrança de minha pobreza em criança, com percevejos, goteiras, baratas e ratos, era de como um meu passado pré-histórico, eu já havia vivido com os primeiros bichos da Terra” (p. 32).

Frente aos sentimentos evocados pela presença desse animal asqueroso, a personagem foi tomada por um gozo de um "instinto ruim, total e infinitamente doce - como se enfim eu experimentasse, e em mim mesma, uma grandeza maior do que eu. Eu me embriagava pela primeira vez de um ódio tão límpido como de uma fonte, eu me embriagava com o desejo, justificado ou não, de matar" (pp. 35-36). De súbito, evitando o contato visual com a barata, a personagem fecha a porta do armário, dividindo a barata no meio. Sem nunca ter sido dona de seus poderes, de olhos fechados pelo momento nauseante, a personagem se conscientizava de si como se lembra de um sabor: "eu toda estava com sabor de aço e azinhavre, eu toda era ácida como um metal na língua, como planta verde esmagada, meu sabor me veio todo à boca. Que fizera eu de mim? Com o coração batendo, as têmperas pulsando, eu fizera de mim isto: eu matara" (p. 36).

Nesse momento, temos o primeiro contato introspectivo de G.H. com seu desejo. "É que eu olhara a barata viva e nela descobria a identidade de minha vida mais profunda.... eu a odiava tanto que passava para o seu lado, solidária com ela, pois não suportaria ficar sozinha com minha agressão" (p. 39). Amor e ódio se misturam nessa descoberta da subjetividade; o assassinato causara-lhe repulsa e paixão: "Isto é a loucura, pensei de olhos fechados". Mas a narradora, pensando melhor, retifica: "não era loucura, era, meu Deus, uma verdade pior, a horrível. Mas horrível por quê? É que ela contrariava sem palavras tudo o que antes eu costumava pensar também sem palavras" (p. 40). O apelo à linguagem não sustenta a verdade de G.H: "De agora em diante eu poderia chamar qualquer coisa pelo nome que eu inventasse: no quarto seco se podia, pois qualquer nome serviria, já que nenhum serviria" (p. 65). Na análise poética de Picchio (1989), a escrita de Clarice recai sobre o significado, e não sobre o significante: "na sua palavra denotativa, terminológica, é o referente que nos aparece impalpável, volátil, aos limites do indizível; é o referente que se esfranja e se esquiva em iridescência de pérola" (p. 17). A estranheza está presente naquilo que é indizível, cujo referente não encontra significado na palavra. Na verdade, o medo que se instaura pós-mutilação não é o medo da loucura, mas o medo que trata de uma verdade escondida: "meu medo era o de ter uma verdade que eu viesse a não querer, uma verdade infamante que me fizesse rastejar e ser do nível da barata" (Lispector, 2009, p. 41). Isto é, uma verdade dos tempos passados, em que vivera com os primeiros bichos da Terra, arcaica, há muito recalcada: "Eu na verdade - eu nunca tinha mesmo visto uma barata. Só tivera repugnância pela sua antiga e sempre presente existência - mas nunca a defrontara, nem mesmo em pensamento" (p. 39). Esse tempo mítico criado pela pena de Clarice, um tempo em que barata e narradora eram um só e viviam, numa infância longínqua, conjuntamente. E ao se ver tomada pela verdade que nunca fora pensada, a estranheza recai sobre seu corpo:

Aguardei que a estranheza passasse, que a saúde voltasse. Mas reconhecia, num esforço imemorial de memória, que já havia sentido essa estranheza: era a mesma que eu experimentava quando via fora de mim o meu próprio sangue, e eu o estranhava. Pois o sangue que eu via fora de mim, aquele sangue eu o estranhava com atração: ele era meu. (Lispector, 2009, p. 40)

A referência ao que há de mais vital no ser humano, que sustenta o corpo com seu movimento, é também uma alusão ao mais íntimo da carne, ao mais essencial da vitalidade. O fundamento como origem da estranheza, o sangue que corre em suas veias sem lhe dizer respeito e sem se fazer reconhecida. De que sangue é esse que G.H. sente estranheza? "Se até então não fora reconhecida, era porque só fora insossamente vivida pelo meu mais profundo sangue insosso" (p. 61). A narradora, que não reconhece o próprio sangue, não conhece sua própria singularidade. A única forma de se conhecer, "encontrar a redenção no hoje, no já, na realidade que está sendo... [é] naquilo que sai do ventre da barata". E mais, a descrição do "insosso" vem acompanhada do "neutro" e do "nada": "o que minha boca não saberia entender - era o insosso, O que eu toda não conhecia - era o neutro. E o neutro era a vida que eu antes chamava de o nada" (p. 57).

A metafísica tradicional não lhe apraz. É preciso encontrar a redenção no hoje, nos gostos e nos tons, assim como Pessoa e sua "metafísica das sensações" (Gil, 1988): "eu estava sabendo que se não chamasse as coisas de salgadas ou doces, de tristes ou alegres ou dolorosas ou mesmo com entretons de maior sutileza - que só então eu não estaria mais transcendendo e ficaria na própria coisa" (Lispector, 2009, p. 58). E aqui o gosto tem proeminência, por conta da similaridade com o gosto da massa branca da barata.

O gosto insosso e neutro da barata e do sangue de G. H. acabam por confundir o leitor dos limites entre uma e outra. A identificação com aquele ser terrível fazia com que a narradora também fosse um "neutro planetum", "cílios de protozoário batendo" (p. 62). A barata, em última instância, e os atributos que a acompanham, são o duplo de G. H., há muito recalcados e que retornam sob a forma do inquietante, como o excremento do mundo. A barata, como o sangue da narradora, é o que tem de mais inquietante em seu mundo. A cena principal, onde as duas se tornam uma, segue um desmaio e uma vergonha, do medo de saber o que até então não era sabido:

Teria que ser assim, como uma menina que estava sem querer alegre, que eu ia comer a massa da barata.  
Então avancei.

Minha alegria e minha vergonha foi ao acordar do desmaio. Não, não fora desmaio. Fora mais uma vertigem, pois que eu continuava de pé, apoiando a mão no guarda-roupa. Uma vertigem que me fizera perder conta dos momentos e do tempo. Mas eu sabia, antes mesmo de pensar, que, enquanto me ausentara na vertigem, “alguma coisa se tinha feito».

Eu não queria pensar mas sabia. Tinha medo de sentir na boca aquilo que estava sentindo, tinha medo de passar a mão pelos lábios e perceber vestígios. E tinha medo de olhar para a barata - que agora devia ter menos massa branca sobre o dorso opaco...

Eu tinha vergonha de me ter tornado vertiginosa e inconsciente para fazer aquilo que nunca mais eu ia saber como tinha feito - pois antes de fazê-lo eu havia tirado de mim a participação. Eu não tinha querido “saber”. (p. 112).

O ápice inquietante da epopeia reina quando G.H experimenta o neutro da barata. Na análise de Nodari (2015), que parte da hipótese de que existe um hetairismo ontológico<sup>88</sup> na obra de Clarice, o fato da narradora se confundir com o objeto, ser os dois ao mesmo tempo, é resultado da “obliquação” decorrente do “interesse hetáirico”: “o sujeito, sendo também objeto (mesmo no sentido semântico), se obliqua – e reciprocamente o objeto passa a ser também sujeito” (p. 151). Acreditamos que suposição do hetairismo acrescenta matizes ao problema do inquietante porque recupera a tese freudiana sobre o passado animista, esse tempo recalcado que não deixa de causar efeitos quando é requisitado, mas que abusa da contingência promíscua da origem das relações sociais. Assim, podemos também supor que esse fenômeno favorece o efeito de inquietude quando reduz o sujeito ao objeto, de modo que os signos de diferenciação entre Eu-sujeito e outro-objeto deixem de operar.

### 3.2.6.O silêncio ensurdecidor

Ainda sobre o livro em questão, identificamos que, ainda que o paladar seja conclamado como máximo da inquietude, a audição, o grito e o silêncio constituem uma atmosfera que contribuem para o despertar da sensação. Desde o primeiro momento que G.H. entra na gruta que lhe trará a verdade, o silêncio é a condição única para o conhecimento - ainda que, paradoxalmente, a fala seja a condição *sine qua non* para a transmissão, da qual a personagem experimenta e abusa reiteradamente:

Sei que tudo o que estou falando é só para adiar - adiar o momento em que terei que começar a dizer, sabendo que nada mais me resta a dizer. *Estou adiando o meu silêncio. A*

---

<sup>88</sup> Segundo o autor, o hetairismo é um termo cunhado para fazer menção ao tempo primitivo em que existia “uma zona da existência regida pela promiscuidade e reciprocidade dos seres” (p. 139). Assim, a relação que G. H. trava com a barata remete ao período hetáirico, da origem primitiva e promiscua das relações, um estágio esquecido que “não significa que ele não se manifeste no presente” (p. 143).

vida toda adiei o silêncio? mas agora, por desprezo pela palavra, talvez enfim eu possa começar a falar. (Lispector, 2009, p. 13, grifos nossos)

Outra passagem que faz referência ao silêncio recai sob o ódio que a faxineira lhe direcionava, o silencioso ódio que ela negara por seis meses, a pior espécie de ódio: o da indiferença. O ódio se mistura com o ar do quarto e aflora o mal-estar: “O som inaudível do quarto era como o de uma agulha rodando no disco quando a faixa de música já acabou. Um chiado neutro de coisa, era o que fazia a matéria de seu silêncio” (p. 29). Inclusive, um dos gatilhos que tratam o ímpeto para "matar alguma coisa" é precisamente esse silêncio neutro que precisa, rapidamente, ser preenchido.

Curiosamente, o silêncio se faz presente até mesmo no seu oposto, no grito. Ao ver a barata caminhar frente ao armário, G.H. emite um som indescritível: "Meu grito foi tão abafado que só pelo silêncio contrastante percebi que não havia gritado. O grito ficara me batendo dentro do peito" (p. 31). Quantas mais baratas existiriam no silêncio do quarto? "Nenhum ruído, nenhum sinal: mas quantas? Nenhum ruído e no entanto eu bem sentia uma ressonância enfática, que era a do silêncio roçando o silêncio. A hostilidade me tomara" (p. 33).

Ao ser tomada pela visão do líquido branco, o dentro da barata, a matéria grossa e lenta, que tomava as costas daquele monstro como a pedra que Sísifo carrega, G.H. exprime: “'Grite', ordenei-me quieta. 'Grite', repeti-me inutilmente com um suspiro de profunda quietude... Mas se eu gritasse uma só vez que fosse, talvez nunca mais pudesse parar” (p. 42). O grito precisa ser mantido em silêncio, senão o assombro da existência, o inquietante assombro da existência, pode irromper:

Tudo se resumia ferozmente em nunca dar um primeiro grito - um primeiro grito desencadeia todos os outros, o primeiro grito ao nascer desencadeia uma vida, se eu gritasse acordaria milhares de seres gritantes que iniciariam pelos telhados um coro de gritos e horror. Se eu gritasse desencadearia a existência - a existência de quê? a existência do mundo. Com reverência eu temia a existência do mundo para mim. (p. 43)

Para Waldman (1998), estudiosa da obra de Clarice, o silêncio é uma chave dupla de criatividade e limite para a escrita. Suas personagens parecem, o tempo todo, falar sobre o silêncio, só que, pelo próprio limite da palavra, sem nunca tocá-lo: "O silêncio.... é tanto um tema com o qual seus personagens estão sempre às voltas, como uma atmosfera que marca o espaço interno dessas mesmas personagens, como também algo que está no horizonte do processo de criação da autora" (p. 285). Por ocupar esse estatuto singular, é precisamente o silêncio que permite a

possibilidade da fala e do grito. É o negativo da experiência linguística que sustenta a linguagem. Para nós, no limite, é o negativo da experiência auditiva que sustenta a audição.

Além do mais, esse silêncio da existência, que não pode ser completo, "havendo risco de morte se assim não o for" (Hernandez, 2004, p. 133), está à espreita para invadir a personagem, impedindo o grito de ser gritado. Em outro conto, chamado precisamente de "Silêncio", após a experiência com silêncio, Lispector aponta um "saber" que nasce de seu contato, cujos restos estão sempre a ponto de emergirem pela fantasia:

Depois nunca mais se esquece. Inútil até fugir para outra cidade. Pois quando menos se espera pode-se reconhecê-lo - de repente. Ao atravessar a rua no meio das buzinas dos carros. Entre uma gargalhada fantasmagórica e outra. Depois de uma palavra dita. Às vezes no próprio coração da palavra. Os ouvidos se assombram, o olhar se esgazeia - ei-lo. E dessa vez ele é fantasma. (1998, s/p.)

Ao analisar a função do silêncio nessa obra, Hernandez (2004) afirma que haveria duas modalidades distintas com que ele se apresenta: o silêncio enquanto vazio, do assujeitamento e do trauma; e o "pequeno silêncio", que retorna à revelia das fugas, sob a forma de hiato, de fantasma. A relação com a angústia-sinal e angústia-real não pode deixar de ser apontada: uma experiência disruptiva precisa ser evitada, mesmo que sob a forma de um sinal mobilizador, assim como o pequeno silêncio, transfigurado em fantasma, anuncia o silêncio aterrorizante e mortífero. Ademais, consideramos que esses exemplos de Lispector explicitam as duas acepções do silêncio propostas por Green (1973/2004): do vazio e da abstinência verbal. No final das contas, não seria sobre esse silêncio mortífero, silêncio inquietante, que Freud (1913/2010) versa em "O tema da escolha do cofrinho"?

Pesquisando sobre o silêncio na obra freudiana, Ulkowski (2019) sinaliza como Freud, ao se referir ao termo, relaciona-o ao afeto, às defesas e à pulsão de morte. O problema que guia a autora em sua pesquisa é a sensação de inquietação decorrente do silêncio na musicoterapia psicanalítica; em sua pesquisa, Ulkowski encontra diferentes momentos em que sustentar o silêncio, em sessão, é motivo para o sentimento de inquietude. Das conclusões apresentadas, a relação com o retorno do recaiado é a mais interessante para os nossos propósitos. Como apresentamos, o recalque é responsável por separar afeto de representações, "silenciando" essas no inconscientes; no entanto, o afeto é, em seu limite, "não-silenciável", aparecendo, sob a ótica do silêncio, como angústia: "E porque o silêncio eventualmente parece próximo à angústia?... O silenciamento/repressão, no geral

ineficaz, se dirige a algo que não pode ser silenciado, porque é a essência do inconsciente. E sendo este afeto originário do inconsciente, somente pode ser sentido como angústia” (pp. 96-96).

O silêncio das personagens de Clarice, seja em “A Paixão Segundo G.H.” ou “Silêncio”, parece-nos fazer coro a essa proposta de assimilá-la à angústia. Se apontamos que existe uma angústia-real que remete, em última instância, aos limites da experiência humana e da finitude, o silêncio, como seu correlato inquietante, é a expressão do vazio e da morte que, tanto em sua experiência pura ou fantasmática, desorganiza o indivíduo.

\*

Nesse capítulo final da dissertação, exploramos as aberturas pertinentes ao segundo dualismo pulsional, principalmente as concepções de trauma, pulsão de morte e compulsão à repetição. No entanto, se o irrepresentável ganhou forças a partir de 1920, vínhamos apontando, ao longo de todo o trabalho, como ele estava implícito desde os primeiros escritos freudianos. A noção de alucinação, que fora trabalhada mais explicitamente no segundo capítulo, ganhou contornos mais firmes como uma possibilidade de inscrição de cenas traumáticas, já que o trauma foi mais bem descrito no terceiro capítulo.

O casal Botella (2002), com sua importante contribuição do princípio de convergência-coerência, permitiu melhor vislumbre sobre a operação da percepção em sintonia com a pulsão de morte: a partir da abertura perceptiva, a regressão aos estágios onde imperam as pulsões destrutivas permite desmontar representações fixas e promover novos laços com traços perceptivos. Esse termo fora resgatado das “Cartas” escritas entre 1986 e 1987, período em que vigorava uma intensa preocupação freudiana em dar conta de explicar a percepção e a consciência. Como vimos, o conceito se dispersa nos enredos metapsicológicos, mas é resgatado pelos autores para sinalizar sua importância nas dinâmicas pré-representacionais.

Apontamos, ainda no primeiro capítulo dessa dissertação, que o trabalho de inscrição de intensidade se diluía sob os meandros da fantasia e da proposição topológica. O processo primário radical, que fora apontado como responsável por metabolizar quantidades, parece retornar sob a égide da pulsão de morte, embora não se encerre nela?. A grande dificuldade freudiana é de estabelecer um limite para as intensidades que operam antes do processo primário, o que impede que a regressão e a figurabilidade sejam consideradas dimensões primárias de simbolização - como acontece com os signos de percepção. Procuramos demonstrar que, ao analisarmos os fenômenos

sob essa ótica, os sonhos não são apenas reproduções secundárias de pensamentos, transformações do desejo inconsciente, mas uma via privilegiada de impressão psíquica no registro perceptivo.

Enquanto a efração traumática das quantidades pulsionais suspende o princípio do prazer, pudemos destacar dois diferentes níveis de funcionamento psíquico: o primeiro, que trabalha em regime econômico, de metabolização do excesso pulsional em quantidades manejáveis pelo psiquismo; o segundo, de ligação em traços perceptivos como primeira tentativa de simbolização das cenas traumatizantes. Por meio desses funcionamentos, partimos para a análise do fenômeno inquietante, que tomou a atenção de Freud principalmente no que tange à angústia de castração e o olho como um deslocamento do membro sexual.

Tendo em vista que a conjunção do inquietante com a pulsão de morte não encontrou maiores elaborações sob a pena de Freud, resgatamos nas artes e nos fenômenos mundanos algumas cenas que pudessem colaborar na nossa tentativa de ampliar essa relação. Reconhecemos que, assim como Freud, a tônica foi mais imperiosa sobre a dimensão visual - provavelmente, em decorrência da facilidade de encontrar mais exemplos sobre esse assunto e pela conceituação freudiana que priorizou essa modalidade dos sentidos. Mesmo assim, consideramos que a dimensão mortífera dos sentidos não está presente somente no olhar, mas também nas outras formas de experienciar os fenômenos, sobretudo os inquietantes. Considerávamos necessário e original que fossem apresentadas situações inquietantes eliciadas pelos outros sentidos da percepção e, por isso, debruçamo-nos sobre alguns casos em que pudessem ser destacadas pelas categorias propostas por Freud (compulsão à repetição, o duplo, a angústia etc) ou novas categorias que construímos com o auxílio de comentadores (angústia-real, desamparo, não-diferenciação do Eu e vacilação do teste de realidade).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo dessa dissertação, tínhamos a hipótese de que a percepção já poderia ser pensada por seus atributos próprios, como um processo independente da consciência, desde os trabalhos inaugurais da obra freudiana até a postulação da segunda topologia. Mesmo que tenhamos utilizado trabalhos escritos nos períodos mais tardios do corpo teórico freudiano, foi para lançar luz sobre questões que não poderiam ter sido analisadas sem algumas considerações que só apareceram tempos depois na teoria psicanalítica; em todo caso, pensamos ter tomado os devidos cuidados para não ultrapassarmos o limite tênue que existe entre esses dois momentos da obra freudiana.

Como nosso objetivo principal, propusemo-nos a delinear uma metapsicologia da percepção para o período selecionado. Após nosso percurso, temos elementos suficientes para tentar pensar a percepção em seu atributo *dinâmico*, os processos pelos quais a percepção se submete e propicia dentro e fora do aparelho psíquico; *econômico*, no que diz respeito aos investimentos e desinvestimento pulsionais do aparelho psíquico; e *topológico*, as características específicas do aparelho perceptivo que o diferencia das outras funções psíquicas. Não faremos uma síntese de todos os pontos que foram discutidos, mas aproveitaremos esse momento para elucidar aqueles que tiveram mais importância, assim como apontar algumas limitações que cruzaram o nosso caminho.

Em seu estatuto *dinâmico*, a percepção é um processo complexo que envolve a imbricação de três funcionamentos distintos: os órgãos dos sentidos, a memória e a consciência. Desde o primeiro capítulo, buscamos demonstrar que existem funções distintas no que Freud encerra sob o termo percepção: em primeiro lugar, ela é um ato de ordem biológica, incrustada na biologia, cuja referência mais explícita são os órgãos dos sentidos e a membrana diferenciada da vesícula protoplasmática; em segundo lugar, ela detém a função de transportar qualidades - seja do âmbito prazer-desprazer ou dos afetos psíquicos - para a consciência; de maneira análoga a esse último, ela também o processo pelo qual as representações podem se tornar conscientes nos sonhos, nas alucinações e nos delírios, através do processo de figurabilidade e regressão. De maneira majoritária nas obras analisadas, a percepção é invariavelmente modulada pela memória: “não podemos ter uma sensação sem associá-la imediatamente” (Freud, 1891/2014, p. 74), já dizia o pai da psicanálise no primeiro ensaio analisado.

As consequências dessa afirmação são vastas, mas a central é de que a percepção não é desinteressada porque experimenta o trabalho da elaboração secundária antes de se tornar consciente. Como ela é modulada pela memória, a percepção é *aprendida*, seja no nível biológico - em que os órgãos dos sentidos selecionam os estímulos externos ou que a percepção detém

“antenas” para tatear estímulos específicos do exterior -, seja no nível psíquico - pela carga afetiva e representacional que carrega. O produto disso é que a realidade não é percebida de maneira ingênua, mas construída, embora a realidade como Coisa permaneça para sempre incognoscível: nesse quesito, vimos a importância da criação da realidade a partir das projeções de conteúdos e ambivalências pulsionais. Sobre esse assunto, podemos indicar como as percepções endopsíquicas são decorrentes de um processo perceptivo que ocorre à revelia da consciência, uma verdadeira inovação conceitual para cindir definitivamente que percepção e consciência estão imbricados no mesmo sistema.

Ainda em sua dimensão dinâmica, acatamos a hipótese de Menéndez (2014) de que existiriam dois níveis de consciência que não são delimitados: a consciência imagética, primária, virtual e alucinatória e uma consciência do pensamento, secundária e de ligação com as representações de palavra. A consciência primária está ligada à percepção quando há investimento econômico na regressão onírica, enquanto a consciência secundária diz respeito ao investimento das representações de palavra. Dissemos que, no primeiro caso, a regressão onírica seria uma forma de os desejos acenderem à consciência sem a mediação da palavra, operando sob os processos primários de ligação de energia, que aconteceria da mesma forma com as alucinações e delírios.

Apostamos desde o início que a percepção era dotada de um caráter de metabolização, tanto das energias excedentes que podem acarretar em sensações de dor ou trauma, quanto de cenas que não se inscrevem enquanto representações e retomam a via perceptiva regrediente para encontrarem formas de se enlaçarem nas cadeiras representacionais. Essa perspectiva ficou ainda mais nítida quando o processo perceptivo foi conclamado, pelo segundo dualismo pulsional, para empreender a função de ligação na ocorrência da compulsão à repetição.

Em sua dimensão *econômica*, o aparelho perceptivo está intrinsecamente relacionado com as dinâmicas pulsionais. A partir do trabalho sobre a cegueira histérica, fica evidente que é o investimento que regula as percepções e o nível de consciência que elas vão adquirir. Como demonstramos, caso o investimento dos órgãos dos sentidos parta das pulsões de autoconservação, o conteúdo será percebido como consciente; caso o investimento venha das pulsões sexuais, o conteúdo percebido será inconsciente. Isso porque o conflito pulsional no órgão conclamado depende da quantidade de energia que o Eu dispõe para frear as pulsões sexuais ou retirar seu investimento do órgão, deixando-o ao bel-prazer do desejo.

Assim, existe tanto uma dimensão de investimento corpóreo da pulsão, quanto um investimento de ordem psíquica - sobre isso, apontamos como a pulsão adentra o psiquismo a partir de um trabalho de figurabilidade que também envolve dinâmicas perceptivas. Inclusive, a pulsão

escópica está na origem do circuito pulsional e do desejo. Quando o ato de ver como necessidade é suplantado pelo ato de olhar o corpo próprio, surge a dimensão erótica do olhar e o desejo de olhar, tanto a si próprio como o outro. Todo esse processo é engendrado pelas dinâmicas pré-representacionais de amor e ódio, cruciais para o investimento dos objetos que causam prazer, pelo Eu-prazer, e pelos objetos desprazerosos, pelo Eu-realidade.

Sobre a dinâmica da alucinação, toda a discussão que tecemos envolvia um fator econômico que amparava seu funcionamento. Com a análise das alucinações negativas, o momento precedente da alucinação positiva, atentamos para o fato de que existe um desinvestimento afetivo do aparelho psíquico, que deixa de se afetar por uma ocasião potencialmente traumática; por outro lado, a alucinação positiva é um hiperinvestimento da fantasia que ocasiona o retorno do recalado a partir do furo negativo deixado pela alucinação negativa. Nos dois moldes de alucinação, o investimento pulsional está por trás da potencialidade perceptiva de determinada cena.

Por fim, talvez a mais difícil e malograda tarefa de definir uma metapsicologia da percepção tenha sido circunscrever a dimensão *topológica*. O motivo é evidente: por todo o nosso percurso do período da obra em questão, sinalizamos como essa foi uma questão não resolvida por Freud. A dificuldade de estabelecer limites precisos entre consciência e percepção é denunciada no movimento pendular de sua teoria, que horas arrisca um posicionamento inédito sobre a dinâmica e economia da percepção, e horas retorna ao porto-seguro da topologia inconclusiva, coadunando-as no mesmo sistema. Por outro lado, sabemos que essa problemática adquire novos contornos na segunda topologia freudiana, proposta em “O eu e o id” (1923/2011), e que foi explorada ainda algumas vezes até os últimos escritos.

Frente a esse cenário pouco animador, gostaríamos de retomar a “Carta 52” (1896a/1996) por acreditarmos que ela apresenta algumas características do aparelho psíquico que são verdadeiramente originais, como a noção de transcrição e signos. Nesse modelo (que estava ancorado no registro neurológico), as percepções ( $W$ ) eram tratadas de forma independente da consciência. Elas tinham um estatuto próprio no limite externo do aparelho psíquico e eram responsáveis pela apreensão dos dados brutos do mundo exterior, sem qualidade e sem traço. A grande novidade conceitual do modelo foi a proposição de um registro psíquico para os signos de percepção, traços perceptivos ou impressões ( $Wz$ ) inacessíveis à consciência, que eram articulados segundo leis de simultaneidade e somente depois eram *retranscritos* para outros registros. A originalidade dessa tese está em situar a primeira inscrição mnêmica entre a fisiologia (não se confunde com os órgãos dos sentidos em  $W$ ) e a representação (lugar por excelência do inconsciente). Por isso, dissemos que são inscrições de intensidade de excitação que, ao serem

transcritas e traduzidos para extratos mais elevados do psiquismo, conseguem se laçar em representações.

Essas formulação retornam no segundo dualismo pulsional sob o termo “impressões, da forma como utiliza Freud, por mais que tenham sido “recalcadas” pela metapsicologia da primeira topologia. Ao nosso ver, faz todo sentido que esses signos perceptivos, compostos por cargas de excitação, sejam exatamente o que se metaboliza quando há tentativa de ligação de quantidades traumáticas pela via regressiva. Caso possamos supor que existe um “trabalho” perceptivo, esse parece ser o mais coerente nos moldes do segundo dualismo pulsional. Ademais, consideramos que seria interessante realizar uma releitura do nosso percurso a partir do modelo psíquico da “Carta 52”, essencialmente porque é um dos poucos modelos em que a percepção aparece separada da consciência. Por hora, cabe somente indicar esse caminho de leitura por considerarmos que esse tenha sido o modelo mais próximo do que imaginamos para uma topologia da percepção, dentro do período analisado.

Ainda que nosso objetivo tenha sido investigar as especificidades e propor um enquadre metapsicológico para a percepção, foi inevitável caminhar ao lado de muitos outros conceitos. O que está mais presente por dizer respeito ao nosso objetivo foi a consciência. No entanto, foi na análise dos mecanismos psíquicos que distinguem representação e percepção que encontramos um dos maiores imbróglios do período: identificamos que o conjunto do teste, exame e juízo da realidade é um calcanhar de Aquiles na fundamentação freudiana. Pelo breve percurso que trilhamos sobre o estatuto da realidade em Freud, é inviável considerar que eles cumpram o papel que lhes foi imputado. Foi nesse meandro que pudemos identificar uma concepção psicanalítica de realidade, constituída e constituinte da fantasia, modulada pelo desejo e pela ambivalência pulsional. Além do mais, alucinação, delírio e compulsão à repetição foram conceitos capitais para que pudéssemos compreender de que maneira eles podem ser pensados como tentativas de cura a partir do trabalho perceptivo.

Ao final da pesquisa, enveredamo-nos para as figuras do inquietante a partir dos rebentos da introdução da pulsão de morte na teoria psicanalítica. Um tópico interpelado por diferentes áreas, visivelmente mais poético que os demais, embora nem por isso menos denso e conceitual. A partir do despertar do inquietante nos cinco sentidos, pudemos aprofundar nossa análise através das categorias propostas por Freud, assim como arriscar novas categorias que acreditamos iluminar a discussão sobre o inquietante, como a relação da percepção com a pulsão de morte, a noção de finitude, o desamparo e o retorno aos tempos em que o Eu não reinava soberano.

Por fim, durante a busca pelo material que compusesse o terceiro capítulo, eventualmente encontramos um artigo científico sobre sinestesia perceptiva. Um experimento realizado por Narumi, Nishizaka, Kajinami, Tanikawa e Hirose (2011), da Universidade de Tóquio, demonstrou como é possível alterar a percepção do paladar de um alimento sem alterar sua composição química. A equipe contou com óculos de realidade virtual para projetar, virtualmente, a imagem de cookies de chocolate e de chá em cookies sem sabor, e com essências dos mesmos sabores que eram liberadas no momento em que o participante coloca o cookie na boca. Os resultados demonstram que, ao comerem o cookie com estímulo olfativo e visual, os participantes experimentaram mudança no gosto de até 80% das combinações programadas pelos pesquisadores<sup>89</sup>. A conclusão a que chegam os autores pode parecer simples à primeira vista: “Os resultados sugerem que o estímulo olfativo tem papel importante na percepção do gosto” (p. 268). No entanto, foi possível determinar o papel central das associações cross-modais<sup>90</sup> entre estímulos visuais, olfativos e gustativos na alteração perceptiva do gosto sem que a composição química do alimento fosse alterada. A proposta é que esse sistema possa ser implementado para alterar o sabor de alimentos controlados que não são saborosos, como acontece em hospitais e dietas alimentares. Com o que pode contribuir a psicanálise sobre a sinestesia? Consideramos que também seria interessante investigar as origens do circuito pulsional a partir dos outros sentidos, que não exclusivamente o visual e o olfativo. Com o que a psicanálise pode contribuir com aqueles que foram por tantas vezes descritos por Oliver Sacks (2012) e sofrem de determinadas deficiências sensoriais e encontram suplência nas outras?

O ponto final de uma boa pesquisa é aquele que se transforma em reticências para pesquisas futuras, de outros pesquisadores e outras áreas. Como disse o Guardador de Rebanhos, de Alberto Caeiro, estamos no Mundo para olhar para ele... Que ele nunca pare de ser visto.

---

<sup>89</sup> Os pesquisadores seguiram um protocolo de experimentação com diferentes combinações, ora somente estímulo olfativo, ora somente visual, hora com permutações.

<sup>90</sup> Que envolvem interação entre duas ou mais modalidades sensoriais.

## REFERÊNCIAS

- Antonello, D. F., & Herzog, R. (2012). A memória na obra freudiana, para além da representação. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(1), 111-121.
- Assis, M. (1994). Dom Casmurro. In *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. Disponível em [http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/13\\_7101e1a36cda79f6c97341757dcc4d04](http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/13_7101e1a36cda79f6c97341757dcc4d04)
- Ayouch, T. (2010). Desmentindo as falsas comparações: do corpo perceptivo ao corpo fantasmático. *Rev. Filos., Aurora*, 22(31), 495-513.
- Ayouch, T. (2012a). Merleau-Ponty e a psicanálise: da fenomenologia da afetiva à figurabilidade do afeto. *Jornal de Psicanálise*, 45(83), 173-190.
- Ayouch, T. (2012b). Genealogia da intersubjetividade e figurabilidade do afeto: Winnicott e Merleau-Ponty. *Psicologia USP*, 23(2), 253-274.
- Ayouch, T. (2017). *Além do inconsciente linguístico: figurabilidade do afeto e gênero em Merleau-Ponty*. In Caminha, I. & Abath, A. (org). Merleau-Ponty e a Psicologia. São Paulo: LiberArs
- Bandeira, M. L. (2016). *Percepção e fantasia: delineamentos a partir da metapsicologia freudiana*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Bell, C., Shakoor, B., Thompson, B., Dew, D., Hughley, E., Mays, R., & Shorter-Gooden, K. (1984). Prevalence of Isolated Sleep Paralysis in Black Subjects. *Journal of the National Medical Association*, 76, 501-508.
- Bergson, I. (Produtor/Diretor). (1956). *O Sétimo Selo [Det Sjunde Insegl]*[DVD]. Suécia: Svensk Filmindustri (S.F.).
- Berrios, G. E. (2011). Alucinações táteis: aspectos conceituais e históricos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 14(3), 542-562.
- Bertin, C. (1989). *A última Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Birman, J. (2002). *Fantasiando sobre a sublime ação*. In Bertucci, G. (org). *Psicanálise, arte e estéticas da subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago.
- Botella, C., & Botella, S. (2002). *Irrepresentável: mais além da representação*. Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul: Criação Humana.
- Bulfinch, T. (2006). *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Campos, E. B. V. (2014). *Limites da Representação na Metapsicologia Freudiana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Campos, E. B. V. & Coelho Junior, N. E. (2010). Incidências da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(2), 247-257.
- Caropreso, F. (2006). A relação entre a memória, a percepção e a consciência na metapsicologia freudiana. *AdVerbun*, 1(1), 12-22.
- Caropreso, F. & Monzani, L. R. (2012). Vivência de dor e pulsão de morte na teoria freudiana do aparelho psíquico e das neuroses. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(3-4), 607-638.

- Caropreso, F., & Simanke, R. T. (2011). *Entre o corpo e a consciência: ensaios de interpretação da metapsicologia freudiana*. São Carlos: EdUFSCar.
- Casanave, C. (2008). *As tramas de Mnemosine: a memória nos primórdios da teoria freudiana*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Coelho, N. E., Jr. (1995). *A força da realidade na clínica freudiana*. São Paulo: Escuta.
- Coelho, N. E., Jr. (1999). Inconsciente e Percepção na Metapsicologia Freudiana. *Psicologia USP, São Paulo, 10(1)*, 25-54.
- Corrêa, F. S. (1999). *As teorias da vivência de dor e da vivência de satisfação no “Projeto de uma Psicologia”, de Freud*. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Unicamp, Sp.
- Dahlitz, M., & Parkes, J. D. (1993). Sleep paralysis. *The Lancet, 341(8842)*, 406-407.
- Figueiredo, L. C. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Ed. Escuta.
- Figueiredo, M. F., & Ferreira, L. A. (2008). *Olhos de Caim: a inveja sob as lentes da linguística e da psicanálise*. In Figueiredo M. F., Mendonça, M. C., & Abriata, V. (orgs.). *Sentidos em movimento: identidade e argumentação* (v. 1, pp. 181-197). Franca: Unifran.
- Fortes, I., & Cunha, E. L. (2012). Alucinação e delírio na obra de Freud: produção de desejo. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro), 34(26)*, 145-158.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade*. vol. 2. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1987). *Neuroses de transferência: uma síntese* (A. Eksterman, trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915/manuscrito recém-descoberto em 1985)
- Freud, S. (1996). As neuropsicoses de defesa. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 3, pp. 51-74). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894)
- Freud, S. (1996). Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia”. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 3, pp. 91-120). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894b)
- Freud, S. (1996). Rascunho H. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 253-256). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (1996). Carta 52. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 281-287). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896a)
- Freud, S. (1996). Apêndice B: Trecho da Carta 39. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 445-448). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896b)
- Freud, S. (1996). Rascunho K. As Neuroses de Defesa (*Um Conto de Fadas Natalino*). In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 267-275). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896c)

- Freud, S. (1996). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defeca. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 3, pp. 159-186). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896d)
- Freud, S. (1996). Carta 59. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 1, p. 293). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1897a)
- Freud, S. (1996). Carta 61. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 1, p. 296). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1897b)
- Freud, S. (1996). Rascunho L. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 297-300). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1897c)
- Freud, S. (1996). Carta 69. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 309-310). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1897d)
- Freud, S. (1996). Lembranças encobridoras. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 3, pp. 287-304). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1899)
- Freud, S. (1996). Sobre os sonhos. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 5, pp. 655-700). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1901a)
- Freud, S. (1996). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 6). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1901b)
- Freud, S. (1996). Tratamento Psíquico (ou Anímico). In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 7, pp. 267-288). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905/redigido em 1890)
- Freud, S. (1996). A Questão de uma *Weltanschauung*. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 22, pp. 155-177). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933/redigido em 1932)
- Freud, S. (1996). Construções em análise. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 23, pp. 275-290). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)
- Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (J. Salomão, trad., Vol. 23, pp. 15-152). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1939/redigido entre 1934 e 1938)
- Freud, S. (2001). *A Interpretação dos Sonhos* (W.I. Oliveira, trad.). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (2003). Projeto de uma psicologia. In O. F. Gabbi Junior, *Notas a um Projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da psicanálise* (O. F. Gabbi Junior, trad., pp. 172-260). Rio de Janeiro: Imago. (trabalho original publicado em 1950/redigido em 1895)

- Freud, S. (2010). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 10, pp. 108-112). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1911a).
- Freud, S. (2010). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [*dementia paranoides*] relatado em autobiografia (“O caso Schreber”). In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 10, pp. 13-107). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1911b)
- Freud, S. (2010). O tema da escolha do cofrinho. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 10, pp. 301-316). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 12, pp. 13-50). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2010). História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”). In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 14, pp. 13-160). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1918/redigido em 1914).
- Freud, S. (2010). O inconsciente. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 12, pp. 99-150). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915a).
- Freud, S. (2010). Os instintos e seus destinos. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 12, pp. 51-81). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915b).
- Freud, S. (2010). Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 12, pp. 151-169). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917c).
- Freud, S. (2010). “Batem numa criança”: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 14, pp. 293-326). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2010). O inquietante. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 14, pp. 328-376). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919b)
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 14, pp. 161-239). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (2011). A cabeça da Medusa. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 15, pp. 326-329). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1922)
- Freud, S. (2011). O Eu e o Id. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 16, pp. 13-74). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2011). A organização genital infantil. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 16, pp. 168-175). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923b)
- Freud, S. (2011). Uma nota sobre o “Bloco Mágico”. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 16, pp. 267-274). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925a).
- Freud, S. (2011). "Autobiografia". In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 16, pp. 75-167). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925b).
- Freud, S. (2011). A negação. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 16, pp. 275-282). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925c).

- Freud, S. (2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 16, pp. 283-299). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925d).
- Freud, S. (2012). Totem e Tabu. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 11, pp. 13-244). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado entre 1912 e 1913)
- Freud, S. (2013). Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”). In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 9, pp. 13-112). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (2013). Concepção psicanalítica do transtorno psicogênico da visão. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 9, pp. 313-323). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (2014). Afasias: Sobre a concepção das afasias. In *Afasias: Sobre a concepção das afasias; As Afasias de 1891/Sigmund Freud*, Luiz Alfredo Garcia-Roza (R. D. Mundt, trad., pp. 13-124). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1891)
- Freud, S. (2014). A fixação no trauma, o inconsciente. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 13, pp. 364-381). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917a).
- Freud, S. (2014). Os caminhos da formação de sintomas. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 13, pp. 475-499). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917b).
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 17, pp. 13-230). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (2015). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 8, pp. 13-122). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1907).
- Freud, S. (2015). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 8, pp. 359-389). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S. (2016). Estudos sobre a histeria. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., vol. 2, pp. 14-356). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 6, pp. 13-172). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (2016). Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. In *Obras completas* (P.C. Souza, trad., Vol. 6, pp. 348-360). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1906)
- Fukuda, K., Miyasita, A., Inugami, M., & Ishihara, K. (1987). High Prevalence of Isolated Sleep Paralysis: Kanashibari Phenomenon in Japan. *Sleep*, 10(3), 279-286.
- Fulgêncio, L. (2007). Paradigmas na história da psicanálise. *Natureza humana*, 9(1), 97-128.
- Gabbi, O. F., Jr. (1987). Projeto para uma psicologia científica: máquina falante ou fala maquinal?. *Discurso: Rev, Depto, Filo.*, 16(1), 95-129.
- Gabbi, O. F., Jr. (1994). *Freud: Racionalidade, sentido e referência* (Vol. 13). Campinas, SP: Unicamp.

- Garcia-Roza, L. A. (1991). *Introdução à metapsicologia freudiana, volume 1*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (2002). *Introdução à metapsicologia freudiana, volume 2*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (2014). As Afasias de 1891. In Afasias: Sobre a concepção das afasias; As Afasias de 1891/Sigmund Freud, Luiz Alfredo Garcia-Roza (R. D. Mundt, trad., pp. 125-172). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1891)
- Gênesis. *A Bíblia Sagrada*. Edição Almeida Revista e Atualizada [online]. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/ara/index>
- Gibeault, A. (2010). *Chemins de la symbolisation*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gil, J. (1988). *Fernando Pessoa ou la métaphysique des sensations*. Paris: Essais.
- Goode, G. B. (1962). Sleep Paralysis. *Arch Neurol.*, 6(3), 228-234.
- Green, A. (2004). *Le discours vivant*. Paris: Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1973)
- Green, A. (2004). O silêncio do psicanalista. *Psychê*, 8(14), 13-38.
- Green, A. (2011). *Le travail du négatif*. Paris: Les Éditions de Minuit. (Trabalho original publicado em 1993)
- Hanns, L. A. (1996). *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Hernandez, J. (2004). O duplo estatuto do silêncio. *Psicologia USP*, 15(1/2), 129-147.
- Hinton, D. E., Pich, V., Chhean, D., & Pollack, M. H. (2005). ‘The Ghost Pushes You Down’: Sleep Paralysis-Type Panic Attacks in a Khmer Refugee Population. *Transcultural Psychiatry*, 42(1), 46–77.
- Hufford, D. J. (2005). Sleep Paralysis as Spiritual Experience. *Transcultural Psychiatry*, 42(1), 11–45.
- Lacan, J. (1961). *Seminário X: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche, J. (1981). El estructuralismo, ¿sí o no?. *Trabajo del psicoanálisis*, 1(1), p. 15-34.**
- Laplanche, J. (1998). *Problemáticas I: A Angústia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1988). *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Le Guen, C. (1992). De la mort à la vérité. *Revue Française de Psychanalyse*, 56(1), 43-56.
- Levi-Strauss, C. (1975). *Totemismo Hoje*. Petrópolis: Vozes.
- Lispector, C. (1998). Silêncio. In *Onde estivestes de noite*. Rio de Janeiro: Rocco.**
- Lispector, C. (2009). *A paixão segundo G. H.* Rio de Janeiro: Ed. Rocco.
- Loffredo, A. (1999). Em busca do referente, às voltas com a polissemia dos sonhos: a questão em Freud, Stuart Mill e Lacan. *Psicologia Usp*, 10(1), 169-197.

- Loffredo, A. (2006). Parábolas freudianas: as narcísicas feridas e o arqueólogo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 289-308.
- Loffredo, A. M. (2012). Transmissão da psicanálise e universidade. *Jornal de Psicanálise*, 45(82), 211-222.
- Loffredo, A. (2017). Um texto freudiano surpreendentemente esquecido: “Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico”. *Estilos Da Clínica*, 22(1), 166-184.
- Longé, T. (2011). Sigmund Freud, Pour concevoir les aphasies. Une étude critique. *Essaim*, 26(1), 169-179.
- Loparic, Z. (1995). Winnicott e o pensamento pós-metafísico. *Psicologia USP*, 6(2), 39-61.
- Martini, A., & Coelho, N. E., Jr. (2010). Novas notas sobre "O estranho". *Tempo psicanalítico*, 42(2), 371-402.
- Masson, J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess - 1897-1904* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- McNally, R. J., & Clancy, S. A. (2005). Sleep Paralysis, Sexual Abuse, and Space Alien Abduction. *Transcultural Psychiatry*, 42(1), 113–122.
- Mélega, M. O. (2010). Os olhos da literatura: mitos, figuras, gêneros – Giusi Baldissone. *Ide*, 33(51), 177-191.**
- Mendes, E. R. P. (2005). No Passo da Gradiva. *Estudos de Psicanálise*, (28), 51-60.**
- Menéndez, A. J. G. (2014). *Gramática e Erótica da Percepção na Psicanálise*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Mezan, R. (1994). Pesquisa Teórica em Psicanálise. *Psicanálise e Universidade*, 2(1), 51-76.
- Mezan, R. (2002). Sobre a Epistemologia da Psicanálise. In Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 435-519.
- Mezan, R. (2007). Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise?. *Natureza humana*, 9(2), pp. 319-359.
- Mezan, R. (2013). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva.
- Monzani, L. R. (1989). *Freud: O movimento de um pensamento*. Campinas: Unicamp.
- Monzani, L. R. (1990). Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço e perspectivas. In Prado, B., Jr. (org). (1990). *Filosofia da Psicanálise*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Morgenstern, A. (2006). *Perseu e Medusa: uma experiência de captura estética*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.**
- Nakasu, M. V. P. (2005). O parricídio em totem e tabu: uma análise acerca da gênese do conceito de pulsão de morte. *Revista de Filosofia Aurora*, 17(20), 137-146.
- Nardi, T. J. (1981). Treating sleep paralysis with hypnosis. *International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis*, 29(4), 358–365.

- Nodari, A. (2015). “A vida oblíqua”: o hetairismo ontológico segundo G.H.. *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*, 24(1), 139-154.
- Ohayon, M. M., Zully, J., Guilleminault, C., & Smirne, S. (1999). Prevalence and pathologic associations of sleep paralysis in the general population. *Neurology*, 52(6), 1194-1200.
- Palmeira, A. & Gewehr, R. (2015). Existe uma Weltanschauung da Psicanálise?. *Cad. Psicanál.*, 37(32), pp. 63-84
- Peixoto, M. C. L, & Oliveira, D. P. (2012). O projeto de uma memória freudiana: uma análise acerca da constituição dessa noção nos primórdios da psicanálise. *Trans/Form/Ação*, 35(2), pp. 257-275.
- Perron, R. (1995). Prendre pour vrai. *Revue française de psychanalyse*, 59(2), 499-512.
- Picchio, L. S. (1989). Epifania de Clarice. *Remate de Males*, (9), 17-20.
- Porchat, P. (2005). *Freud e o teste de realidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo: FAPESP.
- Rocha, Z. (2000). *Os destinos da angústia na psicanálise freudiana*. São Paulo: Escuta.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Saraiva, J. (2000). Olhar e significação em Dom Casmurro. *SCRIPTA*, 3(6), 111-122.
- Scherrer, F. (2002). S. Freud est-il l'auteur de l'article Aphasie ( 1888) : Remarques et réflexions à propos de la contribution de Freud au dictionnaire médical de Villaret, 1888-1891. *Essaim*, 9(1), 151-166.
- Simanke, R. (1994). *A formação da teoria freudiana das psicoses*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Simanke, R., & Caropreso, F. (2005). O conceito de consciência no “Projeto de uma psicologia” de Freud e suas implicações metapsicológicas. *Trans/form/ação: Revista de Filosofia / Universidade Estadual Paulista*, 28 (1): p. 85-108, 2005.
- Souza, P. C. (2010). Nota. In *Obras completas*, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras.
- Strachey, J. (1996a). Introdução do editor inglês. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira (J. Salomão, trad., Vol. 4.). Rio de Janeiro: Imago.
- Strachey, J. (1996b). Nota 2. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira (J. Salomão, trad., Vol. 6., p. 254). Rio de Janeiro: Imago.
- Strachey, J. (1996c). Nota 4. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira (J. Salomão, trad., Vol. 12., p. 240). Rio de Janeiro: Imago.
- Strachey, J. (1996d). Introdução do editor inglês. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira (J. Salomão, trad., Vol. 14., pp. 111-113). Rio de Janeiro: Imago.
- Süskind, P. (1985). *O Perfume*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Ulkowski, I. P. (2019). *O silêncio na primeira tópica freudiana*. Dissertação de mestrado, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Valente-Barata, P. J. (2015). Olhos de Capitu entre palavras oblíquas e dissimuladas. *E-escrita - Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, 6(1), 188-202.

Vernant, J.-P. (1988). *A morte nos olhos: figurações do Outro na Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Waldman, B. (1998). O estrangeiro em Clarice Lispector. *Revista De Crítica Literária Latinoamericana*, 24(47), 95-104.

Winograd, M. (2004). Entre o corpo e o psiquismo: a noção de concomitância dependente em Freud. *Psychê*, 8(14), 95-108.